

# **Ibercaja Banco, S.A. e sociedades dependentes**

Contas anuais consolidadas a 31 de dezembro de 2014  
e relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2014

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

**ELABORAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

Reunido o Conselho de Administração de Ibercaja Banco, S.A. o 10 de março de 2015 em Saragoça, e em cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente, acorda formular as contas anuais consolidadas do exercício 2014 constituídas pelo balanço consolidado, a demonstração de resultados consolidada, o estado de rendimentos e despesas reconhecidas consolidado, o estado total de variação no património líquido consolidado, o estado de fluxos de efetivo consolidado e a memória consolidada (Notas 1 a 44 e Anexos I a IV) e o relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2014, os quais foram emitidos em papel timbrado do Estado, com numeração correlativa.

Até onde atinge o nosso conhecimento, as contas anuais consolidadas do exercício 2014 elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade aplicáveis oferecem a imagem fiel do património, da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de efetivo da Sociedade e sociedades dependentes que compõem o Grupo Ibercaja Banco. Igualmente o relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2014 inclui uma análise fiel da evolução, resultados e posição da Sociedade e sociedades dependentes que compõem o Grupo Ibercaja Banco.

**ASSINANTES:**

---

**Sr. AMADO FRANCO LAHOZ**  
BI: 17.817.393-E  
Presidente

---

**Sr. VÍCTOR IGLESIAS RUIZ**  
BI: 25.143.242-X  
Administrador Delegado

---

**Sr. JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO**  
BI: 17.109.813-K  
Vice-presidente 1º

---

**Sr. FRANCISCO MANUEL GARCÍA PEÑA**  
BI: 8.692.701-N  
Vice-presidente 2º

---

**Sr. JESÚS BUENO ARRESE**  
BI: 17.841.677-W  
Vogal

---

**Sr. VICENTE CONDOR LÓPEZ**  
BI: 17.187.842-B  
Vogal

---

**Sra. GABRIELA GONZÁLEZ-BUENO LILLO**  
BI: 50.264.111-A  
Vogal

---

**Sr. JUAN MARIA PEMÁN GAVÍN**  
BI: 17.859.671-X  
Vogal

---

**Sr. MANUEL PIZARRO MORENO**

BI: 18.402.368-E

Vogal

---

**Sr. VICENTE EDUARDO RUIZ DE MENCIA**

BI: 13.042.778-F

Vogal

---

**Sr. JESÚS SOLCHAGA LOITEGUI**

BI: 17.085.671-E

Vogal

---

**Sr. JESÚS BARREIRO SANZ**

BI: 17.846.451-S

Secretário do Conselho

**Ibercaja Banco, S.A.  
e sociedades dependentes**

Contas anuais consolidadas a  
31 de dezembro de 2014

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Milhares de euros)

ATIVO	Nota	2014	2013 (*)	PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Nota	2014	2013 (*)
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>6</b>	<b>435.089</b>	<b>499.331</b>	<b>Carteira de negociação</b>	<b>7</b>	<b>48.462</b>	<b>27.546</b>
				Derivados de negociação		48.462	27.546
<b>Carteira de negociação</b>	<b>7</b>	<b>55.832</b>	<b>36.826</b>	<b>Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados</b>			
Valores representativos de dívida		959	890	Depósitos da clientela		-	48.800
Derivados de negociação		54.873	35.936			-	48.800
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>		-	-	<b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>	<b>19</b>	<b>50.824.160</b>	<b>53.081.749</b>
<b>Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados</b>	<b>8</b>	<b>61.547</b>	<b>68.925</b>	Depósitos de Bancos centrais		4.848.302	4.855.479
Depósitos em entidades de crédito		324	-	Depósitos de entidades de crédito		3.241.613	4.197.762
Crédito à clientela		43	-	Depósitos da clientela		39.868.562	39.991.664
Valores representativos de dívida		7.780	13.119	Débitos representados por valores negociáveis		1.631.249	2.995.125
Outros instrumentos de capital		53.400	55.806	Passivos subordinados		556.574	567.520
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>		-	-	Outros passivos financeiros		677.860	474.199
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>9</b>	<b>14.778.280</b>	<b>7.277.141</b>	<b>Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>12.2</b>	<b>6.668</b>	<b>6.474</b>
Valores representativos de dívida		14.253.973	6.686.936	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>12.1</b>	<b>604.912</b>	<b>297.464</b>
Outros instrumentos de capital		524.307	590.205	<b>Passivos por contratos de seguros</b>	<b>20</b>	<b>7.103.517</b>	<b>6.333.643</b>
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>		-	-	<b>Provisões</b>	<b>21</b>	<b>352.183</b>	<b>261.821</b>
	27.2	3.571.188	1.670.247	Fundos para pensões e obrigações similares		172.755	152.267
<b>Investimentos creditícios</b>	<b>10</b>	<b>35.632.878</b>	<b>38.947.347</b>	Provisões para impostos e outras contingências legais		10.307	5.949
Depósitos em entidades de crédito		1.160.611	1.367.026	Provisões para riscos e compromissos contingentes		26.027	22.382
Crédito à clientela		33.830.111	36.820.105	Outras provisões		143.094	81.223
Valores representativos de dívida		642.156	760.216	<b>Passivos fiscais</b>		<b>413.296</b>	<b>442.330</b>
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>		-	-	Correntes		5.907	6.786
	27.2	4.977.648	6.157.779	Diferidos	25	407.389	435.544
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>11</b>	<b>6.681.683</b>	<b>11.511.381</b>	<b>Resto de passivos</b>	<b>22</b>	<b>147.698</b>	<b>113.830</b>
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>		-	-	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>59.500.896</b>	<b>60.613.657</b>
	27.2	4.399.885	7.432.597	<b>Fundos próprios</b>	<b>24.1</b>	<b>2.518.359</b>	<b>2.403.540</b>
<b>Acertos a ativos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>12.2</b>	<b>128.991</b>	<b>40.135</b>	Capital		2.611.730	2.611.730
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>12.1</b>	<b>496.506</b>	<b>519.043</b>	Reservas		(244.024)	(140.506)
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>13</b>	<b>732.625</b>	<b>642.542</b>	<i>Reservas acumuladas</i>		(161.037)	(81.284)
<b>Participações</b>	<b>14</b>	<b>155.955</b>	<b>207.396</b>	<i>Reservas de entidades avaliadas pelo método da participação</i>		(82.987)	(59.222)
Entidades associadas		117.480	147.085	Resultado atribuído à entidade dominante		150.653	(67.684)
Entidades multi-grupo		38.475	60.311	<b>Acertos por avaliação</b>		<b>302.710</b>	<b>130.173</b>
<b>Ativos por reassseguros</b>	<b>15</b>	<b>1.564</b>	<b>1.214</b>	Ativos financeiros disponíveis para a venda	23.1	672.133	240.969
<b>Ativo material</b>	<b>16</b>	<b>1.211.567</b>	<b>1.285.344</b>	Coberturas dos fluxos de efetivo		(98)	-
Ativo fixo tangível		740.840	877.080	Entidades avaliadas pelo método da participação		2.467	1.901
De uso próprio		724.883	860.658	Resto de acertos de avaliação	23.2	(371.792)	(112.697)
Cedido em arrendamento operativo		15.957	16.422	<b>Interesses minoritários</b>	<b>24.2</b>	<b>527</b>	<b>2.014</b>
Investimentos imobiliários		470.727	408.264	Acertos por avaliação		55	-
<i>Pró-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>		-	-	Resto		472	2.014
<b>Ativo intangível</b>		<b>207.448</b>	<b>196.676</b>	<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.821.596</b>	<b>2.535.727</b>
Fundo de maneio	17.1	144.934	131.320	<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>62.322.492</b>	<b>63.149.384</b>
Outro ativo intangível	17.2	62.514	65.356	<b>Ativos fiscais</b>			
<b>Ativos fiscais</b>		<b>1.464.401</b>	<b>1.591.495</b>	Correntes		36.907	33.433
Correntes		36.907	33.433	Diferidos	25	1.427.494	1.558.062
Diferidos	25	1.427.494	1.558.062	<b>Resto de ativos</b>	<b>18</b>	<b>278.126</b>	<b>324.588</b>
<b>Resto de ativos</b>	<b>18</b>	<b>278.126</b>	<b>324.588</b>	Existências		232.615	265.201
Existências		232.615	265.201	Outros		45.511	59.387
Outros		45.511	59.387				
<b>Pró-memória</b>							
<b>Riscos contingentes</b>	<b>27.1</b>	<b>622.060</b>	<b>725.937</b>				
<b>Compromissos contingentes</b>	<b>27.3</b>	<b>2.494.004</b>	<b>3.086.978</b>				

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AOS EXERCÍCIOS ANUAIS  
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Milhares de euros)

	Nota	2014	2013 (*)
Juros e rendimentos assimilados	28	1.367.906	1.223.104
Juros e ónus assimilados	29	668.558	630.894
<b>MARGEM DE JUROS</b>		<b>699.348</b>	<b>592.210</b>
Rendimento de instrumentos de capital	30	11.802	8.870
Resultado de entidades avaliadas pelo método da participação		(7.997)	(26.153)
Comissões recebidas	31	332.261	280.663
Comissões pagas	32	16.906	17.423
<b>Resultado de operações financeiras (líquido)</b>	<b>33</b>	<b>424.919</b>	<b>136.217</b>
Carteira de negociação		2.852	3.925
Outros instrumentos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados		1.500	999
Instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados		438.185	130.156
Outros		(17.618)	1.137
<b>Diferenças de variação (líquido)</b>	<b>34</b>	<b>271</b>	<b>1.489</b>
<b>Outros produtos de exploração</b>	<b>35</b>	<b>1.177.382</b>	<b>1.092.855</b>
Rendimentos de contratos de seguros e reaseguros emitidos		1.112.826	1.037.490
Vendas e rendimentos por prestação de serviços não financeiros		35.332	32.499
Resto de produtos de exploração		29.224	22.866
<b>Outros ónus de exploração</b>	<b>36</b>	<b>1.210.909</b>	<b>1.172.842</b>
Despesas de contratos de seguros e reaseguros		1.113.735	1.046.420
Resto de ónus de exploração		97.174	126.422
<b>MARGEM ILÍQUIDA</b>		<b>1.410.171</b>	<b>895.886</b>
<b>Despesas de administração</b>		<b>729.448</b>	<b>563.229</b>
Despesas de pessoal	37	513.537	374.934
Outras despesas gerais de administração	38	215.911	188.295
<b>Amortização</b>	<b>16 e 17</b>	<b>59.487</b>	<b>48.606</b>
<b>Dotações a provisões (líquido)</b>	<b>21</b>	<b>5.812</b>	<b>(42.819)</b>
<b>Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)</b>		<b>357.876</b>	<b>355.796</b>
Investimentos creditícios	10.6	321.554	309.316
Outros instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados	9.3	36.322	46.480
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>		<b>257.548</b>	<b>(28.926)</b>
<b>Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)</b>	<b>39</b>	<b>35.764</b>	<b>38.160</b>
Fundo de maneo e outro ativo intangível		-	3.260
Outros ativos		35.764	34.900
<b>Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda</b>	<b>40</b>	<b>26.242</b>	<b>10.881</b>
Diferença negativa em combinações de negócio		-	2.635
<b>Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas</b>	<b>41</b>	<b>(32.920)</b>	<b>(70.311)</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>215.106</b>	<b>(123.881)</b>
<b>Imposto sobre lucros</b>	<b>25</b>	<b>64.382</b>	<b>(54.327)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<b>150.724</b>	<b>(69.554)</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)		-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>150.724</b>	<b>(69.554)</b>
Resultado atribuído à entidade dominante		150.653	(67.684)
Resultado atribuído a interesses minoritários		71	(1.870)

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpressada (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADOS DE RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDOS CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS  
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Milhares de euros)

	2014	2013 (*)
<b>A) RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>150.724</b>	<b>(69.554)</b>
<b>B) OUTROS RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDOS</b>	<b>135.251</b>	<b>189.139</b>
<b>B.1) Rubricas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>(27.095)</b>	<b>619</b>
Perdas e ganhos atuariais em planos de pensões de prestação definida	(38.708)	884
Ativos não correntes em venda	-	-
Entidades avaliadas pelo método da participação	-	-
Imposto sobre benefícios relacionado com rubricas que não serão reclassificadas a resultados	11.613	(265)
<b>B.2) Rubricas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>162.346</b>	<b>188.520</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>615.949</b>	<b>388.136</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	659.092	399.670
Montantes transferidos à demonstração de resultados	(43.143)	(11.534)
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas dos fluxos de efetivo</b>	<b>(140)</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	(140)	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Montantes transferidos ao valor inicial das rubricas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas de investimentos netas em negócios no estrangeiro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Diferenças de mudança</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Entidades avaliadas pelo método da participação</b>	<b>566</b>	<b>906</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	566	906
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Resto de rendimentos e despesas reconhecidas</b>	<b>(384.695)</b>	<b>(120.116)</b>
<b>Imposto sobre lucros relacionados com rubricas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>(69.334)</b>	<b>(80.406)</b>
<b>C) TOTAL RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>285.975</b>	<b>119.585</b>
Atribuídos à entidade dominante	287.356	121.455
Atribuídos a interesses minoritários	(1.381)	(1.870)

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADO TOTAL DE VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Milhares de euros)

	Fundos próprios					Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Interesses Minoritários	Total Património Neto
	Capital	Reservas acumuladas	Reservas de entidades avaliadas pelo método da particip.	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Divid. e retribuc.				
<b>I. Saldo final a 31/12/2013 (*)</b>	<b>2.611.730</b>	<b>(81.284)</b>	<b>(59.222)</b>	<b>(67.684)</b>	-	<b>2.403.540</b>	<b>130.173</b>	<b>2.014</b>	<b>2.535.727</b>
Acerto por variações de critério contabilística	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>2.611.730</b>	<b>(81.284)</b>	<b>(59.222)</b>	<b>(67.684)</b>	-	<b>2.403.540</b>	<b>130.173</b>	<b>2.014</b>	<b>2.535.727</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	<b>(35.834)</b>	-	<b>150.653</b>	-	<b>114.819</b>	<b>172.537</b>	<b>(1.381)</b>	<b>285.975</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	-	<b>(43.919)</b>	<b>(23.765)</b>	<b>67.684</b>	-	-	-	<b>(106)</b>	<b>(106)</b>
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	(43.919)	(23.765)	67.684	-	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	(106)	(106)
<b>III. Saldo final a 31/12/2014</b>	<b>2.611.730</b>	<b>(161.037)</b>	<b>(82.987)</b>	<b>150.653</b>	-	<b>2.518.359</b>	<b>302.710</b>	<b>527</b>	<b>2.821.596</b>

(\*) foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADO TOTAL DE VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
(Milhares de euros)

	Fundos próprios					Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Interesses Minoritários	Total Património Neto
	Capital	Reservas acumuladas	Reservas de entidades avaliadas pelo método da particip.	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Divid. e retribuc.				
<b>I. Saldo final a 31/12/2012</b>	<b>2.278.500</b>	<b>430.486</b>	<b>(33.000)</b>	<b>(484.261)</b>	-	<b>2.191.725</b>	<b>(40.611)</b>	<b>5.296</b>	<b>2.156.410</b>
Acerto por variações de critério contabilística	-	(35.909)	-	-	-	(35.909)	-	-	(35.909)
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>2.278.500</b>	<b>394.577</b>	<b>(33.000)</b>	<b>(484.261)</b>	-	<b>2.155.816</b>	<b>(40.611)</b>	<b>5.296</b>	<b>2.120.501</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidos</b>	-	<b>18.355</b>	-	<b>(67.684)</b>	-	<b>(49.329)</b>	<b>170.784</b>	<b>(1.870)</b>	<b>119.585</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	<b>333.230</b>	<b>(494.216)</b>	<b>(26.222)</b>	<b>484.261</b>	-	<b>297.053</b>	-	<b>(1.412)</b>	<b>295.641</b>
Aumentos de capital	325.500	-	-	-	-	325.500	-	-	325.500
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	(28.447)	-	-	-	(28.447)	-	28.447	-
Transferências entre rubricas de património líquido	7.730	(465.769)	(26.222)	484.261	-	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	(29.859)	(29.859)
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>III. Saldo final a 31/12/2013</b>	<b>2.611.730</b>	<b>(81.284)</b>	<b>(59.222)</b>	<b>(67.684)</b>	-	<b>2.403.540</b>	<b>130.173</b>	<b>2.014</b>	<b>2.535.727</b>

Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS  
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(Milhares de euros)**

	2014	2013 (*)
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>(4.925.600)</b>	<b>(524.709)</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>150.724</b>	<b>(69.554)</b>
<b>Acertos para obter os fluxos de efetivo das atividades de exploração</b>	<b>415.132</b>	<b>505.509</b>
Amortização	59.487	48.606
Outros acertos	355.645	456.903
<b>Aumento / diminuição líquido dos ativos de exploração</b>	<b>(4.038.823)</b>	<b>1.026.375</b>
Carteira de negociação	(19.006)	3.998
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	7.378	57.875
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(6.810.554)	(696.334)
Investimentos creditícios	2.790.413	1.435.025
Outros ativos de exploração	(7.054)	225.811
<b>Aumento / diminuição líquido dos passivos de exploração</b>	<b>(1.448.729)</b>	<b>(2.042.555)</b>
Carteira de negociação	20.916	2.546
Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	-	706
Passivos financeiros a custo amortizado	(2.086.018)	(2.310.814)
Outros passivos de exploração	616.373	265.007
<b>Cobranças / pagamentos por imposto sobre lucros</b>	<b>(3.904)</b>	<b>55.516</b>
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>4.923.106</b>	<b>464.655</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(69.181)</b>	<b>(58.020)</b>
Ativos tangíveis	(21.189)	(29.677)
Ativos intangíveis	(25.324)	(2.934)
Participações	-	(3.537)
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos associados em venda	(22.668)	(21.871)
Carteira de investimento a vencimento	-	(1)
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>4.992.287</b>	<b>522.675</b>
Ativos materiais	43.867	62.791
Ativos intangíveis	-	-
Participações	5.695	2.504
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos associados em venda	90.038	69.039
Carteira de investimento a vencimento	4.852.687	388.341
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A. E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CONSOLIDADOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS  
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(Milhares de euros)**

	2014	2013 (*)
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(5.371)</b>	<b>269.635</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(5.371)</b>	<b>(29.340)</b>
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	(5.371)	(29.340)
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
<b>Cobranças</b>	-	<b>298.975</b>
Passivos subordinados	-	-
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	298.975
Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DOS TIPOS DE VARIAÇÃO</b>	-	-
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO EFETIVO E EQUIVALENTES</b>	<b>(7.865)</b>	<b>209.581</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES AO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>706.591</b>	<b>497.010</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>698.726</b>	<b>706.591</b>
<b>Pró-memória:</b>		
<b>Componentes do efetivo e equivalentes ao final do período</b>		
Caixa	191.816	199.917
Saldos equivalentes ao efetivo em bancos centrais	243.273	299.414
Saldos líquidos à vista mantidos com entidades de crédito	263.637	207.260
<b>Total efetivo e equivalentes ao final do período</b>	<b>698.726</b>	<b>706.591</b>

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

# Ibercaja Banco, S.A. e sociedades dependentes

## Memória das contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício anual terminado em 31 de dezembro de 2014

### Índice

1.	Introdução, bases de apresentação das contas anuais consolidadas e outra informação
2.	Princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados
3.	Gestão do risco
4.	Distribuição dos resultados
5.	Informação sobre o Conselho de Administração e a Alta Direção
6.	Caixa e depósitos em bancos centrais
7.	Carteiras de negociação de ativo e passivo
8.	Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados
9.	Ativos financeiros disponíveis para a venda
10.	Investimentos creditícios
11.	Carteira de investimento a vencimento
12.	Derivados de cobertura (devedores e credores) e Acertos a ativos e passivos financeiros por macro-coberturas
13.	Ativos não correntes em venda
14.	Participações
15.	Ativos por reaseguros
16.	Ativo tangível
17.	Ativo intangível
18.	Resto de ativos
19.	Passivos financeiros a custo amortizado
20.	Passivos por contratos de seguros
21.	Provisões
22.	Resto de passivos
23.	Acertos por avaliação
24.	Fundos próprios e interesses minoritários
25.	Situação fiscal

26. Valor razoável dos ativos e passivos financeiros
27. Outra informação significativa
28. Juros e rendimentos assimilados
29. Juros e ónus assimilados
30. Rendimentos de instrumentos de capital
31. Comissões recebidas
32. Comissões pagas
33. Resultados de operações financeiras
34. Diferenças de variação
35. Outros produtos de exploração
36. Outros ónus de exploração
37. Despesas de pessoal
38. Outras despesas gerais de administração
39. Perdas por deterioro do resto de ativos
40. Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda
41. Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas
42. Partes vinculadas
43. Outros requerimentos de informação
44. Balanços em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e demonstração de resultados, estados de rendimentos e despesas reconhecidas, estados totais de variações no património líquido e estados de fluxos de efetivo de Ibercaja Banco, S.A. correspondentes aos exercícios anuais terminados o 31 de dezembro de 2014 e 2013

Anexo I: Informação sobre participações em entidades dependentes, multi-grupo e associadas

Anexo II: Informação financeira de participações em entidades dependentes, multi-grupo e associadas

Anexo III: Relatório bancário anual

Anexo IV: Conciliação dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e da demonstração de resultados consolidada correspondente ao exercício anual terminado em 31 de dezembro de 2013

# Ibercaja Banco, S.A. e sociedades dependentes

Memória das contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício anual terminado em 31 de dezembro de 2014

## **1.Introdução, bases de apresentação das contas anuais consolidadas e outra informação**

### **1.1Introdução**

Ibercaja Banco, S.A. (doravante Ibercaja Banco, o Banco ou a Sociedade), é uma entidade de crédito, participada em 87,8% do seu capital pela Fundación Bancaria Ibercaja (doravante a Fundação), sujeita ao regulamento e regulação que determinam as autoridades económicas e monetárias espanholas e da União Europeia.

A Fundación Bancaria Ibercaja - entidade matriz do Grupo Ibercaja - é uma organização privada sem fins lucrativos que procede da transformação da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja (doravante a Caixa), entidade de carácter benéfico social fundada pela Real e Excma. Sociedade Económica Aragonesa de Amigos del País, que foi aprovada por Real Ordem de 28 de janeiro de 1873 e iniciou as suas atividades em 28 de maio de 1876. O 17 de junho de 2014 a Assembleia Geral Ordinária da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja acordou a transformação da Instituição numa Fundación Bancaria. Em setembro, e em execução dos acordos adotados pela Assembleia Geral, a Caixa transforma-se na Fundación Bancaria Ibercaja e constitui-se o primeiro patronato da Fundação. A Fundación Bancaria Ibercaja ficou inscrita no Registo de Fundações do Ministério de Educação, Cultura e Desporto com data 13 de outubro de 2014, com o número 1689.

Depois de analisar as variações sucedidas no nosso sistema financeiro desde 2010 - e, especialmente, as modificações legislativas e medidas adotadas para o reforço do mesmo- a Assembleia Geral da Caixa, na sua sessão extraordinária celebrada o 26 de julho de 2011, aprovou a criação de um novo banco, que participa no tráfico jurídico e económico com a denominação de Ibercaja Banco, e ao qual transferiu a totalidade dos ativos e passivos destinados à sua atividade financeira. Depois da segregação e a posterior transformação anteriormente comentada, a Fundação mantém a sua Obra Social e Cultural, o Monte de Piedade e o património histórico-artístico.

Ibercaja Banco, tem a sua sede social na Plaza de Basilio Paraíso nº 2, e figura inscrito na Conservatória do Registo Comercial de Saragoça, tomo 3865, livro 0, folio 1, folha Z-52186, inscrição 1ª, e no Registo Especial do Banco de Espanha com o número 2085. A sua página Site corporativa (sede eletrónica) é [www.ibercaja.es](http://www.ibercaja.es), onde podem ser consultados os estatutos sociais e outra informação pública.

Tem por objeto social a realização de toda a classe de atividades, operações, atos, contratos e serviços próprios do negócio de banca em general que lhe estejam permitidos pela legislação vigente em cada momento, incluída a prestação de serviços de investimento e serviços auxiliares.

Ibercaja Banco e a Fundação estão supervisionadas pelo Banco de Espanha e adicionalmente Ibercaja Banco, na sua condição de sociedade emissora de valores, pela Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Desde o mês de novembro de 2014 o Mecanismo Único de Superintendência (MUS), que agrupa o Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades nacionais competentes, entre as que se encontra o Banco de Espanha, se constitui como o novo sistema de supervisão financeira dos bancos na zona euro baseando-se em princípios e normas acordados conjuntamente por diferentes organismos de âmbito europeu.

Desde a dita data, Ibercaja Banco está supervisionado pelo BCE através do denominado Processo de revisão e avaliação supervisora (PRES) que abarca três elementos principais: uma avaliação trimestral do perfil de riscos e do meio de controlo das entidades de crédito, uma revisão exaustiva dos processos de auto-avaliação da adequação do capital e da liquidez que periodicamente realizam as próprias entidades e uma contabilização das necessidades de capital e de liquidez, em função dos resultados da avaliação de riscos.

Há que frisar, durante o exercício 2014, a fusão por absorção de Ibercaja Banco, S.A. (Sociedade incorporante) e de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (Sociedade incorporada) prévia aquisição durante o exercício 2013 de 100% das ações de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. realizada por Ibercaja Banco, S.A., a qual se descreve na Nota 1.10.3.

Adicionalmente às operações que realiza diretamente, o Banco é cabeceira de um grupo de entidades dependentes, que se dedicam a atividades diversas e que constituem, junto dele, o Grupo Ibercaja Banco (doravante, o “Grupo” ou Grupo Ibercaja Banco).

Igualmente, a Fundação também formula contas anuais consolidadas do Grupo no que é entidade dominante (Grupo Ibercaja).

Na Nota 44 apresentam-se os balanços, as demonstrações de resultados, os estados de rendimentos e despesas reconhecidas, os estados totais de variações no património líquido e os estados de fluxos de efetivo do Banco correspondentes aos exercícios anuais terminados o 31 de dezembro de 2014 e 2013, preparados de acordo com os mesmos princípios e normas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados nas presentes contas anuais consolidadas do Grupo.

## **1.2 Bases de apresentação das contas anuais consolidadas**

As contas anuais consolidadas do Grupo Ibercaja Banco do exercício 2014 foram formuladas pelos Administradores da Sociedade, em reunião do seu Conselho de Administração celebrada o 10 de março de 2015, estando pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante, o Conselho de Administração do Banco entende que ditas contas serão aprovadas sem variações significativas. As contas anuais consolidadas do Grupo do exercício 2013 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas do Banco celebrada o 28 de maio de 2014.

As contas anuais consolidadas foram elaboradas tendo em consideração os princípios, normas contabilísticas e critérios de avaliação aplicáveis de acordo com o estabelecido pelas Normas Internacionais de Informação Financeira adaptadas pela União Europeia (doravante, “NIIF-UE”) e a Circular 4/2004 do Banco de Espanha (doravante, “Circular 4/2004”), de forma que mostram a imagem fiel do património e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2014, dos resultados das suas operações e fluxos de efetivo, consolidados, que se produziram no exercício anual terminado nessa data.

A Circular 4/2004 sobre “Normas de informação financeira pública e reservada e modelos de estados financeiros de Entidades de Crédito”, tem por objeto adequar o regime contabilístico de ditas entidades ao meio contabilístico derivado da adoção por parte da União Europeia das Normas Internacionais de Informação Financeira, com o objeto de fazer dita Circular plenamente compatível atendendo ao enquadramento concetual em que se baseiam.

Na Nota 2 resume-se os princípios e políticas contabilísticos e critérios de avaliação mais significativos aplicados na preparação das contas anuais consolidadas.

Estas contas elaboraram-se a partir dos registos de contabilidade mantidos pela Sociedade e pelas restantes entidades integradas no Grupo. Não obstante, e dado que os princípios contabilísticos e critérios de avaliação aplicados na preparação das contas do Grupo do exercício 2014 podem diferir dos utilizados por algumas das entidades integradas no mesmo, no processo de consolidação introduziram-se os acertos e reclassificações necessários para homogeneizar entre si tais princípios e critérios, para adequá-los às NIIF-UE aplicadas pela Sociedade.

### **1.3 Estimativas realizadas**

Nas contas anuais consolidadas correspondentes ao exercício 2014 utilizaram-se, em determinadas ocasiões, avaliações e estimativas para quantificar alguns dos ativos, passivos, rendimentos, despesas e compromissos que figuram registados nelas. Basicamente, estas estimativas referem-se:

- às perdas por deterioro de determinados ativos e a estimativa das garantias associadas (Notas 9 a 11, 13, 14, 16 a 18),
- às hipóteses empregadas no cálculo actuarial dos passivos e compromissos por retribuições pós-emprego e outros compromissos em longo prazo mantidos com os empregados (Notas 2.13 e 37.2),
- à avaliação dos fundos de maneio e outros ativos intangíveis (Nota 17),
- ao valor razoável dos ativos, passivos e passivos contingentes no contexto da atribuição do preço pago nas combinações de negócios (Nota 1.10.2),
- à vida útil dos ativos materiais e intangíveis (Notas 2.15 e 2.16),
- à probabilidade de ocorrência daqueles acontecimentos considerados como passivos contingentes e, se for o caso, as provisões necessárias para a cobertura destes factos (Notas 2.20 e 21),
- ao valor razoável de determinados ativos não cotados (Nota 26), e
- à recuperabilidade dos ativos por imposto diferido (Notas 2.14 e 25.4).

As estimativas anteriormente descritas realizaram-se em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2014 sobre os factos analisados; não obstante, é possível que acontecimentos futuros obriguem a modificá-las em próximos exercícios, o que se faria conforme ao estabelecido no regulamento vigente, de forma prospetiva reconhecendo os efeitos da variação de estimativa na demonstração de resultados consolidada dos exercícios afetados.

### **1.4 Informação referida ao exercício 2013 e 2012**

Conforme o exigido pelo regulamento vigente, a informação contida nestas contas anuais referida ao exercício anterior 2013 apresenta-se exclusivamente para efeitos comparativos com a informação relativa ao exercício 2014.

Igualmente, têm-se reexpressos certos epígrafes dos estados financeiros devido à mudança de política contabilística descrito na Nota 1.12.1. Como consequência da dita reexpressão, e de acordo à normativa contabilística aplicável, se apresenta o balanço em 31 de dezembro de 2012 como parte integrante destas contas anuais (Anexo IV).

A aquisição de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. que se descreve na Nota 1.10.2 supôs a incorporação dos seus saldos e transações nos estados consolidados do Grupo desde o 1 de julho de 2013, o qual tem de se ter em conta para os efeitos da comparação da informação financeira do exercício 2014 com a do exercício anterior.

### **1.5 Contratos de agência**

Nem no encerramento do exercício 2014 nem em nenhum momento durante o mesmo, as entidades consolidadas mantiveram em vigor "contratos de agência" na forma na que estes se contemplam no artigo 22º do Real Decreto 1245/1995, de 14 de julho.

## 1.6 Participações no capital de entidades de crédito

De acordo com o disposto no artigo 20º do Real Decreto 1245/1995, a seguir apresenta-se o relacionamento de participações no capital de entidades de crédito, nacionais e estrangeiras, mantidas pelo Grupo que superam 5% do capital ou dos direitos de voto de ditas entidades, e que não entram a fazer parte do Grupo consolidado:

Entidade	% de Participação	
	2014	2013
Sociedade Espanhola de Banca de Negócios, S.A.	21,09%	21,09%

## 1.7 Requerimentos e gestão do capital

### 1.7.1 Enquadramento normativo

O Comité de Basileia de Superintendência Bancária lidera a harmonização da regulação financeira internacional. Este Comité, articulou uma primeira regulação para as entidades de crédito, que fixou um capital mínimo de 8% sobre o conjunto dos seus riscos (Basileia I, 1988). Posteriormente, em 2004, Basileia II melhorou a sensibilidade dos mecanismos de estimativa do risco e contribuiu dois novos piagregados familiares: a autoavaliação do capital e os riscos por cada entidade (Pilar II) e a disciplina de mercado (Pilar III). Em dezembro de 2010, o Comité aprova um novo enquadramento normativo (Basileia III) que incrementa as exigências de capital com instrumentos de melhor qualidade, procurando consistência e uma aplicação homogénea por entidades e países. O novo acordo melhora a transparência e a comparabilidade das ratios de capital e incorpora novas ferramentas prudenciais, no âmbito da liquidez e o alavancagem.

A União Europeia trasladou ao seu ordenamento jurídico os citados acordos (Basileia III) mediante a Diretiva 2013/36/UE (CRD-IV) do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa ao acesso à atividade das entidades de crédito e à supervisão prudencial das entidades de crédito e as empresas de investimento e o Regulamento (UE) N° 575/2013 (CRR) do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 sobre os requisitos prudenciais das entidades de crédito e as empresas de investimento, de aplicação desde o 1 de janeiro de 2014.

Com o objeto de adaptar o ordenamento jurídico nacional às variações normativas que se impõem no âmbito internacional foi aprovada a Lei 10/2014, de 26 de junho, de ordenamento, supervisão e solvência de entidades de crédito, continuando a transposição iniciada pelo Real Decreto-lei 14/2013, de 29 de novembro e a Circular 2/2014 do Banco de Espanha que estabelece as opções regulatórias de requerimentos aplicáveis durante o período transitório.

Os requerimentos de recursos próprios mínimos que estabelece o regulamento vigente (Pilar I) calculam-se em função da exposição do Grupo aos riscos de crédito, variação da carteira de negociação, mercado e operacional. Adicionalmente, o Grupo está sujeito ao cumprimento de limites à concentração de riscos.

### 1.7.2 Informação quantitativa

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo Ibercaja Banco cumpre folgadoamente com os coeficientes mínimos de solvência (Pilar I de Basileia) exigidos pelo regulamento vigente, como se detalha no seguinte quadro:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Recursos Próprios</b>		
CET 1	2.745.740	2.662.373
Tier I	2.745.740	2.662.373
RR.PP. Totais	2.904.603	2.839.722
<b>Ativos ponderados por risco (BIS 3)</b>	<b>24.663.611</b>	<b>26.427.817</b>
<b>Ratios</b>		
CET 1	11,13%	10,07%
Tier I	11,13%	10,07%
Coeficiente de solvência	11,78%	10,75%

De acordo com os requerimentos estabelecidos em CRR, as entidades de crédito deverão, em todo momento, cumprir com um ratio CET 1 de 4,5%, Tier I de 6% e Coeficiente de solvência de 8%. Não obstante, os regulatórios podem sob o novo enquadramento normativo requerer às entidades a manutenção de níveis adicionais de capital.

### *1.7.3 Gestão do capital*

O objetivo do Pilar II de Basileia é assegurar o adequado relacionamento entre o perfil de riscos do Grupo e os recursos próprios que efetivamente mantém. Para isso, o Grupo realiza um processo recorrente de auto-avaliação do Capital no qual:

- Aplica uma série de procedimentos de identificação, medição e agregação de riscos,
- determina o capital necessário para cobri-los. De maneira adicional aos recursos próprios mínimos mantém um nível conforme com os riscos inerentes à sua atividade, ao meio económico no qual opera, à gestão e controlo que realiza destes riscos, aos sistemas de governo e auditoria interna dos que dispõe e ao seu plano estratégico de negócio,
- planifica o capital em médio prazo, e
- estabelece o objetivo de recursos próprios.

O Grupo fixa um objetivo de capital que lhe permita manter de forma permanente uma folga adequada sobre as necessidades legais de Pilar I, assegurando o correto relacionamento entre o seu perfil de risco e os seus recursos próprios.

Na quantificação das necessidades de capital interno, o Grupo aplicou os seguintes procedimentos relacionados com a cada um dos seus riscos:

- Risco de crédito: Aplicou-se o método regular.
- Risco de concentração de crédito: Aplicou-se a opção simplificada, calculando os índices de concentração setorial e individual.
- Risco operacional: Aplicou-se o método regular.
- Risco de taxa de juro estrutural de balanço: Aplicou-se a opção simplificada.
- Risco de liquidez: O Grupo não estima necessidades de capital associadas a este risco, uma vez analisada a política de liquidez, os sistemas de controlo e os planos de contingência.
- Outros riscos: As necessidades de capital associadas a riscos diferentes dos anteriores estimaram-se em 5% dos requerimentos de recursos próprios totais do Grupo.

O capital total necessário do Grupo estimou-se mediante a agregação das necessidades de capital associadas à cada risco.

Para realizar um adequado planeamento das necessidades de capital futuras do Grupo, realizaram-se projeções de fontes e consumos de capital derivados da evolução da atividade e dos resultados esperados com um horizonte temporário de três anos.

Igualmente, o Grupo estima os níveis de capital projetados sob cenários de stress.

#### *1.7.4 Informação com relevância prudencial*

Para dar cumprimento às obrigações de informação ao mercado, o Conselho de Administração aprovou a política de divulgação da informação com relevância prudencial (Pilar III de Basileia), de modo que o Grupo Ibercaja, previamente à publicação e aprovação das contas anuais consolidadas do exercício 2014, fará pública dita informação na sua página site.

#### *1.7.5 Processo de avaliação do “Comprehensive Assessment” (Avaliação Global) do Mecanismo Único de Superintendência*

Como passo prévio à entrada em vigor do novo Mecanismo Único de Superintendência (MUS), as entidades creditícias europeias, no contexto do “Comprehensive Assessment”, foram submetidas a uma rigorosa avaliação da sua solvência por parte do Banco Central Europeu (BCE) em coordenação com os supervisores nacionais e a Autoridade Bancária Europeia (EBA), a qual se realizou mediante dois exercícios: análise da qualidade dos ativos (“Asset Quality Review” ou AQR pelas suas siglas em inglês) e teste de stress.

No primeiro, AQR, determinou-se, com data 31 de dezembro de 2013 se os balanços das entidades de crédito analisadas refletiam o valor real dos seus ativos, de acordo a normas internacionais de informação financeira, isto é se o capital era suficientemente são ou pelo contrário estava afetado pela má qualidade dos ativos, pelo que a entidade requeria maiores recursos para garantir a sua solvência. Tratava-se de um exercício de avaliação da realidade patrimonial das entidades a uma data concreta.

O segundo exercício, teste de stress, consistiu numa projeção das exigências de capital perante cenários futuros de dificuldades económicas medindo a adequação de capital e a capacidade orgânica de gerá-lo em dois hipotéticos cenários macroeconómicos (base e adverso) e ao longo de três exercícios projetados (2014-2016). O objetivo era garantir a capacidade das entidades de suportar cenários económicos adversos sem problemas de continuidade.

O primeiro exercício avaliou assim a situação inicial, enquanto o segundo analisou as necessidades de capital em cenários macroeconómicos de diferente dificuldade. O Grupo Ibercaja superou com sucesso a avaliação global do BCE.

A análise dos ativos de Ibercaja (AQR), em comparação com os resultados do conjunto de entidades europeias e nacionais, confirmou a qualidade da sua carteira creditícia, o alto nível de provisões atingido para cobrir os ativos de maior risco e os rigorosos critérios de classificação dos ativos e identificação dos riscos. Como resultado desta análise, as necessidades de dotações adicionais identificadas foram muito pouco significativas e foram registadas pela Sociedade no exercício 2014.

Em relação ao teste de stress, a Entidade contava em dois cenários macroeconómicos considerados (base e adverso) com uma ratio de capital superior em mais de dois pontos percentuais aos requerimentos mínimos. No cenário base, Ibercaja obteria em 2016 uma ratio CET 1 de 10,6%, face ao 8% exigido. No cenário adverso, que refletia um meio macroeconómico negativo e um importante endurecimento das condições de mercado, o Grupo contaria com um CET 1 de 7,9%, muito acima do nível mínimo fixado no 5,5%. Deve-se frisar que Ibercaja Banco obteve este resultado depois de ter feito face à integração de Banco Grupo Cajates, entidade em processo de reestruturação, e sem transferir a SAREB créditos ou ativos imobiliários diferentes aos que transferiu a entidade incorporada.

O processo de avaliação implicou um rigoroso e pormenorizado exame dos balanços dos bancos, contribuindo a melhorar a transparência da informação e reforçando a confiança de clientes e investidores na solidez e solvência do sistema financeiro europeu.

Para o Grupo Ibercaja os resultados atingidos evidenciam a qualidade da carteira creditícia, a fortaleza da sua posição de capital e a transparência e fiabilidade da informação.

### 1.7.6 Qualificações creditícias outorgadas

Entidade	Data		Curto prazo		Longo prazo		Perspetiva	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Standard&Poors	Novembro 2014	Dezembro 2013	B	B	BB	BB	Positiva	Estável
Moody's	Novembro 2014	Novembro 2013	NP	NP	Ba3	Ba3	Negativa	Negativa
Fitch Ratings	Novembro 2014	Fevereiro 2014	B	B	BB+	BB+	Positiva	Estável

### 1.8 Fundo de Garantia de Depósitos

A Sociedade está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos.

O Real Decreto-Lei 19/2011 modificou o Real Decreto-Lei 16/2011 e estabeleceu um incremento do montante das contribuições das Entidades ao Fundo de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito de 1 a 2 por mil da base de cálculo.

A despesa pelas contribuições ordinárias às que se refere a alínea anterior é adquirida à medida que a Sociedade presta os seus serviços aos clientes, de maneira que ao encerramento do exercício o balanço recolhe o passivo pela contribuição que se desembolsa no primeiro trimestre do exercício posterior (53.219 e 52.813 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente).

O 30 de julho de 2012, a Comissão Gestora do Fundo de Garantia de Depósitos acordou a realização de uma quota extraordinária entre as entidades aderidas ao mesmo, a pagar pela cada entidade mediante dez quotas anuais iguais. O montante da quota correspondente ao Banco atinge 81.460 milhares de euros (dez quotas anuais de 8.146 milhares de euros a cada uma). Estas quotas serão deduzidas da contribuição ordinária anual que, se for o caso, satisfaça a entidade, e até o montante dessa contribuição ordinária. O valor atual do montante pendente de desembolsar figura no epígrafe de outros ativos financeiros incluído em "Investimentos creditícios - Crédito à clientela" do balanço (56.282 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 e 63.315 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013; Nota 10.3) e o montante pendente de pagamento apresenta-se em "Outros passivos financeiros" (58.614 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 e 65.014 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). A diferença entre ambos montantes se registou como uma despesa financeira no epígrafe "Juros e ónus assimilados" da demonstração de resultados.

O Real Decreto-Lei 6/2013 estabeleceu que, com o fim de reforçar o património do Fundo de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito, a contribuição anual prevista pelo artigo 3 do Real Decreto 2606/1996, de 20 de dezembro, sobre Fundos de Garantia de Depósitos de Entidades de Crédito, a realizar pelas entidades aderidas sobre os depósitos a 31 de dezembro de 2012, se incrementasse excecionalmente, e por uma só vez, num 3 por mil adicional.

Este incremento faz-se efetivo em duas tranches:

a) Uma primeira tranche equivalente a duas quintas partes do total, a satisfazer no prazo de 20 dias úteis desde o 31 de dezembro de 2013. A referida tranche reduziu-se como consequência das deduções previstas pelo regulamento até um montante de 2.224 milhares de euros, o qual se registou como uma despesa na conta de resultados do exercício 2013.

b) Uma segunda tranche equivalente às três quintas partes restantes, que atinge 53.502 milhares de euros, a satisfazer a partir de 1 de janeiro de 2014 de acordo com o calendário de pagamento que fixar a Comissão Gestora dentro de um prazo máximo de 7 anos. Em 2014 fixou-se o calendário de contribuições, de maneira que se tem desembolsado durante o exercício um sétimo da segunda tranche e o resto do montante da segunda tranche será desembolsada em dois pagamentos iguais a realizar o 30 de junho de 2015 e o 30 de junho de 2016. De acordo com o Regulamento 634/2014, pelo que se adota a Interpretação 21 do Comité de Interpretações das Normas Internacionais de Informação Financeira "Encargos" (Nota 1.12.1), considerou-se que esta despesa venceu no momento da entrada em vigor do citado Real Decreto-Lei (24 de março de 2013), já que se trata de uma contribuição que não depende da atividade futura da Sociedade e deve reconhecer-se como um passivo na sua totalidade em dita data, com independência da data do seu desembolso. O passivo por este conceito atinge 45.859 e 53.502 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

No exercício 2014, a despesa incorrida por todas as contribuições realizadas a este organismo atingiu 62.211 milhares de euros (105.711 milhares de euros no exercício 2013). Este montante encontra-se registado nos epígrafes "Outros ónus de exploração" (60.935 milhares de euros e 104.392 milhares de euros no exercício 2014 e 2013, respetivamente; Nota 36) e "Juros e ónus assimilados", de acordo ao indicado anteriormente (1.276 milhares de euros e 1.319 milhares de euros no exercício 2014 e 2013, respetivamente; Nota 29).

### **1.9 Coeficiente de Reservas Mínimas**

Em 31 de dezembro de 2014, bem como ao longo do exercício 2014, o Grupo cumpria com os mínimos exigidos para o coeficiente de reservas mínimas. Em cumprimento das obrigações legais estabelecidas pelo Banco Central Europeu, a média diária das reservas mínimas a manter em 31 de dezembro de 2014 atinge 281.350 milhares de euros (287.023 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

Em janeiro de 2012 entrou em vigor a modificação do regulamento aplicável às reservas mínimas, de maneira que o coeficiente de reserva exigido passou de 2% a 1%.

### **1.10 Processo de integração com Cajatres**

#### *1.10.1 Integração provisória*

##### **1.10.1.1 Assinatura do protocolo de integração**

O 27 de novembro de 2012 Ibercaja Banco, S.A.U. e Banco Grupo Cajatres, S.A. assinaram um protocolo de integração, mediante um processo de aquisição por Ibercaja Banco, S.A.U.

O acordo assinado previa que a aquisição se realizasse depois do cumprimento de determinadas condições suspensivas, entre as que encontravam a aprovação pelas autoridades nacionais e comunitárias competentes de um plano de integração de Ibercaja Banco, S.A.U. e de Banco Grupo Cajatres, S.A., que Banco Grupo Cajatres, S.A. atingisse com a representação dos trabalhadores um acordo laboral para realizar uma redução de modelo, e que se garantisse que as condições, obrigações ou limitações que, se for o caso, pudessem impor as autoridades nacionais ou comunitárias relativamente ao plano de reestruturação ou a sua execução ou por razão do apoio financeiro do Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB) afetassem exclusivamente o Banco Grupo Cajatres, S.A.

Conforme ao previsto no capítulo III da Lei 9/2012, de 14 de novembro, de reestruturação e resolução de entidades de crédito apresentou-se perante o FROB o "Plano de Integração Grupo Ibercaja + Cajatres", de data 5 de dezembro de 2012, que incluía o plano de reestruturação de Banco Grupo Cajatres, S.A. (Nota 1.10.1.2), que foi aprovado pela Comissão Europeia o 20 de dezembro de 2012, e que supôs uma ajuda de capital de 407 milhões de euros mediante a assinatura de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) por parte do FROB (Nota 1.10.1.4) e o exercício da gestão de híbridos (assunção de perdas pelos detentores de dívida e obrigações subordinadas). Este apoio financeiro estava dependente da integração de Banco Grupo Cajatres, S.A. em Ibercaja Banco, S.A.U., e ao cumprimento de determinadas medidas, especificadas no Plano de reestruturação de Banco Grupo Cajatres, S.A.

##### **1.10.1.2 Plano de reestruturação**

O "Plano de Integração Grupo Ibercaja + Cajatres", de data 5 de dezembro de 2012, inclui um apartado específico com o "Plano de reestruturação de Cajatres" que incorpora determinadas medidas a realizar pelo Banco Grupo Cajatres, S.A. nos próximos anos no exercício da sua atividade como entidade de crédito, e sempre dentro do enquadramento da integração com Ibercaja Banco, S.A.U. Estas medidas apresentaram-se ante a Comissão

Europeia (no documento denominado “*Term Sheet of the Spanish authorities commitments for the approval of the restructuring plano of Banco Cajatres by the European Commission*”) para a obtenção da ajuda de capital que se menciona na Nota 1.10.1.1 anterior. O resumo destas medidas é o seguinte:

- Encerramento de 187 escritórios e redução do modelo do Banco em 592 empregados, assinando-se o 15 de março de 2013 um acordo laboral que recolhia as condições nas que se produziriam estas saídas. Em 31 de dezembro de 2013 já se tinha procedido ao encerramento de 187 escritórios e em 31 de dezembro de 2014 reduziu-se o modelo em 592 empregados (o compromisso a essa data era de 549 empregados).
- Transferência à SAREB de ativos relacionados com o setor imobiliário que ao 30 de junho de 2012 tinham um valor líquido contabilístico aproximado de 2.404 milhões de euros. Finalmente foram transferidos à SAREB em fevereiro de 2013 ativos por 2.212 milhões de euros (Nota 1.10.1.3).
- Desinvestimento em negócios não estratégicos, que inclui o desinvestimento no período 2013-2014 em 87 sociedades participadas relacionadas com o setor imobiliário e o desinvestimento no período 2013-2015 em outras 42 sociedades participadas de carácter não estratégico, cujo valor líquido contabilístico consolidado total ao 30 de junho de 2012 era de 153 milhões de euros (o valor líquido contabilístico consolidado em 31 de dezembro de 2014 se reduziu a 6 milhões de euros devido aos saneamentos e vendas realizados). Igualmente, estabelece-se que se chegado o vencimento dos períodos estabelecidos as participações não fossem vendidas, Banco Grupo Cajatres, S.A., ou a entidade decorrente do processo de integração, procederá ao saneamento integro do seu valor líquido contabilístico.
- Partilha de ónus (*Burden sharing*) mediante a recompra de passivos subordinados, ou troca por instrumentos de capital, por um valor inferior ao que se encontram contabilizados gerando por dita operação pelo menos 36 milhões de euros no *Core Tier 1 capital* (aspecto finalizado antes da integração gerando 6 e 34 milhões de euros líquidos de efeito fiscal nos exercícios 2012 e 2013 respetivamente).

#### 1.10.1.3 Transferência de ativos à SAREB

A Lei 9/2012 estabelece que o FROB pode obrigar a uma entidade de crédito a transmitir a uma sociedade de gestão de ativos determinadas categorias de ativos que figurem no seu balanço ou adotar as medidas necessárias para a transmissão de ativos que figurem no balanço de qualquer entidade sobre a que a entidade de crédito exerça controlo no sentido do artigo 42º do Código de Comércio. Por outro lado, no Real Decreto 1559/2012, de 15 de novembro, estabelece-se o regime jurídico das sociedades de gestão de ativos.

Segundo indicou-se na Nota 1.10.1.1 anterior, uma das condições impostas para a aprovação das ajudas de capital foi o transferência de determinados ativos vinculados à atividade imobiliária a SAREB. De acordo com ditas condições, os critérios de seleção de ativos a transferir a SAREB foram, fundamentalmente, os seguintes:

- Bens imóveis adjudicados registados no ativo consolidado de Banco Grupo Cajatres, S.A. em 30 de junho de 2012, com um valor líquido contabilístico individual superior a 100.000 euros.
- Empréstimos e créditos a promotores imobiliários registados no ativo consolidado de Banco Grupo Cajatres, S.A. em 30 de junho de 2012, com uma exposição mínima perante o prestatário de 250.000 euros em termos de valor líquido contabilístico.

De acordo com o “Contrato de transmissão de ativos”, de data 25 de fevereiro de 2013, o preço de transferência de todos os ativos transferidos por Banco Grupo Cajatres, S.A. é de 2.212.085 milhares de euros, e determinou-se aplicando os critérios e percentagens fixados pelo Banco de Espanha, segundo o disposto na Lei 9/2012 e o Real Decreto 1559/2012, sobre a base do valor contabilístico dos ativos estimado à data de transmissão. O detalhe do preço de transferência é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Valor de transferência / Preço	Valor bruto
Ativos adjudicados	293.080	826.283
<i>Dos que ativos adjudicados em empresas do Grupo</i>	<i>241.301</i>	<i>722.596</i>
Risco de crédito:	1.919.005	3.491.988
Com garantia hipotecária	1.790.704	3.133.907
Sem garantia	128.301	358.081
	<b>2.212.085</b>	<b>4.318.271</b>

O preço de transferência poderá ajustar-se se a SAREB advertir alguma das seguintes circunstâncias:

- Que exista um erro na categorização de um ativo, incluindo para estes efeitos os supostos nos quais um contrato de financiamento, como consequência de um procedimento de execução judicial, se converte num bem imóvel.
- Que algum dos ativos objeto de transmissão seja transmitido por Banco Grupo Cajatres, S.A.U. a um terceiro antes da data de transmissão.
- Que a avaliação estimada a 28 de fevereiro de 2013 de um ativo, sobre a base da qual se determinou o preço, seja errónea ou varie.

SAREB tem um prazo de trinta e seis meses para determinar, uma ou várias vezes, se se produziu alguma das circunstâncias indicadas nos pontos anteriores. Igualmente, poder-se-á acertar o preço com respeito aos contratos de financiamento, com disponível pendente, caso o Banco de Espanha, a proposta do FROB, concluisse que não foi adequadamente considerado na determinação do preço de transferência.

Adicionalmente, no “Contrato de transmissão de ativos”, as sociedades transmitentes realizam uma série de declarações e garantias, e obrigam-se a indemnizar a SAREB em caso de não cumprimento das mesmas.

Dada a natureza do processo através do qual se determinaram os ativos a transferir à SAREB e o preço a que ditos ativos deviam ser transferidos, os Administradores do Banco consideram que o potencial impacto que se pudesse derivar, se for o caso, da revisão do citado preço, não se pode quantificar de forma objetiva na atualidade, conquanto com a informação disponível neste momento estimam que não é previsível que o citado impacto pudesse ser significativo para o conjunto das contas anuais adjuntas. Até à data não se produziu acerto algum no preço de transferência.

No “Contrato de transmissão de ativos” faculta-se o Banco Grupo Cajatres, S.A.U. para receber o preço em nome de todas as entidades transmitentes, que será pago mediante valores de renda fixa a emitir pela SAREB. Deste modo, o 26 de fevereiro de 2013 o Banco assinou um contrato de assinatura, pelo qual o 28 de fevereiro de 2013 recebeu instrumentos de dívida por um total de 2.212.000 milhares de euros. Os instrumentos de dívida emitem-se a 100% do seu valor nominal, contam com a garantia irrevogável da Administração Geral do Estado, e o seu detalhe em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

Assinatura	Taxa de juro	Vencimento	Milhares de euros
			Montante nominal
SAREB Bono Senior 2014-1	Euribor 3 meses + 0,27%	28 de fevereiro de 2015	651.000
SAREB Bono Senior 2013-2	Euribor 3 meses + 2,08%	28 de fevereiro de 2015	976.400
SAREB Bono Senior 2013-3	Euribor 3 meses + 2,46%	28 de fevereiro de 2016	542.500
			<b>2.169.900</b>

Na mesma data assinou-se um “Contrato de administração e gestão de ativos”, no que se estabelece que o Banco continuará a gerir os ativos transmitidos, estabelecendo os honorários a perceber pelo Banco, e uns honorários de sucesso quando participe em arrendamento ou transmissão a um terceiro dos ativos geridos (Nota 31). A duração de dito contrato é de um ano prorrogável.

#### 1.10.1.4 Emissão de obrigações contingentes convertíveis (CoCos)

A Assembleia de Acionistas de Banco Grupo Cajatres, S.A., na sua sessão celebrada em 15 de fevereiro de 2013, aprovou a emissão de obrigações contingentes convertíveis (CoCos) em ações do Banco por um montante de 407 milhões de euros a subscrever pelo FROB. As obrigações computarão como recursos próprios básicos de acordo com o Regulamento (UE) N° 575/2013 (CRR) do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 sobre os requisitos prudenciais das entidades de crédito e as empresas de investimento, de aplicação desde o 1 de janeiro de 2014 (Nota 1.7). A taxa de emissão das obrigações é simultaneamente, isto é, a 100% do valor nominal. O valor nominal unitário das obrigações é de 100.000 euros.

Esta emissão configura-se como um apoio financeiro público ao Banco segundo o previsto na Lei 9/2012, e no enquadramento do previsto no Plano de reestruturação (Nota 1.10.1.2).

A taxa inicial de juro nominal das obrigações é de 8,5%, a pagar trimestralmente. A taxa de juro incrementar-se-á em 25 pontos básicos ao cumprir-se o primeiro exercício posterior à assinatura, e a partir do cumprimento do segundo exercício incrementar-se-á anualmente em 50 pontos básicos.

O Banco de Espanha poderá exigir o cancelamento do pagamento em numerário da taxa de juro baseado na situação financeira e de solvência da entidade ou do seu grupo consolidável. Nestes casos o Banco pagará ao FROB a remuneração mediante a entrega de um volume de CoCos ou ações da entidade equivalente, em valor económico, ao montante da remuneração que se devesse ter pago.

Salvo que previamente se tenham recomprado e amortizado ou bem se tenham convertido, as obrigações têm carácter perpétuo, sem que tenham uma data de amortização. Não obstante, conforme o estabelecido na Lei 9/2012, o Banco deverá recomprar ou amortizar os títulos tão cedo como esteja em condições de fazer nos termos comprometidos no Plano de reestruturação (Nota 1.10.1.2).

As obrigações situam-se em ordem de prelação:

- Após todos os credores, subordinados ou não;
- Após os detentores de participações preferentes e/ou ações preferentes;
- Na mesma ordem de prelação que as demais emissões de participações preferentes convertíveis ou outros valores convertíveis equivalentes a estes;
- Por adiante dos acionistas ordinários.

As condições para uma possível conversão dos CoCos em ações ordinárias regulam-se pelo descrito nos artigos 32º e 34º da Lei 9/2012 e o previsto no *State Aid n°SA.35489 –Spain Restructuring of Banco Grupo Cajatres, S.A.*

O 12 de março de 2013 foi feita a protocolização da emissão, assinatura e desembolso dos CoCos, por 407 milhões de euros. A assinatura e desembolso foi realizado integralmente pelo FROB mediante a entrega ao Banco de títulos de renda fixa emitidos pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (The European Stability Mechanism, ESM), pertencentes à emissão de 5 de fevereiro de 2013.

Os administradores consideram que a importante poupança de custos das medidas anteriormente descritas, bem como as sinergias derivadas da integração com Ibercaja Banco, farão possível a geração de um resultado positivo recorrente que permitirá a devolução das ajudas de capital ao finalizar o exercício 2017 (5% em março de 2016, 40% em março de 2017 e 55% em dezembro de 2017), e a recuperação dos ativos fiscais diferidos líquidos contribuídos pelo Banco Grupo Cajatres (Nota 25.4).

#### 1.10.2 Integração definitiva

Com data 23 de maio de 2013, comunicou-se ao mercado que Ibercaja Banco, S.A.U., Banco Grupo Cajatres, S.A. e as suas respetivas Caixas acionistas acordava a integração dos bancos mediante um processo de troca de ações e posterior fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres, S.A. por Ibercaja Banco, S.A.U.

Com data 25 de julho de 2013, prévio cumprimento das condições suspensivas e a obtenção das isenções e autorizações administrativas preceptivas, Ibercaja Banco passou a ser titular de 100% do capital social do Banco Grupo Cajatres, S.A. Para isso, realizou um aumento de capital por montante de 325,5 milhões de euros que

subscreveram os acionistas do Banco Grupo Cajatres, S.A. contribuindo como contra-prestação todo o capital social de dito Banco. Os novos acionistas passaram a obter uma participação conjunta de 12,20% no capital social de Ibercaja Banco.

A contra-prestação entregue pelo negócio de Banco Grupo Cajatres, S.A. atingiu 258.139 milhares de euros (montante do custo de aquisição da participação em Banco Grupo Cajatres, S.A., que atingiu 325.500 milhares de euros, minorado no custo da cancelamento dos passivos emitidos por Ibercaja Banco).

O balanço de integração ao 1 de julho de 2013, data de aquisição para efeitos contabilísticos, que recolhia o valor razoável dos ativos e passivos consolidados de Banco Grupo Cajatres, S.A. uma vez eliminados os instrumentos financeiros afetos aos passivos emitidos por Ibercaja Banco comentados anteriormente, incluía um património líquido de 96.757 milhares de euros e uns interesses minoritários de -33.317 milhares de euros.

Por diferença entre a contra-prestação pelo negócio adquirido e a soma na data de aquisição do valor razoável dos ativos e passivos e o montante dos juros minoritários, registou-se um fundo de maneiio nas contas anuais consolidadas de 128.065 milhares de euros. Este fundo de maneiio tem em consideração, entre outros fatores, os resultados futuros, as sinergias esperadas da combinação da adquirida e a adquirente bem como outros ativos intangíveis que não cumprem as condições para o seu reconhecimento por separado.

O acerto para recolher o valor razoável dos ativos e passivos consolidados do Banco Grupo Cajatres, S.A. supôs um incremento do valor líquido contabilístico prévio de 23.451 milhares de euros, líquidos de efeito impositivo.

O detalhe da tipologia dos diferentes acertos individuais para recolher o valor razoável dos ativos e passivos consolidados de Banco Grupo Cajatres, S.A que conformam o acerto total indicado na alínea anterior é o seguinte:

	Milhares de euros
Redução do valor da renda fixa classificada como investimento creditício	(6.227)
Redução do valor dos passivos por grosso	160.748
Redução do valor do crédito à clientela	(98.000)
Reconhecimento de Provisões por custos de rutura de contratos	(8.186)
Reconhecimento de Passivos contingentes	(4.200)
Outros	(20.684)
	<b>23.451</b>

Adicionalmente, registaram-se ativos intangíveis por montante de 52.531 milhares de euros que não estavam registados na entidade adquirida.

A normativa contabilística vigente estabelece um período de um ano durante o qual a avaliação dos ativos e passivos adquiridos não se considera definitiva, por se considerar o prazo que o adquirente requer para obter a informação necessária para os avaliar corretamente. Uma vez finalizado dito período, a Entidade não precisou modificar o fundo de maneiio registado inicialmente.

Nas contas anuais do exercício 2013 inclui-se informação adicional sobre a referida combinação de negócios.

### 1.10.3 Integração plena

Com data 1 de outubro de 2014 outorgou-se a escritura de fusão por absorção de Ibercaja Banco, S.A. (sociedade incorporante) e de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (sociedade incorporada), com dissolução sem liquidação da sociedade incorporada e transferência em bloco, a título universal, do seu património à sociedade incorporante.

Como consequência da fusão por absorção, Ibercaja Banco, S.A. assumiu todas as obrigações e fica sub-rogada no exercício de todos os direitos e ações de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. Designadamente, e sem carácter limitativo, Ibercaja Banco, S.A. fica sub-rogada na posição de emissor de todos os valores em circulação (diferentes das ações) emitidos por Banco Grupo Cajatres, S.A.U.

A fusão não teve nenhum efeito sobre as contas anuais consolidadas deste exercício.

### 1.11 Factos posteriores

Entre a data de encerramento e a data de formulação destas contas anuais não se produziu nenhum acontecimento que lhes afete de maneira significativa.

## **1.12 Mudanças nos critérios e estimativas contabilísticos**

### *1.12.1 Mudanças nos critérios contabilísticos*

Durante o exercício 2014, produziram-se modificações na normativa contabilística aplicável ao Grupo relativamente à aplicada no período anterior. A seguir apresenta-se uma lista das variações que podem considerar-se mais relevantes:

As normas, modificações e interpretações obrigatórias para todos os exercícios começados em 1 de janeiro de 2014, as quais não supuseram um impacto significativo para o Grupo, são as seguintes:

#### **▪NIIF 10 “Estados financeiros consolidados”.**

A NIIF 10 emitiu-se em maio de 2011 e substitui o guia sobre controlo e consolidação recolhida na NIC 27 “Estados financeiros consolidados e separados” e elimina a SIC 12 “Consolidação - Entidades com cometido especial” que fica revogada. A NIIF 10 estabelece os princípios para a apresentação e preparação de estados financeiros consolidados. Esta norma introduz variações no conceito de controlo, que segue a definir-se como o fator determinante de se uma entidade deve ou não incluir nos estados financeiros consolidados. O conceito de unidade de decisão da sociedade dominante e os seus dependentes para efeitos dos estados financeiros consolidados, bem como os procedimentos de consolidação não sofreram variações relativamente à NIC 27 anterior.

#### **▪NIIF 11 “Acordos conjuntos”.**

A NIIF 11 revoga a NIC 31 “Participações em negócios conjuntos” e a SIC 13 “Entidades controladas conjuntamente — Contribuições não monetárias dos partícipes”. A NIIF 11 estabelece o tratamento contabilístico dos acordos conjuntos, baseado nos direitos e obrigações surgidas do acordo, em vez de em a sua forma legal. Os tipos de acordos conjuntos reduzem-se a dois: explorações conjuntas e negócios conjuntos. As explorações conjuntas implicam que um partícipe tem direitos sobre os ativos e obrigações surgidos do acordo, pelo que regista a sua participação proporcional nos ativos, passivos, rendimentos e despesas da entidade na qual participa. Por sua vez, os negócios conjuntos surgem quando um partícipe tem direito ao resultado ou aos ativos líquidos da entidade na qual participa e portanto, emprega o método da participação para contabilizar os seus interesses na entidade. Elimina-se a opção da consolidação proporcional para os negócios conjuntos.

#### **▪NIIF 12 “Detalhes sobre participações em outras entidades”.**

A NIIF 12 contém os requerimentos de informação a revelar sobre as participações em dependentes, associadas, negócios conjuntos e entidades estruturadas não consolidadas.

#### **▪NIC 27 (Modificação) “Estados financeiros separados”.**

Os requisitos anteriormente recolhidos na NIC 27 respeito da elaboração de estados financeiros consolidados recolheram-se na nova NIIF 10, pelo que o âmbito de aplicação daquela fica reduzido à contabilização de investimentos em dependentes, negócios conjuntos e empresas associadas nos estados financeiros separados da entidade investidora, que não sofreram modificações com respeito ao regulamento anterior. A norma exige a uma entidade que prepara estados financeiros separados contabilizar esses investimentos a custo ou conforme com NIIF 9.

#### **▪NIC 28 (Modificação) “Investimentos em entidades associadas e negócios conjuntos”.**

A NIC 28 atualizou-se para incluir referências aos negócios conjuntos, que baixo a nova NIIF 11 “Acordos conjuntos” têm que contabilizar segundo o método da participação. Ao mesmo tempo acrescentou-se informação sobre o tratamento contabilístico dos instrumentos que proporcionam direitos de voto potenciais; a avaliação de participações em empresas associadas e negócios conjuntos em mãos de entidades de capital risco, entidades de carácter mutualista e outras entidades similares; o tratamento contabilístico quando se diminui a participação numa empresa associada ou um negócio conjunto mas o método de posta em equivalência segue sendo de aplicação; e o tratamento contabilístico da contribuição de um ativo não monetário

a uma empresa associada ou um negócio conjunto a mudança de receber uma participação no património da entidade.

▪ **NIC 32 (Modificação) “Instrumentos financeiros: apresentação”.**

A modificação clarifica que o direito de compensar ativos e passivos financeiros tem que estar disponível no momento atual - isto é, não depende de um evento futuro. Adicionalmente, o direito tem que ser exigível legalmente no curso ordinário das operações das contrapartes implicadas na transação, inclusive nos casos de não cumprimento (“*default*”), insolvência e quebra.

▪ **NIIF 10, 11 e 12 (Modificação) sobre guia para a transição.**

O seu objetivo é clarificar o guia de transição da NIIF 10, indicando que a data de primeira aplicação é o primeiro dia do exercício anual no que se aplica esta NIIF pela primeira vez. Quando se adote a NIIF 10 deveria se avaliar o controlo na data de aplicação inicial. Igualmente, flexibiliza os requisitos de transição relativamente as NIIF 10, 11 e 12, limitando o requisito de informação comparativa ajustada unicamente ao exercício comparativo anterior. Ademais, relativamente a informação a revelar sobre entidades estruturadas não consolidadas, se suprime o requisito de apresentar informação comparativa correspondente aos exercícios anteriores à aplicação pela primeira vez da NIIF 12.

▪ **NIIF 10 e 12 e NIC 27 (Modificação) “Entidades de investimento”.**

Modifica-se a NIIF 10 para incluir a definição de “entidade de investimento” e introduz uma exceção à obrigação de consolidar os seus dependentes para as entidades que cumprem com esta definição que, em vez disso, avaliar-se-ão a valor razoável com variações em resultados. A única exceção é para as dependentes que proporcionem serviços relacionados com as atividades de investimento da entidade de investimento, que consolidar-se-ão. As modificações da NIIF 12 exigem revelar informação específica sobre estas dependentes das entidades de investimento. Por sua vez, as modificações da NIC 27 suprimem a opção que tinham as entidades de investimento de avaliar os investimentos em determinadas dependentes pelo seu custo ou o seu valor razoável nos seus estados financeiros separados.

▪ **NIC 36 (Modificação) “Informação a revelar sobre o montante recuperável de ativos não financeiros”.**

Incorpora uma modificação de alcance limitado à NIC 36 “Deterioro do valor dos ativos” para clarificar que o alcance da informação a revelar sobre o montante recuperável dos ativos, se esse montante se baseia no valor razoável menos os custos de venda, se limita aos ativos cujo valor sofreu deterioro. Exige informação detalhada de como se valorizou o valor razoável menos os custos de alienação ou disposição por outra via quando uma perda por deterioro seja registada ou revertida.

▪ **NIC 39 (Modificação) “Novação de derivados e continuação da contabilidade de coberturas”.**

Introduz uma isenção de âmbito restringido à interrupção da contabilidade de cobertura nos casos de novação de um derivado designado como instrumento de cobertura e substituição de uma contraparte por uma contraparte central como consequência de disposições legais ou regulamentares.

À data de formulação destas contas anuais consolidadas, as seguintes normas e interpretações (as mais relevantes adotadas a essa data) que tinham sido publicadas pelo IASB e não tinham entrado em vigor, bem porque a sua data de efetividade é posterior à data destas contas, ou bem porque ainda não foram adotadas pela União Europeia:

▪ **NIC 19 (Modificação) “Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados”.**

A NIC 19 (revisada em 2011) distingue entre contribuições dos empregados relacionadas com o serviço prestado e aquelas outras não unidas ao serviço. A modificação atual distingue ademais entre contribuições unidas ao serviço só no exercício em que surgem e aquelas unidas ao serviço em mais do que um exercício. A modificação permite que as contribuições unidas ao serviço que não variam com a duração do mesmo se deduzam do custo das prestações adquiridas no exercício em que se presta o correspondente serviço. Por sua vez, as contribuições unidas ao serviço que variam de acordo com a duração do mesmo, devem estender durante o período de prestação do serviço usando o mesmo método de atribuição que se aplica às prestações.

Esta modificação aplica aos exercícios anuais que comecem a partir de 1 de fevereiro de 2015 e aplica retrospectivamente. Permite-se a sua adoção antecipada.

▪ **NIIF 14 “Contas regulatórias diferidas”.**

Trata-se de uma norma intermédia sobre o tratamento contabilístico de certos saldos que surgem em atividades com tarifas reguladas. Aplica só àquelas entidades que adotem a NIIF 1 pela primeira vez, as permitindo seguir reconhecendo os montantes relacionados com a regulação tarifária de acordo com as suas políticas contabilísticas anteriores à adoção de NIIF. No entanto, para reforçar a comparabilidade com entidades que já aplicam NIIF e não reconhecem esses montantes, a norma exige que o efeito dessa regulação de tarifas se apresente de forma separada de outras rubricas. Uma entidade que já apresenta os seus estados financeiros conformes com NIIF não pode aplicar esta norma. Esta norma é efetiva desde o 1 de janeiro de 2016, conquanto permite-se a sua adoção antecipada.

▪ **NIIF 11 (Modificação) “Acordos conjuntos”.**

Exige aplicar os princípios de contabilização de uma combinação de negócios a um investidor que adquire uma participação numa operação conjunta que constitui um negócio. Especificamente, terá que avaliar os ativos e passivos identificáveis a valor razoável; reconhecer como gasto os custos relacionados com a aquisição; reconhecer o imposto diferido; e reconhecer o residual como fundo de maneio. Todos os demais princípios da contabilização de uma combinação de negócios aplicam, a não ser que entrem em conflito com a NIIF 11. Esta modificação aplicar-se-á prospectivamente para os exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016, conquanto se permite a sua aplicação antecipada.

▪ **NIC 16 e NIC 38 (Modificação) “Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização”.**

Esta modificação clarifica que não é adequado empregar métodos baseados em rendimentos ordinários para calcular a depreciação de um ativo porque os rendimentos ordinários gerados por uma atividade que inclui o uso de um ativo geralmente refletem fatores diferentes do consumo dos benefícios económicos incorporados ao ativo. O IASB também clarifica que geralmente se presume que os rendimentos ordinários são uma base inadequada para avaliar o consumo dos benefícios económicos incorporados num ativo intangível. Esta modificação será efetiva para os exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016, e aplicar-se-á prospectivamente. Admite-se a aplicação antecipada da modificação.

▪ **NIIF 15 “Rendimentos ordinários procedentes de contratos de clientes”.**

Em maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente uma norma convergente e relativamente ao reconhecimento de rendimentos ordinários procedentes de contratos com clientes. Sob esta norma, os rendimentos reconhecem-se quando um cliente obtém o controlo do bem ou serviço vendido, isto é, quando tem tanto a capacidade de dirigir o uso como de obter os benefícios do bem ou serviço. Esta NIIF inclui um novo guia para determinar se devem reconhecer os rendimentos ao longo do tempo ou num momento determinado do mesmo. A NIIF 15 exige informação ampla tanto dos rendimentos reconhecidos como dos rendimentos que se espera reconhecer no futuro relativamente contratos existentes. Igualmente, exige informação quantitativa e qualitativa sobre os juízos significativos realizados pela direção na determinação dos rendimentos que se reconhecem, bem como sobre as variações nestes juízos. A NIIF 15 será efetiva para os exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2017, conquanto se permite a sua adoção antecipada.

▪ **NIIF 9 “Instrumentos financeiros”.**

Com data 24 de julho de 2014, o IASB emitiu a NIIF 9 que substituirá no futuro à NIC 39. Existem diferenças relevantes com a norma atual, relativamente aos ativos financeiros, entre outras, a aprovação de um novo modelo de classificação baseado em duas únicas categorias de custo amortizado e valor razoável, o desaparecimento das atuais classificações de Investimentos "mantidas até vencimento" e "Ativos financeiros disponíveis para a venda", a análise de deterioro só para os ativos que vão a custo amortizado e a não segregação de derivados implícitos em contratos de ativos financeiros.

Relativamente aos passivos financeiros, as categorias de classificação propostas por NIIF 9 são similares às já existentes em NIC 39, de maneira que não deveriam existir diferenças muito relevantes salvo pelo requisito de

registo das variações do valor razoável relacionado com o risco próprio de crédito como um componente do património, no caso dos passivos financeiros aos que se aplicou a opção de valor razoável.

A contabilidade de coberturas também implicará variações pois a focagem da norma é diferente ao da atual NIC 39 ao tratar de alinhar a contabilidade com a gestão económica do risco.

O IASB estabeleceu como data de aplicação obrigatória o 1 de janeiro de 2018, com a possibilidade de aplicar de forma antecipada.

**▪NIC 27 (Modificação) “Método da participação em estados financeiros separados”.**

Modifica-se a NIC 27 para restabelecer a opção de usar o método da participação para contabilizar investimentos em dependentes, negócios conjuntos e associados nos estados financeiros separados de uma entidade. Também se clarificou a definição de estados financeiros separados. Uma entidade que escolha mudar ao método da participação aplicará as modificações para exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016 de acordo com a NIC 8, “Políticas contabilísticas, variações nas estimativas contabilísticas e erros”. Permite-se a sua adoção antecipada.

**▪NIIF 10 e NIC 28 (Modificação) “Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e as suas associadas ou negócios conjuntos”.**

Estas modificações clarificam o tratamento contabilístico das vendas e contribuições de ativos entre um investidor e as suas associadas e negócios conjuntos que dependerá de se os ativos não monetários vendidos ou contribuídos a uma sócia ou negócio conjunto constituem um “negócio”. O investidor reconhecerá o ganho ou perda completa quando os ativos não monetários constituam um “negócio”. Se os ativos não cumprem a definição de negócio, o investidor reconhece o ganho ou perda na medida dos interesses de outros investidores. As modificações só aplicarão quando um investidor venda ou contribua ativos à sua associada ou negócio conjunto. As modificações a NIIF 10 e NIC 28 são prospetivas e serão efetivas para os exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016.

**▪NIC 1 (Modificação) “Apresentação de estados financeiros”.**

As modificações à NIC 1 animam às empresas a aplicar o juízo profissional na determinação de que informação revelar nos estados financeiros. As modificações feitas clarificam que a materialidade aplica ao conjunto de estados financeiros e que a inclusão de informação intangível pode impedir a utilidade da informação financeira. Ademais, as modificações clarificam que as entidades deveriam usar o julgamento profissional ao determinar onde e em que ordem se apresenta a informação nos estados financeiros.

As modificações à NIC 1 podem aplicar-se imediatamente, e são de aplicação obrigatória para exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016.

**▪NIIF 10 (Modificação), NIIF 12 (Modificação) e NIC 28 (Modificação) “Entidades de investimento: Aplicando a exceção à consolidação”:**

Estas modificações clarificam três aspetos sobre a aplicação do requerimento para as entidades de investimento de avaliar as dependentes a valor razoável em lugar de consolidá-las. As modificações propostas:

Confirmam que a exceção de apresentar estados financeiros consolidados continua a aplicar às dependentes de uma entidade de investimento que são elas mesmas entidades dominantes;

Clarificam quando uma entidade de investimento dominante deveria consolidar uma dependente que proporciona serviços relacionados com o investimento em vez de avaliar essa dependente a valor razoável; e

Simplificam a aplicação do método de posta em equivalência para uma entidade que não é em si mesma uma entidade de investimento mas que numa participação numa sócia que é uma entidade de investimento.

Entram em vigor para os exercícios anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2016, conquanto se permite a sua aplicação antecipada.

O Grupo está a analisar o impacto que estas normas, modificações e interpretações possam ter sobre os Estados financeiros consolidados.

Adicionalmente, com data 13 de junho de 2014, a Comissão Europeia emitiu o Regulamento 634/2014, pelo que se adota a Interpretação 21 do Comité de Interpretações das Normas Internacionais de Informação Financeira “Encargos” (CINIIF 21). Esta interpretação aborda o tratamento contabilístico dos encargos impostos pelas administrações públicas, diferentes do imposto sobre os ganhos e de multas e sanções impostas pelo não cumprimento da legislação. A questão principal que se propõe ao respeito é quando a entidade deve reconhecer um passivo pela obrigação de pagar um encargo que se contabiliza de acordo com a NIC 37. Também aborda o tratamento contabilístico de um passivo pelo pagamento de um encargo cujo calendário e montante são verdadeiros.

De acordo com o artigo 2 do citado Regulamento, as entidades aplicarão a Interpretação CINIIF 21 Encargos no mais tardar desde a data de início do seu primeiro exercício a partir de 17 de junho de 2014. Não obstante, a Sociedade decidiu aplicar pela primeira vez esta Interpretação nas contas anuais do exercício 2014, dado que é possível a sua adoção antecipada.

Tal como indica o anexo A2 da CINIIF 21, as variações nas políticas contabilísticas que se derivem da aplicação inicial desta Interpretação contabilizar-se-ão de acordo com a NIC 8 Políticas contabilísticas, variações nas estimativas contabilísticas e erros.

A variação na política contabilística mais significativa que supôs esta Interpretação CINIIF 21 está relacionada com as contribuições ordinárias e extraordinárias ao Fundo de Garantia de Depósitos, que se descrevem na Nota 1.8:

▪Relativamente às contribuições ordinárias, a despesa pela contribuição adquire-se à medida que a Sociedade presta os seus serviços aos clientes, de maneira que no encerramento do exercício o balanço recolhe o passivo pela contribuição que se desembolsa no primeiro trimestre do exercício posterior. De acordo à política anterior, considerava-se que a despesa se adquiria ao longo do exercício no qual se realizava a contribuição, já que esta se determinava em função do balanço do exercício anterior.

▪Quanto à contribuição extraordinária que se deriva do Real Decreto-Lei 6/2013, a despesa vence no momento da entrada em vigor do citado Real Decreto-Lei (24 de março de 2013), já que se trata de uma contribuição que não depende da atividade futura da Sociedade e deve ser reconhecida como um passivo na sua totalidade em dita data, com independência da data de desembolso. A política contabilística anterior previa registar a despesa pela contribuição à medida que fosse exigível o seu desembolso.

A aplicação retroativa desta Interpretação supôs a reexpressão dos valores de exercícios anteriores que se apresentam para efeitos comparativos (Nota 1.4). No Anexo IV detalha-se a conciliação entre os valores que foram formulados pelos administradores em exercícios anteriores e os valores comparativos que se incluíram nestas contas anuais, no relativo aos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e à demonstração de resultados consolidada correspondente ao exercício anual terminado o 31 de dezembro de 2013.

#### *1.12.2 Mudanças nas estimativas contabilísticas*

Não se produziram variações significativas nos critérios utilizados para determinar as estimativas contabilísticas.

#### **1.13 Reestruturação societária do Grupo**

Com o fim de simplificar a atual estrutura societária, e dentro do processo de reestruturação que se está a realizar no Grupo Ibercaja, durante o exercício 2014 se produziram as seguintes operações corporativas:

▪Fusão entre Ibercaja Banco, S.A. (Sociedade incorporante) e Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (Sociedade incorporada) que se detalha na Nota 1.10.3.

▪Fusão por absorção de Ibercaja Banco, S.A. (Sociedade incorporante) e Ibercaja Serviços Financeiros, S.A., sociedade na qual em 31 de dezembro de 2013 mantinha uma participação direta de 99,77% e uma participação indireta de 0,23%. Os elementos patrimoniais mais significativos contribuídos ao balanço de Ibercaja Banco, S.A. foram a participação em Ibercaja Pensión, E.G.F.P., S.A.U. e em Ibercaja Patrimonios, S.G.C., S.A.U.

▪Fusão entre Residencial Murillo, S.A.U. (Sociedade incorporante) e I.C. Inmuebles, S.A.U. e Gestora Valle de Tena, S.A. (Sociedades incorporadas) prévia aquisição por parte de Ibercaja Banco a Cerro Murillo, S.A. de 100% das ações de Residencial Murillo, S.A.

▪Fusão entre Cerro Murillo, S.A. (Sociedade incorporante) e Promur Viviendas, S.A. (Sociedade incorporada).

▪Fusão por absorção das sociedades integralmente participadas CAI División de Servicios Generales, S.L.U. e Plattea Cana, S.A.U. (Sociedades incorporadas) por Banco Grupo Cajatres, S.A.U.

▪Cisão parcial sem extinção de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. a favor de Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.U. Operador de Banca – Seguros, com a transmissão em bloco da parte do património social que constituía a unidade económica adscrita à atividade de mediação de seguros de Banco Grupo Cajatres, S.A.U.

▪Cisão total de CAI Vida e Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.U. a favor de Ibercaja Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.U e Ibercaja Pensión, E.G.F.P., S.A.U.

▪Fusão entre Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.U. (Sociedade incorporante) e Caja Círculo, Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.A.U. (Sociedade incorporada).

#### **2.Princípios e políticas contabilísticas e critérios de avaliação aplicados**

Na elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício 2014 aplicaram-se os seguintes princípios, políticas contabilísticas e critérios de avaliação:

## **2.1 Consolidação e combinações de negócios**

### **2.1.1 Entidades dependentes**

Consideram-se “entidades dependentes” aquelas sobre as que a entidade tem capacidade para exercer controlo, que se manifesta, geral embora não unicamente, pela propriedade, direta ou indireta, a mais de 50% dos direitos de voto das entidades participadas ou, ainda sendo inferior ou nula esta percentagem, pela existência de outras circunstâncias ou acordos que outorguem o controlo. Conforme o disposto no regulamento vigente, entende-se por controlo o poder de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade, com o fim de obter benefícios das suas atividades.

Nos Anexos I e II facilita-se informação significativa sobre estas sociedades.

Os estados financeiros das entidades dependentes consolidam-se por aplicação do método de integração global tal e como este é definido no regulamento vigente. Consequentemente, todos os saldos derivados das transações efetuadas entre as sociedades consolidadas por este método e que são significativos foram eliminados no processo de consolidação. Adicionalmente, a participação de terceiros em:

- o património líquido do Grupo apresenta-se no epígrafe “Interesses minoritários” do balanço consolidado,
- os resultados consolidados do exercício apresentam-se no epígrafe “Resultado atribuído a interesses minoritários” da demonstração de resultados consolidada.

A consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes adquiridas num exercício realiza-se tomando em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o encerramento desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes alienadas num exercício realiza-se tomando em consideração, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data de alienação.

### **2.1.2 Entidades multi-grupo**

Consideram-se “entidades multi-grupo” aquelas que, não sendo dependentes, estão controladas conjuntamente por duas ou mais entidades não vinculadas entre si.

Estas participações avaliam-se de acordo com o “método da participação” (Nota 2.1.3).

Nos Anexos I e II facilita-se informação relevante sobre estas sociedades.

### **2.1.3 Entidades associadas**

Consideram-se “entidades associadas” aquelas sobre as que a Instituição tem capacidade para exercer influência significativa, embora não constituem uma unidade de decisão com a mesma nem se encontram sob controlo conjunto. Habitualmente, esta capacidade supõe-se quando se ostenta uma participação (direta ou indireta) igual ou superior ao 20% dos direitos de voto da entidade participada.

Nas contas anuais consolidadas, as entidades associadas avaliam-se pelo “método da participação”, tal e como este é definido no regulamento vigente.

Se como consequência das perdas em que tenha incorrido uma entidade associada o seu património contabilístico fosse negativo, no balanço consolidado figuraria com valor nulo, a não ser que exista a obrigação por parte do Grupo de dar suporte financeiramente, em cujo caso se registaria uma provisão para responsabilidades dentro do epígrafe “Provisões” do passivo do balanço.

Nos Anexos I e II facilita-se informação relevante sobre estas entidades.

### **2.1.4 Combinações de negócios**

Uma combinação de negócios é a união de duas ou mais entidades ou unidades económicas independentes numa única entidade ou grupo de entidades na qual a adquirente obtém o controlo do resto de entidades.

À data de aquisição, a entidade adquirente incorporará nos seus estados financeiros os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida, incluídos os ativos intangíveis não reconhecidos por esta, registando inicialmente todos eles pelo seu valor razoável.

As diferenças positivas entre o custo das participações no capital das entidades relativamente aos correspondentes valores teórico-contabilísticos adquiridos, acertados na data da primeira combinação de negócios, imputam-se da seguinte forma:

- Se são atribuíveis a elementos patrimoniais concretos das entidades adquiridas, imputam-se aumentando o valor dos ativos ou reduzindo o valor dos passivos cujos valores de mercado fossem superiores ou inferiores, respetivamente, aos valores líquidos contabilísticos com os que figuram nos seus balanços e cujo tratamento contabilístico seja similar ao dos mesmos ativos ou passivos, respetivamente, do grupo.
- Se são atribuíveis a ativos intangíveis concretos, imputam-se mediante o seu reconhecimento explícito no balanço consolidado sempre que o seu valor razoável à data de aquisição possa determinar-se fidedignamente.
- As diferenças restantes não imputáveis registam-se como um fundo de maneió que se atribui a uma ou mais unidades geradoras de efetivo específicas.

As diferenças negativas, uma vez estabelecido o seu montante, reconhecem-se na demonstração de resultados.

As compras de interesses minoritários, realizadas anteriormente à tomada de controlo da entidade, registam-se como mais custo da combinação de negócios.

Naqueles casos nos quais o custo da combinação de negócios ou os valores razoáveis atribuídos aos ativos, passivos ou passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida não podem determinar-se de forma definitiva, a contabilização inicial da combinação de negócios se considerará provisória; em qualquer caso, o processo deverá ficar completado no prazo máximo de um ano desde a data de aquisição e com efeito nesta data.

## **2.2 Instrumentos financeiros**

### **2.2.1 Registo inicial de instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros registam-se inicialmente no balanço consolidado quando o Grupo se converte numa parte do contrato que os origina, de acordo com as condições de dito contrato. Em concreto, os instrumentos de dívida tais como os créditos e os depósitos de dinheiro registam-se na data na qual surge o direito legal a receber ou a obrigação legal de pagar, respetivamente, efetivo. Por sua vez, os derivados financeiros, com carácter geral, registam-se na data da sua contratação.

As operações de compra de ativos financeiros instrumentadas mediante contratos convencionais registam-se na data na que os benefícios, riscos, direitos e deveres inerentes a todo o proprietário sejam da parte adquirente, que dependendo do tipo de ativo financeiro comprado ou vendido pode ser a data de contratação ou a data de liquidação ou entrega. Designadamente, as operações realizadas no mercado de divisas de contado registam-se na data de liquidação, as operações realizadas com instrumentos de capital negociados em mercados secundários de valores espanhóis registam-se na data de contratação e as operações realizadas com instrumentos de dívida negociados em mercados secundários de valores espanhóis registam-se na data de liquidação.

### **2.2.2 Cancelamento dos instrumentos financeiros**

Um ativo financeiro é cancelado do balanço consolidado quando se produz alguma das seguintes circunstâncias:

- Os direitos contratuais sobre os fluxos de efetivo que gera expiraram, ou
- transfere-se o ativo financeiro e transmitem-se substancialmente os seus riscos e benefícios (Nota 2.8).

Por sua vez, um passivo financeiro é cancelado do balanço quando se extinguiram as obrigações que gera ou quando se readquire por parte do Grupo.

### **2.2.3** *Valor razoável e custo amortizado dos instrumentos financeiros*

Entende-se por valor razoável de um instrumento financeiro numa data determinada o montante pelo que poderia ser comprado ou vendido nessa data entre duas partes, devidamente informadas, numa transação realizada em condições de independência mútua. A referência mais objetiva e habitual do valor razoável de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria num mercado organizado, transparente e profundo (“preço de cotação” ou “preço de mercado”).

Quando não existe preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, se recorre para estimar o seu valor razoável ao estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, no seu defeito, a modelos de avaliação suficientemente contrastados pela comunidade financeira internacional, tendo em consideração as particularidades específicas do instrumento a avaliar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que leva associados.

Concretamente, o valor razoável dos derivados financeiros negociados em mercados organizados, transparentes e profundos, incluídos nas carteiras de negociação assimila-se à sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não se pode estabelecer a sua cotação numa data dada, se recorre para os avaliar a métodos similares aos utilizados para avaliar os derivados não negociados em mercados organizados.

O valor razoável dos derivados não negociados em mercados organizados ou negociados em mercados organizados pouco profundos ou transparentes é assimilado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da avaliação (“valor atual” ou “encerramento teórico”), utilizando no processo de avaliação métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: “valor atual líquido” (VAN), modelos de determinação de preços de opções, etc.

Por custo amortizado entende-se o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro corrigido pelos reembolsos de principal e de juros e, segundo o caso, pela parte imputada na demonstração de resultados consolidada, mediante a utilização do método da taxa de juro efetiva, da diferença entre o montante inicial e o valor de reembolso de ditos instrumentos financeiros. No caso dos ativos financeiros o custo amortizado inclui, ademais, as correções ao seu valor motivadas pelo deterioro que experimente.

A taxa de juro efetiva é o tipo de atualização que iguala o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade dos seus fluxos de efetivo estimados por todos os conceitos ao longo da sua vida remanente, sem considerar as perdas por risco de crédito futuras. Para os instrumentos financeiros a taxa de juro fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição, acertado, se for o caso, pelas comissões e pelos custos de transação que, de acordo ao disposto no regulamento vigente, devam incluir no cálculo de dita taxa de juro efetiva. Nos instrumentos financeiros a taxa de juro variável, a taxa de juro efetiva estima-se de maneira análoga às operações de tipo fixo, sendo recalculado na cada data de revisão da taxa de juro contratual da operação atendendo às variações que sofram os fluxos de efetivo futuros da operação.

#### **2.2.4** *Classificação e avaliação dos ativos e passivos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentam-se classificados no balanço consolidado do Grupo de acordo às seguintes categorias:

▪ **Ativos e passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados:** nesta categoria integram-se os seguintes instrumentos financeiros:

**Ativos e passivos financeiros incluídos na carteira de negociação:** aqueles que se adquirem com a intenção de se realizar em curto prazo, os que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, para a que há evidência de atuações recentes para obter ganhos em curto prazo e os instrumentos derivados que não cumprem com a definição de contrato de garantia financeira e não foram designados como instrumentos de cobertura, incluídos aqueles segregados de instrumentos financeiros híbridos em aplicação do disposto no regulamento vigente.

Também se considera carteira de negociação as posições curtas de valores fruto de vendas de ativos adquiridos temporariamente com compra com acordo de revenda não facultativo ou de valores recebidos em empréstimo.

**Outros ativos e passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados:** Com o objetivo de evitar diferenças entre os critérios de avaliação dos ativos e os passivos sócios, o Grupo classifica nesta carteira os ativos (principalmente participações em fundos de investimento) que se gerem conjuntamente com passivos por contratos de seguro ("Unit linked") avaliados pelo seu valor razoável.

Os instrumentos financeiros classificados como a valor razoável com variações na demonstração de resultados se valorizam inicialmente pelo seu valor razoável. As variações em dito valor razoável devidas aos rendimentos (ou ónus) adquiridos do instrumento financeiro registar-se-ão nos epígrafes de "Juros e rendimentos assimilados", "Juros e ónus assimilados" ou "Rendimento de instrumentos de capital" da demonstração de resultados consolidada, atendendo à sua natureza. Os rendimentos dos instrumentos de dívida incluídos nesta categoria calculam-se aplicando o método da taxa de juro efetiva. O resto de variações produzidas em dito valor razoável regista-se com contrapartida no epígrafe "Resultado de operações financeiras" da demonstração de resultados consolidada.

Relativamente aos instrumentos derivados, tanto os qualificados como carteira de negociação como os qualificados como derivados de cobertura, são geridos pela Sociedade sobre a base da sua exposição líquida ao risco de crédito dos mesmos, pelo que se estimou o seu valor razoável tendo em conta dita exposição líquida, de acordo com o indicado pelo apartado 48 da NIIF 13.

▪ **Carteira de investimento a vencimento:** nesta categoria incluem-se valores representativos de dívida que se negociam num mercado ativo, com vencimento fixo e fluxos de efetivo de montante determinado ou determinável, desde a sua aquisição e em qualquer data posterior, com a positiva intenção e a capacidade financeira para manter até o seu vencimento. Há capacidade financeira quando se têm recursos disponíveis para financiar os investimentos até o seu vencimento.

Os valores representativos de dívida incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente ao seu valor razoável, acertado pelo montante dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Posteriormente avaliam-se ao seu custo amortizado e os juros adquiridos por estes valores, calculados mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, registam-se no epígrafe "Juros e rendimentos assimilados" da demonstração de resultados consolidada.

▪ **Investimentos creditícios:** nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida não negociados num mercado ativo, o financiamento emprestado a terceiros com origem nas atividades típicas de crédito e empréstimo, as dívidas contraídas pelos compradores de bens e pelos utentes dos serviços. Incluem-se também as operações de arrendamento financeiro nas que se atua como arrendador.

Os ativos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo montante das comissões e dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Anteriormente à sua aquisição, os ativos incluídos nesta categoria avaliam-se ao seu custo amortizado mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva.

Os ativos adquiridos a desconto contabilizam-se pelo efetivo desembolsado e a diferença entre o seu valor de reembolso e dito efetivo reconhece-se como rendimentos financeiros conforme ao método da taxa de juro efetiva durante o período que resta até ao seu vencimento.

Os juros adquiridos por estes ativos, calculados mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, registam-se no epígrafe “Juros e rendimentos assimilados” da demonstração de resultados consolidada.

Em termos gerais, é intenção das entidades consolidadas manter os empréstimos e créditos que tem concedidos até o seu vencimento final, razão pela que se apresentam no balanço consolidado pelo seu custo amortizado.

▪ **Ativos financeiros disponíveis para a venda:** nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida não classificados como investimento a vencimento, como investimentos creditícios, ou a valor razoável com variações na demonstração de resultados e os instrumentos de capital correspondentes a entidades que não sejam dependentes, entidades multi-grupo ou associadas e que não se tenham classificado como a valor razoável com variações na demonstração de resultados.

Os instrumentos incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo montante dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, os quais se imputarão à demonstração de resultados consolidada mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva, até ao seu vencimento. Posteriormente à sua aquisição, os ativos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se pelo seu valor razoável.

Não obstante o anterior, os instrumentos de capital cujo valor razoável não possa determinar-se de forma suficientemente objetiva aparecem avaliados nestas contas anuais pelo seu custo, líquido dos possíveis deterioros do seu valor, calculado de acordo aos critérios explicados na Nota 2.3.

As variações que se produzem no valor razoável dos ativos financeiros classificados como disponíveis para a venda, correspondentes aos seus interesses ou dividendos adquiridos, se registam com contrapartida no epígrafe “Juros e rendimentos assimilados” (calculados em aplicação do método da taxa de juro efetiva) e “Rendimento de instrumentos de capital” da demonstração de resultados consolidada, respetivamente.

O resto de variações que se produzem no valor razoável são contabilizadas com contrapartida no património líquido do Grupo no epígrafe "Património líquido - Acertos por avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda" até ao momento no qual se produz o cancelamento do ativo financeiro, momento no qual o saldo registado em dito epígrafe se translada à demonstração de resultados consolidada no epígrafe "Resultado de operações financeiras (líquido) - Instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados" ou no epígrafe "Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas" quando se trate de instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda que sejam investimentos estratégicos.

Um investimento em instrumentos de capital considera-se estratégico quando se realizou com a intenção de estabelecer ou manter um relacionamento operativo em longo prazo com a participada, de acordo às situações previstas no regulamento vigente.

▪ **Passivos financeiros a custo amortizado:** nesta categoria de instrumentos financeiros incluem-se aqueles passivos financeiros que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria avaliam-se inicialmente pelo seu valor razoável, acertado pelo montante dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente avaliam-se ao seu custo amortizado, calculado mediante a aplicação do método da taxa de juro efetiva.

Os juros adquiridos por estes valores, calculados mediante a aplicação de dito método, registam-se no epígrafe "Juros e ónus assimilados" da demonstração de resultados consolidada.

Não obstante o anterior, os instrumentos financeiros que devam ser considerados como ativos não correntes em venda de acordo ao disposto em regulamento vigente, apresentam-se registados nos estados financeiros consolidados de acordo aos critérios explicados na Nota 2.18.

### **2.3 Deterioro do valor dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro considera-se deteriorado e conseqüentemente corrige-se o seu valor em livros quando existe uma evidência objetiva de que se produziram eventos que dão lugar a:

▪ No caso de instrumentos de dívida (empréstimos, créditos e valores representativos de dívida), um impacto negativo nos fluxos de efetivo futuros que se estimaram no momento de se formalizar a transação.

▪ No caso de instrumentos de capital, que não se possa recuperar integralmente o seu valor em livros.

Designadamente, considera-se que um ativo é duvidoso por razão dos atrasos no pagamento do cliente quando aquele tem algum montante vencido por principal ou interesses com mais de 90 dias de antiguidade e que não seja cancelado do balanço consolidado por se ter considerado frustrado.

Também se considera duvidoso por razão dos atrasos no pagamento do cliente o montante de todas as operações do mesmo, salvo os avales não financeiros, quando os saldos classificados como duvidosos por razão dos atrasos no pagamento sejam superiores ao 20% dos montantes pendentes de cobrança.

Consideram-se riscos duvidosos por razões diferentes dos atrasos no pagamento do cliente, aqueles instrumentos de dívida e aqueles riscos e compromissos contingentes nos que, sem coincidir as circunstâncias para os considerar frustrados ou duvidosos por razão dos seus atrasos no pagamento, se apresentam dúvidas razoáveis sobre a sua reembolso total nos termos pactuados contratualmente, bem como aqueles riscos e compromissos de carácter contingente cujo pagamento por parte do Grupo seja provável e a sua recuperação duvidosa. Incluem-se nesta categoria operações, entre outras, nas quais os clientes tenham incorrido em situações que suponham um deterioro da sua solvência, tais como o património negativo, perdas continuadas, atrasos generalizados nos pagamentos, estrutura económica ou financeira inadequada, impossibilidade de obter financiamentos adicionais ou fluxos de caixa insuficientes para atender às suas obrigações de pagamento, existência de saldos reclamados e aquele sobre os que se tenha reclamado judicialmente o seu reembolso, operações sobre as que o devedor suscite litígio de cuja resolução dependa a sua cobrança, operações de arrendamento nas quais a entidade decida rescindir o contrato para recuperar a posse do bem, clientes declarados ou que se espere que se vão declarar insolventes, clientes com saldos classificados como duvidosos por razão dos seus atrasos no pagamento sobre os quais, ainda não atingindo as percentagens dantes indicadas para considerar a totalidade das suas operações como duvidosas, se conclua que existem dúvidas razoáveis do reembolso das suas dívidas, riscos contingentes nos quais os avalizados se encontrem em situação de insolvência, etc.

Adicionalmente aos riscos que são considerados como duvidosos, o Grupo considera como “subestándar” por razão de risco de cliente aqueles instrumentos de dívida e riscos contingentes que, sem cumprir os requisitos para os considerar como duvidosos de acordo com o disposto nas alíneas anteriores, no seu conjunto apresentam debilidades que podem supor assumir perdas superiores às coberturas por deterioro dos riscos em situação de normalidade. Incluem-se nesta categoria, entre outras, as operações de clientes que fazem parte de coletivos em dificuldades, tais como os pertencentes a uma mesma área geográfica ou os pertencentes a um mesmo setor económico que pelas suas características pudessem estar a experimentar dificuldades.

A correção do valor em livros dos instrumentos financeiros por causa do seu deterioro efetua-se com débito à demonstração de resultados consolidada do período no que tal deterioro se manifesta e as recuperações das perdas por deterioro previamente registadas, se reconhecem na demonstração de resultados consolidada do período em que o deterioro se elimina ou se reduz.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer montante registado, este se elimina do balanço consolidado, sem prejuízo das atuações que possam realizar as entidades consolidadas para tentar conseguir a sua cobrança até tanto não se tenham extinguido definitivamente os seus direitos, seja por prescrição, condonação ou outras causas.

A seguir apresentam-se os critérios aplicados pelo Grupo para determinar as possíveis perdas por deterioro existentes na cada uma das diferentes categorias de instrumentos financeiros, bem como o método seguido para o cálculo das coberturas contabilizadas por dito deterioro.

### **2.3.1 Instrumentos de dívida avaliados ao seu custo amortizado**

O montante das perdas por deterioro coincide com a diferença positiva entre os seus respetivos valores em livros e os valores atuais dos seus fluxos de efetivo futuros previstos. O valor de mercado dos instrumentos de dívida cotados considera-se uma estimativa razoável do valor atual dos seus fluxos de efetivo futuros.

Posteriormente, os fluxos de efetivo atualizam-se à taxa de juro efetiva do instrumento (se o seu tipo contratual fosse fixo) ou à taxa de juro contratual efetivo na data da atualização (quando este seja variável).

Pelo que se refere às perdas por deterioro que têm a sua causa na materialização do risco de insolvência dos obrigados ao pagamento (risco de crédito), um instrumento de dívida sofre deterioro:

- Quando se evidência um deterioro na capacidade de pagamento do obrigado ao fazer, bem seja evidenciado pelos seus atrasos no pagamento ou por razões diferentes desta, e/ou
- por materialização do “risco-país”, entendendo como tal o risco que coincide nos devedores residentes num país por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual.

O processo de avaliação das possíveis perdas por deterioro destes ativos realiza-se:

- Individualmente, para todos os instrumentos de dívida significativos e para os que, não sendo significativos, não são suscetíveis de ser classificados em grupos homogêneos de instrumentos de características similares atendendo

ao tipo de instrumento, setor e área geográfica de atividade do devedor, tipo de garantia, antiguidade dos montantes vencidos, etc.

▪ Coletivamente, o Grupo estabelece diferentes classificações das operações em atenção à natureza dos obrigados ao pagamento e das condições do país em que residem, situação da operação e tipo de garantia com a que conta, antiguidade dos atrasos no pagamento, etc. e aplica-se para a cada um destes grupos de risco as perdas por deterioro (“perdas identificadas”) que devem ser reconhecidas nas contas anuais das entidades consolidadas.

### **2.3.2** *Instrumentos de dívida classificados como disponíveis para a venda*

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença positiva entre o seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal) e o seu valor razoável uma vez deduzida qualquer perda por deterioro previamente reconhecida na demonstração de resultados consolidada.

No caso de perdas por deterioro surgidas por razão de insolvência do emissor dos títulos de dívida classificados como disponíveis para a venda, o procedimento seguido pelo Grupo para o cálculo de ditas perdas coincide com o critério explicado anteriormente no apartado 2.3.1 para os instrumentos de dívida avaliados ao seu custo amortizado.

Quando existe uma evidência objetiva de que as diferenças negativas surgidas na avaliação destes ativos têm a sua origem num deterioro, estas deixam de se apresentar no epígrafe do património líquido “Acertos por Avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda” e se registam por todo o montante acumulado até então na demonstração de resultados consolidada. De recuperar-se posteriormente a totalidade ou parte das perdas por deterioro, o seu montante reconhecer-se-ia na demonstração de resultados consolidada do período em que se produz a recuperação.

### **2.3.3** *Instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda*

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença positiva entre o seu custo de aquisição e o seu valor razoável, uma vez deduzida qualquer perda por deterioro previamente reconhecida na demonstração de resultados consolidada.

Os critérios seguidos para o registo das perdas por deterioro dos instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda são similares aos aplicáveis a “instrumentos de dívida” (segundo se explica na Nota 2.3.2.), salvo pelo facto de que qualquer recuperação que se produza de tais perdas se reconhece no epígrafe do património líquido “Acertos por avaliação - Ativos financeiros disponíveis para a venda”.

Para instrumentos de património cotados, tendo em conta as melhores práticas recomendadas pelos organismos supervisores (ESMA e CNMV), a Sociedade estabelece categorias percentuais ou temporárias de queda na cotação com respeito ao custo, conforme aos quais conclui que existe uma evidência objetiva de deterioro como consequência de uma queda significativa ou prolongada na cotação. Estas categorias são uma queda de 40% da cotação bolsista ou uma situação de perda continuada ao longo de um período superior a 18 meses. A Sociedade considera adicionalmente como evidência de deterioro as situações em que o emissor está declarado, ou é provável que o declarem, em concurso ou tem dificuldades financeiras significativas.

Não existem outras categorias que representem indícios prévios de deterioro, conquanto a Sociedade realiza uma análise individualizada de todos aqueles investimentos nas que possa existir algum indício de deterioro diferente da queda na cotação, com independência de que não se tenham superado as categorias mencionadas anteriormente.

#### **2.3.4 Instrumentos de capital avaliados a custo**

A perda por deterioro equivale, se for o caso, à diferença entre o seu valor em livros e o valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados, atualizados ao tipo de rentabilidade de mercado para outros valores similares.

As perdas por deterioro registam-se na demonstração de resultados consolidada do período no que se manifestam, minorando diretamente o custo do instrumento. Estas perdas só podem recuperar-se posteriormente no caso de venda dos ativos.

#### **2.4 Coberturas contabilísticas**

O Grupo utiliza derivados financeiros como parte da sua estratégia para diminuir a sua exposição aos riscos de taxa de juro e taxa de variação de moeda estrangeira quando as operações realizadas cumprem os requisitos estabelecidos no regulamento vigente.

O Grupo designa uma operação como de cobertura desde o momento inicial. Na documentação das operações de cobertura identificam-se os instrumentos cobertos e os de cobertura, além da natureza do risco que se pretende cobrir, bem como os critérios ou métodos seguidos pelo Grupo para avaliar a sua eficácia ao longo de toda a duração.

O Grupo só considera como operações de cobertura aquelas que são altamente eficazes ao longo de toda a sua duração. Uma cobertura considera-se altamente eficaz se durante o seu prazo previsto de duração as variações que se produzam no valor razoável atribuídas ao risco coberto são compensadas na sua prática totalidade pelas variações no valor razoável dos instrumentos de cobertura.

Para medir a efetividade das operações de cobertura, o Grupo analisa se, desde o início e até o final do prazo definido para a operação, pode-se esperar prospetivamente que as variações no valor razoável da partida coberta que sejam atribuíveis ao risco coberto serão compensados quase completamente pelas variações no valor razoável dos instrumentos de cobertura e que, retrospectivamente, os resultados da cobertura oscilem dentro de uma categoria de variação do oitenta ao cento vinte e cinco por cento com respeito ao resultado da partida coberta.

O Grupo realiza operações de cobertura de valor razoável de ativos e passivos financeiros ou de compromissos em firme ainda não reconhecidos, ou de uma porção identificada dos mesmos, atribuível a um risco designadamente e sempre que afetem à demonstração de resultados consolidada. As diferenças produzidas tanto nos elementos de cobertura como nos elementos cobertos, no que se refere ao tipo de risco coberto, reconhecem-se diretamente na demonstração de resultados consolidada.

Além das operações de cobertura anteriormente descritas, o Grupo realiza operações de cobertura de valor razoável do risco de taxa de juro de um determinado montante de ativos financeiros (ou passivos financeiros) que fazem parte do conjunto de instrumentos da sua carteira, mas não instrumentos concretos, e que contabilisticamente se costumam denominar como macro-coberturas.

A técnica contabilística da macro-cobertura exige a avaliação periódica da sua eficácia, e por isso é realizada trimestralmente a verificação da eficácia mediante a comprovação de que a posição líquida de ativos e passivos que vencem ou reapreciam na banda temporária correspondente resulta superior ou igual ao montante coberto (soma de instrumentos de cobertura na banda de referência). As ineficácias, por tanto, produzem-se quando o custo coberto resulte superior ao líquido de ativos e passivos da mesma banda temporária, registando imediatamente o valor razoável da parte ineficaz na demonstração de resultados consolidada.

O Grupo interrompe a contabilização das operações de cobertura como tais quando o instrumento de cobertura vence ou é vendido, quando a operação de cobertura deixa de cumprir os requisitos para ser considerada como tal ou se procede a revogar a consideração da operação como de cobertura.

Quando de acordo com o disposto na alínea anterior se produza a interrupção da operação de cobertura de valor razoável, os acertos no seu valor realizados com motivo da aplicação da contabilidade de coberturas imputar-se-ão à conta de resultados até ao vencimento dos instrumentos cobertos, aplicando a taxa de juro efetiva recalculado na data de interrupção de dita operação de cobertura.

## 2.5 Operações em moeda estrangeira

### 2.5.1 Moeda funcional

A moeda funcional do Grupo é o euro. Consequentemente todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes ao euro se consideram denominados em "moeda estrangeira".

O detalhe do contravalor dos principais saldos de ativo e passivo do balanço consolidado mantidos em moeda estrangeira, atendendo à natureza das rubricas que os integram e às divisas mais significativas nas que se encontram denominados, é o seguinte:

	Contravalor em milhares de euros			
	2014		2013	
	Ativos	Passivos / Património Neto	Ativos	Passivos / Património Neto
<b>Detalhe por tipo de carteira</b>				
Ativos/Passivos financeiros a valor razoável com variações em património	27.370	-	28.724	(916)
Investimentos creditícios/Passivos a custo amortizado	52.580	42.570	59.875	48.586
Resto	78	(160)	121	131
	<b>80.028</b>	<b>42.410</b>	<b>88.720</b>	<b>47.801</b>
<b>Detalhe por tipo de moeda</b>				
Dólares familiares USA	48.014	39.495	54.583	43.745
Libras esterlinas	16.733	1.172	13.125	992
Francos suíços	7.640	1.136	13.284	1.757
Yenes japoneses	2.354	28	2.737	917
Resto	5.287	579	4.991	390
	<b>80.028</b>	<b>42.410</b>	<b>88.720</b>	<b>47.801</b>

### 2.5.2 Critérios de conversão dos saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira registam-se inicialmente pelo contravalor em euros decorrente de aplicar as taxas de câmbio em vigor nas datas em que se realizam as operações. Posteriormente convertem-se os saldos monetários em moeda estrangeira à sua moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente à data de emissão de informação financeira.

Igualmente:

- As rubricas não monetárias avaliadas ao seu custo histórico se convertem à moeda funcional ao taxa de câmbio da data da sua aquisição.
- As rubricas não monetárias avaliadas ao seu valor razoável se convertem à moeda funcional ao taxa de câmbio da data em que se determinou o mesmo.

### **2.5.3** *Registo das diferenças de câmbio*

As diferenças de câmbio que se produzem ao converter os saldos em moeda estrangeira à moeda funcional das entidades consolidadas se registam, com carácter geral, pelo seu montante líquido no epígrafe “Diferenças de câmbio (netas)” da demonstração de resultados consolidada, a exceção das diferenças de câmbio produzidas em instrumentos financeiros classificados ao seu valor razoável com variações na demonstração de resultados, as quais se registam na demonstração de resultados consolidada no epígrafe “Resultados das operações financeiras (líquido)” sem diferenciar do resto de variações que possa sofrer o seu valor razoável.

Não obstante o anterior, registam-se no epígrafe do património líquido consolidado “Acertos por avaliação - Diferencias de câmbio” do balanço consolidado, até ao momento em que estas se realizem, as diferenças de câmbio surgidas em instrumentos de capital em moeda estrangeira cujo valor razoável se ajusta com contrapartida no património líquido.

Não existe nenhum montante registado no citado epígrafe em 31 de dezembro de 2014 nem em 31 de dezembro de 2013 já que os instrumentos de capital em moeda estrangeira se cobriram do risco de taxa de câmbio mediante coberturas de valor razoável utilizando depósitos interbancários como instrumentos de cobertura, o que permite registar em resultados as variações de valor devidos a variações na taxa de câmbio.

### **2.6** *Reconhecimento de rendimentos e despesas*

A seguir resume-se os critérios contabilísticos mais significativos utilizados pelo Grupo para o reconhecimento dos seus rendimentos e despesas:

#### **2.6.1** *Rendimentos e despesas por juros, dividendos e conceitos assimilados*

Com carácter geral, os rendimentos e despesas por juros e conceitos assimiláveis a eles são reconhecidos contabilisticamente em função do seu período de vencimento, por aplicação do método de interesse efetivo. Os dividendos recebidos de outras sociedades reconhecem-se como rendimento no momento em que se declare o direito a receber pelas entidades consolidadas.

#### **2.6.2** *Comissões, honorários e conceitos assimilados*

Os rendimentos e despesas em conceito de comissões e honorários assimilados que não devam fazer parte do cálculo da taxa de juro efetiva das operações e/ou que não façam parte do custo de aquisição de ativos ou passivos financeiros diferentes dos classificados como a valor razoável com variações na demonstração de resultados, são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com critérios diferentes segundo seja a sua natureza. Os mais significativos são:

- Os vinculados à aquisição de ativos e passivos financeiros avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados, os quais se reconhecem na conta de resultados no momento da sua liquidação.
- Os que têm a sua origem em transações ou serviços que se prolongam ao longo do tempo, os quais se contabilizam na demonstração de resultados consolidada durante a vida de tais transações ou serviços.
- Os que respondem a um ato singular, os quais se imputam à conta de resultados quando se produz o ato que os origina.

#### **2.6.3** *Rendimentos e despesas não financeiras*

Reconhecem-se contabilisticamente de acordo com o critério de vencimento.

#### **2.6.4 Cobranças e pagamentos diferidos no tempo**

Reconhecem-se contabilisticamente pelo montante que resulta de atualizar financeiramente a taxas de mercado os fluxos de efetivo previstos.

#### **2.7 Compensações de saldos**

Só se compensam entre si, e conseqüentemente se apresentam no balanço consolidado pelo seu montante líquido, os saldos devedores e credores com origem em transações que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplam a possibilidade de compensação e se tem a intenção de liquidar pelo seu montante líquido ou de realizar o ativo e proceder ao pagamento do passivo de forma simultânea.

#### **2.8 Transferências de ativos financeiros**

O tratamento contabilístico das transferências de ativos financeiros está condicionado pela forma em que se transferem a terceiros os riscos e benefícios associados aos ativos que se transferem:

▪ Se os riscos e benefícios dos ativos transferidos transferem-se substancialmente a terceiros, o ativo financeiro transferido é cancelado no balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

▪ Se retêm-se substancialmente os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, caso das titularizações de ativos financeiros nas que se mantenham financiamentos subordinados ou outro tipo de melhoras creditícias que absorvam substancialmente as perdas creditícias esperadas para os ativos titulizados, o ativo financeiro transferido não se cancela do balanço consolidado e se continua o valorizando com os mesmos critérios utilizados dantes da transferência. Pelo contrário, reconhecem-se contabilisticamente, sem compensar-se entre si:

- Um passivo financeiro associado por um montante igual ao da contraprestação recebida, que se avalia posteriormente ao seu custo amortizado.

- Tanto os rendimentos do ativo financeiro transferido mas não cancelado, como as despesas do novo passivo financeiro.

De acordo com o anterior, os ativos financeiros só se cancelam do balanço consolidado quando se extinguiram os fluxos de efetivo que geram ou quando se transferiram substancialmente a terceiros os riscos e benefícios que levam implícitos.

Não obstante o anterior, os ativos financeiros transferidos antes de 1 de janeiro de 2004 são cancelados de balanço consolidado com independência das condições do transferência de riscos e benefícios, de acordo com o regulamento vigente.

Na Nota 27.5 resume-se as circunstâncias mais significativas das principais transferências de ativos que se encontravam em vigor no Grupo ao encerramento do exercício.

#### **2.9 Garantias financeiras e provisões constituídas sobre as mesmas**

Consideram-se "garantias financeiras" os contratos pelos quais o Grupo se obriga a pagar quantidades concretas por conta de um terceiro no suposto de não o fazer este; independentemente da forma em que esteja instrumentada a obrigação: fiança, aval financeiro, crédito documentário irrevogável emitido ou confirmado pela entidade, etc.

No momento do seu registo inicial, o Grupo contabiliza as garantias financeiras emprestadas no passivo do balanço consolidado pelo seu valor razoável, o qual, com carácter geral, equivale ao valor atual das comissões e rendimentos a receber por ditos contratos ao longo da sua duração, tendo como contrapartida, no ativo do balanço consolidado o montante das comissões e rendimentos assimilados cobrados no início das operações e as contas a cobrar pelo valor atual das comissões e rendimentos pendentes de cobrança. Estes montantes são amortizados linearmente durante a duração dos contratos na demonstração de resultados consolidada.

As garantias financeiras, qualquer que seja o seu titular ou instrumentação, são analisadas periodicamente com objeto de determinar o risco de crédito ao qual estão expostas e, se for o caso, estimar as necessidades de constituir provisão por elas, que se determina por aplicação de critérios similares aos estabelecidos para quantificar as perdas por deterioro experimentadas pelos instrumentos de dívida avaliados ao seu custo amortizado que se explicaram na Nota 2.3.1 anterior.

As provisões constituídas sobre estas operações encontram-se contabilizadas no epígrafe “Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes” do passivo do balanço consolidado. A dotação e recuperação de ditas provisões regista-se com contrapartida no epígrafe “Dotação às provisões (líquido)” da demonstração de resultados consolidada.

Na circunstância de que fosse necessário constituir uma provisão pelas garantias financeiras, as comissões pendentes de vencimento associadas que se encontram registadas no epígrafe “Periodificações” do passivo do balanço consolidado, se reclassificarão na correspondente provisão.

## **2.10 Contabilização das operações de arrendamento**

### **2.10.1 Arrendamentos financeiros**

Consideram-se operações de arrendamento financeiro aquelas nas quais substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto do arrendamento se transferem ao arrendatário.

Entre os fatores que o Grupo considera para determinar se um contrato de arrendamento é financeiro se encontram os seguintes:

- Que o contrato de arrendamento cubra a maior parte da vida útil do ativo, considerando a estes efeitos o parâmetro indicativo estabelecido em outros regulamentos não especificamente aplicáveis ao Grupo, que a duração do contrato supere o 75% da vida útil do ativo.
- Que o preço de exercício da opção de compra seja inferior ao valor razoável do valor residual do bem quando termine o contrato.
- Que o valor atual dos pagamentos mínimos do arrendamento ao princípio do contrato seja equivalente à prática totalidade do valor razoável do ativo arrendado, utilizando de maneira indicativa para estes efeitos o critério estabelecido em outros regulamentos não especificamente aplicáveis ao Grupo de que este valor atual supere o 90% do valor razoável do ativo arrendado.
- Que a utilidade do bem esteja restrita ao arrendatário.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um bem numa operação de arrendamento financeiro, a soma dos valores atuais dos montantes que receberão do arrendatário mais o valor residual garantido, se regista como um financiamento emprestado a terceiros, pelo que se inclui no epígrafe “Investimentos creditícios” do balanço consolidado, de acordo com a natureza do arrendatário.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias numa operação de arrendamento financeiro, apresentam o custo dos ativos arrendados no balanço consolidado, segundo a natureza do bem objeto do contrato, e, simultaneamente, um passivo pelo mesmo montante (que será o menor entre o valor razoável do bem arrendado e a soma dos valores atuais das quantidades a pagar ao arrendador mais, se for o caso, o preço de exercício da opção de compra). Estes ativos se amortizam com critérios similares aos aplicados ao conjunto dos ativos materiais de uso próprio do Grupo (Nota 2.15).

Em ambos casos, os rendimentos e despesas financeiras com origem nestes contratos são creditados e debitados, respetivamente, à demonstração de resultados consolidada nos epígrafes “Juros e rendimentos assimilados” e

“Juros e ónus assimilados”, aplicando para estimar o seu vencimento o método da taxa de juro efetiva das operações.

### **2.10.2 Arrendamentos operativos**

Nas operações de arrendamento operativo a propriedade do bem arrendado e substancialmente todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem são do arrendador.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras em operações de arrendamento operativo, apresentam o custo de aquisição dos bens arrendados no epígrafe “Ativo material”, bem como “Investimentos imobiliários” bem como “Outros ativos cedidos em arrendamento operativo”, dependendo da natureza dos ativos objeto de dito arrendamento. Estes ativos se amortizam de acordo com as políticas adotadas para os ativos materiais similares de uso próprio e os rendimentos procedentes dos contratos de arrendamento reconhecem-se na demonstração de resultados consolidada de forma linear no epígrafe “Outros produtos de exploração”.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias em operações de arrendamento operativo, as despesas do arrendamento, incluindo incentivos concedidos, se for o caso, pelo arrendador, são debitados linearmente às suas demonstrações de resultados consolidados no epígrafe “Outras despesas gerais de administração”.

Na Nota 27.7.2 detalha-se informação sobre estes arrendamentos.

### **2.11 Patrimónios geridos**

Os patrimónios de terceiros geridos pelas sociedades consolidadas não se incluem no balanço consolidado. As comissões geradas por esta atividade incluem-se no saldo do epígrafe “Comissões recebidas” da demonstração de resultados consolidada. Na Nota 27.4 facilita-se informação sobre os patrimónios de terceiros geridos ao encerramento do exercício.

### **2.12 Fundos de investimento e fundos de pensões geridos pelo Grupo**

Os fundos de investimento e os fundos de pensões geridos pelas sociedades consolidadas não se apresentam registados no balanço consolidado do Grupo, por ser o seu património propriedade de terceiros. As comissões adquiridas pelos diversos serviços prestados a estes fundos pelas sociedades do Grupo (serviços de gestão de patrimónios, depósito de carteiras, etc.) encontram-se registadas no epígrafe “Comissões recebidas” da demonstração de resultados consolidada.

### **2.13 Despesas de pessoal**

#### **2.13.1 Retribuições pós-emprego**

As retribuições pós-emprego são remunerações aos empregados que se liquidam depois da terminação do seu período de emprego. Todas as obrigações pós-emprego são classificadas como planos de contribuição definida ou planos de prestação definida, em função das condições de ditas obrigações.

Os compromissos pós-emprego mantidos pelo Banco com os seus empregados consideram-se “Planos de contribuição definida” quando o Banco realiza contribuições de carácter predeterminado a uma entidade separada, segundo os acordos atingidos com cada coletivo de empregados designadamente, sem ter obrigação legal nem efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não pudesse atender as retribuições aos empregados relacionadas com os serviços prestados no exercício corrente e nos anteriores. Os compromissos pós-emprego que não cumpram as condições anteriores considerar-se-ão como “Planos de prestação definida”.

Em março de 2013, a Direção de Ibercaja Banco e os representantes dos empregados chegaram a um acordo segundo o qual se suspenderam durante 24 meses as contribuições ao plano de pensões correspondentes ao coletivo de contribuição definida, tendo atingido em dito mês o mesmo acordo no Banco Grupo Cajatres para a totalidade das contribuições ao plano de pensões.

#### Planos de contribuição definida

O Grupo realiza contribuições de acordo com os acordos atingidos derivados dos respetivos convénios coletivos aplicáveis à cada entidade de origem. Para isso, Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, S.A.U. promoveram

os respetivos Planos de Pensões de Emprego de contribuição definida para a contingência de aposentação e de prestação definida para as contingências de invalidez e falecimento em ativo, sendo estas últimas garantidas através de seguros temporais anuais. Os planos de contribuição definida subscritos são os seguintes:

- Plano de Pensões dos Empregados de Ibercaja
  
- CAI Empleo, Fondo de Pensiones
- Empleados Caja Círculo, Fondo de Pensiones
- Fondo de Pensiones de Empleados del Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz-Febadajoz, F.P.

As contribuições efetuadas por este conceito registam-se no epígrafe “Despesas de pessoal - Ónus sociais” da demonstração de resultados consolidada. As contribuições realizadas pelos promotores dos planos de pensões em regime de contribuição definida atingiram 1.978 milhares de euros em 2014 e a 3.728 milhares de euros em 2013.

#### Planos de prestação definida

O Grupo regista no epígrafe “Provisões – Fundo para pensões e obrigações similares” do passivo do balanço consolidado, respeito dos planos de prestação definida, o valor atual da obrigação pós-emprego menos o valor razoável dos ativos afetos ao plano. As obrigações por prestação definida são calculadas anualmente por atuários independentes de acordo com o método da unidade de crédito projetada.

Consideram-se “ativos afetos ao plano” aqueles vinculados com um determinado compromisso de prestação definida com os quais se liquidarão diretamente estas obrigações, que cumprem com as seguintes condições:

- Não são propriedade do Banco, senão de um terceiro separado legalmente e sem o carácter de parte vinculada.
  
- Só estão disponíveis para pagar ou financiar retribuições dos empregados, não estando disponíveis para os credores do Banco, nem sequer em caso de situação de insolvência.
  
- Não podem retornar ao Banco salvo que os ativos que ficam no plano sejam suficientes para cumprir todas as obrigações, do plano ou da entidade, relacionadas com as prestações dos empregados; ou bem quando os ativos retornam ao Banco para o reembolsar de prestações dos empregados já pagos por ela.
  
- Não podem ser instrumentos financeiros intransmissíveis pelo Banco.

O valor atual das obrigações com o pessoal de prestação definida determina-se descontando os fluxos de efetivo futuros estimados a taxas de desconto de instrumentos de dívidas corporativas de alta qualidade creditícia que se correspondem com a moeda e os prazos estimados em que pagar-se-ão as obrigações por prestações pós-emprego.

A rentabilidade esperada dos ativos afetos aos planos de prestação definida e dos direitos de reembolso determina-se aplicando a mesma taxa de juro técnica que para calcular o valor atual das obrigações.

As retribuições pós-emprego registam-se como segue:

- As perdas e ganhos atuariais que surgem no exercício por variações na hipótese financeiro-atuariais ou por diferenças entre as hipóteses e a realidade, são reconhecidas de forma imediata no período que ocorrem diretamente em “Outros rendimentos e despesas reconhecidas”.
  
- O reconhecimento dos custos por serviços passados, os quais devem registar-se imediatamente na demonstração de resultados atuariais consolidada no epígrafe “Despesas de pessoal”.
  
- O custo por juros correspondente à obrigação e a rentabilidade esperada dos ativos afetos aos planos de prestação definida são determinados como uma quantidade líquida por juros que se calcula aplicando a taxa de juro técnica ao início do exercício sobre o passivo (ativo) do plano de prestação definida.

Consideram-se "ganhos e/ou perdas atuariais" as que procedem das diferenças entre hipóteses atuariais prévias e a realidade e de variações nas hipóteses atuariais utilizadas.

#### Complementos de aposentação vitalícios com pessoal ativo e passivo

Os compromissos pós-emprego adquiridos pelo Grupo com o seu pessoal ativo e passivo derivam-se dos diferentes convénios coletivos e correspondem-se com complementos de retribuições da Segurança Social nos casos de aposentação de ativos, aposentação causada, viuvez, órfão, incapacidade permanente ou grande invalidez. Estes compromissos encontram-se financiados em função da Sociedade de origem:

##### ▪Compromissos pós-emprego de empregados procedentes da Ibercaja Banco

Os compromissos pós-emprego adquiridos pela Sociedade com o seu pessoal passivo incluídos no Plano de Pensões de Empregados da Ibercaja, estão derivados do convénio coletivo e correspondem-se com complementos de retribuições da Segurança Social nos casos de aposentação de ativos, aposentação causada, viuvez, órfão, incapacidade permanente ou grande invalidez.

Por outro lado, a Sociedade mantém compromissos de complementos de aposentação com determinados coletivos, pessoal passivo antigo e pessoal diretivo, os quais estão exteriorizados com apólices de seguros com Caser, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. e com Ibercaja Vida, S.A.

##### ▪Compromissos pós-emprego de empregados procedente de Banco Grupo Cajatres

O Grupo mantém compromissos com os empregados procedentes de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. para a contingência de aposentação e de falecimento e incapacidade em ativo, os quais se encontram financiados através do Plano de pensões de emprego "CAI Empleo, Fondo de Pensiones", gerido por Ibercaja Vida, S.A., Plano de Pensões de emprego "Empleados Caja Círculo, Fondo de Pensiones" e Plano de pensões de emprego "Fondo de Pensiones de Empleados del Monte de Piedad e Caja General de Ahorros de Badajoz-Febadajoz, F.P.", geridos ambos por Caser Pensiones, Entidad Gestora de Fondo de Pensiones, S.A.

Igualmente, o Grupo tem subscritas diversas apólices de seguros para os excessos sobre o limite de contribuições ao Plano de Pensões subscritas com Caser, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. e Eurovida, S.A.

### **2.13.2** *Outras retribuições em longo prazo ao pessoal*

Os compromissos assumidos com o pessoal pré-reformado, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à aposentação que dependam da antiguidade do empregado, e outros conceitos similares são tratados contabilisticamente, no aplicável, segundo o estabelecido para os planos pós-emprego de prestação definida, com exceção de que as perdas e ganhos atuariais se reconhecem na demonstração de resultados de forma imediata.

Os compromissos assumidos com o pessoal pré-reformado são os seguintes:

▪ **Empregados procedentes da Ibercaja Banco, S.A.:**

Os compromissos mais relevantes adquiridos pela Sociedade derivam-se de exercícios anteriores, nos quais se ofereceu a um determinado coletivo a possibilidade de se aposentar antes de cumprir a idade estabelecida no Convénio Coletivo laboral vigente.

Com este motivo, existe o compromisso adquirido com dito pessoal pré-reformado de pagar complementos em matéria de salários bem como de outros ónus sociais desde o momento do seu pré-reforma até à sua data de aposentação efetiva.

▪ **Empregados procedentes de Banco Grupo Cajatres, S.A.U.:**

Como consequência do processo de integração e a criação do SIP as Caixas participantes no mesmo e os representantes das secções sindicais dos seus respetivos sindicatos estabeleceram as condições retributivas que, a partir de 1 de janeiro de 2011, são aplicáveis para os empregados das três Caixas participantes, bem como àqueles trabalhadores que sejam incorporados ao Banco. Igualmente, estabelece a obrigação para o Banco de promover um plano de pensões de sistema de emprego de contribuição definida para aposentação para os empregados que passem a desempenhar os seus serviços no Banco. À data de formulação destas contas anuais ainda não foi promovido o plano de pensões do Banco, pelo que segundo o estabelecido no citado acordo laboral, transitoriamente e enquanto não se formalize o novo plano de pensões, os empregados transferidos desde as Caixas ao Banco se mantêm como partícipes do plano de pensões da sua Caixa de origem, com os mesmos direitos e condições que se permanecessem em ativo na mesma.

### **2.13.3** *Indemnizações por cessação*

As indemnizações por cessação reconhecem-se como uma despesa de pessoal quando o Grupo se compromete a rescindir o vínculo laboral dantes da data normal de aposentação, ou bem a pagar retribuições por cessação como resultado de uma oferta realizada para incentivar a rescisão voluntária por parte dos empregados.

### **2.13.4** *Outros benefícios sociais*

O Grupo tem o compromisso de entregar aos empregados certos bens e serviços, total ou parcialmente subvencionados, conforme ao estabelecido no Convénio Coletivo e os Acordos Sociais ou de Empresa. Os benefícios sociais mais relevantes são facilidades creditícias.

Os empregados da Ibercaja Banco, S.A. e as suas sociedades dependentes que contem com contrato sem termo em ativo e uma vez superado o período de prova, têm em geral direito a solicitar empréstimos ou créditos, cujo limite se calcula sobre o salário anual.

▪ **Empréstimo de habitação habitual:** o montante máximo a financiar será o valor da habitação mais as despesas inerentes à aquisição com o limite de 5 anualidades. A duração máxima é de 35 anos e a taxa de juro aplicável é o 60% do Euribor a um ano com um mínimo de 1,5% e um máximo de 5,25%. A partir de 30 de junho de 2013 o referido mínimo estabeleceu-se em 1,25%.

▪ **Empréstimo de atenções várias:** o montante máximo a financiar será 25% da retribuição salarial anual. A duração máxima é de 10 anos e a taxa de juro a aplicar é Euribor a um ano.

▪ **Antecipo de vencimento:** para atender necessidades perentórias plenamente justificadas poder-se-á solicitar até nove mensaldades sem juros que se amortizarão mediante a entrega mensal de 10% dos créditos ilíquidos.

### **2.14** *Imposto sobre lucros*

A despesa por imposto sobre lucros calcula-se como o imposto a pagar relativamente ao resultado fiscal do exercício, acertado pelo montante das variações produzidas durante o exercício nos ativos e passivos registados derivados de diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações fiscais e das possíveis matérias coletáveis negativas (Nota 25).

Tal como se indica na Nota 25, Ibercaja Banco pertence a um Grupo Fiscal, cuja matriz é a Fundação, de acordo com o Capítulo VII do Título VII do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Pessoas Coletivas.

Existe uma diferença temporária se apresenta-se uma diferença entre o valor em livros e a base fiscal de um elemento patrimonial. Considera-se tributável aquela que gerará no futuro a obrigação de realizar algum pagamento à Administração e considera-se dedutível aquela que gerará algum direito de reembolso ou um menor pagamento a realizar à Administração no futuro.

Registam-se como ativos e/ou passivos por imposto diferidos as diferenças temporárias, as matérias coletáveis negativas pendentes de compensação e os créditos por deduções fiscais não aplicadas. Estes montantes registam-se aplicando-lhes a taxa de encargo à qual se espera recuperá-los ou liquidá-los.

Por sua vez, os ativos por impostos diferidos, só se reconhecem quando se estima provável que no futuro se disporão de suficientes ganhos fiscais para os poder recuperar.

Os créditos por deduções e bonificações e os créditos por matérias coletáveis negativas são montantes que, tendo-se produzida ou realizada a atividade ou obtido o resultado para gerar o seu direito, não se aplicam fiscalmente na declaração correspondente até ao cumprimento dos condicionantes estabelecidos no regulamento tributário para isso, considerando provável por parte do Grupo a sua aplicação em exercícios futuros. Na Nota 25 detalham-se os ativos registados por estes conceitos.

Consideram-se ativos e passivos por impostos correntes aqueles impostos que, respetivamente, se prevêem recuperáveis da administração ou a pagar à mesma num prazo que não excede aos 12 meses desde a data de encerramento do exercício. Por sua vez, consideram-se ativos ou passivos por impostos diferidos aqueles montantes que, respetivamente, se espera recuperar da administração ou pagar à mesma em exercícios futuros.

Reconhecem-se passivos por impostos diferidos para a prática totalidade das diferenças temporárias tributáveis. Não obstante o anterior, reconhece-se um passivo por impostos diferidos para as diferenças temporárias tributáveis derivadas de investimentos em sociedades dependentes e empresas associadas, e de participações em entidades multi-grupo, salvo quando o Grupo pode controlar a reversão das diferenças temporárias e é provável que estas não sejam revertidas num futuro previsível.

Por motivo de cada fecho contabilístico, revisam-se os impostos diferidos registados (tanto ativos como passivos) com objeto de comprovar que se mantêm vigentes, efetuando as oportunas correções aos mesmos de acordo com os resultados das análises realizadas.

## **2.15 Ativos materiais**

Com carácter geral, os ativos materiais apresentam-se avaliados no balanço ao seu custo de aquisição, formado pelo valor razoável de qualquer contraprestação entregue mais o conjunto de desembolsos em numerário realizados ou comprometidos líquido da amortização acumulada e da correção de valor que resulta de comparar o valor líquido da cada partida com o seu correspondente montante recuperável.

Para estes efeitos, o custo de aquisição dos ativos adjudicados que passam a fazer parte do ativo fixo tangível de uso próprio do Grupo, se assimila ao montante líquido dos ativos financeiros entregues à variação da sua adjudicação.

A amortização calcula-se aplicando o método linear sobre o custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual, entendendo-se que os terrenos sobre os que se assentam os edifícios e outras construções têm uma vida indefinida e que, por tanto, não são objeto de amortização.

As dotações anuais em conceito de amortização realizam-se com débito ao epígrafe "Amortização - Ativo fixo tangível" da demonstração de resultados consolidada e calculam-se em função dos anos de vida útil estimada dos diferentes elementos do ativo material, de acordo com o seguinte detalhe:

	Anos de vida útil estimada
Edifícios de uso próprio	25 a 100
Mobiliário	6 a 16,6
Instalações	5 a 16,6
Equipas informáticas e as suas instalações	4 a 8

Por motivo da cada fecho contabilística, as entidades consolidadas analisam se existem indícios, tanto internos como externos, de que o valor líquido dos elementos do seu ativo material excede do seu montante recuperável, em cujo caso, se reduz o valor em livros do ativo de que se trate até ao seu montante recuperável e se ajustam os cargos futuros em conceito de amortização em proporção ao seu valor em livros acertado e à sua nova vida útil remanescente, no caso de ser necessária uma reestimação da mesma. Esta redução do valor em livros realiza-se, em caso de ser necessária, com débito ao epígrafe "Perdas por deterioro de ativos (líquido) - Ativo material" da demonstração de resultados consolidada.

De forma similar, quando existem indícios de que se recuperou o valor de um ativo material deteriorado, as entidades consolidadas registam a reversão da perda por deterioro contabilizada em períodos anteriores, mediante o correspondente crédito ao epígrafe "Perdas por deterioro de ativos (líquido) - Ativo material" da demonstração de resultados consolidada e se acertam em consequência os cargos futuros em conceito da sua amortização.

Os ativos adjudicados que, de acordo à sua natureza e ao fim ao que se destinam, se classificam como investimentos imobiliários por parte do Grupo, se contabilizam inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas que tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo ao disposto no regulamento aplicável à Sociedade. Posteriormente, os ativos adjudicados estão sujeitos à estimativa das correspondentes perdas por deterioro que, se for o caso, se produzam sobre os mesmos, e no mínimo as estabelecidas no Anexo IX da Circular 4/2004 de Banco de Espanha.

Igualmente, pelo menos com uma periodicidade anual, procede-se a revisar a vida útil estimada dos elementos do ativo fixo tangível, face a detetar variações significativas na mesma que, caso de se produzir, serão acertados mediante a correspondente correção do cargo à demonstração de resultados consolidada de exercícios futuros em conceito da sua amortização em virtude das novas vidas úteis.

As despesas de conservação e manutenção dos ativos materiais de uso próprio debitam-se no epígrafe "Outras despesas gerais de administração" da demonstração de resultados consolidada.

## **2.16 Ativos intangíveis**

Consideram-se ativos intangíveis aqueles ativos não monetários identificáveis, embora sem aparência física, que surgem como consequência de uma aquisição a terceiros ou foram desenvolvidos internamente.

### 2.16.1 Fondo de maneio

A diferença positiva entre o preço pago numa combinação de negócios e a percentagem adquirida do valor razoável líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes das entidades adquiridas regista-se como fundo de maneio no ativo do balanço. Assim, o fundo de maneio representa o pagamento antecipado realizado pelo grupo dos benefícios económicos futuros derivados de ativos de uma entidade adquirida que não sejam individual e separadamente identificáveis e reconhecíveis e só se reconhece quando se tenha adquirido a título oneroso numa combinação de negócios. Dito fundo de maneio em nenhum caso se amortiza, senão que por motivo da cada fecho contabilístico se procede a estimar se se produziu algum deterioro que reduza o seu valor recuperável a um montante inferior ao montante líquido registado e, em caso afirmativo, se procede ao seu oportuno saneamento contra a demonstração de resultados consolidada.

Para efeitos de comprovar se existe deterioro de valor, o fundo de maneio adquirido numa combinação de negócios distribuir-se-á, desde a data de aquisição, entre as unidades geradoras de efetivo da entidade adquirente que se espera se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de que outros ativos ou passivos da entidade adquirida se atribuam a essas unidades ou grupos de unidades. A cada unidade ou grupo de unidades entre as que se distribua o fundo de maneio:

- a) representará o nível mais baixo de detalhe, dentro da entidade ao qual o fundo de maneio é controlado para efeitos de gestão interna; e
- b) não será maior que um segmento de exploração, segundo se definem na Nota 27.9.

Por tanto, no teste de deterioro anual do fundo de maneio, compara-se o montante recuperável da unidade geradora de efetivo (maior montante entre o seu valor razoável e o seu valor em uso) que contém o fundo de maneio com o valor contabilístico de dita unidade.

Para efeitos de detetar os possíveis indícios de deterioro do fundo de maneio realizam-se avaliações utilizando principalmente o método do desconto de benefícios distribuíveis, nas que se têm em conta os seguintes parâmetros:

- Hipótese chave do negócio. Sobre estas hipóteses são baseadas as projeções de fluxos de efetivo contempladas na avaliação. Para aqueles negócios com atividade financeira, projetam-se variáveis como são: a evolução do crédito, dos atrasos no pagamento, dos depósitos de clientes e das taxas de juro, bem como os requerimentos de capital.
- Prazo das projeções. O tempo/prazo de projeção situa-se habitualmente em 5 anos, período a partir do qual se atinge um nível recorrente tanto em termos de benefício como de rentabilidade. Para estes efeitos tem-se em conta o cenário económico existente no momento da avaliação.
- Taxa de desconto. O valor presente dos benefícios esperados, utilizado para a obtenção do valor em uso, calcula-se utilizando como taxa de desconto o custo de capital da entidade desde a perspetiva de um participante de mercado. Para a sua determinação utiliza-se o método Capital Asset Pricing Model (CAPM).
- Taxa de crescimento empregada para extrapolar as projeções de fluxos de efetivo para além do período coberto pelas previsões mais recentes. Com base nas estimativas em longo prazo dos principais valores macroeconómicos e das variáveis chaves do negócio, e tendo em conta a situação, em todo momento, dos mercados financeiros, estima-se uma taxa de crescimento a perpetuidade.

As perdas por deterioro do fundo de maneio não são objeto de reversão posterior.

### **2.16.2 Outros ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis diferentes do fundo de maneio, registam-se no balanço consolidado pelo seu custo de aquisição ou produção, líquido da sua amortização acumulada e das possíveis perdas por deterioro que sofre.

Os ativos intangíveis podem ser de "vida útil indefinida" quando, sobre a base das análises realizadas, se conclui que não existe um limite previsível do período durante o qual se espera que gerem fluxos de efetivo líquidos e não se amortizam, conquanto, por motivo de cada fecho contabilística, o Grupo revisa as suas vidas úteis remanescentes com objeto de se assegurar de que estas seguem sendo indefinidas. O Grupo não identificou ativos destas características.

Os ativos intangíveis com vida definida se amortizam em função da mesma, aplicando-se critérios similares aos adotados para a amortização dos ativos materiais. A amortização anual dos elementos do imobilizado intangível de vida útil definida regista-se no epígrafe "Amortização - Ativo intangível" da demonstração de resultados, e a sua dotação anual calcula-se em função dos anos de vida útil inicialmente estimada, com carácter geral de 3 a 5 anos, exceto para os ativos intangíveis relativos a relações com clientes que se descrevem na Nota 17.2, na qual se estimou uma vida útil de 10 anos para as relações associadas a depósitos à vista e de 6 anos para as associadas a depósitos a prazo.

O Grupo reconhece contabilisticamente qualquer perda que possa produzir no valor registado destes ativos com origem no seu deterioro, utilizando como contrapartida o epígrafe "Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido) - Fundo de maneio e outro ativo intangível" da demonstração de resultados consolidada. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioro destes ativos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioro registadas em exercícios anteriores são similares aos aplicados para os ativos materiais de uso próprio (Nota 2.15).

### **2.17 Existências**

Este epígrafe do balanço consolidado recolhe os ativos não financeiros que as entidades consolidadas:

- mantêm para a sua venda no curso ordinário do seu negócio,
- têm em processo de produção, construção ou desenvolvimento com dita finalidade, ou
- preveem consumir no processo de produção ou na prestação de serviços.

As existências avaliam-se pelo montante menor entre o seu custo, que incorpora todos os desembolsos originados pela sua aquisição e transformação e os custos diretos e indiretos nos que se tivesse incorrido para lhes dar a sua condição e localização atuais, e o seu "valor líquido de realização". Por valor líquido de realização das existências entende-se o preço estimado da sua alienação no curso ordinário do negócio, menos os custos estimados para terminar a sua produção e os necessários para realizar a sua venda.

O custo das existências que não sejam intercambiáveis de forma ordinária determina-se de maneira individualizada e o custo das demais existências determina-se por aplicação do método do custo média ponderada. Tanto as diminuições como, se for o caso, as posteriores recuperações do valor líquido de realização das existências por debaixo do valor líquido contabilístico se reconhecem na demonstração de resultados consolidada do exercício no que têm local, no epígrafe "Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido) – Outros ativos".

O valor em livros das existências que se cancelam do balanço consolidado se regista como uma despesa, dentro do epígrafe da demonstração de resultados consolidada "Outros ónus de exploração", no período no qual se reconhece o rendimento procedente da venda.

Os ativos adjudicados que, de acordo à sua natureza e ao fim ao qual se destinam (em processo de produção, construção ou desenvolvimento), sejam classificados como existências por parte do Grupo, são contabilizados inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas quais tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo ao disposto no regulamento aplicável ao Grupo. Posteriormente, os ativos adjudicados estão sujeitos à estimativa das correspondentes perdas por deterioro que, se for o caso, se produzam sobre os mesmos.

## **2.18 Ativos não correntes em venda**

Os ativos que se registam neste epígrafe são os seguintes:

- Ativos cujo valor em livros se irá recuperar fundamentalmente mediante a sua venda em local do seu uso continuado e sempre que a venda se considere altamente provável.
- Ativos materiais adjudicados procedentes de regularização de créditos, exceto os que se destinem a uso próprio ou à sua exploração em regime de aluguer, e os terrenos e imóveis em curso de construção.

Concretamente, os ativos imobiliários ou outros não correntes recebidos pelas entidades consolidadas para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento perante elas dos seus devedores se consideram ativos não correntes em venda; salvo que se tenha decidido, atendendo à sua natureza e ao uso ao qual sejam destinados, que se classifiquem como ativos materiais de uso próprio, como investimento imobiliário ou como existências. Estes são contabilizados inicialmente pelo menor entre o seu valor razoável líquido de custos de venda e o seu custo de aquisição, entendendo por tal o valor líquido contabilístico das dívidas nas que tenham a sua origem, calculado este valor líquido de acordo ao disposto no regulamento aplicável ao Grupo. Enquanto permanecem classificados nesta categoria, os ativos amortizáveis pela sua natureza não se amortizam.

Posteriormente, no caso de que o valor em livros exceda o valor razoável dos ativos, líquido dos seus custos de venda, o Grupo ajusta o valor em livros dos ativos pelo montante de dito excesso, com contrapartida no epígrafe "Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas" da demonstração de resultados. No caso de produzir-se posteriores incrementos do valor razoável dos ativos, o Grupo reverte as perdas anteriormente contabilizadas, incrementando o valor em livros dos ativos com o limite do montante anterior ao seu possível deterioro, com contrapartida no mesmo epígrafe referido anteriormente da demonstração de resultados.

## **2.19 Operações de seguros**

De acordo com as práticas contabilísticas generalizadas no setor segurador, as entidades de seguros consolidadas creditam a resultados os montantes dos prémios no momento da emissão da correspondente apólice de seguros e carregam às suas contas de resultados o custo dos sinistros no momento do seu conhecimento. Estas práticas contabilísticas, obrigam às entidades seguradoras a periodificar ao encerramento de cada exercício os montantes pagos às suas demonstrações de resultados e não adquiridos a essa data.

As periodificações mais significativas realizadas pelas entidades consolidadas no que se refere aos seguros diretos contratados por elas são: prémios não consumidos, prestações, seguros de vida quando o risco do investimento o assumem os tomadores do seguro, participação em benefícios e estornos.

A correção de assimetrias contabilísticas aplica-se às operações de seguros que:

- Se encontram imunizadas financeiramente,
- referem o seu valor de resgate ao valor dos ativos atribuídos de forma específica,
- preveem uma participação nos benefícios de uma carteira de ativos vinculada,
- se caracterizam porque o tomador assume o risco de investimento.

A correção consiste em reconhecer simetricamente as variações experimentadas no valor razoável dos ativos classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para a venda" e "Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados".

A contrapartida de ditas variações foi a provisão de seguros de vida, quando assim o exige o Regulamento de Ordenação e Superintendência dos Seguros Privados e demais regulamento aplicável, ou numa conta de passivo

(com saldo positivo ou negativo) pela parte não registada como provisão de seguros de vida que se apresenta no epígrafe “Resto de passivos” do passivo do balanço consolidado.

As provisões técnicas correspondentes às cessões a reasseguradores, que se calculam em função dos contratos de reaseguro subscritos e por aplicação dos mesmos critérios que se utilizam para o seguro direto, se apresentam no balanço consolidado no epígrafe “Ativos por reasseguros” (Nota 15).

## **2.20 Provisões e passivos contingentes**

Ao tempo de formular as contas anuais das entidades consolidadas os seus respetivos Administradores diferenciam entre:

- **Provisões:** saldos credores que cobrem obrigações presentes à data do balanço surgidas como consequência de acontecimentos passados dos quais se podem derivar prejuízos patrimoniais para as entidades, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência e concretos quanto à sua natureza mas indeterminados quanto ao seu montante e/ou momento de cancelamento.

- **Passivos contingentes:** obrigações possíveis surgidas como consequência de acontecimentos passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade das entidades consolidadas.

As contas anuais consolidadas do Grupo recolhem todas as provisões significativas relativamente às quais se estima que a probabilidade de que se tenha que atender a obrigação é maior que caso contrário. Os passivos contingentes não se reconhecem nas contas anuais consolidadas senão que se informa sobre os mesmos conforme aos requerimentos do regulamento vigente (Nota 27.1).

As provisões, que se quantificam com a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que as justifica e são reestimadas se existe nova informação ou pelo menos anualmente, se utilizam para enfrentar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas, procedendo à sua reversão, total ou parcial, quando ditas obrigações deixam de existir ou diminuem.

A contabilização das provisões que se consideram necessárias de acordo aos critérios anteriores se regista com débito ou crédito ao epígrafe “Dotações às provisões (líquido)” da demonstração de resultados consolidada.

Ao encerramento do exercício encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações dirigidos contra as entidades consolidadas com origem no desenvolvimento habitual das suas atividades. Tanto os assessores legais do Grupo como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo nas contas anuais consolidadas dos exercícios nos que finalizem.

## **2.21 Estados de rendimentos e despesas reconhecidos consolidados**

De acordo com as opções estabelecidas no apartado 81 da NIC 1, o Grupo optou por apresentar de maneira separada, por uma parte um estado que mostra os componentes do resultado consolidado (“demonstração de resultados consolidada”) e um segundo estado que, partindo do resultado consolidado do exercício, mostra os componentes dos restantes rendimentos e despesas do exercício reconhecidos diretamente no património líquido (“Estado de rendimentos e despesas reconhecidas consolidado”).

No "Estado de rendimentos e despesas reconhecidas consolidado" apresentam-se os rendimentos e despesas geradas pelo Grupo como consequência da sua atividade durante o exercício, distinguindo aqueles registados como resultados na demonstração de resultados consolidada do exercício e os outros rendimentos e despesas, de acordo com o disposto no regulamento vigente, diretamente no património líquido consolidado.

Igualmente, nos rendimentos e despesas reconhecidas diretamente no património líquido distingue-se entre aqueles que não se reclassificarão a resultados e aqueles que poderão ser reclassificados a resultados.

Com carácter geral, os rendimentos e despesas reconhecidos diretamente no património apresentam-se pelo seu montante líquido, mostrando-se o seu correspondente efeito impositivo na rubrica "Imposto sobre lucros".

A partida que mantém um montante mais relevante entre os rendimentos e despesas reconhecidos diretamente no património líquido é a relacionada com os ativos financeiros disponíveis para a venda, a qual se detalha em:

a)Ganhos (perdas) por avaliação: recolhe o montante dos rendimentos, líquidos das despesas originadas no exercício, reconhecidos diretamente no património líquido. Os montantes reconhecidos no exercício nesta partida mantêm-se nela, embora no mesmo exercício se transferem à demonstração de resultados.

b)Montantes transferidos à demonstração de resultados: recolhe o montante dos ganhos ou perdas por avaliação reconhecidas previamente no património líquido, embora seja no mesmo exercício, que se reconhecem na demonstração de resultados.

c)Outras reclassificações: recolhe o montante dos transferências realizados no exercício entre rubricas de acertos por avaliação conforme aos critérios estabelecidos no regulamento vigente.

Igualmente, no epígrafe "Resto de rendimentos e despesas reconhecidos" inclui-se o efeito da correção de assimetrias contabilísticas (Nota 2.19) relacionadas com os ativos financeiros disponíveis para a venda, que supõe a prática totalidade do epígrafe.

## **2.22 Estados totais de variações no património líquido consolidado**

No "Estado total de variações no património líquido" apresentam-se todas as variações do património líquido, incluídos os que têm a sua origem em variações nos critérios contabilísticas e em correções de erros. Este estado mostra, por tanto, uma conciliação do valor em livros ao começo e ao final do exercício de todas as rubricas que formam o património líquido consolidado, agrupando os movimentos em função da sua natureza nos seguintes conceitos:

a)Acertos por variações em critérios contabilísticos e correção de erros: que inclui as variações no património líquido consolidado que surgem como consequência da reexpressão retroativa dos saldos dos estados financeiros com origem em variações nos critérios contabilísticos ou na correção de erros.

b)Rendimentos e despesas reconhecidos no exercício: recolhe, de maneira agregada, o total das rubricas registadas no estado de Rendimentos e Despesas reconhecidos anteriormente indicados.

c)Outras variações no património líquido: recolhe o resto de rubricas registadas no património líquido, como podem ser aumentos ou diminuições do capital, distribuição de resultados, operações com instrumentos de capital próprios, pagamentos com instrumentos de capital, transferências entre rubricas do património líquido e qualquer outro incremento ou diminuição do património líquido consolidado.

## **2.23 Estados de fluxos de efetivo consolidados**

No "Estado de fluxos de efetivo consolidado", utilizam-se as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

▪Fluxos de efetivo: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes, entendendo por estes os investimentos à vista.

▪Atividades de exploração: atividades típicas das entidades de crédito. As atividades realizadas com instrumentos financeiros terão a consideração de atividades de exploração, com algumas exceções, tais como os ativos financeiros incluídos na carteira de investimento a vencimento, os instrumentos de capital classificados como disponíveis para a venda que sejam investimentos estratégicos e os passivos financeiros subordinados.

▪Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos em longo prazo e outros investimentos não incluídos no efetivo e os seus equivalentes.

▪Atividades de financiamento: atividades que produzem variações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades de exploração.

Para efeitos da elaboração do estado de fluxos de efetivo consolidado, consideraram-se como “efetivo e equivalentes de efetivo” aqueles investimentos em curto prazo de grande liquidez e com baixo risco de variações no seu valor. Desta maneira, o Grupo considera efetivo ou equivalentes de efetivo, os seguintes ativos e passivos financeiros:

▪A efetivo propriedade do Grupo, o qual se encontra registado no epígrafe “Caixa e depósitos em bancos centrais” do balanço consolidado (Nota 6).

▪Os saldos líquidos à vista mantidos com Bancos Centrais, os quais se encontram registados nos epígrafes “Caixa e depósitos em bancos centrais” (os saldos devedores) e “Passivos financeiros a custo amortizado - Depósitos em bancos centrais” (os saldos credores) do ativo e do passivo, respetivamente, do balanço consolidado (Notas 6 e 19.1).

▪Os saldos líquidos à vista mantidos com entidades de crédito, diferentes dos saldos mantidos com Bancos Centrais. Os saldos devedores encontram-se registados, entre outros conceitos, no epígrafe “Investimentos creditícios - Depósitos em entidades de crédito” do balanço consolidado (Nota 10.2). Por sua vez, os saldos credores encontram-se registados, entre outros conceitos, no epígrafe “Passivos financeiros a custo amortizado - Depósitos de entidades de crédito” do passivo do balanço consolidado (Nota 19.1).

### **3.Gestão do risco**

A solvência, a liquidez e a qualidade creditícia dos ativos constituem os pilares familiares fundamentais sobre os que se assenta a gestão de riscos do Grupo.

Pelo seu nível de exposição, o risco de crédito é o de mais relevância no perfil de riscos do Grupo, conquanto se gerem igualmente os riscos de contraparte, de concentração, operacional, de mercado, de liquidez, de taxa de juro, de negócio, reputacional, de seguros, etc.

O Grupo conta com uma estrutura organizativa adequada para a gestão do risco, na qual as funções de identificação, medição, seguimento, gestão e controlo se encontram claramente distribuídas em diferentes órgãos e unidades, que desempenham as suas funções de maneira independente mas coordenada, nos âmbitos de:

▪Governo Corporativo: Os Órgãos de Governo estabelecem as diretrizes relativamente às políticas de investimento e risco que serão desenvolvidas e aplicadas pelo resto da organização no desempenho das suas funções, tanto no caso da matriz como no das restantes sociedades que se integram no Grupo.

▪Estratégia e perfil de riscos: Para estabelecer as mencionadas diretrizes, os Órgãos de Governo recebem suporte informativo e técnico de Comitês e Direções especializados. Designadamente, o Comité Global de Riscos define e efetua o seguimento da estratégia e as políticas de risco do Grupo.

▪Gestão do Risco: As decisões de gestão do risco são adotadas por diferentes órgãos e unidades do Grupo no exercício das suas funções específicas.

▪Controlo do Risco: A função de controlo do risco corresponde à Direção de Auditoria, que a exerce com independência da gestão.

A estrutura organizativa de governo e gestão do risco no Grupo é proporcional à complexidade do negócio e garante a aplicação homogênea de políticas e procedimentos.

Entre os princípios que ordenam a gestão de riscos do Grupo figuram os seguintes: gestão integral, qualidade, diversificação, independência, continuidade, delegação e colegiação, vinculação em modelos de decisão, homogeneidade, controlo, melhora contínua de processos e transparência.

A gestão de riscos do Grupo persegue os seguintes objetivos:

- Avaliar os riscos chave para o negócio em função da sua relevância e probabilidade de ocorrência, quantificando-os com a maior precisão e o maior nível de detalhe.

- Integrar a medição de risco nos processos e circuitos operativos e de decisão (estabelecimento de limites e políticas, admissão de operações, seguimento, recuperação...) e analíticos (cálculo e análise de rentabilidade ajustada a risco de clientes, segmentos, produtos, centros de responsabilidade e linhas de negócio).

- Incrementar a eficiência nos processos de admissão, seguimento e recuperação do risco, através da utilização de ferramentas estatísticas e de sistemas de informação adequados, que facilitam a tomada de decisões.

- Assegurar a integridade e a qualidade da informação do risco, o que se traduz em melhoras nos sistemas de informação interna e externa e na comunicação a todos os níveis implicados na gestão do risco.

- Estabelecer um meio de seguimento sistémico dos modelos e ferramentas que permita manter o seu poder preditivo.

Os objetivos no âmbito da gestão global de riscos do Grupo centram-se em preservar e melhorar a qualidade creditícia da carteira e do novo negócio de empréstimos através dos processos de admissão, seguimento e recuperação, na gestão ativa da liquidez desde todos os âmbitos do negócio e, em definitiva, na manutenção da solvência em níveis elevados.

Em outubro de 2014, o Comité de Basileia atualizou os princípios de risco corporativo, para incluir a necessidade de explicitar um «Enquadramento de apetite ao risco».

Em torno do mencionado enquadramento, o Mecanismo Único de Superintendência (MUS) avaliará a gestão de riscos da cada entidade, a efetiva implantação do Enquadramento na gestão de riscos, o seu reflexo nas políticas de riscos e a sua integração com outros processos chaves como o plano estratégico, o plano de recuperação, o planeamento de capital, etc...

### **3.1 Exposição ao risco de crédito**

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas do não cumprimento das obrigações de pagamento por parte dos acreditados, bem como perdas de valor pelo deterioro da qualidade creditícia dos mesmos.

#### *3.1.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de crédito*

A gestão do risco de crédito está orientada a facilitar o crescimento do investimento creditício de forma sustentada e equilibrada, garantindo em todo momento a solidez financeira e patrimonial do Grupo, com o objetivo de otimizar o relacionamento rentabilidade / risco dentro dos níveis de tolerância fixados pelo Conselho de Administração em base aos princípios de gestão e as políticas de atuação definidos.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco a proposta do Comité Global de Riscos, documentados no "Manual de políticas e procedimentos de Investimentos creditícios". Este manual inclui os critérios de atuação nos principais segmentos de atividade e as linhas máximas de risco com os principais acreditados, setores, mercados e produtos. Corresponde ao Conselho de autorizar os riscos que excedem à concorrência do circuito operativo.

#### *3.1.2 Políticas de concessão, seguimento e recuperação do risco de crédito*

A carteira de investimento creditício é segmentada em grupos de clientes com perfis homogêneos de risco e suscetíveis de tratamento diferenciado mediante a aplicação de modelos de avaliação específicos.

a) No âmbito da concessão de risco de crédito, o Grupo estabelece as seguintes políticas:

- Classificações de risco para grupos de acreditados, mediante o estabelecimento de uns limites prévios de exposição, ao objeto de evitar concentrações de risco inadequadas.

- Critérios de admissão de novas operações e limites às faculdades de concessão segundo o segmento do cliente ao que se financia.

- Metodologia de análise das operações em função da sua tipologia e pertença aos diferentes segmentos.

- Modelos internos de qualificação creditícia integrados nos sistemas de decisão para os diferentes âmbitos do negócio a retalho.
- Requerimentos necessários para dotar de segurança jurídica a cada operação.
- Técnicas de mitigação do risco.
- Políticas de preços conformes à qualidade creditícia dos clientes.

A estrutura de gestão do risco de crédito apresenta um esquema de concessão de operações descentralizado, que se fundamenta numa delegação de faculdades formalmente estabelecida e plasmada nos manuais de risco.

A Entidade tem estabelecidas umas políticas de concessão de riscos conformes com a Lei 2/2011, de 4 de março, de Economia Sustentável, a Ordem EHA/2899/2011, de 28 de outubro, de transparência e proteção do cliente de serviços bancários e a Circular do Banco de Espanha 5/2012, de 27 de junho sobre transparência de serviços bancários e responsabilidade na concessão de empréstimos e créditos.

As citadas políticas da Entidade vêm recolhidas no “Manual de Políticas e Procedimentos dos Investimentos creditícios”, concretamente no ponto 2 denominado Princípios Básicos da gestão do risco de crédito. Com carácter anual estas políticas e procedimentos são revisados pela Entidade e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 2014 a atualização do Manual foi aprovado o 6 de fevereiro.

Na concessão de empréstimos, o Manual contempla como critérios fundamentais a razoabilidade da proposta, a análise da capacidade de pagamento do acreditado e a avaliação prudente das garantias. No caso de garantias imobiliárias são avaliadas sempre por terceiro independente (sociedades avaliadoras autorizadas pelo Banco de Espanha).

No que diz respeito à transparência e proteção do cliente de serviços bancários, a Entidade realiza as seguintes atuações:

- Expõem-se nos escritórios os preçários vigentes (taxas de juro, comissões e despesas) aplicadas aos diferentes produtos financeiros.
- Comunicam-se trimestralmente ao Banco de Espanha os preçários vigentes.
- Na página site da Entidade (<http://contransparencia.ibercaja.es>) acede-se aos preçários aplicados pela Entidade aos seus diferentes produtos.
- Entrega-se ao cliente documento com as condições contratuais previamente à assinatura. Posteriormente entrega-se cópia do contrato.
- Anualmente, no mês de janeiro, o cliente recebe uma comunicação pessoal onde se detalham os juros, comissões e despesas aplicadas durante o exercício precedente, nos diferentes produtos que tem contratados.

O Departamento de Auditoria Interna, dentro dos controlos efetuados aos escritórios, é o encarregado de zelar pelo cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos.

b) Através do seguimento do risco pretende-se conhecer a evolução de coletivos e clientes com a suficiente antecedência e de maneira permanente, para evitar ou minimizar potenciais perdas pelo deterioro da carteira creditícia. Este conhecimento é fundamental na gestão proativa das medidas necessárias para reduzir ou reestruturar a exposição ao risco existente.

O Banco dispõe de um sistema de alertas mecanizado que analisa e qualifica a todos os clientes depois de considerar fontes de informação, internas e externas, em procura de fatores de risco que possam determinar um deterioro da qualidade creditícia. O sistema de alertas está submetido a processos de calibração e melhora contínua.

Ademais, são objeto de uma especial vigilância os coletivos ou acreditados qualificados em seguimento especial, risco subestándar e duvidosos por razões diferentes dos atrasos no pagamento.

c) A gestão integral do risco completa-se com políticas de recuperação orientadas a evitar ou minimizar possíveis perdas mediante circuitos de recuperação específicos em função da quantia e tipologia da operação e com a intervenção de diferentes gestores internos e externos para adequar as ações necessárias à cada situação.

### 3.1.3 Risco país

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas do não cumprimento das obrigações de pagamento de um país globalmente consideradas por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual. Compreende o risco soberano, o risco de transferência e os restantes riscos derivados da atividade financeira internacional.

Os países são classificados em seis grupos de acordo com a Circular 4/2004 do Banco de Espanha, em função do seu rating e da classificação de países da OCDE e do Banco Internacional de Reconversão e Desenvolvimento, em função da sua evolução económica, situação política, enquadramento regulatório e institucional, capacidade e experiência de pagamentos.

O Grupo estabelece uns limites máximos à exposição por risco país em função do rating outorgado pelas agências de qualificação, acompanhados por limites máximos ao investimento em determinados grupos, enquanto em outros não se permite operar sem autorização expressa do Conselho de Administração.

Igualmente, no que diz respeito ao risco soberano, estabeleceram-se limites máximos para a dívida pública emitida pelos Estados da União Europeia, outros Estados, Comunidades Autónomas, Corporações Locais e entes públicos em função do seu rating.

### 3.1.4 Informação sobre o risco de crédito dos instrumentos financeiros

A classificação em função do nível de risco do investimento creditício, os ativos de renda fixa e os riscos contingentes do Grupo que não são duvidosos nem deterioraram o seu valor e que estão sujeitos a provisão genérica de insolvências é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Sem risco apreciável	19.571.660	20.256.400
Risco baixo	22.497.093	23.378.699
Risco médio-baixo	2.133.738	3.094.634
Risco médio	6.432.948	5.458.167
Risco médio-alto	1.063.115	1.103.048
Risco alto	189.476	189.032
	<b>51.888.030</b>	<b>53.479.980</b>

Relativamente ao nível de exposição máximo ao risco de crédito, detalham-se os setores de atividade mais relevantes referidos ao investimento creditício (Nota 10), segundo a finalidade da operação:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Setor Público	866.810	948.894
Entidades de Crédito	1.183.737	1.545.508
Construção e promoção imobiliária	3.159.128	3.770.865
Resto atividades produtivas	6.887.336	7.255.750
Aquisição e reabilitação de habitação	23.784.564	25.178.943
Consumo e outros a famílias	1.313.591	1.600.309
Outros setores sem classificar	673.397	923.582
	<b>37.868.563</b>	<b>41.223.851</b>

Relativamente ao nível de exposição máximo ao risco de crédito, o investimento creditício (Nota 10) com garantias ou melhoras creditícias tomadas é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Garantias hipotecárias	29.385.233	31.993.861
Garantias constituídas ativos financeiros	35.921	40.173
Garantias de assinatura de Setor Público e Entidades de Crédito	120.663	26.614
Garantia de Dívida do Estado	-	685.378
	<b>29.541.817</b>	<b>32.746.026</b>

A dezembro de 2014, o LTV (loan to value, que reflete a relação entre o saldo da operação financiada e o valor da garantia afeta a dita operação) da carteira com garantia hipotecária do Grupo Ibercaja era de 57,73% (58,41% a dezembro de 2013).

A classificação do investimento creditício (Nota 10) e dos ativos de renda fixa disponíveis para a venda (Nota 9) que se encontram deteriorados, distinguindo entre os quais no seu cálculo se teve em conta a existência de não pagamentos e aqueles nos quais se consideraram outros fatores diferentes, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Por atraso no pagamento do cliente	2.990.147	2.791.072
Por outras razões	924.958	1.242.821
	<b>3.915.105</b>	<b>4.033.893</b>

Os principais fatores considerados para calcular o deterioro por razões diferentes dos atrasos no pagamento são os refletidos na Nota 2.3.

Como norma geral não existem ativos financeiros com pagamento em atraso que não estejam deteriorados. As únicas exceções a esta norma são operações cujo titular é o Setor Público ou têm garantia numerária, e o seu montante é de muito escassa relevância.

Adicionalmente, na Nota 10.5 da memória consolidada, inclui-se o detalhe dos ativos vencidos e não deteriorados, indicando que a sua antiguidade é inferior a 90 dias.

### 3.1.5 Informação relativa a concentração de riscos, refinanciamentos e reestruturações

#### 3.1.5.1 Informação sobre concentração de riscos

A seguir oferece-se um detalhe do valor em livros da distribuição do crédito à clientela por sujeito e atividade em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Milhares de euros								
31/12/2014								
Total	Do que: garantia inmob.	Do que: resto de garant. reais	Crédito com garantia real. Loan to value					
			Inferior ou igual a 40%	Sup. a 40 % e inferior ou igual a 60%	Sup. a 60 % e inferior ou igual a 80%	Sup. a 80% e inferior ou igual a 100%	Sup. a 100%	
Administrações Públicas	804.823	107.394	1.611	17.944	11.764	39.446	15.146	24.705
Outras instituições financeiras	149.220	1.309	-	149	412	344	-	404
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	<b>7.925.961</b>	<b>4.915.195</b>	<b>44.081</b>	<b>1.221.703</b>	<b>1.392.961</b>	<b>1.361.839</b>	<b>529.619</b>	<b>453.154</b>
Construção e promoção imobiliária	2.139.846	1.955.302	1.129	190.477	384.086	756.442	345.558	279.868
Construção de obra civil	43.320	-	-	-	-	-	-	-
Resto de finalidades	5.742.795	2.959.893	42.952	1.031.226	1.008.875	605.397	184.061	173.286
<i>Grandes empresas</i>	571.677	93.444	11.593	12.551	5.342	1.041	1.898	84.205
<i>Pmes e empresários individuais</i>	5.171.118	2.866.449	31.359	1.018.675	1.003.533	604.356	182.163	89.081
<b>Resto de agregados familiares e instituições sem fins lucrativos ao serviço dos agregados familiares</b>	<b>24.950.150</b>	<b>23.723.352</b>	<b>16.148</b>	<b>4.904.318</b>	<b>7.746.053</b>	<b>9.225.839</b>	<b>1.638.021</b>	<b>225.269</b>
Habitacões	23.289.376	22.951.568	7.384	4.570.833	7.516.786	9.068.723	1.596.375	206.235
Consumo	541.493	184.582	4.503	106.881	46.939	28.851	4.570	1.844
Outros fins	1.119.281	587.202	4.261	226.604	182.328	128.265	37.076	17.190
<b>Subtotal</b>	<b>33.830.154</b>	<b>28.747.250</b>	<b>61.840</b>	<b>6.144.114</b>	<b>9.151.190</b>	<b>10.627.468</b>	<b>2.182.786</b>	<b>703.532</b>
Menos: correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>33.830.154</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pró memória: operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	3.557.148	2.845.386	20.400	340.895	423.081	748.695	538.828	814.287

Milhares de euros								
31/12/2013								
Total	Do que: garantia inmob.	Do que: resto de garantias reais	Crédito com garantia real. Loan to value					
			Inferior ou igual a 40%	Sup. a 40 % e inferior ou igual a 60%	Sup. a 60 % e inferior ou igual a 80%	Sup. a 80% e inferior ou igual a 100%	Sup. a 100%	
Administrações Públicas	878.458	89.604	3	42.053	12.571	34.983	-	-
Outras instituições financeiras	944.804	1.126	7	337	581	59	121	35
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	<b>8.350.010</b>	<b>5.184.163</b>	<b>48.357</b>	<b>1.154.195</b>	<b>1.375.167</b>	<b>1.729.445</b>	<b>559.370</b>	<b>414.343</b>
Construção e promoção imobiliária	2.315.399	2.191.678	292	215.166	409.876	960.204	365.376	241.348
Construção de obra civil	145.286	3.482	23	1.985	555	807	-	158
Resto de finalidades	5.889.325	2.989.003	48.042	937.044	964.736	768.434	193.994	172.837
<i>Grandes empresas</i>	1.160.712	304.399	5.973	52.171	70.946	74.524	77.638	35.093
<i>Pmes e empresários individuais</i>	4.728.613	2.684.604	42.069	884.873	893.790	693.910	116.356	137.744
<b>Resto de agregados familiares e instituições sem ânimo de lucro ao serviço dos agregados familiares</b>	<b>26.646.833</b>	<b>25.128.495</b>	<b>22.215</b>	<b>4.857.739</b>	<b>7.776.817</b>	<b>10.322.316</b>	<b>1.963.224</b>	<b>230.614</b>
Habitacões	24.533.150	24.043.161	8.591	4.391.063	7.454.373	10.101.469	1.917.862	186.985
Consumo	487.881	103.585	2.999	64.081	24.238	13.141	3.351	1.773
Outros fins	1.625.802	981.749	10.625	402.595	298.206	207.706	42.011	41.856
<b>Subtotal</b>	<b>36.820.105</b>	<b>30.403.388</b>	<b>70.582</b>	<b>6.054.324</b>	<b>9.165.136</b>	<b>12.086.803</b>	<b>2.522.715</b>	<b>644.992</b>
Menos: correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>36.820.105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pró memória: operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	3.551.610	2.678.724	3.480	360.047	515.790	1.104.009	477.463	224.895

A seguir detalha-se o valor em livros dos riscos classificados por atividade e área geográfica (\*):

▪Atividade total:

Milhares de euros					
31/12/2014					
	Espanha	Resto da UE	América	Resto do mundo	Total
<b>Entidades de crédito</b>	<b>1.982.466</b>	<b>876.156</b>	<b>40.485</b>	<b>2.642</b>	<b>2.901.749</b>
<b>Administrações Públicas</b>	<b>16.288.643</b>	<b>771.245</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>17.059.927</b>
Administração central	13.777.971	771.245	39	-	14.549.255
Resto	2.510.672	-	-	-	2.510.672
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>3.532.594</b>	<b>473.889</b>	<b>-</b>	<b>2.029</b>	<b>4.008.512</b>
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	<b>9.388.283</b>	<b>110.953</b>	<b>29.139</b>	<b>10.073</b>	<b>9.538.448</b>
Construção e promoção imobiliária	2.258.707	-	-	-	2.258.707
Construção de obra civil	40.827	-	-	2.493	43.320
Resto de finalidades	7.088.749	110.953	29.139	7.580	7.236.421
<i>Grandes empresas</i>	<i>1.668.696</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.668.696</i>
<i>Pmes e empresários individuais</i>	<i>5.420.053</i>	<i>110.953</i>	<i>29.139</i>	<i>7.580</i>	<i>5.567.725</i>
<b>Resto de agregados familiares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos agregados familiares</b>	<b>24.844.400</b>	<b>100.122</b>	<b>7.990</b>	<b>23.593</b>	<b>24.976.105</b>
Habitacões	23.191.070	94.256	7.293	22.449	23.315.068
Consumo	540.827	175	373	120	541.495
Outros fins	1.112.503	5.691	324	1.024	1.119.542
<b>Subtotal</b>	<b>56.036.386</b>	<b>2.332.365</b>	<b>77.653</b>	<b>38.337</b>	<b>58.484.741</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>					<b>-</b>
<b>Total</b>					<b>58.484.741</b>

(\*) Inclui depósitos em entidades de crédito, crédito à clientela, valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados de negociação, derivados de cobertura, participações e riscos contingentes.

Milhares de euros					
31/12/2013					
	Espanha	Resto da UE	América	Resto do mundo	Total
<b>Entidades de crédito</b>	<b>4.194.280</b>	<b>438.882</b>	<b>29.969</b>	<b>225.321</b>	<b>4.888.452</b>
<b>Administrações Públicas</b>	<b>12.620.826</b>	<b>522.238</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>13.143.113</b>
Administração central	10.456.325	522.238	49	-	10.978.612
Resto	2.164.501	-	-	-	2.164.501
<b>Outras instituições financeiras</b>	<b>4.567.749</b>	<b>464.678</b>	<b>4.501</b>	<b>-</b>	<b>5.036.928</b>
<b>Sociedades não financeiras e empresários individuais</b>	<b>9.323.097</b>	<b>102.028</b>	<b>27.023</b>	<b>11.445</b>	<b>9.463.593</b>
Construção e promoção imobiliária	2.436.154	1.588	-	-	2.437.742
Construção de obra civil	143.271	1.492	-	2.529	147.292
Resto de finalidades	6.743.672	98.948	27.023	8.916	6.878.559
<i>Grandes empresas</i>	<i>1.442.552</i>	<i>16.034</i>	<i>22.306</i>	<i>-</i>	<i>1.480.892</i>
<i>Pmes e empresários individuais</i>	<i>5.301.120</i>	<i>82.914</i>	<i>4.717</i>	<i>8.916</i>	<i>5.397.667</i>
<b>Resto de agregados familiares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos agregados familiares</b>	<b>26.662.378</b>	<b>64.232</b>	<b>7.657</b>	<b>27.643</b>	<b>26.761.910</b>
Habitacões	24.437.588	61.944	6.998	26.619	24.533.149
Consumo	487.222	187	423	49	487.881
Outros fins	1.737.568	2.101	236	975	1.740.880
<b>Subtotal</b>	<b>57.368.330</b>	<b>1.592.058</b>	<b>69.199</b>	<b>264.409</b>	<b>59.293.996</b>
<b>Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações</b>					<b>-</b>
<b>Total</b>					<b>59.293.996</b>

(\*) Inclui depósitos em entidades de crédito, crédito à clientela, valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados de negociação, derivados de cobertura, participações e riscos contingentes.

•Atividade em Espanha:

Milhares de euros									
31/12/2014									
	Aragão	Madrid	Catalunha	Comun. Valenc.	Andaluzia	Castilla León	Castilla La Mancha	Resto	Total
Entidades de crédito	1.065.912	449.946	72.049	101.901	67.180	3.026	-	222.452	1.982.466
Administrações Públicas	884.897	471.113	118.673	187.366	142.265	128.695	12.893	564.770	16.288.643
Administração central (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	13.777.971
Resto	884.897	471.113	118.673	187.366	142.265	128.695	12.893	564.770	2.510.672
Outras instituições financeiras	358.361	2.970.780	7.448	10.576	431	710	20	184.268	3.532.594
Sociedades não financeiras e empresários individuais	3.470.433	1.925.014	735.263	403.593	521.705	716.936	453.487	1.161.852	9.388.283
Construção e promoção imobiliária	522.728	599.743	165.919	98.693	233.480	131.868	242.278	263.998	2.258.707
Construção de obra civil	6.891	32.185	467	-	-	417	-	867	40.827
Resto de finalidades	2.940.814	1.293.086	568.877	304.900	288.225	584.651	211.209	896.987	7.088.749
Grandes empresas	1.086.626	294.338	89.216	31.917	34.515	63.307	18.641	50.136	1.668.696
Pmes e empresários individuais	1.854.188	998.748	479.661	272.983	253.710	521.344	192.568	846.851	5.420.053
Resto de agregados familiares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos agregados familiares	6.900.035	5.913.979	2.246.137	2.173.090	1.589.005	1.258.902	1.617.429	3.145.823	24.844.400
Habitacões	6.094.617	5.651.552	2.137.384	2.095.676	1.534.813	1.156.900	1.547.711	2.972.417	23.191.070
Consumo	221.258	81.982	35.802	24.328	17.714	40.997	25.736	93.010	540.827
Outros fins	584.160	180.445	72.951	53.086	36.478	61.005	43.982	80.396	1.112.503
<b>Subtotal</b>	<b>12.679.638</b>	<b>11.730.832</b>	<b>3.179.570</b>	<b>2.876.526</b>	<b>2.320.586</b>	<b>2.108.269</b>	<b>2.083.829</b>	<b>5.279.165</b>	<b>56.036.386</b>
Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações									
<b>Total</b>									<b>56.036.386</b>

(\*) O risco correspondente à Administração central não se distribui por Comunidades Autônomas.

Milhares de euros									
31/12/2013									
	Aragão	Madrid	Catalunha	Comun. Valenc.	Andaluzia	Castilla León	Castilla A Mancha	Resto	Total
Entidades de crédito	2.824.364	853.227	153.325	52.845	60.758	2.525	19.322	227.914	4.194.280
Administrações Públicas	439.949	326.646	150.102	197.934	152.801	169.966	16.552	710.551	12.620.826
Administração central (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	10.456.325
Resto	439.949	326.646	150.102	197.934	152.801	169.966	16.552	710.551	2.164.501
Outras instituições financeiras	487.214	3.624.187	241.950	9.456	137.792	205	29	66.916	4.567.749
Sociedades não financeiras e empresários individuais	2.916.848	1.980.779	756.460	406.177	846.346	766.093	474.478	1.175.916	9.323.097
Construção e promoção imobiliária	561.277	609.680	182.233	111.959	282.671	128.197	250.892	309.245	2.436.154
Construção de obra civil	17.540	45.836	162	96	2.044	61.901	40	15.652	143.271
Resto de finalidades	2.338.031	1.325.263	574.065	294.122	561.631	575.995	223.546	851.019	6.743.672
Grandes empresas	281.527	396.884	119.169	62.749	283.757	130.049	37.154	131.263	1.442.552
Pmes e empresários individuais	2.056.504	928.379	454.896	231.373	277.874	445.946	186.392	719.756	5.301.120
Resto de agregados familiares e instituições sem fins de lucro ao serviço dos agregados familiares	7.541.668	6.332.265	2.386.475	2.308.446	1.659.596	1.345.230	1.719.791	3.368.907	26.662.378
Habitacões	6.486.988	5.970.630	2.239.975	2.196.280	1.588.597	1.225.492	1.614.459	3.115.167	24.437.588
Consumo	193.405	89.268	37.254	27.159	14.397	16.099	28.990	80.650	487.222
Outros fins	861.275	272.367	109.246	85.007	56.602	103.639	76.342	173.090	1.737.568
<b>Subtotal</b>	<b>14.210.043</b>	<b>13.117.104</b>	<b>3.688.312</b>	<b>2.974.858</b>	<b>2.857.293</b>	<b>2.284.019</b>	<b>2.230.172</b>	<b>5.550.204</b>	<b>57.368.330</b>
Menos: Correções de valor por deterioro de ativos não imputadas a operações									
<b>Total</b>									<b>57.368.330</b>

(\*) O risco correspondente à Administração central não se distribui por Comunidades Autônomas.

### 3.1.5.2 Informação sobre refinanciamentos e reestruturações

O Grupo dispõe de uma política dirigida a utilizar o refinanciamento e a reestruturação de operações como instrumentos de gestão do risco de crédito que, levada à prática prudente e adequadamente, contribui a melhorar a qualidade do risco, a partir de análises individualizadas focadas a dar viabilidade económica aos acreditados que, em algum momento da vida das operações, apresentam dificuldades transitórias para atender os compromissos de pagamento assumidos no momento inicial das mesmas. Os critérios básicos desta política incluem, na medida do possível, a incorporação de garantias adicionais eficazes e líquidas que incrementem as possibilidades de cobro.

O Grupo definiu as políticas de refinanciamento, reestruturação, renovação e renegociação das operações como instrumentos de gestão do risco de crédito encaminhadas a:

•Garantir a viabilidade económica dos acreditados e as operações (concessão de carência, aumento de prazo, etc.).

▪Melhorar na medida do possível a posição de risco da Entidade mediante a contribuição de garantias eficazes adicionais e revisão das já existentes.

Previamente ao seu refinanciamento, reestruturação ou renegociação, as operações devem cumprir os seguintes requisitos:

▪Análise da sua viabilidade em base à existência de vontade e capacidade de pagamento do cliente que, embora deteriorada relativamente à inicial, deve existir com as novas condições.

▪Adequação das quotas à capacidade real de pagamento do cliente, depois de uma análise atualizada da situação económico-financeira do acreditado que o suporta.

▪Avaliação do historial do cumprimento do acreditado e/ou a operação.

▪Avaliação da eficácia das garantias existentes e as novas a contribuir. Para estes efeitos consideram-se garantias eficazes as seguintes:

Garantias pignoratícias sobre depósitos numerários, instrumentos de capital cotados e valores representativos de dívida.

Garantia hipotecária sobre habitações, escritórios e locais polivalentes e fincas rústicas.

Garantias pessoais (avales, fianças, novos titulares, etc.) que cubram plenamente o risco garantido.

▪Em nenhum caso se admite o refinanciamento de operações com incidências de pagamento em outras entidades financeiras, salvo que os seus montantes tenham um peso residual relativamente ao limite da nova operação e sempre que seja condição necessária para resolver uma situação problemática no Grupo.

Ao analisar cada uma das operações de refinanciamento e reestruturação, avalia-se o potencial risco de não cumprimento, qualificando-se a operação como normal, subestandar ou duvidosa, e são reconhecidas as quantidades que se estimem irrecuperáveis, procedendo a contabilizar as provisões necessárias para cobrir a perda incorrida.

O refinanciamento/reestruturação de operações em mora/litígio não interrompe a situação de atraso no pagamento, salvo que se demonstre de forma fidedigna a capacidade de pagamento ou se contribuam novas garantias eficazes folgadas, e em ambos casos, fiquem regularizados previamente os juros ordinários pendentes de cobrança.

Quando o refinanciamento implica o cancelamento e abertura de novas operações, o valor contabilístico atribuído a estas nunca supera o valor contabilístico do financiamento cancelado. Só neste caso é cancelado o ativo original já que se substitui por outro, mas em qualquer caso o cancelamento ou não do ativo original não afeta ao registo das perdas por deterioro necessárias se for o caso, que se registam em qualquer circunstância.

Existe um sistema interno de informação que permite a individualização e seguimento das operações de refinanciamento, refinanciadas, reestruturadas, renovadas ou renegociadas.

No caso de particulares e autónomos, periodicamente realiza-se uma avaliação automatizada do potencial risco das operações de refinanciamento a partir do qual se determina a sua classificação contabilística e provisões. Dito análise realiza-se tendo em conta os seguintes fatores:

▪Existências de refinanciamentos prévios sobre ditos riscos,

▪Rendimentos recorrentes coerentes com o plano de amortização,

▪Existência ou incorporação de garantias eficazes: incorporam-se novos titulares ou titulares de penhor solventes durante a renegociação, ou a garantia cobre, pelo menos, 80% do capital pendente tendo em conta o seu valor atualizado,

▪Pagamento de juros pendentes: O pagamento de juros foi satisfeito no momento da refinanciamento,

▪Duração da carência segundo o último refinanciamento.

Caso se observe um comportamento de pagamento sustentado (quotas completas de amortização e juros) durante pelo menos 6 meses no caso de habitação habitual ou 12 meses no resto dos casos, se procede a revisar a qualificação contabilística da operação, passando ao nível de risco imediatamente inferior, com a conseguinte avaliação e acerto se for o caso das perdas por deterioro correspondentes.

A classificação contabilística de refinanciamentos concedidas a empresas realiza-se mediante uma análise periódica individualizado dos acreditados no qual se valoriza a sua situação económico-financeira, capacidade de atender os compromissos de pagamento e analisar a eficácia das garantias contribuídas.

A existência de um comportamento de pagamento sustentado durante um extenso período de tempo (pagamento regular de capital e juros) considera-se que constitui indício suficiente para considerar a normalização da situação creditícia da operação, e portanto, supõe a perda da qualificação de operação refinanciada/ reestruturada.

No ano 2012, Ibercaja aderiu-se ao Código de Boas Práticas para a reestruturação viável das dívidas com garantia hipotecária sobre habitação habitual regulado no Real Decreto 6/2012.

Detalham-se a seguir os saldos vigentes de refinanciamentos e reestruturações em 31 de dezembro de 2014:

	Milhares de euros					
	Normal					
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real	
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido
Administrações públicas	11	57.496	3	11.979	63	214.274
Resto de pessoas coletivas e empresários individuais	3.388	526.344	87	38.228	4.316	323.369
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	119	100.330	8	14.519	30	5.578
Resto de pessoas singulares	2.796	267.555	83	5.850	3.850	28.663
<b>Total</b>	<b>6.195</b>	<b>851.395</b>	<b>173</b>	<b>56.057</b>	<b>8.229</b>	<b>566.306</b>

	Milhares de euros						
	Subestándar						
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas coletivas e empresários individuais	833	502.889	79	109.625	708	68.969	125.429
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	114	308.375	29	91.272	1	91	94.718
Resto de pessoas singulares	2.030	264.448	61	6.468	1.113	6.963	11.598
<b>Total</b>	<b>2.863</b>	<b>767.337</b>	<b>140</b>	<b>116.093</b>	<b>1.821</b>	<b>75.932</b>	<b>137.027</b>

	Milhares de euros						
	Duvidoso						
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	
Administrações públicas	-	-	-	-	-	-	-
Resto de pessoas coletivas e empresários individuais	2.569	1.141.584	420	301.737	2.364	526.510	1.058.526
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	362	739.279	156	252.634	452	208.996	684.740
Resto de pessoas singulares	3.617	409.566	518	25.848	2.263	21.303	106.967
<b>Total</b>	<b>6.186</b>	<b>1.551.150</b>	<b>938</b>	<b>327.585</b>	<b>4.627</b>	<b>547.813</b>	<b>1.165.493</b>

A seguir anexa-se o resumo da informação incluída nos três quadros anteriores em 31 de dezembro de 2014:

	Milhares de euros		
	Total		
	Número de operações	montante ilíquido	Cobertura específica
<b>Administrações públicas</b>	<b>77</b>	<b>283.749</b>	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	<b>14.764</b>	<b>3.539.255</b>	<b>1.183.955</b>
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	1.271	1.721.074	779.458
<b>Resto de pessoas singulares</b>	<b>16.331</b>	<b>1.036.664</b>	<b>118.565</b>
<b>Total</b>	<b>31.172</b>	<b>4.859.668</b>	<b>1.302.520</b>

A seguir detalha-se a conciliação entre os saldos iniciais e finais dos ativos refinanciados e reestruturados, bem como das suas perdas por deterioro:

Milhares de euros									
Normal	Subestándar	Duvidoso		Total					
Risco	Risco	Provisões		Risco	Provisões		Risco	Provisões	
<b>Situação a 31/12/2013</b>		<b>1.145.901</b>	<b>1.256.821</b>	<b>181.411</b>	<b>2.417.868</b>	<b>1.087.569</b>	<b>4.820.590</b>	<b>1.268.980</b>	
Novas Operações		769.711	97.335	25.871	203.390	131.293	1.070.436	157.164	
Saídas Operações		(412.319)	(264.411)	(39.809)	(354.628)	(100.460)	(1.031.358)	(140.269)	
Reclassificações		(29.535)	(130.383)	(30.446)	159.918	47.091	-	16.645	
<b>Situação a 31/12/2014</b>		<b>1.473.758</b>	<b>959.362</b>	<b>137.027</b>	<b>2.426.548</b>	<b>1.165.493</b>	<b>4.859.668</b>	<b>1.302.520</b>	

As perdas por deterioro associadas a estas operações, registadas na demonstração de resultados durante o exercício 2014, atingem 34 milhões de euros.

Detalham-se a seguir os saldos vigentes de refinanciamentos e reestruturações em 31 de dezembro de 2013:

	Milhares de euros					
	Normal					
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real	
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido
<b>Administrações públicas</b>	8	44.399	-	-	39	83.516
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	1.252	362.750	50	25.119	2.750	308.028
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	122	123.195	8	17.509	16	880
<b>Resto de pessoas singulares</b>	3.917	287.250	75	3.628	3.976	31.211
<b>Total</b>	5.177	694.399	125	28.747	6.765	422.755

	Milhares de euros						
	Subestándar						
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	788	644.694	57	112.215	619	123.789	165.041
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	149	439.590	33	106.473	5	22.926	132.360
<b>Resto de pessoas singulares</b>	2.890	348.056	98	7.738	2.041	20.329	16.370
<b>Total</b>	3.678	992.750	155	119.953	2.660	144.118	181.411

	Milhares de euros						
	Duvidoso						
	Garantia hipotecária imobiliária plena		Resto de garantias reais		Sem garantia real		Cobertura específica
	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	Número de operações	montante ilíquido	
<b>Administrações públicas</b>	-	-	-	-	1	1.002	-
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	1.714	1.174.405	231	266.153	1.695	443.041	976.213
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	505	880.936	134	231.870	406	184.598	690.374
<b>Resto de pessoas singulares</b>	4.546	476.078	365	18.458	2.941	38.731	111.356
<b>Total</b>	6.260	1.650.483	596	284.611	4.637	482.774	1.087.569

A seguir anexa-se o resumo da informação incluída nos três quadros anteriores em 31 de dezembro de 2013:

	Milhares de euros		
	Total		
	Número de operações	montante ilíquido	Cobertura específica
<b>Administrações públicas</b>	<b>48</b>	<b>128.917</b>	<b>-</b>
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	<b>9.156</b>	<b>3.460.194</b>	<b>1.141.254</b>
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	1.378	2.007.977	822.734
<b>Resto de pessoas singulares</b>	<b>20.849</b>	<b>1.231.479</b>	<b>127.726</b>
<b>Total</b>	<b>30.053</b>	<b>4.820.590</b>	<b>1.268.980</b>

A seguir detalha-se a conciliação entre os saldos iniciais e finais dos ativos refinanciados e reestruturados, bem como das suas perdas por deterioro:

Milhares de euros								
Normal	Subestándar	Duvidoso	Total					
Risco	Risco	Provisões	Risco	Provisões	Risco	Provisões	Risco	Provisões
<b>Situação a 31/12/2012</b>		<b>3.723.358</b>	<b>521.313</b>	<b>212.039</b>	<b>961.253</b>	<b>347.506</b>	<b>5.205.924</b>	<b>559.545</b>
Revisão de critérios		(1.774.480)	(60.168)	(18.788)	(92.746)	(35.310)	(1.927.394)	(54.098)
Incorporação Cajatres (*)		353.758	174.324	22.204	420.490	152.405	948.572	174.609
Novas Operações		303.171	563.512	22.491	349.691	320.083	1.216.374	342.574
Saídas Operações		(303.550)	(114.082)	(16.482)	(205.254)	(80.289)	(622.886)	(96.771)
Reclassificações		(1.156.356)	171.922	(40.053)	984.434	383.174	-	343.121
<b>Situação a 31/12/2013</b>		<b>1.145.901</b>	<b>1.256.821</b>	<b>181.411</b>	<b>2.417.868</b>	<b>1.087.569</b>	<b>4.820.590</b>	<b>1.268.980</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

As perdas por deterioro associadas a estas operações, registadas na demonstração de resultados durante o exercício 2013, atingem 87 milhões de euros.

Anexa-se o detalhe das operações refinanciadas ou reestruturadas que, anteriormente à reestruturação ou refinanciamento, foram classificadas como duvidosas durante os exercícios 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Administrações públicas</b>	<b>-</b>	<b>1.002</b>
<b>Resto de pessoas coletivas e empresários individuais</b>	<b>122.542</b>	<b>762.089</b>
Do que: financiamento à construção e promoção imobiliária	38.050	565.707
<b>Resto de pessoas singulares</b>	<b>35.913</b>	<b>307.080</b>
<b>Total</b>	<b>158.455</b>	<b>1.070.171</b>

A 31 de dezembro de 2014 o Grupo avaliou as operações renegociadas, e segundo o seu melhor julgamento identificou e provisionou aquelas que de não mediar renegociação poderiam ter entrado em mora ou ter-se-iam deteriorado, por um montante de risco global de 959.362 milhares euros (1.256.821 milhares euros em 31 de dezembro de 2013), custo coincidente com os refinanciamentos classificadas como subestándar indicados anteriormente.

### 3.1.6 Políticas para a gestão dos ativos problemáticos

Ibercaja Banco, S.A., estabelece políticas específicas relativamente à gestão dos ativos do setor imobiliário, afetados muito particularmente pela recente crise.

Estas políticas estão focadas a favorecer o cumprimento das obrigações dos acreditados e mitigar os riscos aos que está exposto o Grupo. Neste sentido procuram-se alternativas que permitam a finalização e venda dos projetos, analisando a renegociação dos riscos melhora a posição creditícia do Grupo e com a finalidade básica de que o acreditado possa manter a sua atividade comercial. Para isso são tidas em conta a experiência anterior com o acreditado, a vontade manifesta de pagamento e a melhora do Grupo em termos de perda esperada, tentando aumentar as garantias dos créditos e não incrementar o risco do cliente.

Adicionalmente o Grupo apoia os promotores uma vez terminadas as promoções, colaborando na gestão e agilização das vendas.

Em caso que as medidas de apoio não sejam possíveis ou suficientes, procuram-se outras alternativas como podem ser o acordo de pagamento ou a compra de ativos, sendo a última opção a reclamação judicial e posterior adjudicação dos imóveis.

Todos aqueles ativos que passam a fazer parte do balanço do Grupo são geridos procurando o seu desinvestimento ou o seu arrendamento.

Para isso, o Grupo conta com sociedades instrumentais, especializadas na gestão de projetos urbanísticos, comercialização de imóveis e arrendamento de ativos imobiliários. Por outro lado o Grupo dispõe de Unidades específicas para desenvolver estas estratégias e coordenar as ações das filiais instrumentais, da rede de escritórios e do resto de agentes implicados. Adicionalmente, o Grupo conta com o site [www.ibercaja.es/inmuebles](http://www.ibercaja.es/inmuebles) como uma das principais ferramentas com as que dar a conhecer ao público interessado ditos ativos.

#### 3.1.6.1 Investimento creditício vinculada a atividades promotoras e imobiliárias e a hipotecas a retalhos

- Financiamento destinado à construção e promoção imobiliária e às suas coberturas.

	Milhares de euros					
	montante ilíquido		Excesso sobre valor de garantia (*)		Correção de valor por deterioro. Cobertura específica	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Financiamento à construção e promoção imobiliária registada por as entidades de crédito do grupo (negócios em Espanha)</b>	<b>3.159.128</b>	<b>3.770.865</b>	<b>1.002.360</b>	<b>982.904</b>	<b>1.070.885</b>	<b>1.259.421</b>
Da que: duvidoso	1.629.942	1.854.830	701.351	736.353	914.460	1.045.368
Da que: subestandar	643.912	852.879	164.613	246.551	156.425	209.706
<b>Pró memória: ativos frustrados</b>	<b>173.493</b>	<b>95.144</b>	-	-	-	-

	Milhares de euros	
	valor contabilístico	
	2014	2013
<b>Pró memória: Dados do balanço consolidado público</b>		
Total crédito à clientela, excluídas as Administrações Públicas (negócios em Espanha)	32.963.301	35.871.211
Total ativo consolidado (negócios totais)	62.322.492	63.149.384
Correções de valor e provisões por risco de crédito. Cobertura genérica total (negócios totais)	-	-

(\*) Excesso sobre o montante ilíquido da cada operação do valor das garantias reais calculadas segundo Anexo IX Circular 04/2004. Isto é, tomando o menor valor entre o preço de compra e avaliação e aplicando-lhe diferentes reduções segundo a natureza da garantia.

▪Financiamento destinado à construção e promoção imobiliária.

	Milhares de euros	
	Financiamento à construção e promoção imobiliária. montante ilíquido	
	2014	2013
<b>Sem garantia hipotecária</b>	<b>355.163</b>	<b>429.161</b>
<b>Com garantia hipotecária</b>	<b>2.803.965</b>	<b>3.341.704</b>
Edifícios terminados	1.067.046	1.460.816
Habituação	864.038	1.173.437
Resto	203.008	287.379
Edifícios em construção	508.392	539.976
Habituação	452.932	501.258
Resto	55.460	38.718
Solo	1.228.527	1.340.912
Terrenos urbanizados	1.179.115	1.295.177
Resto de solo	49.412	45.735
<b>Total</b>	<b>3.159.128</b>	<b>3.770.865</b>

▪Crédito aos agregados familiares para a aquisição de habitação

	Milhares de euros			
	montante ilíquido		Do qual: duvidoso	
	2014	2013	2014	2013
<b>Crédito para aquisição de habitação</b>	<b>23.346.151</b>	<b>24.626.638</b>	<b>894.878</b>	<b>872.194</b>
Sem garantia hipotecária	203.147	291.632	57.481	56.544
Com garantia hipotecária	23.143.004	24.335.006	837.397	815.650

▪Crédito com garantia hipotecária aos agregados familiares para aquisição de habitação segundo a percentagem que supõe o risco total sobre o custo da última avaliação disponível (loan to value).

A 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o detalhe é o seguinte:

	Milhares de euros					
	2014					
	Risco sobre a última avaliação disponível (loan to value)					
	Inferior ao 40%	Superior ao 40% e inferior ou igual ao 60%	Superior ao 60% e inferior ou igual ao 80%	Superior ao 80% e inferior ou igual ao 100%	Superior ao 100%	Total
montante ilíquido	4.624.324	7.545.989	9.098.039	1.657.229	217.423	<b>23.143.004</b>
Do que: duvidoso	50.481	146.671	383.168	219.402	37.675	<b>837.397</b>

	Milhares de euros					
	2013					
	Risco sobre a última avaliação disponível (loan to value)					
	Inferior a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%	Total
montante ilíquido	4.460.414	7.502.092	10.172.276	1.972.889	227.335	<b>24.335.006</b>
Do que: duvidoso	50.639	131.811	380.291	221.397	31.513	<b>815.651</b>

A 31 de dezembro de 2014, 92% do crédito para aquisição de habitação com garantia hipotecária num LTV inferior a 80% (91% em 31 de dezembro de 2013).

### 3.1.6.2 Ativos imobiliários adquiridos em troca de dívidas

A seguir detalha-se a seguinte informação sobre os ativos imobiliários adquiridos em troca de dívidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros			Milhares de euros		
	2014			2013		
	Valor contabilístico líquido de coberturas	Do que: Correção de valor por deterioro (1)	Do que: Coberturas totais por deterioro (2)	Valor contabilístico líquido de coberturas	Do que: Correção de valor por deterioro (1)	Do que: Coberturas totais por deterioro (2)
<b>Ativos imobiliários procedentes de financiamentos destinados à construção e promoção imobiliária</b>	<b>629.959</b>	<b>396.392</b>	<b>721.543</b>	<b>656.902</b>	<b>419.918</b>	<b>694.096</b>
Edifícios terminados	260.162	62.005	181.405	234.914	79.791	172.780
Habitação	195.511	45.069	137.930	175.047	63.752	136.321
Resto	64.651	16.936	43.475	59.867	16.039	36.459
Edifícios em construção	18.461	2.669	19.705	17.854	2.498	17.612
Habitação	18.236	2.669	19.570	17.632	2.498	17.477
Resto	225	-	135	222	-	135
Solo	351.336	331.718	520.433	404.134	337.629	503.704
Terrenos urbanizados	209.035	185.371	311.460	264.384	194.192	307.007
Resto solo	142.301	146.347	208.973	139.750	143.437	196.697
<b>Ativos imobiliários procedentes de financiamentos hipotecários a agregados familiares para aquisição de habitação</b>	<b>241.395</b>	<b>37.252</b>	<b>160.012</b>	<b>212.056</b>	<b>44.153</b>	<b>134.977</b>
Resto de ativos imobiliários recebidos em troca de dívidas	39.310	6.509	38.357	30.268	7.127	26.325
Instrumentos de capital, participações e financiamentos a sociedades não consolidadas detentoras de ditos ativos	5.061	-	1.687	5.976	5.026	6.713
<b>Total</b>	<b>915.725</b>	<b>440.153</b>	<b>921.599</b>	<b>905.202</b>	<b>476.224</b>	<b>862.111</b>

(1)Correções de valor posteriores à data de aquisição.

(2)Coberturas totais em data de aquisição e posteriores.

### 3.2 Exposição ao risco operacional

Define-se como o risco de perda decorrente de uma falta de adequação ou de uma falha dos processos, o pessoal e os sistemas internos, ou bem derivado de acontecimentos externos.

#### 3.2.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco operacional

O Conselho de Administração estabelece as estratégias e políticas para a gestão deste risco a proposta do Comité Global de Riscos, documentadas no "Enquadramento de gestão de risco operacional".

O Grupo conta atualmente com um modelo de gestão e avaliação deste risco, que contempla basicamente os seguintes pontos:

- Aspectos gerais: definição do risco operacional, categorização e avaliação de riscos.
- Metodologias aplicadas para a identificação, avaliação e medição de riscos operacionais.
- Âmbito de aplicação das metodologias e pessoal que participa na gestão deste risco (estrutura organizativa).
- Modelos de apoio à gestão (gestão, controlo e mitigação do risco operacional): informação derivada das metodologias anteriores e implementação de medidas dirigidas à mitigação deste risco.

O âmbito de aplicação do modelo de gestão e avaliação do risco operacional estende-se tanto às unidades de negócio e suporte de Ibercaja Banco, como às sociedades filiais do Grupo Financeiro.

A sua aplicação e utilização efetiva em cada uma das unidades e sociedades filiais desenvolve-se de forma descentralizada. Por sua vez, a Unidade de Controlo de Riscos realiza a medição, seguimento, análise e comunicação do risco.

### 3.2.2 *Procedimentos de medição, gestão e controlo*

O Grupo, em aplicação do modelo adotado para a gestão do risco operacional, utiliza de forma combinada as seguintes metodologias, as quais estão suportadas por ferramentas informáticas específicas:

- Metodologia qualitativa, baseada na identificação e avaliação experiente de riscos operacionais e dos controlos existentes nos processos e atividades, junto da recompilação e análise de indicadores de risco.
- Identificaram-se e avaliaram-se um total de 567 possíveis riscos operacionais inerentes à atividade do Grupo, concluindo dos processos de autoavaliação continuados uma exposição estimada médio-baixa ao potencial impacto conjunto destes riscos.
- Metodologia quantitativa, suportada na identificação e análise das perdas reais sucedidas no Grupo, que são registadas no banco de dados estabelecido para o efeito (BDP).

A quantificação das perdas reais registadas no banco de dados de perdas (média anual do período: 2012-2014) mostra que o custo total líquido anual (consideradas as recuperações diretas e por seguros) de perdas por eventos de risco operacional é de 2.152 milhares de euros correspondentes a uma média de 2.494 eventos.

Este valor de perdas reais é de nível reduzido relativamente aos requerimentos de capital, sendo coerente com o resultado global da avaliação qualitativa antes referida (risco baixo).

Os avanços nos processos de gestão e controlo do risco operacional resultado das políticas estabelecidas, permitem ao Grupo Ibercaja Banco calcular desde dezembro de 2010 o consumo de capital por Risco Operacional por método regular, de conformidade com o previsto na norma 97 da Circular 3/2008, de 22 de maio, de Banco de Espanha, até 2013 e, na atualidade, de acordo com o disposto nos artigos 312º a 320º do Regulamento (UE) Nº 575/2013, sobre os requisitos prudenciais das entidades de crédito.

### **3.3 Exposição ao risco de taxa de juro**

Define-se como a possibilidade de que a margem financeira ou o valor patrimonial do Grupo se vejam afetados por variações adversas nas taxas de juro de mercado às quais estão referidas as suas posições de ativo, passivo ou as operações fora de balanço.

As fontes do risco de taxa de juro são os riscos de repreciação, de curva, de base ou de opcionalidade. Designadamente, o risco de repreciação deriva das diferenças temporárias que existem no vencimento ou a revisão de tipos das operações sensíveis ao risco de taxa de juro.

#### 3.3.1 *Estratégias e políticas para a gestão do risco de taxa de juro*

O objetivo da gestão deste risco é contribuir à manutenção da rentabilidade atual e futura nos níveis adequados, preservando o valor económico do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco a proposta do Comité Global de Riscos, documentados no “Manual de políticas e procedimentos para a gestão do risco de taxa de juro”.

#### 3.3.2 *Procedimentos de medição e controlo*

O Grupo gere a exposição ao risco que deriva das operações da sua carteira, tanto no momento da sua contratação como no seu posterior seguimento, e incorpora ao seu horizonte de análise a evolução prevista para o negócio e as expectativas relativamente às taxas de juro, bem como as propostas de gestão e cobertura, simulando diferentes cenários de comportamento.

As ferramentas de que dispõe o Grupo permitem medir os efeitos das variações das taxas de juro sobre a margem de intermediação e o valor económico, simular cenários em função das hipóteses de evolução das taxas de juro e da atividade comercial bem como estimar o impacto potencial em capital e em resultados derivado de flutuações anormais do mercado (cenários de stress) de maneira que os seus resultados sejam considerados no estabelecimento e revisão das políticas e dos limites do risco bem como no processo de planeamento.

Relativamente ao risco de opcionalidade, estabelecem-se as hipóteses essenciais sobre a sensibilidade e duração das operações de poupança à vista, ao não estar estabelecida contratualmente a sua data de vencimento, bem como hipótese sobre amortizações antecipadas em empréstimos, em função da experiência histórica em diferentes cenários.

Do mesmo modo, controla-se o efeito que as variações de taxa de juro têm sobre a margem financeira e o valor económico através do estabelecimento de limites à exposição. Os limites permitem manter a exposição ao risco de taxa de juro dentro dos níveis compatíveis com as políticas aprovadas.

A seguir, mostra-se o perfil de sensibilidade do balanço do Grupo ao risco de taxa de juro em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, indicando o valor em livros daqueles ativos e passivos financeiros afetados por dito risco, os quais aparecem classificados em função do prazo estimado até a data de revisão da taxa de juro ou de vencimento.

A 31 de dezembro de 2014:

	Milhões de euros						
	Prazos até à revisão da taxa de juro efetiva ou de vencimento						
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Saldo Sensível	Saldo Insensível	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>	<b>7.898</b>	<b>10.898</b>	<b>18.245</b>	<b>37.041</b>	<b>20.328</b>	<b>8.919</b>	<b>11.409</b>
Ativos financeiros com taxa de juro fixa e outros ativos sem vencimento determinado	724	308	1.820	2.852	14.635	3.872	10.763
Ativos financeiros a taxa fixa cobertos com derivados	655	62	52	769	5.073	4.443	630
Ativos financeiros a taxa de juro variável	6.519	10.528	16.373	33.420	620	604	16
<b>Passivos</b>	<b>12.587</b>	<b>5.028</b>	<b>18.401</b>	<b>36.016</b>	<b>21.353</b>	<b>13.896</b>	<b>7.457</b>
Passivos financeiros com taxa de juro fixa e outros passivos sem vencimento determinado	7.506	2.658	13.780	23.944	20.353	13.181	7.172
Passivos financeiros a taxa fixa cobertos com derivados	415	1.432	3.993	5.840	118	(202)	320
Passivos financeiros a taxa de juro variável	4.666	938	628	6.232	882	917	(35)
<b>Diferença ou Gap do período</b>	<b>(4.689)</b>	<b>5.870</b>	<b>(156)</b>	<b>1.025</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(4.977)</b>	<b>3.952</b>
<b>Diferença ou Gap acumulado</b>	<b>(4.689)</b>	<b>1.181</b>	<b>1.025</b>	<b>1.025</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(3.952)</b>	-
Gap médio	(4.689)	(285)	2.290	537	-	-	-
% s/ ativo total	(8,17)	(0,50)	3,99	0,94	-	-	-

A 31 de dezembro de 2013:

	Milhões de euros						
	Prazos até à revisão da taxa de juro efetiva ou de vencimento						
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Saldo Sensível	Saldo Insensível	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Ativos</b>	<b>9.173</b>	<b>11.380</b>	<b>19.315</b>	<b>39.868</b>	<b>18.837</b>	<b>7.411</b>	<b>11.426</b>
Ativos financeiros com taxa de juro fixa e outros ativos sem vencimento determinado	852	(24)	1.375	2.203	18.349	6.929	11.420
Ativos financeiros a taxa fixa cobertos com derivados	721	111	56	888	(4)	-	(4)
Ativos financeiros a taxa de juro variável	7.600	11.293	17.884	36.777	492	482	10
<b>Passivos</b>	<b>13.089</b>	<b>7.789</b>	<b>16.028</b>	<b>36.906</b>	<b>21.799</b>	<b>15.373</b>	<b>6.426</b>
Passivos financeiros com taxa de juro fixa e outros passivos sem vencimento determinado	6.152	4.631	11.512	22.295	21.573	15.365	6.208
Passivos financeiros a taxa fixa cobertos com derivados	1.254	1.279	4.477	7.010	(219)	(431)	212
Passivos financeiros a taxa de juro variável	5.683	1.879	39	7.601	445	439	6
<b>Diferença ou Gap do período</b>	<b>(3.916)</b>	<b>3.591</b>	<b>3.287</b>	<b>2.962</b>	<b>(2.962)</b>	<b>(7.962)</b>	<b>5.000</b>
<b>Diferença ou Gap acumulado</b>	<b>(3.916)</b>	<b>(325)</b>	<b>2.962</b>	<b>2.962</b>	<b>(2.962)</b>	<b>(5.000)</b>	-
Gap médio	(3.916)	(1.223)	3.415	1.294	-	-	-
% s/ ativo total	(6,67)	(2,08)	5,82	2,21	-	-	-

Consideram-se saldos sensíveis aqueles cujo vencimento ou repreciação se produz nos próximos doze meses. Este período estabelece-se como referência para quantificar o efeito da variação das taxas de juro sobre a margem de intermediação anual do Grupo.

O Gap que aparece no quadro representa a diferença entre os ativos e passivos sensíveis em cada período, isto é, o saldo líquido exposto a variações nos preços. O Gap médio do período atinge 537 milhões de euros, o 0,94% do ativo (1.294 milhões de euros, o 2,21% do ativo a 31 de dezembro de 2013).

Com dados em 31 de dezembro de 2014, o impacto na margem de juros do Banco perante uma subida de 200 pontos básicos nas taxas de juro é de 12,3 milhões de euros, 2,03% sobre a margem de juros dos próximos 12 meses e perante uma descida de 200 pontos básicos é de -47,1 milhões de euros, -7,81% sobre a margem de juros dos próximos 12 meses (em dezembro de 2013, 19,4 milhões de euros e 3,41% ante subidas e -54,3 milhões de euros e -9,56% perante descidas) sob a hipótese de manutenção de tamanho e estrutura do balanço e de que os movimentos das taxas de juro se produzem instantaneamente e são iguais para todos os pontos da curva.

Por sua vez, o impacto no valor económico do Grupo perante uma subida de 200 pontos básicos nas taxas de juro é de -49 milhões de euros, um -0,85% sobre o valor económico patrimonial e perante uma descida de 200 pontos básicos é de -71 milhões de euros, -1,23% sobre o valor económico patrimonial (em dezembro de 2013, -26 milhões de euros e -0,49% perante subidas e 236 milhões de euros e 4,34% ante descidas) sob a hipótese de manutenção de tamanho do balanço.

### 3.4 Exposição ao risco de liquidez

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas por não dispor ou não poder aceder a fundos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamento.

#### 3.4.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de liquidez

A gestão e controlo do risco de liquidez regem-se pelos princípios de autonomia financeira e equilíbrio de balanço, garantindo a continuidade do negócio e a disposição dos recursos líquidos suficientes para cumprir com os compromissos de pagamento associados à cancelamento dos passivos nas suas respetivas datas de vencimento sem comprometer a capacidade de resposta ante oportunidades estratégicas de mercado.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão do risco de liquidez, a proposta do Comité Global de Riscos, documentados no “Manual de políticas e procedimentos para a gestão do risco de liquidez”.

As estratégias de angariação de recursos nos segmentos a retalhos e a utilização de fontes alternativas de liquidez a curto e longo prazo, permitem ao Grupo dispor dos recursos necessários para atender a demanda de crédito solvente derivada da atividade comercial e manter as posições de tesouraria dentro dos parâmetros de gestão estabelecidos no manual de liquidez.

### 3.4.2 *Procedimentos de medição e controlo*

A medição do risco de liquidez considera os fluxos de tesouraria estimados dos ativos e passivos, bem como as garantias ou instrumentos adicionais dos que dispõe para assegurar fontes alternativas de liquidez que pudessem ser requeridas.

Igualmente, incorpora-se a evolução prevista para o negócio e as expectativas relativamente às taxas de juro, bem como as propostas de gestão e cobertura, simulando diferentes cenários de comportamento. Estes procedimentos e técnicas de análises são revisados com a frequência necessária para assegurar o seu correto funcionamento.

Realizam-se previsões a curto, médio e longo prazo para conhecer as necessidades de financiamento e o cumprimento dos limites, que têm em conta as tendências macroeconómicas mais recentes, pela sua incidência na evolução dos diferentes ativos e passivos do balanço, bem como nos passivos contingentes e produtos derivados. Do mesmo modo, controla-se o risco de liquidez através do estabelecimento de limites à exposição, dentro dos níveis compatíveis com as políticas aprovadas.

Ademais, o Grupo está preparado para enfrentar eventuais crises, tanto internas como dos mercados nos que opera com procedimentos e planos de contingência que garantam a liquidez suficiente com os menores custos possíveis em cenários adversos, estimando qual vai ser o comportamento das variáveis mais significativas, estabelecendo uma série de alertas ante situações anómalas dos mercados e planificando a obtenção de fundos durante a crise.

A 31 de dezembro de 2014, a liquidez disponível do Grupo atinge 12.785 milhões de euros, e a capacidade de emissão a 6.567 milhões de euros. Assim, as disponibilidades totais são avaliadas em 19.352 milhões de euros, com um aumento de 1.999 milhões de euros relativamente ao encerramento do passado ano. Durante o exercício atenderam-se vencimentos por grosso por um montante nominal de 1.589 milhões de euros, instrumentados em obrigações simples (35 milhões de euros), instrumentos de dívidas simples avalizados pelo estado (494 milhões de euros), cédulas hipotecárias e territoriais (894 milhões de euros) e instrumentos de dívidas de titularização propriedade de terceiros (143 milhões de euros). Ademais, realizaram-se recompras de emissões próprias por 73 milhões de euros, instrumentadas em instrumentos de dívidas de titularização, e de dívida subordinada e preferentes por 11 milhões de euros.

Ibercaja Banco dispõe de uma apólice de crédito perante o Banco Central Europeu, na qual figuram ativos em penhor por valor redescotável de 9.581 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014, da que dispôs 4.790 milhões de euros, pelo que tendo em conta os interesses adquiridos por 58 milhões de euros, mantém um disponível de 4.732 milhões de euros, ao que pode aceder para satisfazer as suas necessidades de liquidez.

Além da mencionada apólice, o Grupo conta com muito diversas fontes de financiamento. Assim, salienta-se a ampla base de depósitos a retalhos por 30.356 milhões de euros, dos quais 80% correspondem a saldos estáveis. Igualmente, conta com financiamento com colateral de valores por 8.570 milhões de euros, dos quais 2.709 milhões de euros estão contratados em entidades centrais de contrapartida, emissões por grosso por 7.330 milhões de euros caracterizadas pela diversificação de vencimentos, depósitos de instituições financeiras do Grupo por 2.729 milhões de euros e depósitos do resto da clientela por 1.455 milhões de euros, entre outras.

O balanço do Grupo não apresenta concentrações significativas de risco de liquidez nos seus ativos nem nas suas fontes de financiamento.

Relativamente a outros riscos contingentes, o Grupo controla a posição de:

- Financiamentos recebidos de fundos de investimento e planos de pensões com cláusulas que provocam o reembolso em função de rebaixas na qualificação creditícia do Banco, de maneira que 381,5 milhões de euros estariam afetos pela rebaixa de um degrau na qualificação.

▪ Derivados passivos por 465 milhões de euros, que requereram a contribuição de garantias adicionais por 560 milhões de euros bem como derivativos ativos por 377 milhões de euros, pelos que se receberam garantias adicionais por 358 milhões de euros.

▪ Financiamento com colateral de valores por 3.141 milhões de euros, que requereu a contribuição de garantias adicionais por 194 milhões de euros em numerário e 25 milhões de euros em dívida pública.

Ibercaja Banco assinou contratos enquadramentos de compensação ou “netting” com todas as entidades com as que opera em derivados e a sua assinatura é um requisito prévio para aquelas entidades com as quais se vá iniciar este tipo de operativa. Adicionalmente, Ibercaja Banco assinou contratos de garantias com as principais correspondentes nacionais e internacionais nos mercados de derivados com as quais opera.

A seguir oferece-se um detalhe da liquidez disponível:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Caixa e bancos centrais	435.066	499.316
Disponível em apólice	4.732.432	4.769.818
Ativos elegíveis fora de apólice	7.195.103	5.192.752
Outros ativos negociáveis não elegíveis pelo Banco Central	422.472	199.540
<b>Saldo disponível acumulado</b>	<b>12.785.073</b>	<b>10.661.426</b>

A 31 de dezembro de 2014, a capacidade de emissão de cédulas hipotecárias atinge 6.567.346 milhares de euros (6.692.425 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir apresenta-se o detalhe por prazos dos vencimentos contratuais de ativos e passivos (gap de liquidez) em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros						Total
	À vista	Até um mês	Entre um e três meses	Entre três meses e num ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	
<b>ATIVO</b>							
Depósitos em entidades de crédito	69.131	28.017	44.319	565	14.544	183.611	340.187
Empréstimos a outras instituições financeiras	-	27.045	315	1.642	870	856	30.728
Aquisições temporárias de valores e empréstimos de valores	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos (inclui vencido, duvidoso, frustrado e adjudicado)	-	29.683	698.351	2.248.058	7.538.403	27.132.569	37.647.064
Liquidação de carteira de valores	-	246.540	444.956	2.319.182	5.746.926	5.854.102	14.611.706
Derivados de cobertura	-	162	37.355	133.363	253.650	51.834	476.364
Derivados negociação	-	-	-	8.826	25.470	7	34.303
Margem de juros	-	143.846	38.202	314.808	-	-	496.856
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>69.131</b>	<b>475.293</b>	<b>1.263.498</b>	<b>5.026.444</b>	<b>13.579.863</b>	<b>33.222.979</b>	<b>53.637.208</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>193.245</b>	<b>1.775.010</b>	<b>1.102.575</b>	<b>4.546.339</b>	<b>15.392.571</b>	<b>33.929.923</b>	<b>56.939.663</b>
<b>PASSIVO</b>							
Emissões por grosso	-	24.207	409.241	1.105.482	3.157.542	2.633.712	7.330.184
Depósitos de entidades de crédito	2.925	57.473	31.251	39.500	3.500	-	134.649
Depósitos de outras instituições financeiras e organismos	394.135	71.536	129.507	1.234.129	962.159	70.875	2.862.341
Depósitos de grandes empresas não financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos do resto da clientela	14.727.758	1.122.934	1.953.013	9.299.792	4.705.941	1.075	31.810.513
Fundos para créditos de mediação	43	-	-	-	597.448	-	597.491
Financiamentos com colateral de valores	-	3.582.735	3.335.636	629.229	1.022.021	-	8.569.621
Outras saídas líquidas	851	30.011	67.734	295.445	16.012	47.972	458.025
Derivados de cobertura	-	741	23.072	51.400	291.510	224.058	590.781
Empréstimos formalizados pendentes de desembolso	-	196.506	-	-	-	-	196.506
Compromissos disponíveis por terceiros	2.087.661	-	-	-	-	-	2.087.661
Garantias financeiras emitidas	-	3.513	-	49	9.161	13.304	26.027
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>17.213.373</b>	<b>5.089.656</b>	<b>5.949.454</b>	<b>12.655.026</b>	<b>10.765.294</b>	<b>2.990.996</b>	<b>54.663.799</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>16.505.486</b>	<b>3.456.751</b>	<b>4.633.947</b>	<b>11.486.357</b>	<b>17.155.094</b>	<b>3.775.578</b>	<b>57.013.213</b>
<b>Gap do período 2014</b>	<b>(17.144.242)</b>	<b>(4.614.363)</b>	<b>(4.685.956)</b>	<b>(7.628.582)</b>	<b>2.814.569</b>	<b>30.231.983</b>	
<b>Gap do período 2013</b>	<b>(16.312.241)</b>	<b>(1.681.741)</b>	<b>(3.531.372)</b>	<b>(6.940.018)</b>	<b>(1.762.523)</b>	<b>30.154.345</b>	
<b>Gap acumulado (sem poupança vista) 2014</b>	<b>-</b>	<b>(4.614.363)</b>	<b>(9.300.319)</b>	<b>(16.928.901)</b>	<b>(14.114.332)</b>	<b>16.117.651</b>	
<b>Gap acumulado (sem poupança vista) 2013</b>	<b>-</b>	<b>(1.681.741)</b>	<b>(5.213.113)</b>	<b>(12.153.131)</b>	<b>(13.915.654)</b>	<b>16.238.691</b>	

Inclui vencimentos de principal e juros e não se assumem hipóteses de novo negócio.

O vencimento dos depósitos à vista consignou-se na primeira faixa temporária, conquanto não está determinado contratualmente, pelo que na prática as saídas de fluxos de efetivo se distribuem em todas as faixas temporárias.

Os financiamentos do resto da clientela incluem o derivado implícito nos depósitos estruturados.

Os compromissos de empréstimo atingem 2.087.661 milhares de euros (2.833.160 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Conquanto estes compromissos são disponíveis com carácter imediato pelos clientes, e por tanto teriam o carácter de “à vista” de acordo com a NIIF 7, na prática as saídas de fluxos de efetivo distribuem-se em todas as faixas temporárias.

Relativamente aos contratos de garantia financeira emitidos, o montante nominal da garantia não tem por que representar necessariamente uma obrigação real de desembolso ou de necessidades de liquidez, as quais dependerão de que se cumpram as condições para que se deva desembolsar o custo da garantia comprometida pelo Grupo.

O Grupo só espera que se produza uma saída de efetivo relativamente a contratos de garantia financeira que se qualificaram como duvidosos e subestándar. O custo que se espera desembolsar de ditos contratos encontra-se registado dentro de “Provisões para riscos e compromissos contingentes”, no epígrafe de Provisões (Nota 21), por um custo de 26.027 milhares de euros (22.382 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

Nos seguintes quadros mostram-se os vencimentos do financiamento por grosso em longo prazo.

A 31 de dezembro de 2014:

	Milhares de euros						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Dívida sénior	-	-	-	-	11.748	-	11.748
Dívida avalizada pelo estado	-	-	-	-	-	-	-
Subordinadas e preferentes	-	-	-	-	506.216	-	506.216
Instrumentos de dívida e cédulas hipotecárias e territoriais	-	-	398.333	1.051.474	2.339.025	1.942.136	5.730.968
Titularizações	-	23.987	10.907	54.008	300.554	691.576	1.081.032
"Pagarés" e certificados de depósito	-	220	-	-	-	-	220
<b>Emissões por grosso</b>	-	<b>24.207</b>	<b>409.240</b>	<b>1.105.482</b>	<b>3.157.543</b>	<b>2.633.712</b>	<b>7.330.184</b>
<b>Financiamento com colateral de valores em longo prazo</b>	-	<b>972.710</b>	<b>2.900.000</b>	-	<b>917.290</b>	-	<b>4.790.000</b>
<b>Vencimentos do período</b>	-	<b>996.917</b>	<b>3.309.240</b>	<b>1.105.482</b>	<b>4.074.833</b>	<b>2.633.712</b>	<b>12.120.184</b>
<b>Vencimentos acumulados</b>	-	<b>996.917</b>	<b>4.306.157</b>	<b>5.411.639</b>	<b>9.486.472</b>	<b>12.120.184</b>	

As emissões por grosso aparecem líquidas de autocarteira. No entanto, as cédulas multicedentes figuram pelo seu montante líquido emitido enquanto a autocarteira se consigna como liquidez disponível de acordo com os critérios de elaboração dos estados LQ de Banco de Espanha.

A 31 de dezembro de 2013:

	Milhares de euros						Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 5 anos	
Dívida sénior	-	-	-	35.393	11.748	-	47.141
Dívida avalizada pelo estado	-	-	-	493.600	-	-	493.600
Subordinadas e preferentes	-	-	-	20.000	429.209	81.253	530.462
Instrumentos de dívida e cédulas hipotecárias e territoriais	-	-	-	893.866	3.359.199	2.371.771	6.624.836
Titularizações	-	6.942	12.093	61.170	317.632	898.957	1.296.794
"Pagarés" e certificados de depósito	-	957	2.822	1.426	-	-	5.205
<b>Emissões por grosso</b>	-	<b>7.899</b>	<b>14.915</b>	<b>1.505.455</b>	<b>4.117.788</b>	<b>3.351.981</b>	<b>8.998.038</b>
<b>Financiamento com colateral de valores em longo prazo</b>	-	-	-	-	<b>4.790.000</b>	-	<b>4.790.000</b>
<b>Vencimentos do período</b>	-	<b>7.899</b>	<b>14.915</b>	<b>1.505.455</b>	<b>8.907.788</b>	<b>3.351.981</b>	<b>13.788.038</b>
<b>Vencimentos acumulados</b>	-	<b>7.899</b>	<b>22.814</b>	<b>1.528.269</b>	<b>10.436.057</b>	<b>13.788.038</b>	

As emissões por grosso aparecem líquidas de autocarteira. No entanto, as cédulas multicedentes figuram pelo seu montante líquido emitido enquanto a autocarteira se consigna como liquidez disponível de acordo com os critérios de elaboração dos estados LQ de Banco de Espanha.

A política de diversificação no tempo dos vencimentos das emissões por grosso vai permitir ao Grupo cobrir os vencimentos dos próximos exercícios, mantendo uma folgada posição de liquidez. Assim, tendo em conta a liquidez disponível (12.785 milhões de euros), o Grupo poderia cobrir o total dos vencimentos do financiamento por grosso em longo prazo (7.330 milhões de euros). Ademais, o Grupo dispõe de uma capacidade de emissão de 6.567 milhões (disponibilidades totais de 19.352 milhões de euros).

### 3.5 Exposição a outros riscos

#### 3.5.1 Exposição ao risco de mercado e contraparte

##### 3.5.1.1 Estratégias e políticas para a gestão do risco de mercado e contraparte

###### a) Risco de mercado

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas pela manutenção de posições nos mercados como consequência de um movimento adverso das variáveis financeiras ou fatores de risco (taxas de juro, taxas de variação, preço das ações,...), que determinam o valor de ditas posições.

O Grupo gere o risco de mercado, tratando de obter uma adequada rentabilidade financeira relativamente ao nível de risco assumido, tendo em conta uns determinados níveis de exposição global, exposição por tipos de segmentação (carteiras, instrumentos, setores, sujeitos, ratings), estrutura da carteira e objetivos de rentabilidade/risco. Na sua gestão e controlo aplicam-se análise de sensibilidade e simulação de cenários de stress para a estimativa do seu impacto nos resultados e no património.

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão do risco de mercado, a proposta do Comité Global de Riscos, documentados no "Manual de políticas da Direção de Mercado de Capitais".

Para a gestão do risco de mercado, dispõe-se de políticas de identificação, medição, seguimento, controlo e mitigação bem como de políticas de operações no que diz respeito à sua negociação, reavaliação de posições, classificação e avaliação de carteiras, cancelamento de operações, aprovação de novos produtos, relações com intermediários e delegação de funções.

#### b) Risco de contraparte

Define-se como a possibilidade de que não se produzam pagamentos por parte dos correspondentes em operações financeiras (renda fixa, interbancário, derivados,...).

O Conselho de Administração estabelece as estratégias, políticas e limites para a gestão deste risco a proposta do Comité Global de Riscos, documentados no “Manual de políticas da Direção de Mercado de Capitais” e no “Manual de Linhas de Risco”.

Para a gestão do risco de contraparte, o Grupo dispõe de políticas de identificação, medição, seguimento, controlo e mitigação. Ademais o “Manual de Linhas de Risco” estabelece os critérios, métodos e procedimentos para a concessão de linhas de risco, a proposta de limites, o processo de formalização e documentação das operações, bem como os procedimentos de seguimento e controlo dos riscos para entidades financeiras, corporações locais e sociedades cotadas e/ou qualificadas, a exceção de entidades promotoras.

As linhas de risco estabelecem-se basicamente em função dos ratings atribuídos pelas agências de qualificação creditícia, dos relatórios que emitem ditas agências e da análise experiente dos seus estados financeiros.

Para a concessão de operações relacionadas com o risco de contraparte (entidades financeiras, corporações locais e as sociedades cotadas e/ou qualificadas por alguma das agências de rating), será Mercado de Capitais e os Órgãos de Governo superiores, os encarregados de gerir a assunção de risco, atendendo aos limites afixados para as linhas de crédito.

O Grupo utiliza para a gestão, controlo e medição do risco de contraparte ferramentas especializadas com o objetivo de considerar o consumo de risco da cada produto e recolher sob um mesmo aplicativo o cômputo de riscos a nível de Grupo.

#### 3.5.1.2 Procedimentos de medição e controlo

##### a) Risco de Mercado:

As carteiras expostas a Risco de Mercado caracterizam-se pela elevada diversificação tanto setorial como geográfica e por valor, pela sua elevada liquidez e pela ausência de materialidade na atividade de “trading”, o que implica que o Risco de Mercado assumido seja pouco significativo no seu conjunto.

Desde 2009, o Grupo segue diariamente a evolução da perda esperada da carteira de gestão dado um nível de confiança de 99% e um horizonte temporário (1 dia ou 10 dias) como consequência das variações dos fatores de risco que determinam o preço dos ativos financeiros através do indicador VaR (valor em risco).

O cálculo do VaR leva-se a cabo com diferentes metodologias:

- O VaR paramétrico assume normalidade das variações relativas dos fatores de risco para o cálculo da perda esperada da carteira dado um nível de confiança de 99% e um horizonte temporário (1 dia ou 10 dias).
- O VaR paramétrico diversificado tem em conta a diversificação oferecida pelas correlações dos fatores de risco (taxas de juro, tipos de mudança, cotação aciones...). É a medida regular.
- O VaR paramétrico não diversificado assume ausência de diversificação entre ditos fatores (correlações igual a 1 ou -1 segundo os casos), e é útil em períodos de stress ou variações das correlações dos fatores de risco.
- O VaR Simulação Histórica utiliza as variações relativas realizadas do último ano dos fatores de risco para gerar os cenários nos que se avalia a potencial perda da carteira dado um nível de confiança de 99% e um horizonte temporário (1 dia-10 dias).

- O VaR Shortfall mede, dado um VaR calculado a 99% e com um horizonte temporário de 1 dia, a perda esperada no 1% dos piores resultados para além do VaR. Proporciona uma medida das perdas em caso de rutura do VaR.
- Em qualquer caso, o impacto em termos absolutos do VaR se relativiza sobre os recursos próprios.

Assim, a 31 de dezembro de 2014, a medição de VaR apresenta os seguintes valores:

Milhares de euros	VaR paramétrico Diversificado	VaR paramétrico vs RR.PP.	VaR paramétrico não Diversificado	VaR paramétrico não Diversificado vs RR.PP.	VaR Simulação Histórica	VaR Simulação Histórica vs RR.PP.	VaR Shortfall	VaR Shortfall vs RR.PP.
Nível de conf.:99%								
Horizonte temp.: 1 dia	(33.188)	1,14%	(55.912)	1,92%	(45.053)	1,55%	(45.053)	1,55%
Horizonte temp.: 10 dias	(104.951)	3,61%	(176.811)	6,09%				

O cálculo em 31 de dezembro de 2013 do VaR, apresentou os seguintes valores:

Milhares de euros	VaR paramétrico Diversificado	VaR paramétrico vs RR.PP.	VaR paramétrico não Diversificado	VaR paramétrico não Diversificado vs RR.PP.	VaR Simulação Histórica	VaR Simulação Histórica vs RR.PP.	VaR Shortfall	VaR Shortfall vs RR.PP.
Nível de conf.:99%								
Horizonte temp.: 1 dia	(27.231)	1,10%	(43.115)	1,74%	(31.102)	1,25%	(33.643)	1,36%
Horizonte temp.: 10 dias	(86.398)	3,48%	(136.343)	5,50%				

Durante o exercício, o VaR sofreu oscilações como consequência da evolução dos mercados financeiros e da volatilidade de índices bolsistas e taxas de juro, mantendo-se em níveis limitados relativamente aos recursos próprios. A prima de risco espanhola relaxou-se até à proximidade dos 100 pontos, mostrando-se uma melhora nas expectativas de recuperação económica.

Igualmente, e complementando a análise do VaR, realizaram-se provas de stress que analisam o impacto de diferentes cenários dos fatores de risco sobre o valor da carteira objeto de medição. Toda esta informação é objeto da elaboração de relatórios diários.

#### b) Risco de contraparte

Os limites autorizados pelo Conselho de Administração estabelecem-se por volume de investimento e incluem limites à exposição global e limites individuais ao investimento por emissor.

Ademais, observam-se os limites legais à concentração e grandes exposições em aplicação do Regulamento (UE) Nº 575 / 2013.

Os sistemas de seguimento asseguram que os riscos assumidos se enquadram em todo momento dentro dos limites estabelecidos. Incorporam a revisão das notícias sobre entidades que têm atribuída uma linha de risco específica, análise dos estados financeiros, controlos sobre as variações produzidas nos ratings, bem como o seguimento do risco consumido pelas empresas espanholas e riscos assumidos com entidades financeiras.

Entre as técnicas de mitigação do Risco de contraparte figuram os contratos marco de compensação ou «netting», os contratos de garantias, a redução de carteiras em casos de eventos creditícios adversos, a redução das linhas de risco em caso de baixadas de rating ou notícias negativas de alguma companhia e o seguimento pontual da informação financeira das companhias.

Com aquelas entidades com as que se acorde uma compensação de riscos e um acordo de contribuição de garantias, de conformidade com os requisitos exigidos pelo Banco de Espanha, o risco poder-se-á computar pela posição líquida decorrente.

#### 3.5.2 Gestão do risco de taxa de câmbio

Define-se como a possibilidade de incorrer em perdas derivadas das flutuações adversas nas taxas de mudança das moedas nas quais estão denominados os ativos, passivos e operações fora de balanço do Grupo.

O Grupo não mantém posições em moeda estrangeira de carácter especulativo. Também não mantém posições abertas em moeda estrangeira de carácter não especulativo de custo significativo.

A política do Grupo é limitar este tipo de risco, mitigando-o no momento em que se apresente mediante a contratação de operações simétricas ativas ou passivas ou através de derivados financeiros que permitam a sua cobertura.

### 3.5.3 Exposição a dívida soberana

A seguir detalha-se a seguinte informação sobre a exposição a dívida soberana, que inclui todas as posições com entidades públicas, em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

▪ Detalhe do valor em livros da exposição por países:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Espanha	16.162.220	13.248.309
Itália	860.665	511.620
Portugal	108.882	1.082
França	30.950	15.952
Resto	28.923	4.645
	<b>17.191.640</b>	<b>13.781.608</b>
do que: da companhia de seguros	4.110.657	3.268.434

▪ Detalhe do valor em livros da exposição por carteira na que se encontram registados os ativos:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Carteira de negociação	436	604
Ativos financeiros disponíveis para a venda	12.437.345	4.731.811
Investimentos creditícios	866.810	948.894
Carteira de investimento a vencimento	3.887.049	8.100.299
	<b>17.191.640</b>	<b>13.781.608</b>
do que: da companhia de seguros	4.110.657	3.268.434

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito relativamente aos instrumentos financeiros nele incluídos.

▪Detalhe do prazo a vencimento residual da exposição por carteira na qual se encontram registados os ativos:

Milhares de euros						
2014						
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Carteira de negociação	85	164	101	19	67	436
Ativos financeiros disponíveis para a venda	102.463	604.326	2.836.237	1.827.660	7.066.659	12.437.345
Investimentos creditícios	24.313	87.658	75.565	148.292	530.982	866.810
Carteira de investimento a vencimento	552.902	1.229.290	2.000.498	41.005	63.354	3.887.049
<b>Total</b>	<b>679.763</b>	<b>1.921.438</b>	<b>4.912.401</b>	<b>2.016.976</b>	<b>7.661.062</b>	<b>17.191.640</b>
do que: da companhia de seguros	40.937	205.781	672.005	745.915	2.446.019	4.110.657

Milhares de euros						
2013						
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Carteira de negociação	69	429	50	-	56	604
Ativos financeiros disponíveis para a venda	80.100	466.458	1.645.707	703.948	1.835.598	4.731.811
Investimentos creditícios	37.162	170.386	91.561	194.767	455.018	948.894
Carteira de investimento a vencimento	149.969	1.307.368	3.369.030	1.605.741	1.668.191	8.100.299
<b>Total</b>	<b>267.300</b>	<b>1.944.641</b>	<b>5.106.348</b>	<b>2.504.456</b>	<b>3.958.863</b>	<b>13.781.608</b>
do que: da companhia de seguros	56.227	171.091	585.831	585.519	1.869.766	3.268.434

▪Outra informação

Valor razoável. O valor razoável dos instrumentos incluídos na carteira de negociação e na carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda coincide com o valor em livros indicado anteriormente. O valor razoável da carteira de investimento a vencimento detalha-se na Nota 26.

Na Nota 26 indica-se a metodologia de avaliação da carteira de investimento creditício, na que se observa que o valor razoável detalhado não difere significativamente do valor em livros. Exceto para o investimento creditício, o resto de valor razoável associado ao risco soberano obtém-se mediante técnicas de avaliação de nível 1 (a descrição das mesmas detalha-se na Nota 26).

O efeito de uma variação de 100 pontos básicos na taxa de juro teria um efeito no valor razoável de 3,02% (2,43%.no exercício 2013).

Existem ativos com as Administrações Públicas em mora por um custo de 9.459 milhares de euros (5.675 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), tal como se indica na Nota 10.5. O Grupo considera que o resto da exposição não se encontra deteriorada, dado que não se cumprem os requisitos estabelecidos na Nota 2.3.

#### 3.5.4Gestão do Risco de Reputação

Define-se como o risco de sanções legais ou normativas, perda financeira significativa, ou de reputação que uma Entidade pode sofrer como resultado de incumprir as leis, regulações, normas, standards de auto-regulação da organização e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades financeiras; este risco é consubstancial a ditas atividades, pelo facto de estar altamente reguladas e sujeitas a supervisão contínua pelas autoridades.

O Grupo conta com uma Unidade de Cumprimento Normativo com o objetivo de assegurar e supervisionar o cumprimento das principais normas que lhe são aplicáveis nas suas atividades reguladas, tais como as relativas a: a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a proteção do investidor na comercialização de instrumentos financeiros e prestação de serviços de investimento (MIFID), o Regulamento Interno de Conduta (RIC) no âmbito dos Mercados de Valores, o regulamento sobre comunicação de operações suspeitas de abuso de mercado, etc.

### **3.6 Controlo de Riscos**

O controlo dos riscos é um elemento fundamental do sistema de controlo interno numa entidade de crédito já que os riscos, basicamente financeiros e operativos, são consubstanciais aos produtos e serviços financeiros que constituem a sua atividade.

O Grupo conta com sistemas de controlo de riscos baseados em:

- Um Comité Global de Riscos encarregado de definir e efetuar o seguimento das estratégias e das políticas de risco do Grupo.
- Procedimentos de identificação e medição de riscos que permitem o seu seguimento e controlo.
- Uma estrutura de limites para as principais contrapartes, instrumentos, mercados e prazos, que anualmente se submete à aprovação do Conselho de Administração, com o fim de definir políticas prudentes e evitar concentrações de risco. Uma estrutura hierárquica de autorizações para a concessão ou assunção de risco em função da quantia e natureza do mesmo.
- Controlos diretos distribuídos entre os diferentes níveis de decisão que assegurem que as operações se realizem de acordo com os termos autorizados.
- Uma Unidade de Controlo de Riscos, independente das Direções de Negócio, que verifica, entre outros aspetos o cumprimento dos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração ou outros estabelecidos pelo Comité Global de Riscos, e informa periodicamente do seu cumprimento à Alta Direção.
- Uma Unidade de Cumprimento Normativo, incluída dentro da função de Controlo de Riscos, que supervisiona o cumprimento de determinadas normas legais que regulam algumas atividades do Grupo com a finalidade de minimizar as sanções e perdas de reputação que o seu não cumprimento pudesse ocasionar.
- A função de Auditoria Interna é revisar o adequado funcionamento dos sistemas de controlo de riscos, verificando ademais o cumprimento das políticas, procedimentos e normas internos estabelecidos, e informar a um comité de nível diretivo, o qual adota os acordos necessários para corrigir as deficiências e mitigar os riscos observados. Adicionalmente informa-se, tanto do planeamento anual da Auditoria Interna como das conclusões mais relevantes obtidas, aos correspondentes Órgãos de Governo do Grupo.
- A Comissão de Auditoria e Cumprimento do Conselho de Administração, entre cujas competências está a supervisão da eficácia do controlo interno, a auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos, revisando periodicamente os mesmos, para que os principais riscos se identifiquem, giram e deem a conhecer adequadamente.
- A Comissão de Grandes Riscos e Solvência, entre cujas competências se encontra analisar e avaliar propostas sobre estratégia e políticas de risco do Grupo para submeter à aprovação do Conselho de Administração do Banco, efetuar o seguimento do grau de adequação dos riscos assumidos ao perfil estabelecido e à expectativa de rentabilidade relativamente aos riscos incorridos, submeter ao Conselho de Administração do Banco as propostas que considere necessárias ou convenientes para os efeitos de adequar a gestão do risco no Grupo às melhores práticas e efetuar o seguimento dos níveis de solvência do Banco e propor as ações que considere convenientes para a sua melhoria.

#### 4. Distribuição dos resultados

A proposta de distribuição do resultado de Ibercaja Banco, S.A. do exercício 2014, que o Conselho de Administração proporá para a sua aprovação à Assembleia Geral de Acionistas, e a que foi aprovada do exercício 2013 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Distribuição		
A dividendos:	-	-
A reservas:		
<i>Reserva legal</i>	7.122	-
<i>Reserva por fundo de maneio</i>	6.403	-
<i>Resultados negativos de exercícios anteriores(*)</i>	57.691	(39.523)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>71.216</b>	<b>(39.523)</b>

(\*) O valor de resultado do exercício 2013 que aparece no quadro anterior não coincide com a que se reflete como saldo comparativo na demonstração de resultados, devido ao efeito da mudança de critério contabilístico assinalado na Nota 1.12.1.

#### 5. Informação sobre o Conselho de Administração e a Alta Direção

No enquadramento da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, o “pessoal chave da administração e direção” de Ibercaja Banco, entendido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planificar, dirigir e controlar as atividades da Sociedade, direta ou indiretamente, está integrado pelos membros do Conselho de Administração e a Alta Direção. Pelos seus cargos, este coletivo de pessoas considera-se “parte vinculada” e, como tal, sujeita a uns requerimentos de informação que se recolhem nesta Nota.

Também constituem partes vinculadas o conjunto de pessoas que mantêm com “o pessoal chave da administração e direção” determinadas relações de parentesco ou afetividade, como também aquelas sociedades controladas, com influência significativa ou com poder de voto importante da pessoal chave ou de pessoas do seu meio familiar. Das transações do Grupo Ibercaja Banco com partes vinculadas informa-se na Nota 42.

##### 5.1 Remuneração ao Conselho de Administração

No seguinte quadro mostra-se um detalhe das remunerações adquiridas pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade, exclusivamente na sua qualidade de Conselheiros, em conceito de ajudas de custo por assistência e deslocação a sessões do Conselho de Administração e remuneração por pertença a comissões do Conselho, bem como a sessões dos órgãos de administração de entidades do Grupo, durante o exercício 2014 e 2013:

		Milhares de euros	
		2014	2013
Amado Franco Lahoz	Presidente	36,3	21,9
José Luis Aguirre Loaso (*)	Vice-presidente 1º - Administrador Delegado	32,5	23,9
Francisco Manuel García Peña	Vice-presidente 2º	18,7	17,6
Alberto Palácio Aylagas (**)	Vogal	-	2,8
Eugenio Nadal Reimat (***)	Vogal	32,8	26,1
Jesús Bueno Arrese	Vogal	79,4	29,7
Manuel Pizarro Moreno	Vogal	-	-
Miguel Fernández De Pinedo López (*)	Vogal	-	89,3
Gabriela González-Bueno Lillo	Vogal	80,6	4,9
Jesús Solchaga Loitegui	Vogal	15,4	4,9
Juan María Pemán Gavín	Vogal	27,3	8,4
Vicente Eduardo Ruiz de Mencia	Vogal	-	1,4
Vicente Condor López (****)	Vogal	19,6	-
Jesús Barreiro Sanz (*****)	Secretário do conselho	5,6	-

(\*) Víctor Iglesias Ruiz foi nomeado Administrador Delegado da Sociedade com data 28 de janeiro de 2015, em substituição de José Luis Aguirre Loaso.

(\*\*) Administradores da Sociedade que cessaram no exercício do seu cargo ao longo do ano 2013.

(\*\*\*) Administrador da Sociedade que cessou no exercício do seu cargo o 1 de outubro de 2014.

(\*\*\*\*) Administrador da Sociedade nomeado o 27 de janeiro de 2014.

(\*\*\*\*\*) Administrador da Sociedade nomeado o 11 de novembro de 2014.

A Entidade não tem contraídas obrigações em matéria de compromissos por pensões com os membros antigos e atuais do conselho de administração pela sua condição de Administradores.

##### 5.2 Remunerações à Alta Direção

Para efeitos da elaboração das contas anuais, considerou-se como pessoal de Alta Direção os membros dos Órgãos de Governo na sua qualidade de diretores (Presidente e Administrador Delegado), os 16 empregados (14 no exercício 2013) da equipa diretiva de Ibercaja Banco, S.A. detalhado no “Relatório económico e de atividades”, que ocuparam durante o exercício os postos de Diretores Gerais Adjuntos, Subdiretores Gerais e Subdiretores.

Durante o exercício 2014 incorporaram-se duas novas pessoas ao coletivo identificado como Alta Direção. Igualmente, incluem-se neste apartado as retribuições recebidas por Altos Diretores, embora não tenham desenvolvido a sua atividade durante o exercício completo.

No quadro seguinte mostram-se as remunerações vencidas pela Sociedade em favor da Alta Direção:

Milhares de euros	Retribuições em curto prazo		Prestações pós-emprego		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Alta Direção	3.527	3.245	354	352	3.881	3.597

No exercício não se registaram remunerações em matéria de pensões ou primas de seguros de vida aos antigos membros da Alta Direção.

### 5.3 Deveres de lealdade dos Administradores

A 31 de dezembro de 2014, e relativamente aos requerimentos dos artigos 229º e 230º do Texto Refundido da Lei de Sociedades de Capital, os membros do Conselho de Administração de Ibercaja Banco, bem como as pessoas a eles vinculadas às que se refere o artigo 231º da mencionada Lei, confirmaram que não desenvolvem atividades por conta própria ou conta alheia que entranham uma concorrência efetiva, seja atual ou potencial, com a Sociedade ou que, de qualquer outro modo, lhe situem num conflito permanente com os interesses da mesma.

No Relatório Anual de Governo Corporativo que faz parte do relatório de gestão anexo a estas contas anuais se detalham todas as situações de conflito de interesse que se produziram no exercício.

### 6. Caixa e depósitos em bancos centrais

O detalhe do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Caixa	191.816	199.917
Depósitos em Banco de Espanha	242.453	298.559
Depósitos em outros bancos centrais	811	813
Acertos por avaliação	9	42
	<b>435.089</b>	<b>499.331</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 0,11% (0,36% durante o exercício 2013).

## **7. Carteiras de negociação de ativo e passivo**

### **7.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo - saldos devedores**

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumento:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	35.163	24.676
Resto de países da União Europeia	9.709	7.571
Resto do mundo	10.960	4.579
	<b>55.832</b>	<b>36.826</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	51.245	26.971
Administrações Públicas residentes	436	595
Administrações Públicas não residentes	-	9
Outros setores residentes	3.627	9.251
Outros setores não residentes	524	-
	<b>55.832</b>	<b>36.826</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Valores representativos de dívida	959	890
Derivados não negociados em mercados organizados	54.873	35.936
	<b>55.832</b>	<b>36.826</b>

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito relativamente os instrumentos financeiros nele incluídos.

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 3,60% (3,94% durante o exercício 2013).

### **7.2 Composição do saldo - saldos credores**

A seguir apresenta-se um detalhe dos passivos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumento:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	43.061	26.429
Resto de países da União Europeia	5.137	1.097
Resto do mundo	264	20
	<b>48.462</b>	<b>27.546</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	48.462	24.933
Outros setores residentes	-	2.613
	<b>48.462</b>	<b>27.546</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Derivados não negociados em mercados organizados	48.462	27.546
<i>Dos que: derivados implícitos segregados de instrumentos financeiros híbridos</i>	33.816	18.249
	<b>48.462</b>	<b>27.546</b>

### 7.3 Derivados financeiros de negociação

A seguir apresentam-se os detalhes, por tipos de produto, do valor razoável e nocional dos derivados financeiros de negociação em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros			
	Valor razoável			
	Saldos devedores		Saldos credores	
	2014	2013	2014	2013
<b>Compra-venda de divisas não vencidas</b>	-	547	506	1
<b>Opções sobre valores / índices</b>	33.614	17.305	33.288	16.970
<b>Opções sobre taxas de juro</b>	1.125	1.747	1.760	1.984
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>	20.134	16.337	12.908	8.591
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)	20.134	16.337	12.908	8.591
	<b>54.873</b>	<b>35.936</b>	<b>48.462</b>	<b>27.546</b>

	Milhares de euros	
	Nocional	
	2014	2013
<b>Compra-venda de divisas não vencidas</b>	48.981	52.609
<b>Opções sobre valores / índices</b>	1.394.700	667.740
<b>Opções sobre taxas de juro</b>	100.711	122.980
<b>Derivados implícitos sobre valores / índices</b>	1.357.785	650.296
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>	657.654	696.461
Derivados implícitos sobre taxas de juro	95.538	106.839
Derivados mercado por grosso	483.238	476.055
Distribuição de derivados	78.878	113.567
	<b>3.559.831</b>	<b>2.190.086</b>

Adicionalmente aos saldos detalhados no quadro anterior, o nocional das opções sobre valores (saldos credores) derivadas da garantia de rentabilidade outorgada pelo Grupo a Fundos de Investimento comercializados pelo mesmo ascende em 31 de dezembro de 2014 a 1.694.631 milhares de euros (1.731.230 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

### 8. Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	57.127	59.347
Resto de países da União Europeia	2.063	9.578
Resto do mundo	2.357	-
	<b>61.547</b>	<b>68.925</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	4.744	10.772
Administrações Públicas residentes	3.360	3.542
Outros setores residentes	53.443	54.611
	<b>61.547</b>	<b>68.925</b>
<b>Por tipo de instrumentos</b>		
Depósitos em entidades de crédito	324	-
Crédito à clientela	43	-
Valores representativos de dívida	7.780	13.119
Participações no património de Fundos de Investimento	53.400	55.806
	<b>61.547</b>	<b>68.925</b>

O Grupo classifica nesta carteira os ativos (principalmente participações em fundos de investimento) que se gerem conjuntamente com passivos por contratos de seguro ("Unit linked") avaliados pelo seu valor razoável.

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito relativamente aos instrumentos financeiros nele incluídos.

## 9. Ativos financeiros disponíveis para a venda

### 9.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipos de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	12.982.359	6.300.838
Resto de países da União Europeia	1.218.592	387.401
Resto da Europa	5.217	6.495
Resto do mundo	593.535	604.933
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>14.799.703</b>	<b>7.299.667</b>
(Perdas por deterioro)	(21.423)	(22.526)
<b>Total montante líquido</b>	<b>14.778.280</b>	<b>7.277.141</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	1.141.810	1.328.845
Administrações Públicas residentes	11.411.005	4.572.426
Administrações Públicas não residentes	1.026.340	159.385
Outros setores residentes	852.102	838.280
Outros setores não residentes	368.446	400.731
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>14.799.703</b>	<b>7.299.667</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Valores representativos de dívida:	14.275.396	6.709.462
<i>Dívida Pública do Estado</i>	11.411.232	4.520.296
<i>Dívida Pública estrangeira</i>	1.026.326	159.385
<i>Emitidos por entidades financeiras</i>	1.091.946	1.270.051
<i>Outros valores de renda fixa</i>	745.892	759.730
Outros instrumentos de capital:	524.307	590.205
<i>Ações de sociedades espanholas cotadas</i>	142.229	153.033
<i>Ações de sociedades espanholas não cotadas</i>	259.385	332.449
<i>Ações de sociedades estrangeiras cotadas</i>	101.268	78.272
<i>Ações de sociedades estrangeiras não cotadas</i>	265	6.997
<i>Participações no património de Fundos de Investimento</i>	21.160	19.454
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>14.799.703</b>	<b>7.299.667</b>

A totalidade das perdas por deterioro que se detalham no quadro anterior estão relacionadas com a cobertura do risco de crédito de valores representativos de dívida, as quais têm carácter reversível

Por outro lado, o custo das perdas por deterioro relacionadas com instrumentos de capital atinge 64.108 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (62.532 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Ditas perdas encontram-se minorando o montante ilíquido detalhado anteriormente e têm carácter irreversível.

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível de exposição máximo ao risco de crédito relativamente os instrumentos financeiros nele incluídos.

Os instrumentos de capital da carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda cujo valor razoável não se pode obter de forma suficientemente objetiva aparecem avaliados pelo seu custo, líquido dos possíveis deterioros do seu valor, calculados de acordo com os critérios detalhados na Nota 2.3.1. O valor em livros destes instrumentos de capital em 31 de dezembro de 2014 atinge 94.453 milhares de euros (145.369 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Dito custo está composto por um número elevado de participações de custo individual não significativo. Relativamente a estes instrumentos cabe assinalar que:

▪ Alguns dos instrumentos incluídos nesta carteira estão afetos ao Term Sheet, no qual se determinam as condições que a Comissão Europeia estabeleceu a Banco Grupo Cajatres, S.A. como consequência das ajudas de capital que foram contribuídas, que implicam medidas de desinvestimento em negócios não estratégicos (Nota 1.10.1.2). As participações restantes poderiam ser alienadas em função das oportunidades de mercado.

▪ Durante o exercício 2014 registaram-se vendas de instrumentos com estas características que tinham um valor em livros de 40.868 milhares de euros (13.280 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), registando um resultado negativo na descida dos mesmos por custo de 5.849 milhares de euros (resultado positivo 2.038 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 2,85% (3,62% durante o exercício 2013), que inclui o efeito das correções de rendimentos por operações de cobertura de risco de taxa de juro.

### 9.2 Valores representativos de dívida deteriorados

A 31 de dezembro de 2014 existem valores representativos de dívida deteriorados por 20.646 milhares de euros (22.526 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), dos quais 15.000 milhares de euros se encontram vencidos (7.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

### 9.3 Cobertura do risco de crédito e outros

A seguir apresenta-se o movimento das perdas por deterioro registadas para a cobertura do risco de crédito dos Valores representativos de dívida durante os exercícios 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Saldo ao início do período</b>	<b>22.526</b>	<b>22.560</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	784	224
Reversão de provisões com crédito a resultados	(669)	(60)
Utilizações	-	-
Diferenças de mudança e outros movimentos	(1.218)	(198)
<b>Saldo ao final do período</b>	<b>21.423</b>	<b>22.526</b>
Dos que:		
- Determinados de forma específica	20.646	22.303
- Determinados de forma genérica	-	-
- Determinados risco país	777	223

A Entidade realizou as análises de possíveis deterioros para todos os seus instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda com o objetivo de registar, se for o caso, a correção de valor correspondente. Para estes efeitos, considera-se que existe deterioro quando as quedas acumuladas de valores de mercado se produziram de forma continuada durante um período superior a 18 meses ou em mais de 40%.

Destas análises, constatou-se a necessidade de transferir a resultados no exercício 2014 um custo de 20.734 milhares de euros (32.491 milhares de euros no exercício 2013).

Igualmente, durante o exercício 2014 reconheceram-se perdas por deterioro de Outros instrumentos de capital avaliados ao custo por custo de 15.473 milhares de euros (13.825 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As perdas por deterioro indicadas nesta Nota registam-se na demonstração de resultados consolidada dentro do epígrafe "Perdas por deterioro de ativos financeiros (Outros instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações de perdas e ganhos)".

## 10. Investimentos creditícios

A seguir detalham-se as rubricas que integram os saldos deste epígrafe dos balanços em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Depósitos em entidades de crédito (Nota 10.2)	1.160.611	1.367.026
Crédito à clientela (Nota 10.3)	33.830.111	36.820.105
Valores representativos de dívida (Nota 10.4)	642.156	760.216
	<b>35.632.878</b>	<b>38.947.347</b>

### 10.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipo de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	36.888.373	40.707.830
Resto do mundo	980.190	516.021
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>37.868.563</b>	<b>41.223.851</b>
(Perdas por deterioro)	(2.235.685)	(2.276.504)
<b>Total montante líquido</b>	<b>35.632.878</b>	<b>38.947.347</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito	1.183.737	1.545.508
Administrações Públicas residentes	866.810	948.869
Administrações Públicas não residentes	-	25
Outros setores residentes	35.615.586	38.520.597
Outros setores não residentes	202.430	208.852
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>37.868.563</b>	<b>41.223.851</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Valores representativos de dívida	647.351	760.216
Créditos e empréstimos	35.720.837	38.049.271
Aquisições temporárias de ativos	-	984.858
Depósitos a prazo em entidades de crédito	772.188	771.905
Resto	728.187	657.601
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>37.868.563</b>	<b>41.223.851</b>

O valor em livros registado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito relativamente os instrumentos financeiros nele incluídos, exceto para:

▪ O ativo correspondente ao valor atual das comissões pendentes de cobrança em garantias financeiras, registado no epígrafe "Resto" (no detalhe por tipo de instrumentos), atinge 1.509 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (2.287 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Na Nota 27.1 detalha-se o valor nominal das garantias financeiras, que supõe o nível máximo de exposição ao risco de crédito.

▪ Os ativos transferidos a fundos de titularização que não se cancelaram no balanço, de acordo com o exposto na Nota 2.8, estão registados no epígrafe “Créditos e empréstimos” (no detalhe por tipo de instrumentos) e em 31 de dezembro de 2014 atingem 4.519.819 milhares de euros (5.135.823 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), apresentando-se o seu detalhe na Nota 27.5. O nível máximo de exposição ao risco de crédito vem recolhido pelo valor de todas as posições do Grupo nos mencionados fundos de titularização, que atinge 3.572.225 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (4.094.578 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). O custo dos instrumentos de dívida emitidos pelos fundos de titularização que foram subscritos por terceiros alheios ao Grupo atinge 1.023.621 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (1.236.005 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), apresentando-se o seu detalhe na Nota 19.4.

## 10.2 Depósitos em entidades de crédito

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Depósitos em entidades de crédito em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>À vista:</b>	<b>274.324</b>	<b>343.207</b>
Outras contas	274.324	343.207
<b>A prazo ou com pré-aviso:</b>	<b>776.028</b>	<b>880.613</b>
Contas a prazo	772.188	771.905
Aquisição temporária de ativos	-	106.772
Outras contas	3.840	1.936
<b>Outros ativos financeiros:</b>	<b>108.028</b>	<b>136.410</b>
Cheques a cargo de entidades de crédito	1.048	9.733
Fianças dadas em numerário	9.503	9.250
Câmaras de compensação	29.717	32.306
Outros conceitos	67.760	85.121
<b>Ativos deteriorados</b>	<b>-</b>	<b>4.755</b>
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>2.231</b>	<b>3.230</b>
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>1.160.611</b>	<b>1.368.215</b>
(Perdas por deterioro)	-	(1.189)
<b>Total montante líquido</b>	<b>1.160.611</b>	<b>1.367.026</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 2,74% (0,92% durante o exercício 2013).

### 10.3 Crédito à clientela

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Crédito à clientela em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Créditos e empréstimos</b>	<b>35.720.837</b>	<b>38.049.271</b>
Crédito comercial	347.374	339.409
Devedores com garantia real	26.287.325	28.160.745
Outros devedores a prazo	3.712.887	3.890.795
Arrendamentos financeiros	178.168	182.964
Devedores à vista e vários	1.318.501	1.483.818
Ativos deteriorados	3.888.783	4.006.313
Acertos por avaliação	(12.201)	(14.773)
<b>Aquisição temporária de ativos</b>	<b>-</b>	<b>878.086</b>
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>339.764</b>	<b>168.063</b>
Operações financeiras pendentes de liquidar	14.581	12.150
Fianças dadas em numerário	5.535	43.510
Comissões por garantias financeiras	1.509	2.287
Outros conceitos	318.139	110.116
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>36.060.601</b>	<b>39.095.420</b>
(Perdas por deterioro)	(2.230.490)	(2.275.315)
<b>Total montante líquido</b>	<b>33.830.111</b>	<b>36.820.105</b>

A 31 de dezembro de 2014, o saldo de "Outros conceitos" inclui 56.282 milhares de euros (63.315 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013) correspondentes ao valor atual do Montante pendente de desembolsar ao Fundo de Garantia de Depósitos, por contribuição extraordinária acordada o 30 de julho de 2012 (Nota 1.8).

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 2,07% (2,23% durante o exercício 2013).

### 10.4 Valores representativos de dívida

O detalhe dos ativos financeiros incluídos na categoria de Valores representativos de dívida em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Valores representativos de dívida</b>	<b>641.675</b>	<b>760.216</b>
Ativos deteriorados	5.676	-
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>647.351</b>	<b>760.216</b>
(Perdas por deterioro)	(5.195)	-
<b>Total montante líquido</b>	<b>642.156</b>	<b>760.216</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 1,06% (1,53% durante o exercício 2013).

### 10.5 Ativos deteriorados e subestandar

A seguir mostra-se um detalhe daqueles ativos financeiros classificados como investimentos creditícios e considerados como deteriorados por razão do seu risco de crédito em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados em função do prazo decorrido desde o vencimento do custo de não pagamento a ditas datas mais antigo da cada operação:

	Milhares de euros					Total
	Não vencidos	Até 6 meses	Entre 6 e 9 meses	Entre 9 e 12 meses	Mais de 12 meses	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	924.746	323.167	177.605	175.051	2.293.890	<b>3.894.459</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	944.220	676.299	278.438	336.333	1.775.778	<b>4.011.068</b>

O detalhe de ativos deteriorados por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Entidades de crédito	-	4.755
Administrações Públicas residentes	9.459	5.675
Outros setores residentes	3.834.818	3.946.420
Outros setores não residentes	50.182	54.218
	<b>3.894.459</b>	<b>4.011.068</b>

Em general, os ativos vencidos não se consideram deteriorados até que a antiguidade do não pagamento ultrapassa os 90 dias. O detalhe de ativos vencidos não deteriorados por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Entidades de crédito	-	70
Administrações Públicas residentes	4.556	1.811
Administrações Públicas não residentes	-	25
Outros setores residentes	168.422	223.827
Outros setores não residentes	1.256	2.516
	<b>174.234</b>	<b>228.249</b>

Os ativos financeiros classificados como investimentos creditícios e considerados como subestandar atingem 1.303.346 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (1.609.933 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

#### 10.6 Cobertura do risco de crédito

A seguir apresenta-se o movimento dos exercícios 2014 e 2013 das correções de valor por deterioro e o custo acumulado das mesmas ao início e ao final de ditos exercícios, dos investimentos creditícios (milhares de euros):

Movimento do exercício 2014:	Movimentos com reflexo em resultados					Saldo em 31.12.14
	Saldo ao 01.01.14	Dotações	Recuperaç.	Utilizaç.	Outros	
Determinadas de forma específica	2.276.211	1.214.641	(901.970)	(255.644)	(97.918)	2.235.320
Determinadas de forma genérica	-	-	-	-	-	-
Risco País	293	493	(421)	-	-	365
<b>Total perdas por deterioro</b>	<b>2.276.504</b>	<b>1.215.134</b>	<b>(902.391)</b>	<b>(255.644)</b>	<b>(97.918)</b>	<b>2.235.685</b>

Movimento do exercício 2013:	Movimentos com reflexo em resultados						Saldo em 31.12.13
	Saldo ao 01.01.13	Incorporaç. Cajatres (*)	Dotação	Recuper.	Utiliz.	Outros	
Determin. de forma específica	1.505.263	586.934	1.485.576	(1.175.297)	(70.042)	(56.223)	2.276.211
Determinadas de forma genérica	-	-	-	-	-	-	-
Risco País	282	-	309	(298)	-	-	293
<b>Total perdas por deterioro</b>	<b>1.505.545</b>	<b>586.934</b>	<b>1.485.885</b>	<b>(1.175.595)</b>	<b>(70.042)</b>	<b>(56.223)</b>	<b>2.276.504</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

O conceito de "Outros" inclui as transferências dos fundos de insolvências que tinham as operações de crédito que se cancelaram mediante a adjudicação ou entrega em pagamento de ativos para a satisfação total ou parcial da dívida. Segundo se indica nas Notas 2.15 e 2.18 da memória, sobre os critérios de registo dos investimentos imobiliários e os ativos não correntes em venda, quando a entidade adquire um ativo mediante a adjudicação ou entrega em pagamento, o registo deve se fazer como máximo pelo valor líquido contabilístico que tivesse o empréstimo de origem, que inclui os fundos de insolvências que são objeto de transferência.

Das correções de valor por deterioro determinadas de forma específica indicadas no quadro anterior, 351.097 milhares de euros correspondem a correções para Riscos subestandar em 31 de dezembro de 2014 (389.659 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As correções por deterioro estimadas individualmente atingem um custo acumulado de 376.118 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (522.189 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As recuperações do exercício 2013 incluem a libertação total das perdas por deterioro para créditos em situação normal registadas no exercício 2012, por um custo de 614.069 milhares de euros. Ditas perdas registaram-se como consequência dos requerimentos extraordinários e não recorrentes que se derivaram do Real Decreto-Lei 2/2012 e o Real Decreto-Lei 18/2012, cuja finalidade era incrementar a confiança no setor financeiro espanhol mediante o registo dos saneamentos necessários nos ativos imobiliários e nos financiamentos destinados à construção e promoção imobiliária.

Este regulamento previa que estas provisões só podiam ser utilizadas para a constituição de coberturas específicas que resultassem necessárias como consequência da reclassificação posterior como ativos duvidosos ou subestandar de quaisquer de ditos financiamentos em situação normal ou da adjudicação ou receção de ativos em troca de ditas dívidas. Não obstante, a norma previa igualmente que ditas provisões se pudessem destinar à cobertura de outros ativos, na medida em que as mesmas não se tivessem aplicado totalmente à finalidade anteriormente descrita em 31 de dezembro de 2013, e de acordo com as pautas que estabelecesse o Banco de Espanha em dita data.

Neste sentido, as provisões que, no exercício 2013, se recuperaram e reassociaram para a constituição de coberturas específicas atingiram 369.726 milhares de euros. O resto da provisão constituída em dezembro de 2012, 244.343 milhares de euros, recuperou-se ao encerramento do exercício 2013 e pelo mesmo custo constituíram-se as seguintes coberturas, de acordo com as indicações de Banco de Espanha:

	Milhares de euros
Provisão específica de insolvências	191.550
Deterioro de ativos adjudicados	28.652
Deterioro de participações em sociedades imobiliárias mantidas por Banco Grupo Cajatres, S.A.U.	24.141
	<b>244.343</b>

O detalhe das perdas por deterioro por classes de contrapartes é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Entidades de crédito	-	1.189
Outros setores residentes	2.193.398	2.231.650
Outros setores não residentes	42.287	43.665
	<b>2.235.685</b>	<b>2.276.504</b>

A seguir apresentam-se os diferentes conceitos registados nos exercícios 2014 e 2013 no epígrafe "Perdas por deterioro de ativos (líquido) – Investimentos creditícios" das demonstrações de resultados consolidados de ditos exercícios:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Perdas por deterioro com crédito a correções de valor de ativos	312.743	310.290
Perdas por deterioro com crédito a ativos	13.718	-
Recuperações de ativos frustrados	(4.907)	(974)
	<b>321.554</b>	<b>309.316</b>

O movimento dos investimentos creditícios cancelados no balanço consolidado nos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Saldos ao início do exercício</b>	<b>419.366</b>	<b>161.237</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	221.272
Altas de ativos de recuperação remota	255.644	70.042
Altas de produtos vencidos e não cobrados	20.536	4.156
Altas de ativos com débito à demonstração de resultados	13.718	-
Recuperações de ativos frustrados	(4.907)	(974)
Baixas de produtos vencidos e não cobrados	(189)	(904)
Outros conceitos	(63.619)	(35.463)
<b>Saldos ao encerramento do exercício</b>	<b>640.549</b>	<b>419.366</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

Os juros adquiridos pendentes de cobrança, registados em contas de ordem, associados a ativos financeiros deteriorados atingem 148.111 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (115.261 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

## 11. Carteira de investimento a vencimento

### 11.1 Composição do saldo e risco de crédito máximo

A seguir apresenta-se um detalhe dos ativos financeiros incluídos nesta categoria em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados por áreas geográficas, por classes de contrapartes e por tipos de instrumentos:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por áreas geográficas</b>		
Espanha	6.272.410	10.729.172
Resto de países da União Europeia	408.273	781.202
Resto do mundo	1.000	1.007
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>6.681.683</b>	<b>11.511.381</b>
(Perdas por deterioro)	-	-
<b>Total montante líquido</b>	<b>6.681.683</b>	<b>11.511.381</b>
<b>Por classes de contrapartes</b>		
Entidades de crédito residentes	201.841	496.647
Entidades de crédito não residentes	1.000	1.007
Administrações Públicas residentes	3.887.049	7.726.417
Administrações Públicas não residentes	-	373.882
Outros setores residentes	2.183.520	2.506.108
Outros setores não residentes	408.273	407.320
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>6.681.683</b>	<b>11.511.381</b>
<b>Por tipos de instrumentos</b>		
Dívida Pública	3.887.049	6.448.403
Dívida Pública Estrangeira	-	372.811
Dívida emitida pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (Notas 1.10.1.4 e 19.5)	407.239	407.320
Bonos SAREB (Nota 1.10.1.3)	2.173.358	2.216.442
Outros valores de renda fixa	214.037	2.066.405
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>6.681.683</b>	<b>11.511.381</b>

Durante o primeiro semestre do exercício 2014 o Grupo procedeu à venda de ativos classificados na carteira de investimento a vencimento com um nominal agregado de 2.985 milhões de euros, gerando um resultado de 380 milhões de euros. Esta decisão teve como objetivo reforçar os recursos próprios do Grupo depois da aquisição de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. e no enquadramento dos novos requerimentos de solvência.

As vendas realizaram-se de acordo à normativa contabilística, que prevê situações nas quais se possam realizar sem que se suscitem dúvidas sobre a intenção da Sociedade de manter o resto da carteira a vencimento; estas vendas são atribuíveis a um acontecimento isolado e não recorrente que razoavelmente não poderia ter sido antecipado pela Sociedade.

O valor em livros mostrado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito relativamente os instrumentos financeiros nele incluídos.

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados nesta carteira durante o exercício 2014 foi de 1,38% (3,94% durante o exercício 2013).

### 11.2 Ativos vencidos e deteriorados

Não existem ativos vencidos nem deteriorados dentro desta carteira em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

## 12. Derivados de cobertura (devedores e credores) e Acertos a ativos e passivos financeiros por macrocoberturas

### 12.1 Derivados de cobertura

A seguir apresentam-se os detalhes por tipos de produtos do valor razoável e nominal dos derivados financeiros designados como instrumentos de cobertura em operações de cobertura de valor razoável em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<b>Milhares de euros</b>			
	<b>Valor razoável</b>			
	<b>Saldos devedores</b>		<b>Saldos credores</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Opções</b>	-	<b>2.661</b>	<b>253.436</b>	<b>205.563</b>
Opções sobre ações	-	1.486	-	815
Permutas financeiras sobre ações	-	1.175	-	1.620
Opções sobre taxas de juro	-	-	253.436	203.128
<b>Outras operações sobre taxas de juro</b>	<b>496.506</b>	<b>516.382</b>	<b>351.476</b>	<b>91.901</b>
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)	496.506	516.382	351.476	91.901
	<b>496.506</b>	<b>519.043</b>	<b>604.912</b>	<b>297.464</b>

O valor em livros mostrado no quadro anterior representa o nível máximo de exposição ao risco de crédito relativamente aos instrumentos financeiros nele incluídos, exceto para os ativos por derivados contratados nos quais existem acordos de netting ou compensação, e que ademais têm um acordo de colateral que consiste na formalização de depósitos por um custo equivalente ao valor razoável líquido das operações de derivados, de forma que perante o não pagamento das obrigações por derivados por uma das partes, a outra parte não tem de satisfazer as obrigações associadas ao depósito.

A Sociedade não compensou os instrumentos financeiros que dão origem a estes depósitos de garantia, mantendo os ativos e passivos por separado sem registar uma posição neta, já que não se dão as circunstâncias descritas na Nota 2.7. O detalhe do valor contabilístico dos instrumentos financeiros afetos a estes acordos e os depósitos ativos e passivos que se geram com as contrapartes, é o seguinte:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>Instrumentos financeiros afetos a acordos de compensação</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos por derivados	499.122	510.420
Passivos por derivados	586.992	259.529

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>Depósitos afetos a acordos de compensação por derivados</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Depósitos ativos	495.730	230.620
Depósitos passivos	358.181	410.024

A prática totalidade das coberturas de valor razoável realizadas pelo Grupo têm por objetivo cobrir o risco de câmbio no valor razoável de instrumentos de dívida ativos e passivos emitidos a taxa fixa, perante câmbios na taxa de juro de referência. Dito risco se concretiza no incremento do valor razoável dos passivos financeiros ante diminuições da taxa de juro de referência e nas diminuições do valor razoável dos ativos financeiros ante incrementos do mesmo. Para mitigar dito risco, o Grupo contrata fundamentalmente permutas financeiras cujo valor varia de forma similar e simétrica às variações de valor dos elementos cobertos.

A seguir mostra-se um detalhe dos nocionais das operações de cobertura, em função do elemento de cobertura e coberto:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Elemento Cobertura</b>	<b>13.723.213</b>	<b>10.969.259</b>
Opções sobre ações	-	170.600
Opções sobre taxas de juro	2.672.423	2.672.423
Permutas financeiras sobre taxas de juro (IRS's)	11.050.790	8.025.567
Permutas financeiras sobre ações	-	100.669
<b>Elemento Coberto</b>	<b>13.723.213</b>	<b>10.969.259</b>
Operações com clientes	5.153.540	5.219.011
Empréstimos	3.317.229	4.757.905
Renda fixa	5.252.444	992.343

## 12.2 Acertos a ativos e passivos financeiros por macro-coberturas

De acordo com o explicado na Nota 2.4, nestes epígrafes do balanço consolidado debitam-se ou creditam-se, segundo proceda, os ganhos ou perdas com origem nos câmbios do valor razoável do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros eficazmente cobertos em operações de macro-coberturas de valor razoável.

A seguir apresentam-se os detalhes dos acertos a ativos e passivos financeiros por macro-coberturas em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	<b>Milhares de euros</b>			
	<b>Valor razoável</b>			
	<b>Saldos devedores</b>		<b>Saldos credores</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Empréstimos hipotecários	128.991	40.135	-	-
Passivos financeiros	-	-	6.668	6.474
	<b>128.991</b>	<b>40.135</b>	<b>6.668</b>	<b>6.474</b>

Quanto aos ativos afetos às macro-coberturas, no exercício 2012 Banco Grupo Cajates, S.A.U. subscreveu um contrato de opção sobre taxas de juro, pelo qual durante o período 2013-2026 pagará sobre o notional vigente na cada período a diferença positiva entre a taxa floreo e a taxa Euribor a doze meses (ou zero se dita diferença fosse negativa). O valor notional inicial e máximo da opção atinge 2.672 milhões de euros e cobre o câmbio de valor do floreo implícito nos empréstimos hipotecários em carteira perante variações nas taxas de juro.

O nominal dos passivos financeiros cobertos atinge 117.564 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (456.884 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

### **13. Ativos não correntes em venda**

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos deste epígrafe dos balanços consolidados apresentavam a seguinte composição:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos procedentes de adjudicações	1.001.226	960.342
Outros ativos	80.486	35.162
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>1.081.712</b>	<b>995.504</b>
(Perdas por deterioro)	(349.087)	(352.962)
<b>Total montante líquido</b>	<b>732.625</b>	<b>642.542</b>

O epígrafe "Outros ativos" em 31 de dezembro de 2014 inclui a participação em EBN Banco de Negócios, S.A. Com data 28 de novembro de 2014 e conjuntamente com o resto de acionistas, Ibercaja Banco, S.A. subscreveu um acordo para proceder à venda da totalidade das suas participações em EBN Banco de Negócios, S.A., por um custo de 11.875 milhares de euros, sem que este preço tenha um impacto significativo na conta de resultados da Sociedade. O acordo condicionou-se, em todo o caso, à obtenção das preceptivas autorizações administrativas, pendentes à data de encerramento do exercício.

O movimento tido neste epígrafe do balanço consolidado nos exercícios 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Milhares de euros		
	Ativos procedentes de adjudicações	Outros ativos	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>823.178</b>	<b>23.214</b>	<b>846.392</b>
Incorporação Cajatres (*)	91.433	9.205	100.638
Adições	97.678	-	97.678
Baixas por alienações ou por outros meios	(73.818)	-	(73.818)
Outros transferências e outros movimentos	21.871	2.743	24.614
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>960.342</b>	<b>35.162</b>	<b>995.504</b>
Adições	135.140	-	135.140
Baixas por alienações ou por outros meios	(116.925)	-	(116.925)
Outros transferências e outros movimentos	22.669	45.324	67.993
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.001.226</b>	<b>80.486</b>	<b>1.081.712</b>
<b>Perdas por deterioro</b>			
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>(279.357)</b>	<b>(232)</b>	<b>(279.589)</b>
Incorporação Cajatres (*)	(31.778)	-	(31.778)
Dotação com débito a resultados do exercício	(79.457)	-	(79.457)
Recuperação com crédito a resultados	10.929	-	10.929
Utilizações e outros movimentos	26.933	-	26.933
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(352.730)</b>	<b>(232)</b>	<b>(352.962)</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	(48.089)	-	(48.089)
Recuperação com crédito a resultados	15.387	-	15.387
Utilizações e outros movimentos	38.235	(1.658)	36.577
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(347.197)</b>	<b>(1.890)</b>	<b>(349.087)</b>
<b>Ativo não corrente em venda líquido</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>607.612</b>	<b>34.930</b>	<b>642.542</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>654.029</b>	<b>78.596</b>	<b>732.625</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

O Grupo dispõe de um Plano de realização dos Ativos não correntes em venda que inclui a Política de financiamento em vendas. Dito Plano implica a colaboração da rede de escritórios, de agentes da propriedade imobiliária, a divulgação de informação específica na página site da Sociedade e a existência de uma unidade dedicada à alienação dos ativos adjudicados em troca de dívidas.

Segundo a experiência histórica do Grupo, os ativos não correntes em venda permanecem em balanço um período médio que oscila entre um e três anos. Dado que na sua maior parte se correspondem com ativos imobiliários, o Grupo considera que é possível que parte de ditos ativos permaneçam no seu balanço por um período superior ao que se deriva da sua experiência histórica, dada a situação pela qual atravessa o mercado.

A venda de Ativos não correntes se realiza ao contado, com adiamento por um prazo prudencial preservando os interesses do Grupo mediante as adequadas fórmulas jurídicas, ou com financiamento com garantia hipotecária nas condições habituais para este tipo de operações.

Não existem ganhos pendentes de reconhecer já que as vendas cumprem os seguintes critérios:

- o comprador não está controlado pela entidade vendedora,
- o Grupo não retém vantagens nem riscos, de carácter significativo, relacionados com a propriedade do ativo vendido,
- o Grupo não conserva para si nenhum envolvimento na gestão corrente do ativo, associada com a sua propriedade, e não retém o seu controlo efetivo,
- a percentagem de venda financiado pela entidade ao comprador não excede do que este obterá de uma entidade de crédito não vinculada com o grupo,

- a capacidade de pagamento, presente e futura, do comprador é suficiente para atender o empréstimo, e
- o prazo e as condições de financiamento são similares às concedidas pelo Grupo para o financiamento de aquisições de ativos semelhantes que não são da sua propriedade.

O custo dos empréstimos concedidos durante o exercício para o financiamento de vendas destes ativos é de 51.344 milhares de euros (56.646 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013) e o custo acumulado de empréstimos concedidos é de 248.407 milhares de euros (197.063 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

A 31 de dezembro de 2014 a percentagem média de venda financiado ao comprador é de 67,77% (69,28% em 31 de dezembro de 2013).

O quadro seguinte mostra uma classificação por tipo de ativo dos ativos não correntes em venda. Igualmente indica-se o saldo que foi avaliado por um avaliador independente.

	Milhares de euros			
	Valor contabilístico		Do que: avaliado por avaliador independente	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>1.081.712</b>	<b>995.504</b>	<b>1.013.625</b>	<b>963.226</b>
Residenciais	970.105	921.674	943.447	918.877
Industriais	80.625	54.253	54.262	27.995
Agrícolas	15.916	19.577	15.916	16.354
Outros	15.066	-	-	-

O valor razoável facilitado por avaliadores independentes para os ativos atinge 1.244.072 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (1.040.832 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As avaliações têm um nível 2 na hierarquia de valor razoável.

As avaliações de ativos procedentes de adjudicações foram realizadas em três últimos exercícios por sociedades e agências de avaliação que contam com uma capacidade profissional reconhecida e uma experiência recente na localidade e categoria do ativos objeto de avaliação. A maioria das avaliações foram realizadas por avaliações Hipotecarias, S.A. Gesvalt Sociedad de Tasación, S.A. e UVE Valoraciones, S.A.

Para calcular o valor de mercado dos ativos adquiridos usaram-se diferentes métodos de avaliação segundo a tipologia de ativos. Utilizou-se o método residual para avaliar os solos, o de atualização para ativos em renda e o de comparação para as habitações. As características fundamentais dos métodos são as seguintes:

- **Método Residual:** De acordo com uma projeção dos preços de venda das unidades a construir determina-se o valor de mercado final. A este custo são restados os custos de urbanização, construção, financeiros e a margem industrial do promotor, obtendo-se o preço do solo. Naqueles casos nos que o período de gestão e desenvolvimento seja superior ao tempo médio normal de uma promoção, estima-se um horizonte temporário do projeto, realizando uma atualização dos fluxos de caixa esperados a uma taxa de mercado adequada (método residual dinâmico).
- **Método de Atualização:** Para determinar o valor dos imóveis em renda calcula-se o valor atual segundo a renda de mercado e/ou renda atual, tendo em conta a rentabilidade exigida para a cada tipologia de ativo.
- **Método de Comparação:** Parte do princípio de substituição, pelo que se compara o imóvel a avaliar com outros dos que se conhece o seu valor. A metodologia baseia-se na obtenção de produtos comparáveis homogêneos, tendo em conta operações de compra na zona, ofertas de imóveis similares e as opiniões de outros operadores do mercado imobiliário. Para chegar a um valor definitivo adapta-se o valor obtido às características específicas do imóvel segundo o seu estado físico e estrutural, o desenho e distribuição das superfícies, a situação arrendatícia, a localização e outros fatores (situação urbanística, meio imediato, etc.).

#### **14. Participações**

##### **14.1 Participações em entidades associadas**

A composição dos saldos do epígrafe de participações associadas nos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Instrumentos de capital	118.891	148.496
(Perdas por deterioro)	(1.411)	(1.411)
<b>Total montante líquido</b>	<b>117.480</b>	<b>147.085</b>

O saldo do epígrafe "Participações - Entidades associadas" dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 inclui fundos de maneio associados a estas participações. O detalhe destes fundos de maneio, atendendo à entidade que os originou se apresenta a seguir:

<b>Entidade</b>	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Heraldo de Aragón, S.A.	11.149	15.308
Campusport, S.L.	-	759
CAI Seguros Generales, Seguros y Reaseguros, S.A.	6.699	6.699
	<b>17.848</b>	<b>22.766</b>

A seguir apresenta-se o movimento das perdas por deterioro das entidades associadas durante os exercícios 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Saldo ao início do período</b>	<b>1.411</b>	<b>17.795</b>
<b>Dotações netas (Nota 39)</b>	<b>3.657</b>	<b>19.159</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	5.942	36.626
Recuperação com crédito a resultados do exercício	(2.285)	(17.467)
<b>Recuperação com crédito ao resultado de exercícios anteriores</b>	<b>(1.345)</b>	<b>(13.266)</b>
<b>Utilizações</b>	<b>-</b>	<b>(1.751)</b>
<b>Outros movimentos</b>	<b>(2.312)</b>	<b>(20.526)</b>
<b>Saldo ao final do período</b>	<b>1.411</b>	<b>1.411</b>

#### 14.2 Participações em entidades multi-grupo

Nos Anexos I e II mostra-se um detalhe das participações consideradas multi-grupo pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, junto de diversas informações de carácter relevante sobre as mesmas.

Não existem perdas por deterioro nem fundos de maneiio associados a estas participações.

#### 14.3 Notificações sobre aquisição de participações

Relativamente ao indicado pelo artigo 155º da Lei de Sociedades de Capital, informa-se que durante o exercício não se realizaram aquisições que suponha ultrapassar o 10% de participação em nenhuma sociedade.

#### 15. Ativos por reassseguros

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, a totalidade do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados corresponde-se com a participação em benefícios das apólices reassseguradas.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais deste epígrafe do balanço nos exercícios 2013 e 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>963</b>
Incorporação Cajatres (*)	731
Dotações netas	(480)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.214</b>
Incorporação Caja Badajoz Vida y Pensiones (**)	380
Dotações netas	(30)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.564</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

(\*\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Caja Badajoz Vida e Pensiones, S.A. de Seguros, cuja integração se descreve na Nota 17.1.

## 16. Ativo material

O movimento tido neste epígrafe do balanço consolidado nos exercícios 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Milhares de euros			
	De uso próprio	Investimentos imobiliários	Cedido em arrendamento operativo	Total
<b>Custo</b>				
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>998.384</b>	<b>159.025</b>	<b>24.967</b>	<b>1.182.376</b>
Incorporação Cajatres (*)	750.825	323.666	8.479	1.082.970
Adições	12.446	16.019	4.244	32.709
Baixas por alienações ou por outros meios	(98.434)	(1.157)	(6.755)	(106.346)
Outros transferências e outros movimentos	(64.632)	69.061	-	4.429
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.598.589</b>	<b>566.614</b>	<b>30.935</b>	<b>2.196.138</b>
Adições	14.546	23.005	6.585	44.136
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	(36.002)	(5.616)	(7.110)	(48.728)
Outros transferências e outros movimentos	(140.734)	122.323	(6.043)	(24.454)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.436.399</b>	<b>706.326</b>	<b>24.367</b>	<b>2.167.092</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>(438.846)</b>	<b>(11.668)</b>	<b>(7.678)</b>	<b>(458.192)</b>
Incorporação Cajatres (*)	(327.419)	(50.890)	(6.452)	(384.761)
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	51.062	621	3.594	55.277
Dotações com débito à conta de resultados	(31.098)	(4.994)	(3.827)	(39.919)
Outros transferências e outros movimentos	10.760	(8.263)	-	2.497
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(735.541)</b>	<b>(75.194)</b>	<b>(14.363)</b>	<b>(825.098)</b>
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	23.575	1.493	3.994	29.062
Dotações com débito à conta de resultados	(31.761)	(9.237)	(3.934)	(44.932)
Outros transferências e outros movimentos	35.354	(34.869)	5.893	6.378
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(708.373)</b>	<b>(117.807)</b>	<b>(8.410)</b>	<b>(834.590)</b>
<b>Perdas por deterioro</b>				
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>(329)</b>	<b>(34.454)</b>	<b>(110)</b>	<b>(34.893)</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	(34.569)	-	(34.569)
Dotação com débito a resultados do exercício	(11.521)	(18.090)	-	(29.611)
Recuperação com crédito a resultados	-	953	-	953
Utilizações e outros movimentos	9.460	3.004	(40)	12.424
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(2.390)</b>	<b>(83.156)</b>	<b>(150)</b>	<b>(85.696)</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	(1.916)	(30.503)	-	(32.419)
Recuperação com crédito a resultados	-	224	-	224
Utilizações e outros movimentos	1.163	(4.357)	150	(3.044)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(3.143)</b>	<b>(117.792)</b>	<b>-</b>	<b>(120.935)</b>
<b>Ativo material líquido</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>860.658</b>	<b>408.264</b>	<b>16.422</b>	<b>1.285.344</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>724.883</b>	<b>470.727</b>	<b>15.957</b>	<b>1.211.567</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

O transferência entre ativos materiais de uso próprio e investimentos imobiliários tem-se como, como consequência da fusão entre Ibercaja Banco e Banco Grupo Cajatres descrita na Nota 1.10.3, determinados ativos imobiliários de Banco Grupo Cajatres já não se encontram afetos ao negócio do Grupo e o seu valor se espera recuperar através do aluguer ou a venda.

A 31 de dezembro de 2014 o custo dos ativos materiais em uso totalmente amortizados atinge 224.028 milhares de euros (325.108 em 31 de dezembro de 2013).

Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (que tal como se indica na Nota 1.10.3 fundiram-se durante o exercício 2014) acolheram-se durante o exercício 2013 à possibilidade oferecida pelo artigo 9º da Lei 16/2012 de atualizar o valor fiscal do ativo material, sendo objeto de atualização determinados imóveis de uso próprio e investimentos imobiliários.

O custo da atualização fiscal em Ibercaja Banco, S.A. atingiu 17.888 milhares de euros, gerando uma quota a pagar de 5% de dita atualização, por um custo de 894 milhares de euros. Não obstante, dado que os ativos reavaliados fiscalmente já eram reavaliados contabilisticamente por motivo da primeira aplicação da Circular 4/2004, o incremento do valor contabilístico dos ativos se limitou àqueles ativos nos quais o novo valor fiscal superava o valor contabilístico prévio à atualização, por custo de 2.450 milhares de euros.

Em Banco Grupo Cajatres, S.A.U., o custo da atualização fiscal atingiu 36.094 milhares de euros, gerando uma quota a pagar de 5% de dita atualização, por um custo de 1.805 milhares de euros. Não obstante, dado que os ativos reavaliados fiscalmente já eram reavaliados contabilisticamente no exercício 2010 por motivo da constituição do Sistema Institucional de Proteção que deu origem à Sociedade, não se produziu nenhum incremento no valor contabilístico dos mesmos já que em nenhum caso o novo valor fiscal superava o valor contabilístico prévio à atualização.

Em virtude do artigo 9º da Lei 16/2012, os efeitos da atualização sobre a amortização fiscal de ditos ativos começarão a partir de 1 de janeiro de 2015.

Nas contas anuais do exercício 2013 de ambas entidades se detalham os movimentos sucedidos durante dito exercício na reserva de revalorização da Lei 16/2012. Com motivo da fusão de ditas entidades, que se descreve na Nota 1.10.3, no balanço de Ibercaja Banco reflete-se unicamente a reserva procedente desta entidade (Nota 24). Durante o exercício 2014 esta reserva não experimentou movimentos.

#### 16.1 Ativo material de uso próprio

O detalhe, de acordo com a sua natureza, das rubricas que integram o saldo deste epígrafe do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 2013, sem ter em conta as perdas por deterioro, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Custo	Amortização acumulada	Perdas por deterioro	Saldo líquido
Equipas informáticas e as suas instalações	222.547	(189.007)	-	33.540
Mobiliário, veículos e resto de instalações	467.172	(378.466)	-	88.706
Edifícios	907.843	(168.068)	(2.390)	737.385
Obras em curso	1.027	-	-	1.027
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.598.589</b>	<b>(735.541)</b>	<b>(2.390)</b>	<b>860.658</b>
Equipas informáticas e as suas instalações	232.935	(198.587)	-	34.348
Mobiliário, veículos e resto de instalações	440.429	(366.650)	-	73.779
Edifícios	761.526	(143.136)	(3.143)	615.247
Obras em curso	1.509	-	-	1.509
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.436.399</b>	<b>(708.373)</b>	<b>(3.143)</b>	<b>724.883</b>

Não se receberam durante o exercício 2014 indemnizações de terceiros por deterioro de ativos, não existindo indemnizações pendentes de receber em 31 de dezembro de 2013.

Não existem compromissos significativos de aquisição de ativo material de uso próprio nem restrições à sua titularidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

## 16.2 Investimentos imobiliários

No exercício 2014 os rendimentos por rendas provenientes dos investimentos imobiliários propriedade do Grupo atingiram 12.240 milhares de euros (5.864 milhares de euros em 2013), outras despesas relacionadas com as mesmas atingiram 791 milhares de euros (756 milhares de euros no exercício 2013) e incorreu em despesas de exploração por amortização durante o exercício 2014 por um custo de 9.237 milhares de euros (4.994 milhares de euros no exercício 2013).

75,12% do valor líquido contabilístico dos investimentos imobiliários (81% em 2013) está baseado em avaliações realizadas por peritos com capacidade profissional reconhecida e experiência recente na localidade e categoria dos investimentos imobiliários objeto da avaliação. As avaliações destes imóveis realizaram-se principalmente por TINSA, Tasaciones Inmobiliarias, S.A., General de Valoraciones, S.A. e Gesvalt Sociedade de Tasación, S.A.

Na Nota 13 informa-se sobre os critérios aplicados para determinar o valor razoável destes ativos.

O quadro seguinte mostra uma classificação por tipo de ativo dos investimentos imobiliários. Igualmente indica-se o valor contabilístico (sem considerar as perdas por deterioro) de ditos ativos que foi avaliado por um avaliador independente.

	Milhares de euros			
	valor contabilístico		Do que: avaliado por avaliador independente	
	2014	2013	2014	2013
<b>Investimentos imobiliários</b>	<b>588.519</b>	<b>491.420</b>	<b>442.087</b>	<b>395.622</b>
Residenciais	185.169	112.306	104.152	80.930
Comerciais e industriais	400.125	379.055	337.881	314.638
Agrícolas	3.225	59	54	54

As avaliações indicadas no quadro anterior realizaram-se na sua maioria em 2014 e 2013.

O valor razoável facilitado por avaliadores independentes para os ativos atinge 458.842 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (412.276 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As avaliações têm um nível 2 na hierarquia de valor razoável.

Não existem compromissos significativos para a aquisição ou manutenção de investimentos imobiliários nem restrições à titularidade dos mesmos em 31 de dezembro de 2014.

## 16.3 Outros ativos cedidos em arrendamento operativo

O Grupo inclui neste epígrafe fundamentalmente os ativos afetos a contratos de renting, os quais atingem 15.956 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (14.806 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). No exercício 2014, os rendimentos por rendas provenientes destes ativos atingiram 6.400 milhares de euros (6.277 milhares de euros no exercício 2013) e as despesas de exploração por amortização e outras despesas relacionadas com os mesmos atingiram 3.934 e 1.230 milhares de euros respetivamente (3.827 e 1.239 milhares de euros no exercício 2013).

## 16.4 Perdas por deterioro

Durante o exercício 2014 registaram-se 1.916 milhares de euros de perdas por deterioro de ativos materiais de uso próprio e 30.279 milhares de euros por perdas por deterioro de investimentos imobiliárias (11.521 e 17.137 milhares de euros durante o exercício 2013) (Nota 39).

## 17. Ativo intangível

### 17.1 Fundo de manei

O detalhe das rubricas que integram o saldo deste epígrafe do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

Entidade	Milhares de euros	
	2014	2013
Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (Nota 1.10.2)	128.065	128.065
Tintas Arzubalde, S.L.	-	3.255
Caja Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	16.869	-
	<b>144.934</b>	<b>131.320</b>

O fundo de manei associado à entidade Caja Badajoz Vida y Pensiones, S.A de Seguros surgiu como consequência da aquisição com data 3 de setembro de 2014 de 50% de dita entidade que não era propriedade do Grupo ao encerramento do exercício anterior.

Esta aquisição produziu-se no enquadramento da reordenação do negócio segurador do Grupo, como consequência da tomada de controlo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. que teve lugar no exercício 2013 (Nota 1.10.2).

O balanço de integração de dita sociedade em 31 de agosto de 2014, data de aquisição para efeitos contabilísticos, recolhia um custo de ativos e passivos, avaliados a valor razoável, por custo de 359.317 e 310.622 milhares de euros, respetivamente, não existindo diferenças significativas entre ditos valores razoáveis e os valores contabilísticos prévios.

A contraprestação pelo 50% adquirido atingiu 41.515 milhares de euros, custo determinado em função dos acordos prévios existentes entre o vendedor e Banco Grupo Cajatres, S.A.U. que previam que, em caso que Banco Grupo Cajatres, S.A.U. fora adquirido por outra Entidade, o vendedor teria direito a alienar a sua participação por dito custo.

O valor razoável estimado da participação adquirida de 50% estimou-se em 32.782 milhares de euros. A contabilização desta combinação de negócios supôs o registo de:

- a) Uma perda por indemnização por custo de 8.733 milhares de euros, que se registou na partida "Outros Conceitos" do epígrafe "Outros ónus de exploração" da demonstração de resultados consolidada (Nota 36), por diferença entre o preço pago e o valor razoável da participação adquirida.
- b) Um benefício de 8.434 milhares de euros pela diferença entre o valor razoável da participação prévia e o seu valor contabilístico (24.348 milhares de euros), que se registou no epígrafe "Ganhos (perdas) no cancelamento de ativos não classificados como não correntes em venda" da demonstração de resultados consolidada (Nota 40).
- c) Um fundo de manei por custo de 16.869 milhares de euros, pela diferença entre o valor razoável de 100% da participação (65.564 milhares de euros) e o valor razoável dos ativos e passivos à data de aquisição.
- d) Um benefício por 6.296 milhares de euros correspondente à transferência à conta de resultados dos acertos por avaliação relacionados com ativos financeiros disponíveis para a venda, existentes à data de aquisição, que se registou no epígrafe "Ganhos (perdas) no cancelamento de ativos não classificados como não correntes em venda" da demonstração de resultados consolidada (Nota 40).

Para efeitos da distribuição do fundo de manei à que se refere a Nota 2.16.1, o Grupo considerou que somente existe uma unidade geradora de efetivo coincidente com a totalidade do seu balanço, já que nem o fundo de manei se controla a um nível mais baixo para efeitos de gestão interna nem existem segmentos de exploração diferenciados, de acordo ao indicado na Nota 27.9.

O Grupo calculou ao encerramento do exercício o valor em uso da unidade geradora de efetivo que constitui Ibercaja Banco, concluindo que não existe necessidade de registar nenhum deterioro na mesma.

O valor em uso foi obtido a partir das estimativas de fluxos de efetivo futuros baseadas nas projeções de negócio até ao exercício 2019, calculando para o período restante um valor residual o qual se determinou considerando um fluxo de caixa distribuível de 427.821 milhares de euros e uma taxa de crescimento deste fluxo de 1,65%. Estes fluxos têm-se descontado usando tipos de mercado e acertados ao custo médio de capital, com uma taxa de 10,6%.

Realizou-se uma análise de sensibilidade da avaliação perante variações razoavelmente possíveis na variáveis chave da avaliação (fluxo de caixa distribuível utilizado para calcular o valor terminal, taxa de crescimento a perpetuidade do dito fluxo de caixa e taxa desconto), observando que em nenhum caso estas variações suporiam a necessidade de registar um deterioro no fundo de maneio já que o valor em uso calculado seguiria sendo superior ao valor contabilístico da unidade geradora de efetivo.

A seguir anexa-se um resumo dos critérios principais utilizados no enquadramento do cálculo do valor em uso, que serviram de justificativa das hipóteses chave que determinam o cálculo de dito valor em uso:

▪ Fluxos de caixa estimados a partir do plano de negócio da Entidade

Recuperação moderada da margem de juros e das comissões nos próximos exercícios.

-

Normalização dos resultados de operações financeiras.

Melhora significativa do ratio de eficiência, como consequência do aproveitamento das sinergias derivadas da integração com Banco Grupo Cajatres.

Normalização das provisões por insolvências, considerando o consenso atual das expectativas macroeconómicas.

▪ Taxa de desconto

Esta magnitude baseia-se numa rentabilidade da obrigação espanhola a 10 anos de 4% (contra 2% atual), uma beta do 1,65 (contra 1,45 atual do setor financeiro) e uma prima de risco de mercado de 4%.

▪ Taxa de crescimento a perpetuidade do fluxo de caixa a partir de 2018

A taxa fixou-se num nível por debaixo da previsão do Fundo Monetário Internacional para o crescimento do Produto interno bruto de Espanha no médio prazo.

## 17.2 Outro ativo intangível

O detalhe deste epígrafe é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Custo	Amortização acumulada	Perdas por deterioro	Saldo líquido
Aplicações informáticas	123.438	(104.839)	(5.789)	12.810
Marca comercial (*)	7.500	(750)	-	6.750
Relacionamentos com clientes (Core deposits) de Banco Grupo Cajatres, S.A.U.	45.031	(2.252)	-	42.779
Resto	4.444	(1.427)	-	3.017
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>180.413</b>	<b>(109.268)</b>	<b>(5.789)</b>	<b>65.356</b>
Aplicações informáticas	90.734	(71.399)	(1.671)	17.664
Marca comercial (*)	7.500	(2.250)	-	5.250
Relações com clientes (Core deposits) de Banco Grupo Cajatres, S.A.U.	45.031	(8.139)	-	36.892
Resto	4.345	(1.637)	-	2.708
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>147.610</b>	<b>(83.425)</b>	<b>(1.671)</b>	<b>62.514</b>

(\*) Recolhe o valor estimado das marcas das antigas Caixas de Poupanças que deram origem a Banco Grupo Cajatres S.A. (CAI, Caja Círculo e Caja Badajoz).

O custo dos ativo Relações com clientes de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. recolhe o valor atual líquido que, no momento da aquisição desta entidade, supõe a poupança de custos que os depósitos à vista e a prazo desta entidade representam relativamente a outras fontes de financiamento alternativa.

O movimento tido neste epígrafe do balanço consolidado ao longo dos exercícios 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Milhares de euros				Total
	Aplicações informáticas	Marca comercial	Relações com clientes de Banco Grupo Cajatres	Resto	
<b>Custo</b>					
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>71.665</b>	-	-	-	<b>71.665</b>
Incorporação Cajatres (*)	46.344	7.500	45.031	4.444	103.319
Adições	5.291	-	-	-	5.291
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	-	-	-	-	-
Outros transferências e outros movimentos	138	-	-	-	138
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>123.438</b>	<b>7.500</b>	<b>45.031</b>	<b>4.444</b>	<b>180.413</b>
Adições	11.846	-	-	-	11.846
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	(50.398)	-	-	(99)	(50.497)
Outros transferências e outros movimentos	5.848	-	-	-	5.848
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>90.734</b>	<b>7.500</b>	<b>45.031</b>	<b>4.345</b>	<b>147.610</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	(59.469)	-	-	-	(59.469)
Incorporação Cajatres (*)	(41.112)	-	-	-	(41.112)
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	-	-	-	-	-
Dotações com débito à conta de resultados	(4.258)	(750)	(2.252)	(1.427)	(8.687)
Outros transferências e outros movimentos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(104.839)</b>	<b>(750)</b>	<b>(2.252)</b>	<b>(1.427)</b>	<b>(109.268)</b>
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	41.858	-	-	72	41.930
Dotações com débito à conta de resultados	(6.886)	(1.500)	(5.887)	(282)	(14.555)
Outros transferências e outros movimentos	(1.532)	-	-	-	(1.532)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(71.399)</b>	<b>(2.250)</b>	<b>(8.139)</b>	<b>(1.637)</b>	<b>(83.425)</b>
<b>Perdas por deterioro</b>					
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	(271)	-	-	-	(271)
Incorporação Cajatres (*)	(2.258)	-	-	-	(2.258)
Dotação com débito a resultados do exercício	(3.260)	-	-	-	(3.260)
Recuperação com crédito a resultados do exercício	-	-	-	-	-
Utilizações e outros movimentos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(5.789)</b>	-	-	-	<b>(5.789)</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	-	-	-	-	-
Recuperação com crédito a resultados do exercício	-	-	-	-	-
Utilizações e outros movimentos	4.118	-	-	-	4.118
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.671)</b>	-	-	-	<b>(1.671)</b>
<b>Ativo material líquido</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.810</b>	<b>6.750</b>	<b>42.779</b>	<b>3.017</b>	<b>65.356</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>17.664</b>	<b>5.250</b>	<b>36.892</b>	<b>2.708</b>	<b>62.514</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

A 31 de dezembro de 2014 o custo dos ativos intangíveis em uso totalmente amortizados é de 58.396 milhares de euros (85.966 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

## 18. Resto de ativos

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Periodificações	20.144	24.486
Existências	411.186	495.619
Operações em caminho	3.082	13.159
Resto	22.285	21.742
<b>Total montante ilíquido</b>	<b>456.697</b>	<b>555.006</b>
(Perdas por deterioro)	(178.571)	(230.418)
<b>Total montante líquido</b>	<b>278.126</b>	<b>324.588</b>

Os deterioros detalhados no quadro anterior correspondem-se integralmente com a partida de Existências.

O movimento tido no epígrafe de Existências nos exercícios 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Milhares de euros		
	Ativos procedentes de adjudicações	Outros ativos	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>333.489</b>	<b>105.619</b>	<b>439.108</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	82.741	82.741
Adições	9.334	411	9.745
Cancelamentos por alienações ou por outros meios	-	(12.330)	(12.330)
Outros transferências e outros movimentos	(23.645)	-	(23.645)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>319.178</b>	<b>176.441</b>	<b>495.619</b>
Adições	12.336	229	12.565
Baixas por alienações ou por outros meios	-	(86.647)	(86.647)
Outros transferências e outros movimentos	(10.351)	-	(10.351)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>321.163</b>	<b>90.023</b>	<b>411.186</b>
<b>Perdas por deterioro</b>			
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>(172.287)</b>	<b>(10.303)</b>	<b>(182.590)</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	(53.511)	(53.511)
Dotação com débito a resultados do exercício	(817)	(2.626)	(3.443)
Recuperação com crédito a resultados	3.094	-	3.094
Utilizações e outros movimentos	2.214	3.818	6.032
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(167.796)</b>	<b>(62.622)</b>	<b>(230.418)</b>
Dotação com débito a resultados do exercício	(562)	(2.537)	(3.099)
Recuperação com crédito a resultados	1.842	-	1.842
Utilizações e outros movimentos	236	52.868	53.104
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(166.280)</b>	<b>(12.291)</b>	<b>(178.571)</b>
<b>Existências netas</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>151.382</b>	<b>113.819</b>	<b>265.201</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>154.883</b>	<b>77.732</b>	<b>232.615</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

Dentro do saldo de existências, 321.163 milhares de euros são ativos imobiliários de carácter residencial (489.538 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

As avaliações dos ativos anteriores atualizaram-se principalmente nos três últimos exercícios sendo em todo caso realizadas por peritos com capacidade profissional reconhecida e experiência recente na localidade e categoria do ativo objeto da avaliação. A maioria das valorações foram realizadas por TINSA, Tasaciones Inmobiliarias, S.A., Gesvalt Sociedad de Tasación, S.A. e General de Valoraciones, S.A.

Na Nota 13 informa-se sobre os critérios aplicados para determinar o valor razoável destes ativos.

O detalhe das despesas registadas em relacionamento às existências durante os exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Custo de vendas das existências alienadas durante o exercício (Nota 36)	791	756
Perdas por deterioro de existências (Nota 39)	1.257	349
Rebaixas de valor por deterioro	1.374	390
Reversões de rebaixas de valor por deterioro	(117)	(41)
<b>Total montante líquido</b>	<b>2.048</b>	<b>1.105</b>

### **19.Passivos financeiros a custo amortizado**

A seguir detalham-se as rubricas que integram os saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Depósitos de Bancos centrais (Nota 19.1)	4.848.302	4.855.479
Depósitos de entidades de crédito (Nota 19.2)	3.241.613	4.197.762
Depósitos da clientela (Nota 19.3)	39.868.562	39.991.664
Débitos representados por valores negociáveis (Nota 19.4)	1.631.249	2.995.125
Passivos subordinados (Nota 19.5)	556.574	567.520
Outros passivos financeiros (Nota 19.6)	677.860	474.199
	<b>50.824.160</b>	<b>53.081.749</b>

### **19.1Depósitos de Bancos centrais**

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, atendendo à natureza das operações, indica-se a seguir:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Banco Central Europeu	4.790.000	4.790.000
Acertos por avaliação	58.302	65.479
	<b>4.848.302</b>	<b>4.855.479</b>

A 31 de dezembro de 2014 e 2013 este epígrafe inclui o financiamento obtido do Banco Central Europeu nos leilões extraordinários de liquidez (TLTRO) com vencimento entre 3 e 4 anos.

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2014 foi de 0,17% (0,57% em 31 de dezembro de 2013).

## 19.2 Depósitos de entidades de crédito

A composição dos saldos deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, atendendo à natureza das operações, indica-se a seguir:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>À vista</b>	<b>10.687</b>	<b>135.947</b>
Outras contas	10.687	135.947
<b>A prazo ou com pré-aviso</b>	<b>3.222.764</b>	<b>4.053.850</b>
Contas a prazo	1.078.442	1.255.395
Cessão temporária de ativos	2.131.152	2.788.239
Outras contas	13.170	10.216
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>8.162</b>	<b>7.965</b>
	<b>3.241.613</b>	<b>4.197.762</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2014 foi de 0,67% (0,51% durante o 2013).

Dentro de contas à vista incluem-se os depósitos formalizados pelo líquido dos “repos” tomados e/ou cedidos com a mesma contraparte em base aos acordos de compensação formalizados para as operações de repos ou simultâneas.

A Sociedade não compensou os instrumentos financeiros que dão origem a estes depósitos de garantia, mantendo os ativos e passivos por separado sem registar uma posição líquida, já que não se dão as circunstâncias descritas na Nota 2.7. O detalhe do valor contabilístico dos instrumentos financeiros afetos a estes acordos e os depósitos ativos e passivos que se geram com as contrapartes, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Instrumentos financeiros afetos a acordos de compensação	
	2014	2013
Ativos por repos	6.653	14.098
Passivos por repos	4.467	5.732

	Milhares de euros	
	Depósitos afetos a acordos de compensação por repos	
	2014	2013
Depósitos ativos	4.100	2.500
Depósitos passivos	1.367	11.735

### 19.3 Depósitos da clientela

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, atendendo à situação geográfica, à sua natureza e às contrapartes das operações, indica-se a seguir:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Por situação geográfica</b>		
Espanha	39.727.859	39.843.960
Resto do mundo	140.703	147.704
	<b>39.868.562</b>	<b>39.991.664</b>
<b>Por natureza</b>		
Contas correntes e de poupança	14.991.231	13.971.145
Depósitos a prazo	17.523.987	17.756.465
Cessões temporárias de ativos	1.605.539	2.181.720
Cédulas hipotecárias singulares (Nota 43.1)	5.104.469	5.498.835
Acertos por avaliação	643.336	583.499
	<b>39.868.562</b>	<b>39.991.664</b>
<b>Por contrapartes</b>		
Administrações Públicas residentes	781.634	838.140
Outros setores residentes	38.946.225	39.005.820
Administrações Públicas não residentes	10	10
Outros setores não residentes	140.693	147.694
	<b>39.868.562</b>	<b>39.991.664</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2014 foi de 1,15% (1,20% durante o exercício 2013).

No epígrafe Cédulas hipotecárias (no detalhe por natureza) figuram cédulas hipotecárias singulares emitidas ao abrigo do disposto na Lei 2/1981, de 25 de março, de Regulação do Mercado Hipotecário por custo de 5.104.469 milhares de euros (5.498.835 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). As emissões de cédulas hipotecárias realizaram-se a taxa de juro variável e as emissões a taxa de juro fixa encontram-se cobertas do risco de taxa de juro mediante a contratação de permutas financeiras sobre taxas de juro.

### 19.4 Débitos representados por valores negociáveis

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Pagarés e efeitos	13.752	150.213
Nominal Cédulas hipotecárias (Nota 43.1)	3.930.000	4.430.000
Nominal outros valores associados a ativos financeiros transferidos	1.023.621	1.236.005
Nominal outros valores não convertíveis	11.747	547.140
Valores próprios em carteira	(3.384.878)	(3.436.206)
Acertos por avaliação	37.007	67.973
	<b>1.631.249</b>	<b>2.995.125</b>

O detalhe das emissões de valores associados a ativos financeiros transferidos é o seguinte:

Tipo	Juro nominal	Data emissão	Data vencimento	Nominal emissão	Milhares de euros	
					Montante subscrito	
					2014	2013
Instrumentos de dívida titularização TDA2	Variável	13.10.2005	(*)	904.500	208.457	261.977
Instrumentos de dívida titularização TDA3	Variável	12.05.2006	(*)	1.007.000	226.249	269.008
Instrumentos de dívida titularização TDA4	Variável	18.10.2006	(*)	1.410.500	207.946	268.001
Instrumentos de dívida titularização TDA5	Variável	11.05.2007	(*)	1.207.000	193.557	227.401
Instrumentos de dívida titularização TDA6	Variável	25.06.2008	(*)	1.521.000	21.550	24.042
Instrumentos de dívida titularização TDA ICO-FTVPO	Variável	15.07.2009	(*)	447.200	165.862	185.576
					<b>1.023.621</b>	<b>1.236.005</b>

(\*) Estes instrumentos de dívida são amortizados à medida que se amortizam os empréstimos hipotecários que foram cedidos ao correspondente fundo de titularização.

O detalhe das emissões de outros valores não convertíveis é o seguinte:

Tipo	Juro nominal	Data emissão	Data vencimento	Nominal emissão	Milhares de euros	
					Montante subscrito	
					2014	2013
Instrumentos de dívida simples com aval do Estado	4,44%	04.04.2011	30.07.2014	500.000	-	500.000
Instrumentos de dívida simples	Variável	24.06.2013	29.06.2014	35.393	-	35.393
Instrumentos de dívida simples	Variável	24.06.2013	25.05.2016	10.508	10.508	10.508
Instrumentos de dívida simples	Variável	10.07.2013	25.05.2016	1.239	1.239	1.239
					<b>11.747</b>	<b>547.140</b>

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2014 foi de 1,06% (2,35% durante o exercício 2013).

#### 19.5 Passivos subordinados

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Nominal valores subordinados	142.246	153.071
Nominal participações preferentes	5.233	5.350
Obrigações convertíveis contingentes (Nota 1.10.1.4)	407.000	407.000
Acertos por avaliação	2.095	2.099
	<b>556.574</b>	<b>567.520</b>

Os 5.233 milhares de euros de participações preferentes correspondem ao saldo vivo de uma emissão realizada em 2006 por um montante nominal de 150.000 milhares de euros, por tempo indefinido e a taxa de juro de Euribor a mais três meses um diferencial de 113 pontos básicos, podendo ser amortizadas a vontade da Sociedade, prévia autorização do Banco de Espanha, uma vez decorra 10 anos desde a data de emissão. Se não se exerce o direito de amortização antecipada, a taxa de juro nominal anual variável da emissão ver-se-á incrementado desde essa data doravante em 100 pontos básicos.

O detalhe da cada uma das emissões de valores subordinados é o seguinte:

Emissão	Juro nominal	Vencimento	Milhares de euros	
			Montante nominal	
			2014	2013
20 de abril de 2006	Variável	20 de abril de 2018	62.433	62.468

25 de abril de 2007	Variável	25 de abril de 2019	79.765	90.504
28 de fevereiro de 2007	Variável	28 de fevereiro de 2019	-	50
18 de outubro de 2001	Misto	18 de outubro de 2021	18	18
15 de junho de 2007	Misto	15 de junho de 2022	30	31
			<b>142.246</b>	<b>153.071</b>

Dado que as emissões principais têm fixado o seu vencimento entre os exercícios 2018 e 2019, a Sociedade reserva-se o direito a amortizá-las passados 7 anos, com possibilidade de reduzir dito prazo a 5 anos mediante acordo da Assembleia de Obrigacionistas, desde a data de emissão e prévia autorização de Banco de Espanha. Estas emissões têm o carácter de subordinadas e, para efeitos da prelação de créditos, situam-se por trás de todos os credores comuns.

As emissões de participações preferentes e instrumentos de dívida subordinados contam com a autorização de Banco de Espanha para a sua classificação como recursos próprios computáveis de primeira e segunda categoria respetivamente.

Os juros adquiridos pendentes de pagamento pelos passivos subordinados atingem 36.981 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (17.805 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

A taxa de juro efetiva média dos instrumentos de dívida classificados neste epígrafe durante o exercício 2014 foi de 6,62% (5,03% durante o exercício 2013).

#### 19.6 Outros passivos financeiros

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Obrigações a pagar	161.498	56.305
Fianças recebidas	1.537	16
Contas de arrecadação	319.212	140.819
Contas especiais	37.700	30.634
Garantias financeiras	1.414	3.333
Outros conceitos	156.499	243.092
	<b>677.860</b>	<b>474.199</b>

#### 19.7 Informação sobre os adiamentos de pagamento efetuados a fornecedores. Disposição adicional terceira. «Dever de informação» da Lei 15/2010, de 5 de julho

A seguir oferece-se a seguinte informação sobre os pagamentos realizados e pendentes de pagamento a fornecedores:

	Milhares de euros		%	
	2014	2013	2014	2013
Dentro do prazo máximo legal	330.215	268.854	96%	93%
Resto	13.119	18.984	4%	7%
<b>Total pagamentos do exercício</b>	<b>343.334</b>	<b>287.838</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Prazo médio ponderado excedido de pagamentos (dias)*</b>	<b>43</b>	<b>73</b>		
<b>Adiamentos que à data de encerramento ultrapassam o prazo máximo legal</b>	<b>1.784</b>	<b>7.630</b>		

\*O limite legal é de 60 dias.

#### 20. Passivos por contratos de seguros

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Provisões Técnicas para:</b>		
Seguros de vida:	6.814.418	6.204.847
<i>Primas não consumidas e riscos em curso</i>	16.259	13.869

<i>Provisões matemáticas</i>	6.798.159	6.190.978
Prestações pendentes de pagamento	45.172	39.457
Participação em benefícios e estornos	18.440	14.622
Seguros de vida quando o risco do investimento o assumem os tomadores	225.487	74.717
	<b>7.103.517</b>	<b>6.333.643</b>

Não existem reaseguros aceites em 31 de dezembro de 2014 nem em 31 de dezembro de 2013.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais deste epígrafe do balanço nos exercícios 2013 e 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.865.039</b>
Incorporação Cajatres (*)	1.076.380
Dotações líquidas	330.748
Outros movimentos	61.476
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>6.333.643</b>
Incorporação Caja Badajoz Vida y Pensiones (**)	289.704
Dotações líquidas	67.447
Outros movimentos	412.723
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.103.517</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

(\*\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Caja Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros, cuja integração se descreve na Nota 17.1.

## 20.1 Gestão de riscos por contratos de seguros

Os riscos nos que incorre o Grupo pelos contratos de seguro que subscreve e as suas operações vinculadas são o de mercado (taxa de juro, concentração, spread e renda variável), contraparte, operacional e assinatura vida.

Os riscos de mercado, contraparte e operacional desta atividade são geridos homogeneamente em todo o grupo Ibercaja de acordo com o indicado na Nota 3 Gestão do risco. O risco próprio da atividade de seguros é o de assinatura vida, que deriva de um possível incremento no valor dos passivos como consequência de um não cumprimento da hipótese sob as quais foram contratadas as apólices e engloba uma série de riscos, sendo os mais significativos os que se detalham a seguir:

- Risco de longevidade: derivado de variações adversas no cumprimento da tabela de mortalidade (risco de sobrevivência). Não é significativo na contratação de seguros de rendas vitalícias e apólices de passivos geridas pela Asseguradora. No que diz respeito ao risco de longevidade, realiza-se um seguimento mensal do resultado técnico das carteiras afetadas, analisando que parte deste resultado se vê afetado pelo risco de sobrevivência.

- Risco de queda: indica-nos a sensibilidade do valor dos passivos face a variações nas taxas de resgate; o seu impacto está associado à volatilidade do negócio de poupança. Realiza-se um seguimento da evolução histórica do nível de resgates, tendo em conta a experiência de anos anteriores. As hipóteses obtidas de ditas análises consideram-se na obtenção de passivos para o casamento de fluxos (gestão conjunta de ativo e passivo), para que estes sejam o mais conformes à realidade em cada momento. Deste modo comprova-se que os fluxos esperados dos ativos são suficientes em tempo e quantia para atender os compromissos futuros previstos.

- Risco de mortalidade: indica-nos a sensibilidade do valor dos passivos face a variações adversas porque a sinistralidade se situe acima do previsto. O seu impacto deriva da contratação de seguros de vida-risco e para gerir este risco, existe um sistema de tarificação em função das características pessoais de cada assegurado. Este sistema é revisado periodicamente por uma Unidade de Controlo e está aceite pelas companhias de reaseguro.

Igualmente, para o controlo e seguimento do risco de mortalidade, a companhia realiza uma revisão mensal da sinistralidade associada à cada produto comercializado, bem como da incidência desta variável sobre a conta de resultados da cada produto.

Com independência da tabela de mortalidade aplicada para o cálculo da prima, que depende do tipo de produto, data de início de comercialização ou outras aspetos, são considerados como referência para a comparação que se realiza no quadro seguinte as tabelas de mortalidade PERM/F-2000P, que foram aprovadas pela Resolução de 3 de outubro de 2000 da Direção-geral de Seguros e Fundos de Pensões pela que se dá cumprimento ao previsto no número 5 da disposição transitória segunda do Regulamento de Ordenação e Superintendência dos Seguros Privados.

A seguir informa-se da evolução da sinistralidade do seguro direto vida e a sua comparação com a sinistralidade esperada.

	Seguros de vida aforro		Rendas vitalícias		Seguros unit linked		Seguros vida-risco individual		Total seguros de vida	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Carteira a 31 de dezembro (nº de contratos)	420.878	377.120	50.384	46.457	22.077	10.059	341.277	313.041	834.616	746.677
Nº sinistros esperados	1.788	1.563	2.105	1.947	312	70	495	410	4.700	3.990
Nº sinistros reais	971	917	1.863	1.635	337	54	365	319	3.536	2.925
Percentagem (reais / esperados)	54,32%	58,67%	88,50%	83,98%	108,18%	77,14%	73,75%	77,80%	75,23%	73,31%

As companhias seguradoras estabelecem uma política de cessão de riscos a companhias reaseguradoras líderes no setor que mitiga, tanto o risco por dispersão de capitais assegurados, como o agregado de sinistralidade derivada de um mesmo acontecimento, realizando uma revisão da política de reaseguro anualmente.

## 20.2 Classificação do risco de seguros

A seguir expõem-se prima-las emitidas classificadas em função de diferentes características:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Primas seguros de vida-risco	55.091	43.612
Primas seguros de poupança	1.053.898	988.506
	<b>1.108.989</b>	<b>1.032.118</b>
Primas por contratos individuais	1.101.059	1.019.112
Primas por contratos de seguros coletivos	7.930	13.006
	<b>1.108.989</b>	<b>1.032.118</b>
Primas periódicas	426.207	330.693
Primas únicas	682.782	701.425
	<b>1.108.989</b>	<b>1.032.118</b>
Primas de contratos sem participação em benefícios	1.066.400	1.017.120
Primas de contratos com participação em benefícios	40.206	12.568
Primas de contratos em que o risco de investimento é do tomador do seguro	2.383	2.430
	<b>1.108.989</b>	<b>1.032.118</b>

As primas por contratos de seguros detalhadas no quadro anterior apresentam-se na conta de resultados dentro do epígrafe "Rendimentos de contratos de seguros e reaseguros", o qual atinge 1.112.826 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (1.037.490 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Neste epígrafe regista-se adicionalmente um custo de rendimentos por reaseguro de 3.837 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (5.372 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com os critérios expressos pela Direcção-geral de Seguros assinalam-se como individuais aqueles seguros nos quais, pese a estar formalizados sobre uma apólice coletiva, as obrigações de pagamento de prima e os direitos inerentes, correspondem ao assegurado. A totalidade da carteira de primas foi contratada em território espanhol.

As despesas de contratos de seguros e reaseguros que figuram na conta de resultados do exercício 2014, por custo de 1.113.735 milhares de euros, (1.046.420 milhares de euros no exercício 2013) estão relacionados com as dotações às provisões técnicas associadas a ditos contratos.

## 20.3 Sensibilidade ao risco de seguro

Periodicamente o Grupo realiza análise de sensibilidade stressando cada um dos componentes de risco da sua carteira de maneira isolada, que afetam tanto ao ativo como ao passivo, seguindo a metodologia de Solvência II.

Os fluxos de ativos e passivos são descontados à curva euroswap em 31 de dezembro de 2014 e o impacto que produz uma variação da curva de taxas de juro é o seguinte:

- Um aumento paralelo de 50 pontos básicos na curva de desconto, supõe uma redução de 1,92% do valor do ativo e de 4,43% do valor do passivo.
- Uma diminuição paralela de 50 pontos básicos na curva de desconto, supõe um aumento de 1,66% do valor do ativo e de 4,62% do valor do passivo.

Dado que a maioria das carteiras das Asseguradoras estão imunizadas, e tendo em conta a sua classificação para efeitos contabilísticos, um câmbio na estrutura de taxas de juro tanto na subida como na descida, não têm efeito significativo na conta de resultados.

## 21. Provisões

A seguir mostram-se os movimentos dos exercícios 2014 e 2013 e a finalidade das provisões registadas nos epígrafes dos balanços consolidados em 31 de dezembro dos exercícios 2014 e 2013:

	Milhares de euros			
	Fundos para pensões e obrigações similares	Provisões para impostos e outras contingências legais	Provisões para riscos e compromissos contingentes	Outras provisões
<b>Saldos ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>111.840</b>	<b>5.798</b>	<b>7.723</b>	<b>34.073</b>
Incorporação Cajatres (*)	99.475	492	10.267	73.231
Dotação com débito a resultados				
Juros e ónus assimilados	281	-	-	-
Dotações a provisões e outros	1.558	-	10.864	-
Reversão de provisões com crédito a resultados	(697)	(112)	(6.520)	(47.912)
Provisões utilizadas	(35.869)	-	(2)	(2.468)
Transferências (Nota 37.2)	(21.872)	-	-	21.872
Outros movimentos	(2.449)	(229)	50	2.427
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>152.267</b>	<b>5.949</b>	<b>22.382</b>	<b>81.223</b>
Dotação com débito a resultados				
Juros e ónus assimilados	196	-	-	-
Dotações a provisões e outros	574	6.070	10.653	18.603
Despesas de pessoal (Nota 37)	-	-	-	77.390
Reversão de provisões com crédito a resultados	(1.828)	-	(7.717)	(20.543)
Provisões utilizadas	(11.867)	(909)	-	(13.579)
Outros movimentos	33.413	(803)	709	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>172.755</b>	<b>10.307</b>	<b>26.027</b>	<b>143.094</b>

(\*) Montantes derivados da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

O epígrafe de “Provisões – Provisões para riscos e compromissos contingentes” recolhe as perdas por deterioro associadas às garantias financeiras concedidas pela Sociedade (Nota 27.1).

A parte mais relevante do saldo existente no epígrafe “Outras provisões” em 31 de dezembro de 2014 corresponde-se com o custo laboral dos expedientes de regulação de emprego dos exercícios 2013, 2014 e 2015 pendente de desembolso (96.402 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014; Nota 37). O resto do saldo corresponde-se com a cobertura de outros riscos ordinários do negócio da Sociedade.

Conforme se descreve na Nota 2.13, o Grupo tem assumidos com o pessoal determinados compromissos pós-emprego. A seguir detalham-se os mencionados compromissos por pensões e as retribuições em longo prazo, que se encontram registados como provisões no balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Passivo		
Pré-reformas acordo laboral	2.168	6.066
Prestações pós-emprego exteriorizadas	156.638	125.428
Prestações pós-emprego não exteriorizadas	7.018	6.275
Fundo custo laboral do Plano de reestruturação (Notas 1.10.1.2 e 37.2)	6.931	14.498
	<b>172.755</b>	<b>152.267</b>

O detalhe do saldo do passivo líquido em Balanço correspondente a planos de prestação definida é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Obrigações em Balanço para:		
Retribuições pós-emprego (Nota 37.2)	(37.841)	2.479
Outras retribuições em longo prazo – pré-reformado (Nota 37.3)	(9.099)	(20.564)
Outras retribuições em longo prazo – resto	-	-
<b>(Deficit) / Superavit</b>	<b>(46.940)</b>	<b>(18.085)</b>
Impacto do limite do ativo	(2.041)	-
Passivo líquido em balanço:	<b>(48.981)</b>	<b>(18.085)</b>
Ativos vinculados a pensões (*)	119.569	124.285
Ativo líquido por pensões (**)	4.205	9.897
(Provisão) líquido por pensões	(172.755)	(152.267)

(\*) Ativos financeiros na filial Ibercaja Vida, S.A.

(\*\*) Montante registado no epígrafe "Resto de ativos" do ativo do balanço consolidado.

Os custos registados na demonstração de resultados de prestações ao pessoal são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Planos de prestação definida	(3.434)	(1.484)
Contribuições a planos de contribuição definida	(1.978)	(3.728)
Juros e ónus assimilados	114	555
Dotações a provisões	1.254	(861)
Perdas / ganhos atuariais de prestações em longo prazo ao pessoal	-	(92)
	<b>(4.044)</b>	<b>(5.610)</b>

Os montantes reconhecidos no estado de variações do património:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Perdas / ganhos atuariais de retribuições pós-emprego	(38.932)	884
Limitação ao ativo	224	-
	<b>(38.708)</b>	<b>884</b>

A seguir detalham-se as principais hipóteses financeiro-atuariais utilizadas na avaliação dos compromissos:

	2014	2013
Taxa de juro técnica	0,32% - 4,00%	0,77% - 3,15%
Rentabilidade esperada dos ativos	0,32% - 4,00%	0,87% - 3,15%
Taxa anual de revisão de pensões	1,00% - 2,00%	1,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,00%	2,00% (1,00% pré-reformados)
Crescimento Bases Cotação Segurança Social	1,00%	5% em 2014; 1,00% resto
Idade de aposentação	60 - 67 anos e pactuadas	60 - 65 e idade pactuada
Tabelas de invalidez	75% Taxas Inv. Seg. Social	75% Taxas Inval. Seg. Social
Tabelas de mortalidade	PER 2000P - PER 2000C	PER 2000P - PER 2000C
Esperança de vida		
Pessoas que se aposentam exercício 2014/2013		
Homens	21,94	22,31
Mulheres	26,43	26,80
Pessoas que se aposentam exercício 2034/2033		
Homens	24,29	24,67
Mulheres	28,64	29,04

As taxas de juro técnicas consideradas para a atualização dos fluxos de prestações são aplicadas em função da duração da cada compromisso e a curva de referência foi determinada tomando como referência instrumentos de dívida corporativos de alta qualidade creditícia AA emitidos na mesma moeda e no prazo de pagamento estimado para o pagamento das prestações na data em que se referem os estados financeiros. A metodologia seguida para a construção da curva do tipo de desconto está baseada em Euro-Denominated Corporate bonds de alta qualidade (AA) da zona euro selecionados tomando como refere dados de Bloomberg como fonte principal.

A duração média ponderada das obrigações pós-emprego é de 10,98 anos e a taxa de desconto média ponderada foi de 1,69%.

## **22. Resto de passivos**

A composição do saldo deste epígrafe dos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Periodificação de despesas de pessoal	26.464	36.466
Operações em caminho	2.396	3.301
Resto	118.838	74.063
	<b>147.698</b>	<b>113.830</b>

## **23. Acertos por avaliação**

### **23.1 Ativos financeiros disponíveis para a venda**

Este epígrafe dos balanços consolidados recolhe o montante líquido das variações do valor razoável dos ativos classificados como disponíveis para a venda que, conforme ao disposto na Nota 2, devem classificar-se como parte integrante do património consolidado do Grupo, líquido do correspondente efeito impositivo (cujo movimento figura detalhado na Nota 25.4), variações que se registam nas demonstrações de resultados quando tem lugar a venda dos ativos nos que têm a sua origem ou quando se produz o deterioro dos mesmos.

O detalhe de acertos por avaliação, líquidos de efeito impositivo, e as hierarquias de valor razoável (detalhadas na Nota 26) é o seguinte:

	Milhares de euros				
	2014				
	Acertos por avaliação	Valor razoável	Hierarquia valor razoável		
Nível 1			Nível 2	Nível 3	
Instrumentos de património cotados	5.161	258.737	258.737	-	-
Instrumentos de património não cotados	40.109	171.117	-	-	171.117
Renda fixa cotada	626.863	14.253.973	13.907.991	345.982	-
<b>Total</b>	<b>672.133</b>	<b>14.683.827</b>	<b>14.166.728</b>	<b>345.982</b>	<b>171.117</b>

	Milhares de euros				
	2013				
	Acertos por avaliação	Valor razoável	Hierarquia valor razoável		
Nível 1			Nível 2	Nível 3	
Instrumentos de património cotados	(25.338)	244.199	244.199	-	-
Instrumentos de património não cotados	40.797	200.636	-	-	200.636
Renda fixa cotada	225.510	6.686.937	6.441.601	245.336	-
<b>Total</b>	<b>240.969</b>	<b>7.131.772</b>	<b>6.685.800</b>	<b>245.336</b>	<b>200.636</b>

### 23.2 Resto de acertos por avaliação

Os acertos por avaliação correspondem-se na sua prática totalidade com correções de assimetrias contabilísticas (Nota 2.19).

### 24. Fundos próprios e interesses minoritários

#### 24.1 Fundos próprios

O detalhe dos fundos próprios em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Capital	2.611.730	2.611.730
Reservas	(244.024)	(140.506)
<i>Reserva legal</i>	5.427	5.427
<i>Reservas de revalorização</i>	3.304	3.306
<i>Reservas de entidades avaliadas pelo método da participação</i>	(82.987)	(59.222)
<i>Resto de reservas</i>	(169.768)	(90.017)
Resultado do exercício	150.653	(67.684)
<b>Total</b>	<b>2.518.359</b>	<b>2.403.540</b>

##### 24.1.1 Capital

A 31 de dezembro de 2014 o capital social está constituído por 2.611.730.000 ações (2.611.730.000 ações em 31 de dezembro de 2013), com valor nominal de um euro a cada uma, pertencentes a uma única classe e série. As ações do Banco estão representadas por títulos nominativos.

A seguir detalham-se os acionistas de Ibercaja Banco, S.A.:

	Milhares de euros	
	31/12/2014	31/12/2013
Fundación Bancaria Ibercaja	87,80%	87,80%
Fundación Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón	4,85%	4,85%
Caja Círculo Fundación Bancaria	3,45%	3,45%
Fundación Ordinaria Caja Badajoz	3,90%	3,90%

##### 24.1.2 Reservas

No Anexo II inclui-se o detalhe por sociedades que geram o saldo do epígrafe "Reservas acumuladas" e "Reservas de entidades avaliadas pelo método da participação".

## 24.2 Interesses minoritários

A seguir apresenta-se o movimento dos exercícios 2014 e 2013 dos interesses minoritários, detalhado para cada sociedade dependente que conforma o saldo:

Movimento do exercício 2014:

Entidade	Milhares de euros					
	Saldo ao 01.01.14	Aumentos de participação	Reduções de participação	Resultado atribuído	Outras variações de património	Saldo em 31.12.14
Agencia de Viajes de la Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.	(57)	-	-	1	51	(5)
Arcai Inmuebles, S.A.	(2)	-	2	-	-	-
Dopar, S.L.	105	-	-	4	6	115
Enclama, S.L.	96	-	-	50	6	152
Gestora Valle de Tena, S.A.	70	(63)	-	-	(7)	-
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	1.942	-	-	9	(1.666)	285
Interchip, S.A.	(8)	-	(7)	15	-	-
Tintas Arzubialde, S.L.	53	-	(13)	(40)	-	-
Viajes Caja Círculo, S.A.	(185)	-	-	32	133	(20)
<b>Total</b>	<b>2.014</b>	<b>(63)</b>	<b>(18)</b>	<b>71</b>	<b>(1.477)</b>	<b>527</b>

Movimento do exercício 2013:

Entidade	Milhares de euros						
	Saldo ao 01.01.13	Incorporação Cajatres (*)	Aumentos de participação	Reduções de participação	Resultado atribuído	Outras variações de património	Saldo em 31.12.13
Agencia de Viajes de la Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.	-	10	-	(12)	(55)	-	(57)
Arcai Inmuebles, S.A.	-	(33.168)	34.603	-	(1.435)	(2)	(2)
Comercial Logística Calamocha, S.A.	(698)	-	-	982	(284)	-	-
Dopar, S.L.	-	-	105	-	-	-	105
Enclama, S.L.	-	-	96	-	-	-	96
Gestora Valle de Tena, S.A.	67	-	-	-	3	-	70
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	1.088	-	-	-	(53)	907	1.942
Interchip, S.A.	-	19	-	(11)	(16)	-	(8)
Jamcal Alimentación, S.A.	4.839	-	-	(4.877)	38	-	-
Tintas Arzubialde, S.L.	-	(88)	151	-	(10)	-	53
Viajes Caja Círculo, S.A.	-	(91)	-	(36)	(58)	-	(185)
<b>Total</b>	<b>5.296</b>	<b>(33.318)</b>	<b>34.955</b>	<b>(3.954)</b>	<b>(1.870)</b>	<b>905</b>	<b>2.014</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

Anexa-se a informação financeira mais relevante das sociedades que compõem os interesses minoritários em 31 de dezembro de 2014:

Entidade	Milhares de euros			
	Ativos	Passivos	Resultado após impostos	Fluxo de caixa
Agencia de Viajes de Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.	120	8	6	35
Dopar, S.L.	552	210	119	237
Enclama, S.L.	378	123	10	52
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	65.307	60.331	117	1.353
Viajes Caja Círculo, S.A.	126	13	187	33

Anexa-se a informação financeira mais relevante das sociedades que compõem os interesses minoritários em 31 de dezembro de 2013:

Entidade	Milhares de euros			
	Ativos	Passivos	Resultado após impostos	Fluxo de caixa
Agencia de Viajes de Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.	41	45	(273)	-
Arcai Inmuebles, S.A.	30.250	111.561	(5.518)	56
Dopar, S.L.	442	197	(14)	-
Enclama, S.L.	490	266	40	-
Gestora Valle de Tena, S.A.	1.039	204	29	52
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	73.592	64.177	(714)	(1.644)
Interchip, S.A.	657	559	10	-
Tintas Arzubialde, S.L.	12.313	11.889	25	3
Viajes Caja Círculo, S.A.	35	167	(575)	-

## **25.Situação fiscal**

### **25.1 Grupo Fiscal Consolidado**

No enquadramento do processo de segregação, e de acordo com o regulamento aplicável, em 2011 Ibercaja Banco e a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja (agora Fundación Bancaria Ibercaja) decidiram formar Grupo Fiscal Consolidado para o Imposto sobre Pessoas Coletivas (nº 579/11). No exercício 2012, incorporou-se a este regime o resto de sociedades do Grupo que se podiam acolher. Pelo que a liquidação com a Administração tributária pelo Imposto sobre Pessoas Coletivas é realizada em base consolidada.

Por outra parte, Banco Grupo Cajatres foi a entidade dominante do Grupo nº 415/11 de Consolidação fiscal pelo Imposto sobre Pessoas Coletivas. Como consequência da troca de valores de julho de 2013 pelo que Ibercaja Banco adquiriu o controlo de Banco Grupo Cajatres, ficaram excluídas do regime de consolidação fiscal as três caixas de aforros que foram os seus acionistas originais, e Banco Grupo Cajatres deixou de cumprir os requisitos para ser a entidade dominante de dito Grupo. Como resultado, Banco Grupo Cajatres e as sociedades participadas por este que cumprem os requisitos para isso ficaram incluídos a partir do período impositivo iniciado o 1 de janeiro de 2014 no Grupo de Consolidação fiscal cuja entidade dominante é a Fundación Bancaria Ibercaja (dantes, Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja).

Igualmente, Fundación Bancaria Ibercaja é a entidade dominante do Grupo de IVA (nº 78/11), no que estão integradas todas as sociedades do grupo que cumprem os requisitos para isso e que adotaram voluntariamente o correspondente acordo de incorporação.

### **25.2 Exercícios sujeitos a inspeção fiscal**

Ibercaja Banco constituiu-se em 2011 com motivo da segregação para o exercício indireto da atividade financeira de Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja. Ao adquirir em bloco todo o património efetivamente segregado, assumiu todas as obrigações e ficou sub-rogada nos direitos e relacionamentos que estejam vinculados a dito património, incluídos os de carácter tributário.

Neste sentido, estão abertos a revisão pelas autoridades fiscais os exercícios 2010 e seguintes do Imposto sobre Pessoas Coletivas de Fundación Bancaria Ibercaja; e para o resto de entidades do Grupo, os exercícios fechados de 2010 e seguintes. Para o resto de tributos, são suscetíveis de inspeção os períodos posteriores a dezembro de 2010.

Em 2014 as autoridades fiscais completaram atuações de inspeção de carácter geral no que diz respeito à Caja de Ahorros y Monte de Piedad Aragón y Rioja relativamente o Imposto sobre Pessoas Coletivas dos exercícios 2005 a 2008 e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (doravante, IVA) e Retenções desde junho de 2009 a dezembro de 2010. Igualmente, finalizaram as atuações inspetoras da Ibercaja Vida (Imposto sobre Pessoas Coletivas pelos exercícios 2008 a 2011, e para os períodos de junho de 2009 a dezembro de 2011 por IVA, Imposto sobre Primas de Seguros, e retenções sobre rendas do trabalho, profissionais e não residentes). As atas assinadas em ambos casos foram devidamente contabilizadas e liquidadas, sem que tenham suposto perdas significativas. Por outra parte, a 31 de dezembro de 2014 continuam o seu curso as atuações respeito de Cerro Murillo (Imposto sobre Pessoas Coletivas dos exercícios 2009 a 2011, e IVA de janeiro de 2010 a dezembro de 2011), e Residencial Murillo (Imposto sobre Pessoas Coletivas de 2009 a 2011 e IVA do 2º ao 4º trimestre de 2011).

Ao adquirir em bloco Banco Grupo Cajatres, S.A. o património efetivamente segregado de Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, Caja de Ahorros y Monte de Piedad del Círculo Católico de Operarios de Burgos, e Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz, assumiu todas as obrigações e ficou subrogado no exercício de todos os direitos e ações integrados no referido património que correspondem a ditas entidades. Em 2014 completaram-se as atuações inspetoras da Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, sem que das atas assinadas se derivem perdas significativas, se tendo registado e atendido devidamente o seu pagamento. Ademais, Caja de Ahorros y Monte de Piedad del Círculo Católico de Operarios de Burgos, a 31 de dezembro de 2014 segue sendo objeto de Inspeção pelo Imposto sobre Pessoas Coletivas dos exercícios 2008 a 2010, e por outros tributos dos períodos a partir de junho de 2009. Pela parte de Monte de Piedad y Caja General de Ahorros de Badajoz estão abertos a revisão os exercícios 2010 e seguintes pelo Imposto sobre Pessoas Coletivas, e para o resto de tributos, os períodos posteriores a dezembro de 2010.

Também para as sociedades do grupo CAI Inmuebles, S.A., CAI División de Servicios Generales, S.L. e CAI Vida y Pensiones Seguros e Reaseguros, S.A. completaram-se atuações de inspeção pelo Imposto sobre Pessoas Coletivas dos exercícios 2008 a 2010, e por outros tributos de períodos a partir de junho de 2009. Igualmente, para ARCAI Inmuebles (Imposto sobre Pessoas Coletivas dos exercícios 2009 a 2011, e IVA de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011) e para Inmobiliaria Impulso XXI (Imposto sobre Pessoas Coletivas de 2010 e 2011, e IVA pelos períodos trimestrais de 2010, 2011 e 2012). Relativamente ao resto de entidades do grupo, estão abertos a revisão os exercícios 2010 e seguintes por Imposto sobre Pessoas Coletivas. Para o resto de tributos, são suscetíveis de inspeção os períodos posteriores a dezembro de 2010.

Devido a possíveis interpretações diferentes do regulamento fiscal aplicável, poderiam existir determinados passivos fiscais de carácter contingente que não são suscetíveis de quantificação objetiva. No entanto, em opinião do Conselho de Administração e da Direção do Grupo, a dívida tributária que deles se pudesse derivar não afetaria significativamente à situação financeiro-patrimonial e aos resultados do Grupo.

### 25.3 Conciliação dos resultados contabilística e fiscal

A seguir apresenta-se a conciliação entre o resultado consolidado dantes de impostos dos exercícios 2014 e 2013 e a despesa por Imposto sobre lucros:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Resultado consolidado antes de impostos</b>	<b>215.106</b>	<b>(123.881)</b>
Imposto sobre lucros à taxa impositiva geral	64.532	(37.165)
Efeito das diferenças permanentes	(1.587)	(1.328)
Outros acertos do processo de consolidação	4.635	(10.390)
Deduções e bonificações na quota	(3.495)	(5.419)
<b>Despesa do exercício por imposto sobre lucros</b>	<b>64.085</b>	<b>(54.302)</b>
Acertos na despesa do imposto de exercícios anteriores	297	(25)
<b>Total despesa por imposto sobre lucros</b>	<b>64.382</b>	<b>(54.327)</b>

A despesa do exercício por imposto sobre lucros e o acerto na despesa de imposto sobre sociedades correspondente ao negócio em Portugal atinge 291 milhares de euros e 4 milhares de euros respetivamente.

A despesa por imposto sobre sociedades reduziu-se no exercício 2014 num montante de 33.037 milhares de euros como consequência dos impostos diferidos relacionados com o nascimento e reversão de diferenças temporárias (redução de 113.481 milhares de euros no exercício 2013).

No exercício 2014 produziram-se rendas suscetíveis de acolher à dedução por reinvestimento de benefícios extraordinários, tendo-se completado o compromisso de reinvestimento da citada dedução. No seguinte quadro detalham-se os benefícios extraordinários acolhidos à mesma:

Ano obtenção rende	Milhares de euros	
	Rende acolhimento	Ano de materialização reinvestimento
1998	3.498	2001
1999	190	2001
2001	6.001	2002
2002	6.017	2002
2003	4.181	2003
2004	6.707	2004
2005	4.486	2007
2006	14.633	2005-2007
2007	3.380	2007
2008	101.953	2007-2011
2009	1.598	2008-2012
2010	4.403	2009-2010
2011	17.729	2010-2011
2012	1.406	2012
2013	1.165	2012-2013
2014 (previsão)	5.652	2013-2014

Nota: os dados de 2010 e anos anteriores referem-se a operações da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja (agora, Fundación Bancaria Ibercaja).

#### 25.4 Impostos diferidos devedores e credores

Ao amparo do regulamento fiscal vigente em Espanha surgem determinadas diferenças temporárias e créditos fiscais que devem ser tidos em conta ao tempo de quantificar a correspondente despesa do imposto sobre lucros consolidado. O saldo e o movimento dos impostos diferidos registados nos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

	Milhares de euros	
	Impostos diferidos devedores	Impostos diferidos credores
<b>Saldo ao 1 de janeiro de 2013</b>	<b>572.857</b>	<b>130.524</b>
Incorporação Cajatres (*)	904.179	129.259
Regularização exercício anterior e outros	(15.063)	7.687
Gerado no exercício	540.627	126.295
Aplicado no exercício	(426.159)	(6.229)
Varição Impostos diferidos aplicados sobre o Património líquido	(18.379)	48.008
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>1.558.062</b>	<b>435.544</b>
Regularização exercício anterior e outros	(129.974)	(102.392)
Gerado no exercício	156.953	-
Aplicado no exercício	(154.263)	(2.287)
Varição Impostos diferidos aplicados sobre o Património líquido	(3.284)	76.524
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.427.494</b>	<b>407.389</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos do Grupo, classificado por tipos de diferença temporária e crédito fiscal é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Ativos fiscais diferidos		Passivos fiscais diferidos	
	2014	2013	2014	2013
Deterioro ativos financeiros	774.868	806.968	5.518	67.997
Compromissos por pensões e outras provisões	63.556	30.001	-	-
Imobilizado	-	-	179.732	172.336
Ativos adjudicados	28.439	47.110	-	-
Outros acertos	30.538	84.965	75.689	125.285
<b>Total diferenças temporárias com contrapartida na Conta de Resultados</b>	<b>897.401</b>	<b>969.044</b>	<b>260.939</b>	<b>365.618</b>
<b>Diferenças temporárias com contrapartida em Património Líquido</b>	<b>10.413</b>	<b>13.697</b>	<b>146.450</b>	<b>69.926</b>
Crédito por BIN pendentes de compensar	519.369	537.466	-	-
Crédito por deduções pendentes de aplicar	311	37.855	-	-
<b>Total créditos fiscais</b>	<b>519.680</b>	<b>575.321</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>1.427.494</b>	<b>1.558.062</b>	<b>407.389</b>	<b>435.544</b>

O detalhe do imposto sobre lucros associado a cada partida incluída no estado dos rendimentos e despesas reconhecidas é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Perdas e ganhos atuariais em planos de pensões de prestação definida	(11.613)	265
<b>Rubricas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>(11.613)</b>	<b>265</b>
Ativos financeiros disponíveis para a venda	184.785	116.441
Ganhos (perdas) por avaliação	197.728	119.901
Montantes transferidos à demonstração de resultados	(12.943)	(3.460)
Cobertura de fluxos de efetivo	(42)	-
Entidades avaliadas pelo método da participação	-	-
Resto de rendimentos e despesas reconhecidas	(115.409)	(36.035)
<b>Rubricas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>69.334</b>	<b>80.406</b>
	<b>57.721</b>	<b>80.671</b>

Não existem diferenças temporárias significativas relacionadas com investimentos em dependentes, sucursais e associadas, ou com participações em acordos conjuntos, que pudessem ter dado local a passivos fiscais diferidos não reconhecidos em balanço.

O Real Decreto-lei 14/2013, de 29 de novembro, modificou o texto refundido da Lei do Imposto sobre sociedades nas seguintes aspetos:

a) Com efeito para os períodos impositivos que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2011, as dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores não vinculados com o sujeito passivo bem como os correspondentes a dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, pré-reforma, que gere ativos por imposto diferido, integrar-se-ão na base imponible de acordo com o estabelecido na lei do imposto sobre sociedades, com o limite da matéria coletável positiva prévia à sua integração e à compensação de matérias coletáveis negativas. A aplicação desta norma supõe uma diminuição dos créditos fiscais por matérias coletáveis negativas e deduções pendentes de aplicar bem como um incremento dos ativos por imposto diferido relacionados com os deterioros de investimento creditício e ativos adjudicados e das despesas relacionadas com compromissos por pensões, por um montante de 353.939 milhares de euros.

b) Os ativos por imposto diferido correspondentes a dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores não vinculados com o sujeito passivo, bem como os derivados de dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, pré-reforma, converter-se-ão num crédito exigível face à Administração tributária nos supostos em que o sujeito passivo presente perdas contabilísticas ou que a entidade seja objeto de liquidação ou insolvência judicialmente declarada. Igualmente, os ativos por imposto diferido pelo direito a compensar em exercícios posteriores as matérias coletáveis negativas converter-se-ão num crédito exigível em frente à Administração tributária quando aqueles sejam consequência de integrar na base imponible, a partir do primeiro período impositivo que se inicie em 2014, as dotações por deterioro dos créditos ou outros ativos derivadas das possíveis insolvências dos devedores, bem como as dotações ou contribuições a sistemas de previsão social e, se for o caso, pré-reforma, que geraram os ativos por imposto diferido referidos anteriormente. Estes ativos poderão trocar-se por valores de Dívida Pública, uma vez decorrido o prazo de compensação de matérias coletáveis negativas previsto na Lei do Imposto sobre Pessoas Coletivas, computado desde o registo contabilístico de tais ativos. No suposto de ativos registados anteriormente à entrada em vigor desta norma, este prazo se computará desde dita entrada em vigor.

No exercício 2014, o montante líquido de ativos e passivos fiscais diferidos associados a diferenças temporárias atinge 500.425 milhares de euros (547.197 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não se tenham registado ativos por impostos diferidos em balanço.

Tal como se indicou anteriormente, uma parte dos ativos fiscais diferidos por diferenças temporárias são exigíveis face a administração pública nas circunstâncias anteriormente mencionadas (ativos monetizáveis), as quais supõem que a sua recuperabilidade não depende da existência de ganhos fiscais futuros, pelo que o seu registo está justificado. A 31 de dezembro de 2014 o custo destes ativos fiscais diferidos atinge 667 milhões de euros (654 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013), cifra superior ao montante líquido dos ativos e passivos fiscais diferidos por diferenças temporárias indicado na alínea anterior.

Por outra parte, em 31 de dezembro de 2014 existem ativos fiscais diferidos por matérias coletáveis negativas pendentes de compensar e por deduções pendentes de aplicar por um montante de 519.680 milhares de euros (575.321 milhares de euros em 31 de dezembro do 2013). A imensa maioria destes ativos fiscais geraram-se pelas perdas registadas pela Sociedade nos exercícios 2012 e 2013, que tiveram carácter extraordinário e não recorrente, devido fundamentalmente ao saneamento realizado dos ativos imobiliários em 2012 e dos ativos renegociados em 2013, tal como se detalha nas contas anuais de ditos exercícios.

Os créditos fiscais descritos no apartado anterior, registaram-se contabilisticamente na consideração de que se poderão obter benefícios fiscais futuros que permitam a compensação de tais matérias coletáveis negativas num prazo razoavelmente curto. De acordo com o regulamento aplicável, não existe limite temporário de compensação para estes ativos fiscais diferidos.

De acordo com o plano de negócio de Ibercaja Banco, que serviu de base para a avaliação da Sociedade a 31 de dezembro de 2014, gerar-se-ão ganhos fiscais futuros suficientes que permitam a recuperação destes ativos fiscais diferidos, pelo que a Sociedade considera que existe uma evidência objetiva convincente para o registo dos ativos fiscais diferidos. Na Nota 17.1 descrevem-se a justificativa das hipóteses básicas utilizadas na determinação do plano de negócio considerado pela Entidade.

De acordo com as estimativas do plano de negócio comentado anteriormente, o prazo estimado para recuperar estes ativos fiscais diferidos é de 8 anos.

Na Nota 1.13 relacionam-se as operações de reestruturação societária realizadas durante 2014 pelo Grupo Ibercaja. Com respeito a elas, nas Memórias das Contas Anuais das sociedades adquirentes de ativos se recolheram as menções estabelecidas pelo artigo 93º do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Pessoas Coletivas aprovado mediante Real Decreto Legislativo 4/2004, de 5 de março, nos casos em que se optou pela aplicação do regime fiscal especial do Capítulo VIII do Título VII do citado Texto Refundido.

## 26. Valor razoável dos ativos e passivos financeiros

A seguir, detalha-se o valor razoável dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, comparado com o seu correspondente valor em livros refletido no balanço a essa mesma data; igualmente, inclui-se um detalhe do valor razoável em função do sistema de avaliação (níveis 1, 2 e 3):

Milhares de euros					
2014					
	Total balanço	Valor razoável	Hierarquia valor razoável		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e depósitos em bancos centrais	435.089	435.089	-	435.089	-
Carteira de negociação	55.832	55.832	514	20.679	34.639
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	61.547	61.547	61.180	367	-
Ativos fim. disponíveis para a venda	14.778.280	14.683.827	14.166.728	345.982	171.117
Investimentos creditícios	35.632.878	38.807.072	499.744	1.227.289	37.080.039
Carteira de investimento a vencimento	6.681.683	6.799.611	3.850.358	2.949.253	-
<i>Do que: Risco Soberano</i>	3.887.049	4.000.413	4.000.413	-	-
Derivados de cobertura	496.506	496.506	-	496.506	-
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>58.141.815</b>	<b>61.339.484</b>	<b>18.578.524</b>	<b>5.475.165</b>	<b>37.285.795</b>
Carteira de negociação	48.462	48.462	-	13.416	35.046
Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	-	-	-	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	50.824.160	52.038.088	-	52.038.088	-
Derivados de cobertura	604.912	604.912	-	604.912	-
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>51.477.534</b>	<b>52.691.462</b>	<b>-</b>	<b>52.656.416</b>	<b>35.046</b>

Milhares de euros					
2013					
	Total balanço	Valor razoável	Hierarquia valor razoável		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e depósitos em bancos centrais	499.331	499.387	-	499.387	-
Carteira de negociação	36.826	36.826	587	17.196	19.043
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	68.925	68.925	68.925	-	-
Ativos fim. disponíveis para a venda	7.277.141	7.131.772	6.685.800	245.336	200.636
Investimentos creditícios	38.947.347	41.275.926	350.231	1.360.313	39.565.382
Carteira de investimento a vencimento	11.511.381	11.785.749	8.502.489	3.283.260	-
<i>Do que: Risco Soberano</i>	8.100.299	8.356.497	7.715.075	641.422	-
Derivados de cobertura	519.043	519.043	-	519.043	-
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>58.859.994</b>	<b>61.317.628</b>	<b>15.608.032</b>	<b>5.924.535</b>	<b>39.785.061</b>
Carteira de negociação	27.546	27.546	-	8.592	18.954
Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	48.800	48.800	-	48.800	-
Passivos financeiros a custo amortizado	53.081.749	54.442.686	-	54.442.686	-
Derivados de cobertura	297.464	297.464	-	297.464	-
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>53.455.559</b>	<b>54.816.496</b>	<b>-</b>	<b>54.797.542</b>	<b>18.954</b>

Os critérios utilizados na determinação dos valores razoáveis foram os seguintes:

- Nível 1: utilizando os preços cotados em mercados ativos para os instrumentos financeiros.
- Nível 2: utilizando preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares ou outras técnicas de avaliação nas quais todos os inputs significativos estão baseados em dados de mercado direta ou indiretamente observáveis.
- Nível 3: utilizando técnicas de avaliação nas quais algum input significativo não está baseado em dados de mercado observáveis.

Designadamente as técnicas de avaliação utilizadas nos níveis 2 e 3, bem como as hipóteses consideradas, para a determinação dos valores razoáveis foram:

- Valores representativos de dívida e permutas financeiras de taxas de juro: Utilizaram-se técnicas de avaliação baseadas no desconto dos fluxos, utilizando a curva de taxas de juro e o spread de mercado para instrumentos similares.
- Opções: avaliam-se mediante a aplicação de modelos aceites como standards no mercado. Naqueles casos nos quais não se disponha de um modelo de avaliação serão avaliadas mediante a cotação facilitada pelas contrapartes.
- Instrumentos de capital avaliados a valor razoável: Em geral o seu valor razoável obtém-se por desconto dos fluxos de efetivo estimados, os quais se derivam dos planos de negócio das empresas participadas para um período geralmente de cinco anos, calculando para o período restante um valor residual. Estes fluxos têm-se descontado usando taxas de mercado e acertados ao custo médio de capital.

O montante de valor razoável da carteira de ativos financeiros disponíveis para a venda não recolhe aqueles instrumentos financeiros avaliados a custo histórico cujo montante atinge 94.453 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (145.370 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Não se revela informação sobre o valor razoável destes instrumentos já que este não pode se estimar de forma precisa. Estes instrumentos não cotam num mercado organizado e não se dispõe de informação suficiente para a determinação do valor razoável, como se trata de participações nas que se realizou um investimento individual não significativa e a que não existem transações recentes sobre ditos instrumentos que permitam fixar uma referência para o valor razoável. Em todo o caso, realiza-se uma análise individualizada para identificar possíveis indícios de deterioro, registando se for o caso os possíveis deterioros de valor de acordo com os critérios explicados na Nota 2.3.4. Na Nota 9.1 detalha-se informação sobre estas participações.

▪Crédito à clientela (Investimentos creditícios): A técnica de avaliação utilizada baseou-se no desconto dos fluxos futuros estimados, considerando as datas de vencimento e de repreciação, calculando os juros a partir da curva de taxas de juro do interbancário. Adicionalmente teve-se em conta uma amortização antecipada de 5% do montante total. Esta percentagem está baseada em informação histórica do Grupo e é utilizado na gestão interna.

O impacto de um incremento de 100 pontos básicos na curva de taxas de juro do interbancário suporia uma redução do valor razoável de 1,33%.

Neste caso estima-se que não existem diferenças significativas por risco de crédito entre o valor contabilístico do crédito à clientela e o seu valor razoável já que o Grupo quantificou o nível de provisões por risco de crédito para a sua carteira conforme à normativa contabilística que lhe é de aplicação e que se considera suficiente para cobrir dito risco. Não obstante, num meio de crise económica e financeira como o atual e dado que não existe um mercado para ditos ativos financeiros, o montante pelo que se pudessem trocar entre partes interessadas poderia resultar diferente ao seu valor líquido registado já que o potencial adquirente teria em conta as perdas incorridas e contabilizadas seguindo a normativa contabilística aplicável e a sua melhor estimativa das que poderia ter no futuro.

- Depósitos da clientela: A técnica de avaliação utilizada foi o desconto dos fluxos futuros estimados, considerando as datas de vencimento e de repreciação, calculando os juros a partir da curva de taxas de juro do interbancário.
- Débitos representados por valores negociáveis e Passivos subordinados: Avaliaram-se utilizando preços ou spread de mercado de instrumentos similares.

As causas pelas que podem existir diferenças entre o valor razoável e o valor contabilístico dos instrumentos financeiros são as seguintes:

- Nos instrumentos emitidos a taxa fixo, o valor razoável do instrumento varia em função da evolução das taxas de juro de mercado. A variação é superior quanto maior seja a vida residual do instrumento.
- Nos instrumentos emitidos a tipo variável o valor razoável pode diferir do valor contabilístico se as margens relativamente à taxa de juro de referência variaram desde a emissão do instrumento. Se as margens mantêm-se constantes, o valor razoável coincide com o valor contabilístico só nas datas de repreciação. No resto de datas existe risco de taxa de juro para os fluxos que já estão determinados.

A Sociedade realiza uma análise para avaliar se os níveis de hierarquia de valor razoável nos quais se classificam os instrumentos financeiros podem ter variado. Caso se produzam transferências entre ditos níveis, considera-se que estas se produziram ao final do trimestre em que se identificaram. Durante o exercício 2014 teve instrumentos financeiros que deixaram de se avaliar com critérios de nível 2 e 3 e passaram a se avaliar com critérios do nível 1 por montante de 5.345 milhares de euros (30.622 milhares de euros durante o exercício 2013).

No caso de determinados instrumentos financeiros (fundamentalmente a carteira de negociação e a operativa relacionada com derivados financeiros), as suas variações no valor razoável têm contrapartida na conta de resultados. O detalhe do efeito na demonstração de resultados produzido pelas variações no valor razoável é o seguinte, classificado em função do nível de hierarquia do valor razoável nos que se encontram os instrumentos financeiros:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Nível 1	346	852
Nível 2	(14.655)	4.536
Nível 3	526	(212)
	<b>(13.783)</b>	<b>5.176</b>

A seguir, dentro da hierarquia de valor razoável para valorações do valor razoável de Nível 3, oferece-se uma conciliação dos saldos de abertura com os saldos de encerramento, revelando de forma separada as variações durante o exercício atribuíveis ao seguinte:

	<b>Milhares de euros</b>		
	<b>Carteira de negociação – Ativo</b>	<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>Carteira de negociação – Passivo</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2013</b>	<b>11.863</b>	<b>116.795</b>	<b>12.156</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	62.054	-
Resultados reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no estado de rendimentos e despesas reconhecidas	7.333	62	7.393
Compras	6.538	6.881	6.091
Vendas	-	(1.268)	-
Emissões	-	-	-
Liquidações e vencimentos	(6.691)	-	(6.686)
Transferências desde ou para o nível 3 dentro ou fora das carteiras descritas	-	16.112	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>19.043</b>	<b>200.636</b>	<b>18.954</b>
Resultados reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no estado de rendimentos e despesas reconhecidas	2.680	(16.025)	3.450
Compras	15.411	164	15.028
Vendas	-	(2.927)	-
Emissões	-	-	-
Liquidações e vencimentos	(2.495)	-	(2.386)
Transferências desde ou para o nível 3 dentro ou fora das carteiras descritas	-	(10.731)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>34.639</b>	<b>171.117</b>	<b>35.046</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2

Os passivos e ativos financeiros incluídos na carteira de negociação, cujo valor razoável corresponde ao nível 3 da hierarquia, estão relacionados, respetivamente, com os derivados implícitos em depósitos estruturados contratados com clientes e com os derivados contratados com contrapartes para cobrir o risco dos mencionados derivados implícitos. Tal como se observa no quadro incluído no início desta Nota, existe uma compensação entre o valor de ambos derivados, já que têm as mesmas características e praticamente os mesmos nominais. A Sociedade valoriza ambos derivados de acordo com as cotações que lhe oferece a contraparte.

Quanto aos instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda, a maior parte do saldo se corresponde com investimentos numa entidade seguradora e em fundos de capital risco.

O valor razoável do investimento na asseguradora obteve-se a partir das estimativas de fluxos de efetivo futuros baseadas nas projeções de negócio até o exercício 2017, calculando para o período restante um valor residual o qual se determinou considerando um fluxo de caixa distribuível de 88,8 milhões de euros e uma taxa de crescimento deste fluxo de 1%. Estes fluxos têm-se descontado usando tipos de mercado e acertados ao custo médio de capital, com uma taxa de 9,02%.

O valor razoável dos investimentos nos fundos de capital risco determina-se de acordo as avaliações que proporciona periodicamente a entidade gestora dos mesmos. Os critérios de avaliação baseiam-se com carácter geral nas diretrizes marcadas pela EVCA (European private equity Venture Capital Association).

Tendo em conta os montantes destes investimentos, a Sociedade considera que as modificações que produzir-se-iam no seu valor razoável, como consequência de variações razoavelmente possíveis nas variáveis que determinam dito valor, em nenhum caso teriam um impacto significativo nos resultados, nos ativos totais e no património líquido de Ibercaja Banco.

## **27.Outra informação significativa**

### **27.1Riscos contingentes**

A seguir mostra-se o detalhe em 31 de dezembro de 2014 e 2013 das garantias financeiras outorgadas, atendendo ao risco máximo assumido pelo Grupo:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Avales e outras cauções prestadas</b>	<b>598.774</b>	<b>704.233</b>
Avales financeiros	99.616	163.034
Outros avales e cauções	499.158	541.199
<b>Créditos documentários irrevogáveis</b>	<b>22.357</b>	<b>20.775</b>
Emitidos irrevogáveis	22.343	20.775
Confirmados irrevogáveis	14	-
<b>Ativos afetos a obrigações de terceiros</b>	<b>929</b>	<b>929</b>
	<b>622.060</b>	<b>725.937</b>

Uma parte significativa destes montantes chegará ao seu vencimento sem que se materialize nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado como uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos dos instrumentos de garantia registam-se nos epígrafes “Comissões recebidas” e “Juros e rendimentos assimilados” (pelo montante correspondente à atualização do valor das comissões) das demonstrações de resultados consolidados do exercício 2014 e 2013 e calculam-se aplicando o tipo estabelecido contratualmente sobre o montante nominal da garantia.

As provisões registadas para a cobertura destas garantias prestadas, as quais se calcularam aplicando critérios similares aos correspondentes ao cálculo do deterioro de ativos financeiros avaliados ao seu custo amortizado, se registaram no epígrafe “Provisões - Provisões para riscos e compromissos contingentes” do balanço (Nota 21).

A 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo não identificou nenhum passivo contingente.

## 27.2 Ativos prestados ou em garantia

O detalhe dos ativos prestados ou em garantia é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ativos titulizados (líquidos de acertos por avaliação)	4.495.474	5.106.789
Ativos carteira própria cedidos temporariamente	3.798.433	4.961.595
Ativos afetos à apólice de Banco de Espanha (*)	4.499.100	4.890.881
Resto	203.346	301.358
	<b>12.996.353</b>	<b>15.260.623</b>

(\*) Adicionalmente há 4.929.570 milhares de euros (4.834.315 milhares de euros em 2013) correspondentes aos instrumentos de dívida de titularização próprios e cédulas hipotecárias que também estão afetos à apólice ante Banco de Espanha, em garantia das operações de política monetária no Eurosistema, que em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não estava disposta.

### 27.3 Compromissos contingentes

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os limites dos contratos de financiamento concedidos e os montantes pendentes de dispor eram os seguintes:

	Milhares de euros			
	2014		2013	
	Limite concedido	Montante pendente de dispor	Limite concedido	Montante pendente de dispor
<b>Disponíveis de terceiros</b>	<b>5.351.003</b>	<b>2.080.672</b>	<b>6.552.865</b>	<b>2.382.854</b>
Com disponibilidade imediata	1.933.722	1.466.932	2.647.539	1.856.759
Com disponibilidade condicionada	3.417.281	613.740	3.905.326	526.095
<b>Compromissos de compra a prazo de ativos financeiros</b>	-	-	-	<b>11.270</b>
<b>Valores subscritos pendentes de desembolso</b>	-	<b>10.111</b>	-	<b>10.037</b>
<b>Documentos em câmaras de compensação</b>	-	<b>403.221</b>	-	<b>611.188</b>
<b>Outros conceitos</b>	-	-	-	<b>71.629</b>
	<b>5.351.003</b>	<b>2.494.004</b>	<b>6.552.865</b>	<b>3.086.978</b>

Os montantes pendentes de dispor correspondem a operações com taxa de juro variável.

### 27.4 Recursos de terceiros geridos e comercializados pelo Grupo e depositária de valores

A seguir mostra-se um detalhe do saldo dos recursos de clientes fosse de balanço que foram comercializados pelo Grupo nos exercícios 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
	Instituições de Investimento Coletivo	7.788.106
Fundos de Pensões	4.423.289	4.264.265
Produtos de Seguros	171.811	432.281
Gestão discricionária de carteiras	1.007.352	933.891
	<b>13.390.558</b>	<b>12.052.563</b>
Dos que: geridos pelo Grupo	12.280.500	10.893.072

Igualmente mostra-se um detalhe dos valores depositados por terceiros no Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
	Renda Fixa	7.913.717
Renda Variável	5.164.231	5.060.576
	<b>13.077.948</b>	<b>9.840.362</b>

## 27.5 Titularização de ativos

O Grupo realizou diversas operações de titularização de ativos anteriormente ao 1 de janeiro de 2004, que se cancelaram do balanço consolidado (Nota 2.8). A seguir mostra-se um detalhe do valor de ditos ativos titularizados que permanecem vivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 1, FTA no exercício 2003	125.444	144.158
	<b>125.444</b>	<b>144.158</b>

Igualmente, o Grupo realizou operações de titularização de ativos mediante a cessão de empréstimos da carteira a fundos de titularização, nas quais, como consequência das condições acordadas para a transferência, a Sociedade conservou riscos e vantagens substanciais sobre os ativos titularizados (outorga de financiamentos subordinadas ao fundo que absorvem substancialmente as perdas creditícias esperadas dos ativos titulizados), pelo que estes ativos se mantiveram integralmente no balanço. A seguir mostra-se um detalhe dos saldos registados sócios com estas operações:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 2, FTA no exercício 2005	318.987	355.304
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 3, FTA no exercício 2006	403.819	444.098
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 4, FTA no exercício 2006	607.031	663.465
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 5, FTA no exercício 2007	595.508	649.965
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 6, FTA no exercício 2008	873.567	941.914
Ativos transferidos a TDA Ibercaja ICO-FTVPO, FTH no exercício 2009	249.586	278.669
Ativos transferidos a TDA Ibercaja 7, FTA no exercício 2009	1.471.321	1.567.295
Ativos transferidos a AyT Colaterales Global Empresas, FTA no exercício 2008	-	41.816
Ativos transferidos a AyT Colaterales Global Hipotecário, FTA no exercício 2008	-	102.860
Ativos transferidos a AyT ICO - FT VPO III, FTA no exercício 2009	-	90.437
	<b>4.519.819</b>	<b>5.135.823</b>

Na Nota 10.1 detalha-se a informação sobre a exposição que a Sociedade mantém nos fundos de titularização bem como o montante dos passivos dos fundos de titularização que foram subscritos por terceiros alheios ao Grupo.

Na Nota 26 detalham-se os critérios de cálculo para a estimativa do valor razoável do crédito à clientela, em cujo epígrafe encontram-se registados os ativos titulizados detalhados no quadro anterior.

A seguir detalha-se o valor razoável dos passivos emitidos pelos fundos de titularização em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os quais estão suportados pelos ativos transferidos indicados anteriormente:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 2, FTA no exercício 2005	307.588	286.831
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 3, FTA no exercício 2006	383.725	358.749
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 4, FTA no exercício 2006	542.055	487.588
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 5, FTA no exercício 2007	548.265	505.830
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 6, FTA no exercício 2008	755.122	741.374
Passivos emitidos por TDA Ibercaja ICO-FTVPO, FTH no exercício 2009	218.538	228.930
Passivos emitidos por TDA Ibercaja 7, FTA no exercício 2009	1.221.783	1.177.929
Passivos emitidos por AyT Colaterales Global Empresas, FTA	-	34.592
Passivos emitidos por AyT Colaterales Global Hipotecário, FTA	-	82.101
Passivos emitidos por AyT ICO - FT VPO III, FTH	-	79.144
	<b>3.977.076</b>	<b>3.983.068</b>

## **27.6 Ativos recebidos em garantia**

Existem ativos recebidos em garantia em 31 de dezembro de 2014 por 9.450 milhares de euros (43.236 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

## **27.7 Arrendamentos**

### *27.7.1 Arrendamentos financeiros*

Os contratos de arrendamento financeiro nos quais o Grupo atua como arrendador se caracterizam por:

- Vencimento de uma taxa de juro variável.
- Existe uma opção de compra a favor do arrendatário, instrumentada em forma de última quota do contrato, mediante a qual o arrendatário pode obter a propriedade do ativo por um custo significativamente inferior ao valor de mercado do ativo nesse momento. Dado que se pode considerar razoavelmente verdadeiro que o arrendatário exercerá a opção de compra, o seu valor se regista como um direito de crédito junto do resto dos pagamentos mínimos a realizar pelo arrendatário.

### *27.7.2 Arrendamentos operativos*

A maior parte dos arrendamentos operativos nos quais participa o Grupo são canceláveis, existindo habitualmente uma duração inicial do contrato de cinco anos. A renda do aluguer atualiza-se anualmente em função do Índice de Preços no Consumidor.

Não obstante, para um conjunto de imóveis, existem contratos de arrendamento que estabelecem um período de obrigado cumprimento de 15 anos, com uma duração total de até 35 anos. No fecho de dezembro de 2014, existem 100 contratos em vigor (56 formalizados em 2012, 26 em 2013 e 18 em 2014) realizaram-se com carácter simultâneo à venda do imóvel ao arrendador, existindo ao final do contrato uma opção de compra a preços de mercado. O montante da renda dos alugueres associados a estes imóveis, atualiza-se anualmente em função do Índice de Preços no Consumidor (sem que exista nenhum fator de correção sobre o mesmo). O valor das quotas a pagar dentro do período de obrigado cumprimento atinge 2.942 milhares de euros no prazo de um ano, 11.767 milhares de euros no prazo de um a cinco anos e de 25.824 milhares de euros num prazo superior a 5 anos. O derivado implícito consistente na atualização do preço da renda em função do Índice de Preços no Consumidor não se separou do contrato principal de arrendamento como as características económicas e riscos do derivado implícito se encontram estreitamente relacionados com as características económicas e riscos do contrato principal.

Nas operações nas quais o Grupo atua como arrendatário, o montante dos arrendamentos registados como despesa no exercício 2014 atingiu 24.532 milhares de euros (23.725 milhares de euros no exercício 2013).

As despesas de acondicionamento e investimentos em ativos materiais, líquidos de amortizações, sobre o ativo objeto do contrato de arrendamento no que o Grupo atua como arrendatário atingem 57.456 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (36.301 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

## **27.8 Ambiente**

As operações globais do Grupo regem-se por leis relativas à proteção do ambiente ("leis ambientais"). O Grupo considera que cumpre substancialmente tais leis e que mantém procedimentos desenhados para fomentar e garantir o seu cumprimento.

O Grupo adotou as medidas oportunas relativamente a proteção e melhora do ambiente e a minimização, se for o caso, dos possíveis impactos, cumprindo com o regulamento vigente na matéria. Durante os exercícios 2014 e 2013 não se realizaram investimentos significativos neste âmbito nem se considera que existam contingências significativas relacionadas com a proteção e melhora do ambiente.

## 27.9 Segmentação

A Entidade revisou durante o exercício 2014 a identificação de segmentos de exploração para efeitos da informação a refletir nas presentes contas anuais, de acordo com a normativa contabilística aplicável. Para estes efeitos, a máxima instância de tomada de decisões operativas para definir os segmentos operativos é o Comité de Direção da Entidade. A Entidade concluiu que não existem segmentos diferenciados já que os resultados das diferentes atividades que desenvolve o Grupo não se examinam de maneira diferenciada pela Direção, como:

- Os serviços prestados aos clientes não diferem significativamente entre si, pelo que não se justifica uma supervisão diferenciada.
- As atividades não bancárias (que não incluem a comercialização de produtos de banca seguros) não são significativas.

Não obstante, e de acordo com o regulamento aplicável, nesta Nota detalha-se informação sobre a distribuição dos rendimentos da Entidade por área geográfica e por tipo de produto.

O Grupo desenvolve a prática totalidade da sua atividade em território espanhol, exceto pela que desenvolve através de três agências em território português, sendo similar a tipologia da clientela em todo o território de atuação.

O detalhe dos rendimentos ordinários do Grupo (que incluem juros e rendimentos assimilados, rendimentos de instrumentos de capital, comissões recebidas, resultado de operações financeiras e outros produtos de exploração) por tipo de produto ou serviço é o seguinte:

Rendimentos ordinários procedentes de clientes externos			
Milhares de euros			
	2014	2013	
Banca		1.960.659	1.492.928
Seguros		1.319.209	1.226.209
Outros		34.673	24.061
		<b>3.314.541</b>	<b>2.743.198</b>

## 28. Juros e rendimentos assimilados

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Depósitos em Banco de Espanha e outros bancos centrais	495	1.285
Depósitos em entidades de crédito	34.533	7.426
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	75	100
Crédito à clientela	746.010	705.031
Valores representativos de dívida	574.618	519.891
Ativos duvidosos	32.610	15.879
Retificação de produtos por operações de coberturas	(20.972)	(27.321)
Rendimentos de contratos de seguros vinculados a pensões (Nota 37.2)	537	813
	<b>1.367.906</b>	<b>1.223.104</b>

Apresenta-se a seguir um detalhe dos montantes registados neste epígrafe, classificados atendendo à carteira de instrumentos financeiros que os originou:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	29	111
Ativos financeiros disponíveis para a venda	328.167	383.609
Carteira de investimento a vencimento	246.422	136.171
Investimento creditício	813.228	728.436
Retificação de rendimentos por operações de cobertura	(20.972)	(27.321)
Outros rendimentos	1.032	2.098
	<b>1.367.906</b>	<b>1.223.104</b>

### **29. Juros e ónus assimilados**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Depósitos em Banco de Espanha e outros bancos centrais	7.942	24.591
Depósitos de entidades de crédito	25.348	31.015
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	2.620	2.750
Depósitos administrações públicas	7.127	7.222
Depósitos outros setores residentes	552.473	508.537
Depósitos não residentes	1.427	1.363
Débitos representados por valores negociáveis	58.061	86.792
Passivos subordinados	36.973	17.805
Retificação de despesas por operações de cobertura	(141.621)	(167.181)
Custo por juros dos fundos de pensões (Nota 37.2)	196	281
Juros contribuição Fundo Garantia Depósitos (Nota 1.8)	1.276	1.319
Custo financeiro dos contratos de seguros de vida-aforro	116.736	116.400
	<b>668.558</b>	<b>630.894</b>

Igualmente, apresenta-se um detalhe dos montantes registados neste epígrafe, classificados atendendo à carteira que os originou:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Passivos financeiros a custo amortizado	691.971	680.075
Retificação de custos com origem em coberturas contabilísticas	(141.621)	(167.181)
Contratos de seguros	118.012	117.719
Outros custos	196	281
	<b>668.558</b>	<b>630.894</b>

### **30. Rendimentos de instrumentos de capital**

O montante registado neste epígrafe corresponde na sua totalidade a dividendos de instrumentos de capital e outras ações da carteira de Ativos disponíveis para a venda que atingem 11.802 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 (8.870 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

### **31.Comissões recebidas**

A seguir apresenta-se o montante do rendimento por comissões vencidas nos exercícios 2014 e 2013 classificadas atendendo aos principais conceitos pelos quais se originaram:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Comissões por riscos contingentes	7.345	6.778
Comissões por compromissos contingentes	3.368	2.779
Comissões por câmbio de divisas e bilhetes de bancos estrangeiros	212	184
Comissões por serviços de cobranças e pagamentos	126.566	109.857
Comissões por serviços de valores	11.616	9.920
Comissões por comercialização de produtos financeiros não bancários	147.816	119.671
Outras comissões	35.338	31.474
	<b>332.261</b>	<b>280.663</b>

De acordo com o estabelecido no “Contrato de administração e gestão de ativos” (Nota 1.10.1.3), o apartado de Outras comissões recolhe um montante de 3.190 milhares de euros correspondente aos honorários recebidos pela Entidade no exercício 2014 pela sua prestação de serviços a SAREB (4.591 milhares de euros no exercício 2013) e um montante de 1.951 milhares de euros correspondente aos honorários de sucesso recebidos pela Entidade no exercício 2014 pela gestão realizada no arrendamento ou transmissão a um terceiro dos ativos transferidos, não existindo montante por dito conceito no exercício 2013.

### **32.Comissões pagas**

A seguir apresenta-se o montante da despesa por comissões adquiridas nos exercícios 2014 e 2013 classificadas atendendo aos principais conceitos pelos que se originou:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Comissões cedidas a outras entidades e correspondentes	11.711	13.341
Comissões pagas por operações com valores	2.063	1.676
Outras comissões	3.132	2.406
	<b>16.906</b>	<b>17.423</b>

### **33.Resultados de operações financeiras**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados correspondentes aos exercícios 2014 e 2013, em função das carteiras de instrumentos financeiros que o originam, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Ativos a valor razoável com variações na demonstração de resultados (Carteira de negociação)</b>	<b>2.852</b>	<b>3.925</b>
<b>Outros instrumentos a valor razoável com variações na demonstração de resultados</b>	<b>1.500</b>	<b>999</b>
<b>Instrumentos não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados</b>	<b>438.185</b>	<b>130.156</b>
Ativos financeiros disponíveis para a venda	43.143	11.534
Investimentos creditícios	(3.565)	128
Carteira de investimento a vencimento	380.349	28.498
Passivos a custo amortizado	18.258	89.996
<b>Outros resultados de operações financeiras</b>	<b>(17.618)</b>	<b>1.137</b>
Acertos realizados sobre instrumentos cobertos (cobertura de valor razoável)	242.944	217.957
Derivados de cobertura (cobertura de valor razoável)	(259.579)	(217.267)
Outros	(983)	447
	<b>424.919</b>	<b>136.217</b>

Os resultados associados aos passivos a custo amortizado correspondem-se com as recompras realizadas durante o exercício de participações preferentes (41 milhares de euros durante o exercício 2014 e 1.401 milhares de euros durante o exercício 2013; Nota 19.5), dívida subordinada (900 milhares de euros durante o exercício 2014 e 39.409 milhares de euros durante o exercício 2013; Nota 19.5) e instrumentos de dívida de titularização e outros (17.317 milhares de euros durante o exercício 2014 e 49.186 milhares de euros durante o exercício 2013; Nota 19.4).

### **34.Diferenças de câmbio**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Conversão à moeda funcional das rubricas monetárias em moeda estrangeira	738	1.862
Compra de divisas	(467)	(373)
	<b>271</b>	<b>1.489</b>

Não existem resultados por cancelamento de diferenças de câmbio registadas no património líquido, de acordo ao exposto na Nota 2.5.3.

### **35.Outros produtos de exploração**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Rendimentos dos investimentos imobiliários (Nota 16.2)	12.240	5.864
Rendimentos de outros arrendamentos operativos	6.400	7.236
Vendas e rendimentos por prestações de serviços	35.332	32.499
Comissões financeiras compensadoras de custos diretos	6.476	5.275
Rendimentos de contratos de seguro e reaseguro emitidos (Nota 20.2)	1.112.826	1.037.490
Outros conceitos	4.108	4.491
	<b>1.177.382</b>	<b>1.092.855</b>

### **36.Outros ónus de exploração**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Despesas por exploração de investimentos imobiliários (Nota 16.2)	791	756
Contribuição ao Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 1.8)	60.935	104.392
Despesas de contratos de seguros e reaseguros (Nota 20.2)	1.113.735	1.046.420
Outros conceitos	35.448	21.274
Despesas por indemnizações (Nota 17.1)	8.733	-
Custo de vendas das existências alienadas durante o exercício (Nota 18)	791	756
Resto	25.924	20.518
	<b>1.210.909</b>	<b>1.172.842</b>

### 37.Despesas de pessoal

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Salários e salários	320.329	273.562
Segurança Social	79.474	67.770
Contribuições a fundos de pensões e apólices de seguros	5.412	5.212
Indemnizações por cessação	101.024	20.665
Outras despesas de pessoal	7.298	7.725
	<b>513.537</b>	<b>374.934</b>

Em maio, a Direção de Ibercaja e os representantes dos empregados, dentro de um processo de despedimento coletivo, chegaram a um acordo que contemplava um plano de baixas incentivadas voluntárias às quais puderam optar 375 empregados que por razões de idade ou encerramento do centro laboral decidam rescindir o seu contrato. As saídas escalonadas dos 287 empregados aderidos tiveram lugar até fevereiro de 2015. Este plano supôs o registo de despesas de pessoal por um montante de 41.271 milhares de euros.

Em dezembro, a Direção de Ibercaja, adotou a decisão de iniciar um novo processo de despedimento coletivo no ano 2015, no qual, entre outras questões, se incluem as condições de baixa incentivada voluntária às quais possam optar 236 empregados que por razões de idade decidam rescindir o seu contrato, nos termos pactuados em maio de 2014. No mês de dezembro a representação dos trabalhadores foi informada da decisão adotada. De acordo com o estabelecido no apartado 165 da NIC 19 “Retribuições aos empregados”, e dado que se cumprem as condições estabelecidas na NIC 37 “Provisões” para o registo dos custos de reestruturação, este plano supôs o registo de despesas de pessoal por um montante de 59.504 milhares de euros.

Na Nota 21 detalham-se os passivos pendentes de desembolso associados aos acordos indicados nas alíneas anteriores.

#### 37.1Número de empregados

A distribuição por categorias e sexo dos empregados do Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Modelo 31/12/2014		Modelo 31/12/2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
GR. 1 Alta direção	14	1	14	1
GR. 1 Níveis I a V	1.722	671	1.854	679
GR. 1 Níveis VI a X	1.457	1.582	1.531	1.605
GR. 1 Níveis XI a XIII	412	513	510	659
GR. 2 e Limpadoras	40	8	62	12
	<b>3.645</b>	<b>2.775</b>	<b>3.971</b>	<b>2.956</b>

O modelo em 31 de dezembro de 2014 inclui 12 empregados que realizam a sua atividade em Portugal (14 em 31 de dezembro de 2013; Nota 27.9.2).

O número médio de empregados do Grupo durante os exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	2014	2013
GR. 1 Alta direção	14	14
GR. 1 Níveis I a V	2.497	2.703
GR. 1 Níveis VI a X	3.085	3.314
GR. 1 Níveis XI a XIII	1.057	1.277
GR. 2 e Limpadoras	50	89
	<b>6.703</b>	<b>7.397</b>

#### 37.2Despesas de pessoal – retribuições pós-emprego

Os montantes líquidos reconhecidos em Balanço por planos pós-emprego de prestação definida a dezembro de 2014 e 2013, são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Valor atual das obrigações financiadas	(325.877)	(297.009)
Valor razoável dos ativos afetos ao plano	288.036	299.488
<b>(Deficit) / Superavit</b>	<b>(37.841)</b>	<b>2.479</b>
Impacto do limite do ativo	(2.041)	-
Passivo líquido em balanço:	<b>(39.882)</b>	<b>2.479</b>
Ativos vinculados a pensões (*)	119.569	124.285
Ativo líquido por pensões (**)	4.205	9.897
(Provisão) neta por pensões	(163.656)	(131.703)

(\*) Ativos financeiros na filial Ibercaja Vida, S.A.

(\*\*) Montante registado no epígrafe "Resto de ativos" do ativo do balanço consolidado.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor atual das obrigações dos planos pós-emprego de prestação definida, durante os exercícios 2014 e 2013, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Valor atual inicial das obrigações</b>	<b>(297.009)</b>	<b>(224.044)</b>
Integração Cajatres	-	(86.346)
Custo dos serviços do exercício corrente	(362)	-
Custo por juros	(3.358)	(7.243)
Custos dos serviços passados	-	-
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	6.264	-
Recálculo de avaliações:	-	-
Ganhos / (Perdas) por variações em hipóteses demográficas	(6.470)	(5.512)
Ganhos / (Perdas) por variações em hipóteses financeiras	(49.605)	(6.714)
Ganhos / (Perdas) por experiência	3.488	5.105
Prestações pagas	24.050	27.745
Transferências e outros	(2.875)	-
<b>Valor atual final das obrigações</b>	<b>(325.877)</b>	<b>(297.009)</b>

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor atual dos ativos afetos aos planos pós-emprego de prestação definida, durante os exercícios 2014 e 2013, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Valor razoável inicial dos ativos</b>	<b>299.488</b>	<b>224.055</b>
Integração Cajatres	-	88.089
Rendimento por juros	3.589	7.815
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	(7.824)	-
Recálculo de avaliações:	-	-
Rendimento de ativos afetos ao plano, excluídos montantes incluídos em (despesa) / rendimento por interesses	44	-
Ganhos / (Perdas) por variações em hipóteses financeiras	6.774	3.503
Ganhos / (Perdas) por experiência	7.090	4.502
Câmbio em limite do ativo, excluídos montantes incluídos em despesa por juros	(253)	-
Contribuições efetuadas pelo empregador	247	414
Contribuições efetuadas pelos participantes	-	-
Prestações pagas	(23.721)	(27.745)
Transferências e outros	561	(1.145)
<b>Valor razoável final dos ativos</b>	<b>285.995</b>	<b>299.488</b>

O detalhe dos principais tipos de ativos que compõem os ativos dos planos afetos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ações	-	1,72%
Instrumentos de dívida	76,45%	61,11%
Imóveis	-	-
Apólices de seguros	10,85%	23,23%
Outros ativos	12,70%	13,94%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A análise do vencimento esperado das prestações pós-emprego não descontadas dos próximos 10 anos é o seguinte:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020-2024
Prestações pós-emprego prováveis	17.893	17.468	17.047	16.606	16.137	72.758

As variações nas hipóteses principais produziram variações no cálculo das obrigações. A sensibilidade nas obrigações de planos pós-emprego perante modificações nas principais hipóteses mostra-se a seguir:

	Variação em p.b.	Incremento em hipótese	Decremento em hipótese
Taxa de desconto	50 p.b.	(6,98%)	7,85%
Taxa de crescimento salarial	50 p.b.	1,68%	(1,52%)
Taxa de crescimento pensão	50 p.b.	6,26%	(5,74%)

A análise de sensibilidade corresponde-se com variações individuais da cada uma das hipóteses, enquanto o resto mantém-se constante.

### 37.3 Despesas de pessoal – retribuições em longo prazo ao pessoal pré-reformado

Os montantes líquidos reconhecidos em Balanço por retribuições em longo prazo ao pessoal pré-reformado de prestação definida a dezembro de 2014 e 2013, são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Valor atual das obrigações financiadas	(9.099)	(20.564)
Valor razoável dos ativos afetos ao plano	-	-
Passivo líquido em balanço:	(9.099)	(20.564)
Contratos de seguro vinculados a pensões	-	-
Ativo líquido por pensões	-	-
(Provisão) líquida por pensões	(9.099)	(20.564)

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor atual das obrigações dos planos a longo prazo ao pessoal pré-reformado de prestação definida, durante os exercícios 2014 e 2013, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Valor atual inicial das obrigações</b>	<b>(20.564)</b>	<b>(884)</b>
Integração Cajatres	-	(77.312)
Custo dos serviços do exercício corrente	-	-
Custo por juros	(117)	(17)
Custos dos serviços passados	-	-
Ganhos e perdas em liquidações, reduções do plano	-	-
Recálculo de avaliações:	-	-
Ganhos / (Perdas) por variações em hipóteses demográficas	-	-
Ganhos / (Perdas) por variações em hipóteses financeiras	(477)	-
Ganhos / (Perdas) por experiência	1.471	(92)
Prestações pagas	10.588	35.869
Transferências (Nota 21)	-	21.872
<b>Valor atual final das obrigações</b>	<b>(9.099)</b>	<b>(20.564)</b>

### **38. Outras despesas gerais de administração**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
De imóveis, instalações e material de escritório	53.605	50.597
Manutenção de equipas, licenças, trabalhos e programas informáticos	29.056	24.479
Comunicações	18.366	17.278
Publicidade e propaganda	11.238	7.820
Contribuições e impostos	24.123	18.415
Outras despesas de gestão e administração	79.523	69.706
	<b>215.911</b>	<b>188.295</b>

#### Outra informação

O montante dos honorários de PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. por serviços de auditoria das contas anuais do exercício 2014 de Ibercaja Banco e entidades do grupo (incluindo fundos de titularização), atingiu 759 milhares de euros (805 milhares de euros no exercício 2013). Adicionalmente, a sociedade auditora recebeu honorários por montante de 118 milhares de euros (200 milhares de euros em 2013) por trabalhos realizados na sua condição de auditor de contas anuais e por montante de 284 milhares de euros (176 milhares de euros em 2013) por outros serviços.

Os honorários de auditoria adquiridos por outros auditores relativamente à auditoria de contas anuais de determinadas sociedades do Grupo no exercício 2013 atingiram 272 milhares de euros.

O montante dos honorários por outros serviços prestados por outras sociedades que utilizam a marca PricewaterhouseCoopers, atingiu no exercício 2014 a 49 milhares de euros (441 milhares de euros no exercício 2013), dos que 24 milhares de euros se correspondem com assessoramento fiscal (26 milhares de euros em 2013).

### **39. Perdas por deterioro do resto de ativos**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Fundo de maneo e outro ativo intangível	-	3.260
Perdas por deterioro de existências (Nota 18)	1.257	349
Perdas por deterioro de ativos materiais de uso próprio (Nota 16.4)	1.916	11.521
Perdas por deterioro de investimentos imobiliárias (Nota 16.4)	30.279	17.137
Perdas por deterioro de participações (Nota 14.1)	2.312	5.893
	<b>35.764</b>	<b>38.160</b>

### **40. Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Ganhos por alienação de ativos não classificados como não correntes em venda	22.955	10.915
Perdas por venda de participações	1.246	(1.125)
Ganhos por outros conceitos	2.041	1.091
	<b>26.242</b>	<b>10.881</b>

Os ganhos por alienação de ativos incluem os benefícios originado na aquisição de 50% da sociedade Caja Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros, que se detalham na Nota 17.1, por um montante conjunto de 14.730 milhares de euros. O resto dos ganhos correspondem-se na sua prática totalidade com benefícios na venda de imóveis.

### **41. Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas**

O detalhe do saldo deste epígrafe das demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2014	2013
Perdas por deterioro de outros ativos não correntes em venda	(32.702)	(68.528)
Resultados por alienação de participações consideradas estratégicas	(218)	(1.783)
	<b>(32.920)</b>	<b>(70.311)</b>

## 42. Partes vinculadas

Os saldos registados nos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e nas demonstrações de resultados consolidados dos exercícios 2014 e 2013 são os seguintes:

	Milhares de euros									
	2014					2013				
	Empr. Grupo.	Empr. Asoc.	Empr. Multi.	Outras partes vinc. (*)	Pessoas físicas Vinc. (**)	Empr. Grupo.	Empr. Asoc.	Empr. Multi.	Outras partes vinc. (*)	Pes. singulares Vinc. (**)
<b>ATIVO</b>										
Empréstimos e créditos	167	130.144	46.966	-	53.130	-	121.025	41.501	22.368	22.334
Contraparte contratos de seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>										
Débitos a clientes	114.905	24.720	180	725.783	39.058	123.729	17.365	131.593	493.169	24.130
Passivos por contratos de seguros vinculados a pensões	-	-	-	730.907	-	-	-	-	506.438	-
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PERDAS E GANHOS</b>										
<b>Despesas</b>										
Juros e ónus assimilados	186	121	7	8.282	206	454	273	1.309	11.508	335
Comissões e outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rendimentos</b>										
Juros e rendimentos assimilados	-	2.115	996	-	2.704	252	1.761	1.745	233	426
Comissões e outros rendimentos	268	10	-	-	-	-	9	519	198	4
Dividendos	-	2.684	-	-	-	-	1.732	-	-	-
<b>OUTROS</b>										
Passivos contingentes	-	745	-	-	359	-	37.789	2.032	-	797
Compromissos	-	1.130	-	-	6.636	-	7.200	11.113	-	1.755

(\*) Fundos e sociedades de investimento e Fundos de pensões.

(\*\*) Alta Direção, Conselho de Administração, familiares até segundo grau e entidades vinculadas aos mesmos.

As operações financeiras refletidas foram realizadas de acordo com a operativa habitual da entidade financeira dominante do Grupo e segundo condições de mercado. Igualmente, para o resto de operações com partes vinculadas aplicam-se termos equivalentes aos de transações realizadas em condições de mercado. Para estes efeitos, o método de avaliação preferencialmente considerado é o de preço livre comparável.

## 43. Outros requerimentos de informação

### 43.1 Informação do mercado hipotecário

De acordo com o estabelecido pelo Real Decreto 716/2009, de 24 de abril, pelo que se desenvolvem determinados aspetos da Lei 2/1981, de 25 de março, de regulação do mercado hipotecário e outras normas do sistema hipotecário financeiro, e a Circular de Banco de Espanha 3/2010, de 29 de junho, o Conselho de Administração aprovou o "Manual de políticas e procedimentos de gestão do risco do investimento creditício" desenvolvido pela Sociedade para garantir o cumprimento do regulamento que regula o mercado hipotecário, o qual designadamente inclui critérios sobre os seguintes extremos:

- A relação entre montante do empréstimo e o valor de avaliação (conforme à OM ECO/805/2003) do imóvel hipotecado, bem como a seleção de entidades de avaliação autorizadas pelo Banco de Espanha.
- A relação entre a dívida e a capacidade de gerar rendimentos do prestatário, a verificação da informação facilitada pelo mesmo e o seu solvência, bem como a existência de outras garantias adicionais.
- O equilíbrio entre os fluxos procedentes da carteira de cobertura e os derivados da atenção dos pagamentos devidos pelos títulos emitidos.

A Assembleia Geral de Ibercaja Banco, S.A. tem competência para a emissão de obrigações ou outros títulos de renda fixa facultando ao Conselho de Administração para a emissão de qualquer tipo de empréstimos por um montante máximo, que inclui os títulos do mercado hipotecário.

Os títulos hipotecários emitem-se de conformidade com a legislação espanhola, que regula o Mercado Hipotecário e o Mercado de Valores. O regulamento estabelece que o volume das cédulas hipotecárias emitidas por uma entidade e não vencidas não pode ultrapassar 80% dos capitais não amortizados de todos os empréstimos e créditos hipotecários da sua carteira elegível. O Conselho de Administração da Sociedade aprovou um limite mais restritivo, de tal forma que o citado ratio de cédulas emitidas não poderá ultrapassar 65%. A 31 de dezembro de 2014 este ratio era de 47,76% (53,29% em 31 de dezembro de 2013).

As cédulas hipotecárias são valores especialmente garantidos pelo emissor nas quais a totalidade da carteira de empréstimos hipotecários constituídos ao seu favor garantem o cumprimento dos seus compromissos de pagamento.

O grau de sobrecolateralização ou de respaldo das cédulas hipotecárias é a 31 de dezembro de 2014 de 209,39% (200,89% a 31 de dezembro de 2013).

A 31 de dezembro de 2014, o 99,22% das operações da carteira hipotecária formalizou-se mediante empréstimos (99,05% em 31 de dezembro de 2013); destes o 94,30% numa periodicidade mensal na cobrança de quotas (95,75% em 31 de dezembro de 2013). As operações formalizadas a taxa de juro variável são o 99,52% do total (99,53% em 31 de dezembro de 2013) e destas o 84,92% este referido ao Euribor (82,19% em 31 de dezembro de 2013).

A seguir anexa-se a seguinte informação sobre o mercado hipotecário:

- Informação relativa à emissão de cédulas hipotecárias. Montante total de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização (com independência do seu nível de LTV e incluindo titularizações canceladas no balanço):

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>Valor nominal</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Total empréstimos</b>	<b>30.445.815</b>	<b>32.489.335</b>
<b>Participações hipotecárias emitidas</b>	<b>2.123.631</b>	<b>2.338.987</b>
Dos que: empréstimos mantidos em balanço	2.037.579	2.238.674
<b>Certificados de transmissão de hipoteca emitidos</b>	<b>2.521.632</b>	<b>2.940.994</b>
Dos que: empréstimos mantidos em balanço	2.482.239	2.897.148
<b>Empréstimos hipotecários afetos em garantia de financiamentos recebidos</b>	-	-
<b>Empréstimos que suportam a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias</b>	<b>25.800.552</b>	<b>27.209.354</b>
Empréstimos não elegíveis	6.838.125	7.113.205
Cumprem requisitos para ser elegíveis, exceto limite do art. 5.1 do RD 716/2009	5.540.215	5.708.794
Resto	1.297.910	1.404.411
Empréstimos elegíveis	18.962.427	20.096.149
Montantes não computáveis	44.975	149.828
Montantes computáveis	18.917.452	19.946.321
Empréstimos que cobrem emissões de instrumentos de dívida hipotecários	-	-
Empréstimos aptos para cobertura das emissões de cédulas hipotecárias	18.917.452	19.946.321

Na Nota 3.1.4 indica-se o valor contabilístico dos empréstimos com garantia hipotecária e a sua conciliação com a informação do mercado hipotecário.

▪ Informação sobre os empréstimos e créditos hipotecários elegíveis:

Milhares de euros					
2014					
Risco sobre a última avaliação disponível para efeitos do mercado hipotecário (loan to value)					
	Inferior a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60 % e inferior ou igual a 80 %	Superior a 80%	Total
<b>Empréstimos elegíveis para a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias</b>					<b>18.962.427</b>
Sobre habitação	3.729.785	5.971.684	7.466.537	13.069	17.181.075
Sobre o resto de bens	832.215	829.195	119.942		1.781.352

Milhares de euros					
2013					
Risco sobre a última avaliação disponível para efeitos do mercado hipotecário (loan to value)					
	Inferior a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60 % e inferior ou igual a 80 %	Superior a 80%	Total
<b>Empréstimos elegíveis para a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias</b>					<b>20.096.149</b>
Sobre habitação	3.536.925	5.882.188	8.598.210	18.736	18.036.059
Sobre o resto de bens	778.561	906.634	374.895		2.060.090

▪ Informação relativa à emissão de cédulas hipotecárias. Montante detalhado de empréstimos e créditos hipotecários pendentes de amortização:

	Milhares de euros			
	2014		2013	
	Empréstimos que suportam a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias	Dos quais: Empréstimos elegíveis	Empréstimos que suportam a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias	Dos quais: Empréstimos elegíveis
<b>Total</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
<b>Origem das operações</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Originadas pela entidade	25.186.467	18.370.088	26.533.972	19.444.357
Sub-rogadas de outras entidades	614.085	592.339	675.382	651.792
<b>Moeda</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Euro	25.796.978	18.962.427	27.206.245	20.096.149
Resto de moedas	3.574	-	3.109	-
<b>Situação no pagamento</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Normalidade de pagamento	23.002.196	18.225.176	24.289.883	19.239.890
Outras situações	2.798.356	737.251	2.919.471	856.259
<b>Vencimento médio residual</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Até dez anos	4.443.547	2.100.297	4.506.410	2.162.702
Mais de dez anos e até vinte anos	7.309.452	5.791.596	7.018.827	5.581.671
Mais de vinte anos e até trinta anos	10.030.135	7.908.302	11.022.738	8.706.458
Mais de trinta anos	4.017.418	3.162.232	4.661.379	3.645.318
<b>Taxa de juro</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Fixa	248.485	46.598	304.048	131.283
Variável	24.715.427	18.473.990	26.328.010	19.637.464
Mista	836.640	441.839	577.296	327.402
<b>Titulares familiares</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Pessoas coletivas e pessoas singulares empresários	6.348.984	2.695.897	7.012.146	3.290.543
<i>Do que: promoções imobiliárias</i>	3.218.016	1.069.171	3.444.906	1.222.786
Resto de pessoas singulares e Instituição sem fins de lucro ao serviço dos agregados familiares	19.451.568	16.266.530	20.197.208	16.805.606
<b>Tipo de garantia</b>	<b>25.800.552</b>	<b>18.962.427</b>	<b>27.209.354</b>	<b>20.096.149</b>
Ativos / edifícios terminados	23.109.144	18.257.258	24.439.328	19.362.367
Residenciais	21.672.938	17.385.353	17.370.687	13.725.524
<i>Dos que: Habitações de proteção oficial</i>	2.338.402	2.215.063	1.728.144	1.613.814
Comerciais	753.730	417.831	817.505	512.680
Restantes	682.476	454.074	6.251.136	5.124.163
Ativos / edifícios em construção	845.892	344.289	657.144	202.057
Residenciais	355.270	49.500	640.169	190.949
<i>Dos que: Habitações de proteção oficial</i>	19.422	2.345	25.683	4.814
Comerciais	1.627	97	6.142	5.652
Restantes	488.995	294.692	10.833	5.456
Terrenos	1.845.516	360.880	2.112.882	531.725
Urbanizados	1.286.856	27.989	1.574.076	214.184
Resto	558.660	332.891	538.806	317.541

▪ Valor nominal de cédulas emitidas pela Sociedade:

	<b>Milhares de euros</b>	
	<b>Valor nominal</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Cédulas hipotecárias (Nota 19.4)</b>	<b>3.930.000</b>	<b>4.430.000</b>
Ibercaja Novembro 2009	-	500.000
Ibercaja Abril 2010	500.000	500.000
Ibercaja Abril II 2010	100.000	100.000
Ibercaja Março 2011	30.000	30.000
Ibercaja Dezembro 2011	1.000.000	1.000.000
Ibercaja Março 2012 I	750.000	750.000
Ibercaja Março 2012 II	750.000	750.000
Ibercaja Setembro 2012	800.000	800.000
<b>Cédulas hipotecárias AYT (Nota 19.3)</b>	<b>3.404.469</b>	<b>3.798.835</b>
Cédula Singular AYT 5 (15 anos)	101.613	101.613
Cédula Singular AYT 6 (10 anos)	-	100.000
Cédula Singular AYT 8 (10 anos)	-	285.366
Cédula Singular AYT 8 (15 anos)	104.634	104.634
Cédula Singular AYT 9 (10 anos)	383.333	383.333
Cédula Singular AYT 9 (15 anos)	216.667	216.667
Cédula Singular AYT 10 (10 anos)	323.974	323.974
Cédula Singular AYT 10 (20 anos)	341.026	341.026
Cédula Singular AYT Global 2016	227.778	227.778
Cédula Singular AYT Global 2021	225.000	225.000
Cédula Singular AYT Global 2017	150.000	150.000
Cédula Singular AYT Global 2018	270.000	270.000
Cédula Singular AYT Global 2022 Série III	19.444	19.444
Cédula Cajas Global AYT 2018 Série IV	50.000	50.000
Cédula Cajas Global AYT 2023 Série X	75.000	75.000
Cédula Cajas Global AYT 2016 Série XI	50.000	50.000
Cédula Cajas Global AYT 2027 Série XIII	165.000	165.000
Cédula Cajas Global AYT 2019 Série XIV	25.000	25.000
Cédula Cajas Global AYT 2016 Série XXIII	310.000	310.000
Cédula Cajas Global AYT 2015 Série XXVI	90.000	90.000
AYT Financiamento Investimentos I, F.T.A. (BEI I)	-	9.000
AYT Financiamento Investimentos II, F.T.A. (BEI II)	16.000	16.000
AYT Financiamento Investimentos III, F.T.A. (BEI III)	15.000	15.000
Cédula Cajas Global AYT 2017 Série XVI	120.000	120.000
Cédula Cajas Global AYT 2015 Série XX	125.000	125.000
<b>Cédulas hipotecárias TDA (Nota 19.3)</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.700.000</b>
Cédula Singular TDA 5	300.000	300.000
Cédula Singular TDA 6	250.000	250.000
Cédula Singular TDA 7	400.000	400.000
Cédula Singular TDA 6 (Ampliação)	250.000	250.000
Cédula Singular TDA Série A4	300.000	300.000
Cédula Singular TDA Série A1	200.000	200.000

- Informação sobre o vencimento residual de títulos do mercado hipotecário:

	Milhares de euros			
	2014		2013	
	Montante	Vto. Residual médio (meses)	Montante	Vto. Residual médio (meses)
<b>Instrumentos de dívida hipotecários emitidos vivos</b>	-	-	-	-
<b>Cédulas hipotecárias emitidas</b>	<b>9.034.469</b>	-	<b>9.928.835</b>	-
<i>Das que: Não registadas no passivo do balanço</i>	<i>3.300.000</i>	-	<i>3.300.000</i>	-
Valores representativos de dívida. Emitidos mediante oferta pública	-	-	-	-
Valores representativos de dívida. Resto de emissões	3.930.000	-	4.430.000	-
Vencimento residual até um ano	500.000	-	500.000	-
Vencimento residual maior de um ano e até dois anos	780.000	-	500.000	-
Vencimento residual maior de dois e até três anos	-	-	780.000	-
Vencimento residual maior de três e até cinco anos	2.550.000	-	1.000.000	-
Vencimento residual maior de cinco e até dez anos	100.000	-	1.650.000	-
Vencimento residual maior de dez anos	-	-	-	-
Depósitos	5.104.469	-	5.498.835	-
Vencimento residual até um ano	953.308	-	394.366	-
Vencimento residual maior de um ano e até dois anos	787.779	-	991.233	-
Vencimento residual maior de dois e até três anos	670.000	-	749.854	-
Vencimento residual maior de três e até cinco anos	851.247	-	1.091.613	-
Vencimento residual maior de cinco e até dez anos	836.110	-	1.265.745	-
Vencimento residual maior de dez anos	1.006.025	-	1.006.024	-
<b>Participações hipotecárias emitidas</b>	<b>2.037.579</b>	<b>123</b>	<b>2.238.674</b>	<b>126</b>
Resto de emissões	2.037.579	123	2.238.674	126
<b>Certificados de transmissão de hipoteca emitidos</b>	<b>2.482.239</b>	<b>138</b>	<b>2.897.148</b>	<b>156</b>
Resto de emissões	2.482.239	138	2.897.148	156

Nenhuma das emissões foi realizada mediante oferta pública e todas são denominadas em euros. A Sociedade não emite instrumentos de dívida hipotecários e também não dispõe de ativos de substituição afetos aos mesmos.

- Informação relativa aos empréstimos hipotecários que suportam a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias (elegíveis e não elegíveis):

	Milhares de euros			
	2014		2013	
	Empréstimos elegíveis	Empréstimos não elegíveis	Empréstimos elegíveis	Empréstimos não elegíveis
<b>Saldo inicial</b>	<b>20.096.149</b>	<b>7.113.205</b>	<b>15.311.704</b>	<b>6.620.332</b>
Incorporação Cajatres (*)	-	-	5.473.163	1.305.111
<b>Cancelamentos no período</b>	<b>1.890.875</b>	<b>768.216</b>	<b>1.215.073</b>	<b>1.191.830</b>
Cancelamentos a vencimento	20.990	11.210	11.096	53.414
Cancelamentos antecipados	176.482	53.610	203.268	332.140
Sub-rogações por outras entidades	4.801	727	4.875	4.630
Vencimentos e outros	1.688.602	702.669	995.834	801.646
<b>Altas no período</b>	<b>757.153</b>	<b>493.136</b>	<b>526.355</b>	<b>379.592</b>
Originadas pela entidade	755.840	493.136	525.783	379.592
Sub-rogações de outras entidades	1.313	-	572	-
<b>Saldo final</b>	<b>18.962.427</b>	<b>6.838.125</b>	<b>20.096.149</b>	<b>7.113.205</b>

(\*) Montante derivado da incorporação ao Grupo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., cuja integração se descreve na Nota 1.10.2.

▪ Informação relativa aos saldos disponíveis dos empréstimos hipotecários que suportam a emissão de instrumentos de dívida hipotecários e cédulas hipotecárias:

	Milhares de euros	
	2014	2013
<b>Total</b>	<b>171.904</b>	<b>228.855</b>
Potencialmente elegíveis	81.911	154.351
Não elegíveis	89.993	74.504

### 43.2 Serviço de atendimento ao cliente

No enquadramento das medidas protetoras dos clientes das entidades financeiras previstas pela Lei 44/2002, de 22 de novembro, de Medidas de Reforma do Sistema Financeiro, e com o duplo objetivo de preservar e fortalecer a confiança com os seus clientes, o Conselho de Administração de Ibercaja Banco, S.A., em sessão celebrada o 22 de setembro de 2011, aprovou o Regulamento para a Defesa do Cliente onde se regula a atividade do Serviço de Atendimento ao Cliente do Grupo Ibercaja, com a finalidade de atender e resolver as queixas e reclamações que os seus clientes pudessem apresentar, relacionadas com os seus interesses e direitos legalmente reconhecidos, relativos a operações, contratos ou serviços financeiros prestados pelas empresas do Grupo.

O conteúdo do Regulamento pode ser consultado em qualquer dos escritórios do Grupo Ibercaja e através da página [www.ibercaja.es](http://www.ibercaja.es). Igualmente, através destes meios, os utentes podem formular as suas possíveis queixas ou reclamações ou consultar o procedimento para a sua apresentação e tramitação.

O Grupo Ibercaja compreende, para estes efeitos, Ibercaja Banco, S.A. e as sociedades seguintes: Ibercaja Leasing y Financiación, S.A., Establecimiento Financiero de Crédito; Ibercaja Patrimonios, S.A., Sociedad Gestora de Carteras; Ibercaja Gestión, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Colectiva; Ibercaja Vida, S.A., Compañía de Seguros y Reaseguros; Ibercaja Pensión, S.A., Sociedad Gestora de Fondos de Pensiones; e Ibercaja Mediación de Seguros, S.A. Caja3 Bolsa Sociedad de Valores; Caja Círculo Operador de Banca-Seguros Vinculado S.A.U.; CAI Vida y Pensiones Seguros y Reaseguros, S.A.; CAI Mediación de Seguros, S.A.

De conformidade com as disposições dantes indicadas, em sessão celebrada o 25 de fevereiro de 2015 submeteu-se à consideração do Conselho de Administração de Ibercaja Banco, S.A. o relatório estatístico do Serviço de Atendimento ao Cliente do Grupo Ibercaja compreensivo das queixas e reclamações atendidas, das decisões ditadas e dos critérios gerais conteúdos nas decisões e as recomendações ou sugestões com vistas a uma melhor consecução dos fins que informam a sua atuação, cujo resumo é o seguinte:

#### a) Reclamações atendidas

Os dados que se incluem correspondem a Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, S.A.U., tanto em 2014 como em 2013.

As 7.628 incidências atendidas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente supõem um incremento de 18,35% relativamente ao exercício 2013 (6.445 incidências). O número das queixas, sugestões e reclamações, elevou-se a 5.949, o que representa um incremento de 3,74%.

Os expedientes relativos à Lei Orgânica de Proteção de Dados aumentaram consideravelmente, devido ao processo de integração, passando de 711 pedidos em 2013 aos 1.679 deste ano, o que supõe um incremento de 136% relativamente ao ano anterior.

As reclamações de conteúdo económico supuseram um montante total de 674.881,36 euros. Resolveram-se a favor dos clientes 968 processos o que representou um montante de 40.433,72 euros (45.520,98 euros em 2013), e supõe um 5,99 % do reclamado (10,24 % em 2013).

Os prazos médios de resposta das incidências geridas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente situaram-se em 35,43 dias para o total de incidências e em 29,72 dias para as reclamações (em 2013, os prazos de resolução de Ibercaja Banco situavam-se em 41,37 dias para o total de incidências e em 44,66 dias para as Reclamações).

b) Critérios gerais contidos nas resoluções

Serviram de base na formulação das resoluções, que se emitiram com observância rigorosa das normas de bom governo e práticas bancárias, transparência e proteção dos utentes financeiros, as manifestações formalmente expressas pelos clientes e os relatórios emitidos pelas agências, departamentos e empresas do Grupo afetados, se fundamentando os ditames nos documentos contratuais subscritos com os clientes.

Com motivo da integração de Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, S.A.U., a tramitação das Queixas, Sugestões, Pedidos LOPD e Reclamações formuladas pelos clientes evidenciou algumas aspetos suscetíveis de melhora relativos, nuns casos, à qualidade do serviço prestado, já que se incrementaram as queixas por atrasos, atendimento em agências e, em outros, a questões relacionadas com a comercialização de certos produtos e aplicação do preçário vigente em Ibercaja Banco aos clientes de Banco Grupo Cajatres, S.A.U.

**44. Balanços em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e demonstrações de resultados, estados de rendimentos e despesas reconhecidas, estados totais de câmbios no patrimônio líquido e estados de fluxos de efetivo de Ibercaja Banco, S.A. correspondentes aos exercícios anuais terminados em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

**BALANÇOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Milhares de euros)

ATIVO	2014	2013 (*)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013 (*)
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>434.700</b>	<b>345.653</b>	<b>Carteira de negociação</b>	<b>48.462</b>	<b>21.630</b>
			Derivados de negociação	48.462	21.630
<b>Carteira de negociação</b>	<b>53.999</b>	<b>27.875</b>	<b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>	<b>53.060.501</b>	<b>36.625.612</b>
Valores representativos de dívida	959	890	Depósitos de bancos centrais	4.848.302	2.534.006
Derivados de negociação	53.040	26.985	Depósitos de entidades de crédito	3.227.669	3.635.782
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>	-	-	Depósitos da clientela	43.060.404	28.021.882
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>9.471.223</b>	<b>2.231.274</b>	Débitos representados por valores negociáveis	691.732	1.837.877
Valores representativos de dívida	8.981.953	1.841.830	Passivos subordinados	560.582	250.372
Instrumentos de capital	489.270	389.444	Outros passivos financeiros	671.812	345.693
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>	3.618.820	1.164.045	<b>Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>6.668</b>	-
<b>Investimentos creditícios</b>	<b>36.048.514</b>	<b>30.214.951</b>	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>596.975</b>	<b>74.541</b>
Depósitos em entidades de crédito	834.981	1.005.948	<b>Provisões</b>	<b>328.517</b>	<b>150.802</b>
Crédito à clientela	34.709.965	29.031.453	Fundos para pensões e obrigações similares	143.696	102.083
Valores representativos de dívida	503.568	177.550	Provisões para impostos e outras contingências legais	10.150	5.224
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>	4.977.648	5.533.556	Provisões para riscos e compromissos contingentes	26.089	7.291
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>6.681.685</b>	<b>4.088.342</b>	Outras provisões	148.582	36.204
<i>Pró-memória: Empréstados ou em garantia</i>	4.399.885	2.580.362	<b>Passivos fiscais</b>	<b>373.833</b>	<b>123.259</b>
<b>Acertos a ativos financeiros por macro-coberturas</b>	<b>128.992</b>	-	Correntes	251	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>492.742</b>	<b>491.597</b>	Diferidos	373.582	123.259
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>189.233</b>	<b>72.556</b>	<b>Resto de passivos</b>	<b>173.525</b>	<b>67.941</b>
<b>Participações</b>	<b>857.624</b>	<b>855.327</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>54.588.481</b>	<b>37.063.785</b>
Entidades associadas	90.239	60.979	<b>Fundos próprios</b>	<b>2.367.434</b>	<b>2.327.403</b>
Entidades multi grupo	46.685	46.685	Capital	2.611.730	2.611.730
Entidades do Grupo	720.700	747.663	Reservas	(315.512)	(220.387)
<b>Contratos de seguros vinculados a pensões</b>	<b>130.467</b>	<b>102.339</b>	Resultado do exercício	71.216	(63.940)
<b>Ativo material</b>	<b>882.266</b>	<b>384.687</b>	<b>Acertos por avaliação</b>	<b>216.407</b>	<b>64.307</b>
Ativo fixo tangível	560.898	359.445	Ativos financeiros disponíveis para a venda	216.255	64.123
<i>De uso próprio</i>	560.898	359.445	Resto	152	184
Investimentos imobiliários	321.368	25.242	<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.583.841</b>	<b>2.391.710</b>
<i>Pró-memória: Adquirido em arrendamento financeiro</i>	-	-			
<b>Ativo intangível</b>	<b>189.373</b>	<b>9.737</b>			
Fundo de maneo	128.065	-			
Outro ativo intangível	61.308	9.737			
<b>Ativos fiscais</b>	<b>1.516.596</b>	<b>566.027</b>			
Correntes	8.106	-			
Diferidos	1.508.490	566.027			
<b>Resto de ativos</b>	<b>94.908</b>	<b>65.130</b>			
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>57.172.322</b>	<b>39.455.495</b>	<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>57.172.322</b>	<b>39.455.495</b>
<b>Pró-memória</b>					
Riscos contingentes	638.663	429.575			
Compromissos contingentes	3.273.191	2.556.361			

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

IBERCAJA BANCO, S.A.

CONTAS DE PERDAS E GANHOS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2014 E 2013  
(Milhares de euros)

	2014	2013 (*)
Juros e rendimentos assimilados	1.184.844	813.157
Juros e ónus assimilados	602.560	407.892
<b>MARGEM DE JUROS</b>	<b>582.284</b>	<b>405.265</b>
Rendimento de instrumentos de capital	87.937	116.085
Comissões recebidas	262.737	183.666
Comissões pagas	15.167	12.224
<b>Resultado de operações financeiras (líquido)</b>	<b>414.908</b>	<b>87.196</b>
Carteira de negociação	2.711	3.873
Instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados	429.805	81.776
Outros	(17.608)	1.547
Diferenças de mudança (líquido)	270	1.327
Outros produtos de exploração	18.279	9.329
Outros ónus de exploração	82.585	74.540
<b>MARGEM ILÍQUIDA</b>	<b>1.268.663</b>	<b>716.104</b>
<b>Despesas de administração</b>	<b>683.330</b>	<b>414.332</b>
Despesas de pessoal	489.945	285.600
Outras despesas gerais de administração	193.385	128.732
<b>Amortização</b>	<b>48.232</b>	<b>25.938</b>
<b>Dotações a provisões (líquido)</b>	<b>(5.945)</b>	<b>10.221</b>
<b>Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)</b>	<b>345.920</b>	<b>268.901</b>
Investimentos creditícios	309.971	246.674
Outros instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com variações na demonstração de resultados	35.949	22.227
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>197.126</b>	<b>(3.288)</b>
<b>Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)</b>	<b>76.793</b>	<b>134.967</b>
Fundo de maneio e outro ativo intangível	-	-
Outros ativos	76.793	134.967
Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda	6.638	10.427
Diferença negativa em combinações de negócio	-	-
Ganhos (Perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas	(21.649)	(5.295)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>105.322</b>	<b>(133.123)</b>
Imposto sobre lucros	34.106	(69.183)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>71.216</b>	<b>(63.940)</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>71.216</b>	<b>(63.940)</b>

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpressada (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

**ESTADOS DE RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS  
TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013  
(Milhares de euros)**

	2014	2013 (*)
<b>A) RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>71.216</b>	<b>(63.940)</b>
<b>B) OUTROS RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>118.027</b>	<b>132.382</b>
<b>B.1) Rubricas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>(4.819)</b>	<b>7.102</b>
<b>Perdas e ganhos atuariais em planos de pensões de prestação definida</b>	<b>(6.884)</b>	<b>10.146</b>
<b>Ativos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Imposto sobre lucros relacionado com rubricas que não serão reclassificadas a resultados</b>	<b>2.065</b>	<b>(3.044)</b>
<b>B.2) Rubricas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>122.846</b>	<b>125.280</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>175.542</b>	<b>170.165</b>
Ganhos (perdas) por avaliação	211.283	164.185
Montantes transferidos à demonstração de resultados	(35.741)	5.980
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas dos fluxos de efetivo</b>	-	-
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Montantes transferidos ao valor inicial das rubricas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro</b>	-	-
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Diferenças de câmbio</b>	-	-
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Ativos não correntes em venda</b>	-	-
Ganhos (perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos à demonstração de resultados	-	-
Outras reclassificações	-	-
<b>Resto de rendimentos e despesas reconhecidas</b>	<b>(43)</b>	<b>6.155</b>
<b>Imposto sobre benefícios relacionados com rubricas que poderão ser reclassificadas a resultados</b>	<b>(52.653)</b>	<b>(51.040)</b>
<b>C) TOTAL RENDIMENTOS E DESPESAS RECONHECIDAS</b>	<b>189.243</b>	<b>68.442</b>

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

**ESTADO TOTAL DE VARIACÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(Milhares de euros)

	Fundos próprios					Total Fundos próprios	Acertos por avaliação	Total Património Líquido
	Capital	Prima de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Divid. e retribuiç.			
<b>I. Saldo final a 31/12/2013 (*)</b>	<b>2.611.730</b>	-	<b>(220.387)</b>	<b>(63.940)</b>	-	<b>2.327.403</b>	<b>64.307</b>	<b>2.391.710</b>
Acerto por variações de critério contabilístico	-	-	(26.366)	-	-	(26.366)	29.254	2.888
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>2.611.730</b>	-	<b>(246.753)</b>	<b>(63.940)</b>	-	<b>2.301.037</b>	<b>93.561</b>	<b>2.394.598</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	-	<b>(4.819)</b>	<b>71.216</b>	-	<b>66.397</b>	<b>122.846</b>	<b>189.243</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>	-	-	<b>(63.940)</b>	<b>63.940</b>	-	-	-	-
Aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	-	(63.940)	63.940	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>III. Saldo final a 31/12/2014</b>	<b>2.611.730</b>	-	<b>(315.512)</b>	<b>71.216</b>	-	<b>2.367.434</b>	<b>216.407</b>	<b>2.583.841</b>

(\*) foi reexpresso (Nota 1.4).

IBERCAJA BANCO, S.A.

ESTADO TOTAL DE VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTE AO  
EXERCÍCIO ANUAL TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Milhares de euros)

	Fundos próprios					Acertos por avaliação	Total Património Líquido	
	Capital	Prima de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Divid. e retribuiç.			Total Fundos próprios
<b>I. Saldo final a 31/12/2012</b>	<b>2.278.500</b>	-	<b>315.278</b>	<b>(518.946)</b>	-	<b>2.074.832</b>	<b>(54.776)</b>	<b>2.020.056</b>
Acerto por câmbios de critério contabilístico	-	-	(22.288)	-	-	(22.288)	-	(22.288)
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>II. Saldo inicial acertado</b>	<b>2.278.500</b>	-	<b>292.990</b>	<b>(518.946)</b>	-	<b>2.052.544</b>	<b>(54.776)</b>	<b>1.997.768</b>
<b>Total rendimentos e despesas reconhecidas</b>	-	-	<b>13.299</b>	<b>(63.940)</b>	-	<b>(50.641)</b>	<b>119.083</b>	<b>68.442</b>
<b>Outros câmbios do património líquido</b>	<b>333.230</b>	-	<b>(526.676)</b>	<b>518.946</b>	-	<b>325.500</b>	-	<b>325.500</b>
Aumentos de capital	325.500	-	-	-	-	325.500	-	325.500
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Incrementos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros a outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital a passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	7.730	-	(526.676)	518.946	-	-	-	-
Incrementos (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resto de incrementos (reduções) de património líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>III. Saldo final a 31/12/2013</b>	<b>2.611.730</b>	-	<b>(220.387)</b>	<b>(63.940)</b>	-	<b>2.327.403</b>	<b>64.307</b>	<b>2.391.710</b>

Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

IBERCAJA BANCO, S.A.

ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Milhares de euros)

	2014	2013 (*)
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>(4.428.704)</b>	<b>(505.808)</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>71.216</b>	<b>(63.940)</b>
<b>Acertos para obter os fluxos de efetivo das atividades de exploração</b>	<b>408.562</b>	<b>400.048</b>
Amortização	48.232	25.938
Outros acertos	360.330	374.110
<b>Aumento/diminuição líquido dos ativos de exploração</b>	<b>(3.405.647)</b>	<b>1.926.129</b>
Carteira de negociação	(19.843)	2.189
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	-	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(6.589.995)	873.765
Investimentos creditícios	3.268.554	842.193
Outros ativos de exploração	(64.363)	207.982
<b>Aumento/diminuição líquido dos passivos de exploração</b>	<b>(1.515.055)</b>	<b>(2.733.026)</b>
Carteira de negociação	20.916	4.750
Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	-	-
Passivos financeiros a custo amortizado	(1.786.340)	(2.670.756)
Outros passivos de exploração	250.369	(67.020)
<b>Cobranças/pagamentos por imposto sobre lucros</b>	<b>12.220</b>	<b>(35.019)</b>
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>4.486.727</b>	<b>301.453</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(413.142)</b>	<b>(122.757)</b>
Ativos tangíveis	(64.972)	(15.850)
Ativos intangíveis	(11.556)	(4.643)
Participações	(314.418)	(99.979)
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos associados em venda	(22.196)	(2.285)
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outros pagamentos relacionados com atividades de investimento	-	-
<b>Cobranças</b>	<b>4.899.869</b>	<b>424.210</b>
Ativos tangíveis	27.504	18.098
Ativos intangíveis	-	-
Participações	8.077	12.396
Outras unidades de negócio	-	-
Ativos não correntes e passivos associados em venda	11.602	5.376
Carteira de investimento a vencimento	4.852.686	388.340
Outras cobranças relacionadas com atividades de investimento	-	-

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**IBERCAJA BANCO, S.A.**  
**ESTADOS DE FLUXOS DE EFETIVO CORRESPONDENTES AOS EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE**  
**DEZEMBRO DE 2014 E 2013**  
(Milhares de euros)

	2014	2013 (*)
<b>FLUXOS DE EFETIVO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>395.841</b>	<b>(29.339)</b>
<b>Pagamentos</b>	<b>(5.270)</b>	<b>(29.339)</b>
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	(5.270)	(29.339)
Outros pagamentos relacionados com atividades de financiamento	-	-
<b>Cobranças</b>	-	-
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Outras cobranças relacionadas com atividades de financiamento	-	-
<b>Incorporação Cajatres</b>	<b>401.111</b>	-
<b>EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>	-	-
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DO EFETIVO E EQUIVALENTES</b>	<b>453.864</b>	<b>(233.694)</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES AO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>8.491</b>	<b>242.185</b>
<b>EFETIVO E EQUIVALENTES AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>462.355</b>	<b>8.491</b>
<b>Pró-memória:</b>		
<b>Componentes do efetivo e equivalentes ao final do período</b>		
Caixa	191.427	124.855
Saldos equivalentes ao efetivo em bancos centrais	243.273	220.798
Saldos líquidos à vista mantidos com entidades de crédito	27.655	(337.162)
<b>Total efetivo e equivalentes ao final do período</b>	<b>462.355</b>	<b>8.491</b>

(\*) Apresenta-se, única e exclusivamente, para efeitos comparativos e foi reexpresso (Nota 1.4).

**ANEXO I**

**INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES DEPENDENTES, MULTI-GRUPO E ASSOCIADAS**

**Entidades do Grupo:**

Entidade	País de residência	Percentagem de participação			
		2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Agencia de Viajes de Caja de Ahorros de Badajoz, S.A.	Espanha	80,00%	-	-	80,00%
Anexa Capital, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Araprom, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Arcai Inmuebles, S.A.	Espanha	-	-	-	98,98%
Badajoz Siglo XXI	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Banco Grupo Cajatres, S.A.U.	Espanha	-	-	100,00%	-
CAI División de Servicios Generales, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00%
CAI Inmuebles, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
CAI Mediación de Seguros, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
CAI Viajes, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A. de Seguros	Espanha	100,00%	-	-	50,00%
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00%
Cajaragón, S.L.	Espanha	75,00%	25,00%	75,00%	25,00%
Cartera de Inversiones Lusitania, S.L.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Cerro Goya, S.L.	Espanha	98,70%	1,30%	95,00%	5,00%
Cerro Murillo, S.A.	Espanha	99,77%	0,23%	99,29%	0,71%
Dopar Servicios, S.L.	Espanha	50,00%	7,50%	50,00%	7,50%
Enclama, S.L.	Espanha	50,00%	7,50%	50,00%	7,50%
Espacio Industrial Cronos, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Gedeco Zona Centro, S.L.	Espanha	-	100,00%	-	100,00%
Genética el Bardal, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Gestora Valle de Tena, S.A.	Espanha	-	-	-	90,10%
Golf del Puerto, S.A.	Espanha	-	-	-	98,98%
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	Espanha	89,41%	-	89,41%	-
I.C. Inmuebles, S.A.	Espanha	-	-	100,00%	-
Ibercaja Gestión, S.A.	Espanha	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Ibercaja Gestión de Inmuebles, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Ibercaja Leasing y Financiación, S.A., E.F.C.	Espanha	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Ibercaja Participaciones Empresariales, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Ibercaja Patrimonios, S.A.	Espanha	100,00%	-	0,01%	99,99%
Ibercaja Pensión, S.A.	Espanha	100,00%	-	1,00%	99,00%
Ibercaja Servicios Financieros, S.A.	Espanha	-	-	99,77%	0,23%
Ibercaja Servicios Inmobiliarios, S.A.	Espanha	99,00%	1,00%	99,00%	1,00%
Ibercaja Viajes, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Ibercaja Vida, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Ibercaja, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Iberprofin, S.L.	Espanha	95,00%	5,00%	95,00%	5,00%
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Inmobinsa Inversiones Inmobiliarias, S.A.	Espanha	-	100,00%	-	100,00%
Interchip, S.A.	Espanha	-	-	-	88,88%
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L.	Espanha	-	-	-	98,98%
Mantenimiento de Promociones Urbanas, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Método 21 S.L.	Espanha	-	-	-	100,00%
Nuevas Inversiones Aragonesas 2011, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00%
Plattea Canna, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	Espanha	-	-	-	98,98%
Promur Viviendas, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%
Radio Huesca, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Residencial Murillo, S.A.	Espanha	100,00%	-	-	100,00%
Servicios a Distancia IBD, S.L.	Espanha	95,00%	5,00%	95,00%	5,00%
Telehuesca, S.L.	Espanha	-	100,00%	-	100,00%
Tintas Arzubialde, S.L.	Espanha	-	-	-	88,88%
Tipo Línea, S.A.	Espanha	100,00%	-	100,00%	-
Viajes Caja Círculo, S.A.	Espanha	75,00%	-	-	75,00%
Viviendas Caja Círculo, S.A.	Espanha	-	-	-	100,00%

### Entidades multigrupo:

Entidade	País de residência	Percentagem de participação			
		2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aramón Montañas de Aragón, S.A.	Espanha	50,00%	-	50,00%	-
Ciudad del Corredor, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Corredor del Iregua, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Desarrollos Vivir Zaragoza, S.A.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Ibervalor Energía Aragonesa, S.A.	Espanha	50,00%	-	50,00%	-
Montis Locare, S.L.	Espanha	47,73%	-	-	47,73%
Promociones Palacete del Cerrillo, S.L.	Espanha	-	33,33%	-	33,33%
Torrecerredo Moncayo, S.L.	Espanha	-	-	-	50,00%
Urbanizadora Arcas Reales, S.A.	Espanha	-	-	-	50,00%

### Entidades asociadas:

Entidade	País de residência	Percentagem de participação			
		2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ACB Sportrust Zaragoza, S.L.	Espanha	-	-	-	20,00%
Aliancia Inversiones en Inmuebles Dos, S.L.	Espanha	25,75%	-	-	25,75%
Anglia Real Estate, S.L.	Espanha	-	35,56%	-	35,56%
Araven, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Asociación Técnica de Cajas de Ahorro, A.I.E.	Espanha	31,00%	-	-	31,00%
C y E Badajoz Servicios Sociosanitarios, S.A.	Espanha	33,00%	-	-	33,00%
CAI Seguros Generales, Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha	50,00%	-	-	50,00%
Campusport, S.L.	Espanha	-	-	-	21,09%
Centro de Transportes Aduana de Burgos, S.A.	Espanha	25,45%	-	-	25,45%
Cerro de Mahí, S.L.	Espanha	-	33,33%	-	33,33%
Chip Audiovisual, S.A.	Espanha	17,50%	-	25,00%	25,00%
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A.	Espanha	23,73%	-	6,30%	17,43%
Cuatro Estaciones Inmobiliaria Siglo XXI, S.L.	Espanha	-	-	-	10,00%
Desarrollo Urbanísticos Cedra, S.A.	Espanha	-	-	-	33,00%
Desarrollos Inmobiliarios Salamanca, S.L.	Espanha	-	-	-	25,00%
Desarrollos Sud-57, S.L.	Espanha	-	-	-	35,00%
Desarrollos Urbanos Orión, S.L.	Espanha	-	-	-	34,00%
Districlima Zaragoza, S.L.	Espanha	35,00%	-	20,00%	15,00%
Edificios y Chalets 2000, S.A.	Espanha	-	-	-	44,61%
Europea Desarrollos Urbanos, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Heraldo de Aragón, S.A.	Espanha	39,94%	-	25,34%	14,60%
Imaginarium, S.A. (a)	Espanha	10,65%	16,38%	-	27,03%
Inmobiliaria Monte Arenal 2000, S.L.	Espanha	-	-	-	49,00%
Inmobiliaria Montesoto, S.L.	Espanha	-	-	-	40,71%
Inmourbe, F.I.I.F	Portugal	32,78%	-	-	40,87%
Inverzona Seis Participaciones Aragonesas, S.A.	Espanha	27,02%	-	27,02%	-
Liderazgo Inmobiliario de Aragón, S.L.	Espanha	-	50,00%	-	50,00%
Mobart Circulo Participaciones, S.L.	Espanha	50,00%	-	-	50,00%
Negio Constructora, S.A.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Nuevas Energías de Castilla S.A.	Espanha	48,00%	-	-	48,00%
Nuevos Materiales de Construcción, S.A.	Espanha	21,93%	-	21,93%	-
Ocho17 Eficiencia Energética, S.L.	Espanha	17,94%	2,42%	-	21,68%
Parque Tecnológico del Motor de Aragón, S.A.	Espanha	12,46%	10,50%	12,46%	10,50%
Plataforma Logística de Zaragoza, PLAZA, S.A.	Espanha	30,58%	-	15,29%	15,29%
Prames Audiovisual, S.A.	Espanha	40,00%	-	20,00%	20,00%
Promocas 2005, S.L.	Espanha	-	-	-	45,00%
Promociones Empresariales Área 9, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Promopuerto 2006, S.L.	Espanha	-	45,70%	-	45,70%
Proyectos y Realizaciones Aragonesas de Montaña, Escalada y Senderismo, S.A.	Espanha	31,28%	-	15,64%	15,64%
Publicaciones y Ediciones Alto Aragón, S.A.	Espanha	46,78%	-	46,78%	-
Residencia Jardín Nuestra Señora María Auxiliadora, S.A.	Espanha	40,00%	-	-	40,00%
Rioja Nueva Economía, S.A.	Espanha	42,55%	-	42,55%	-
Savia Capital Innovación y Crecimiento, S.A., S.C.R.	Espanha	45,77%	-	26,64%	19,13%
Segóbrida del Eresma, S.A.	Espanha	-	-	-	32,26%
Soc. Española de Banca de Negocios, S.A.	Espanha	-	-	21,09%	-
Sociedad Gestora del Conjunto Paleontológico de Teruel, S.A.	Espanha	23,41%	-	10,16%	13,25%
Sociedad para la Promoción y Desarrollo Empresarial de Teruel, S.A.	Espanha	22,16%	-	11,08%	11,08%
Solavanti, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Titulización de Activos, S.G.F.T., S.A.	Espanha	38,56%	-	38,56%	-
Tom Sagan Sports, S.L.	Espanha	-	-	-	40,00%
Turolense del Viento, S.L.	Espanha	-	20,00%	-	20,00%
Valora Capital Inmuebles, S.A.	Espanha	-	-	-	30,00%
Viacajas, S.L.	Espanha	24,41%	-	19,07%	5,34%

(a) Sociedade cotada no Mercado Alternativo Bursátil. O seu valor razoável em 31 de dezembro de 2014 é de 2.208 milhares de euros (2.449 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013)

ANEXO II

INFORMAÇÃO FINANCEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENTIDADES DEPENDENTES, MULTIGRUPO E ASSOCIADAS

Entidades do Grupo:

Entidade	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado		Contribuição às reservas consolidadas		Minoritários	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Agencia de Viajes de la Caja Badajoz, S.A.	dez-14	6	(228)	(348)	-	(5)	(57)
AnexaCapital, S.A.	dez-14	3.342	(99)	20	-	-	-
Araprom, S.A.	nov-14	(6)	1	-	-	-	-
Arcai Inmuebles, S.A.	nov-14	(854)	639	-	-	-	-
Badajoz Siglo XXI	dez-14	(1.479)	(7.025)	(10.009)	-	-	-
Banco Grupo Cajatres, S.A.U.	-	-	(110.574)	-	-	-	-
CAI División de Servicios Generales, S.L.	-	-	(50.479)	-	-	-	-
CAI Inmuebles, S.A.	dez-14	1.982	(6.404)	(205.164)	-	-	-
CAI Mediación de Seguros, S.A.	dez-14	1.089	396	3.514	-	-	-
CAI Viajes, S.A.	dez-14	29	(3)	300	-	-	-
Caja Badajoz Vida y Pensiones, seguros y Reaseguros, S.A.	dez-14	3.350	-	10.698	-	-	-
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	-	-	16.923	-	-	-	-
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	dez-14	31	(7)	24	-	-	-
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	dez-14	(121)	5	1.495	-	-	-
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	-	-	189	-	-	-	-
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	-	-	(38)	-	-	-	-
Cajaragón, S.L.	dez-14	-	-	(2)	(2)	-	-
Cartera de Inversiones Lusitania, S.L.	dez-14	(76)	(323)	644	-	-	-
Cerro Goya, S.L.	dez-14	(3.631)	(3.148)	(11)	(11)	-	-
Cerro Murillo, S.A.	dez-14	(66.595)	(85.752)	(131)	(562)	-	-
Comercial Logística Calamocha, S.A.	-	-	(284)	-	-	-	-
Dopar Servicios, S.L.	dez-14	10	(7)	224	-	115	105
Enclama, S.L.	dez-14	119	20	204	-	152	96
Espacio Industrial Cronos, S.A.	dez-14	(2.438)	(111)	(7.725)	-	-	-
Gedeco Zona Centro, S.L.	dez-14	(177)	(217)	(18.812)	-	-	-
Gestora Valle de Tena,	-	-	27	-	655	-	70
Genetica El Bardal	-	-	(29)	-	-	-	-
Golf del Puerto, S.A.	nov-14	(842)	-	-	-	-	-
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	dez-14	117	(1.781)	(7.357)	(5.368)	285	1.940
I.C. Inmuebles, S.A.	-	-	(37.297)	-	(3)	-	-
Ibercaja, S.A.	dez-14	686	697	(23.237)	(20.342)	-	-
Ibercaja Banco, S.A.	dez-14	71.216	(39.523)	(315.512)	(234.008)	-	-
Ibercaja Gestión, S.A.	dez-14	24.441	19.825	45.042	44.816	-	-
Ibercaja Gestión de Inmuebles, S.A.	dez-14	8	10	32	21	-	-
Ibercaja Leasing y Financiación, S.A.	dez-14	823	1.490	14.395	13.081	-	-
Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.	dez-14	24.121	15.846	34.606	31.587	-	-
Ibercaja Participaciones Empresariales, S.A.	dez-14	14	7	71	69	-	-
Ibercaja Patrimonios, S.A.	dez-14	847	277	1.989	1.712	-	-
Ibercaja Pensión, S.A.	dez-14	10.495	8.723	23.932	21.082	-	-
Ibercaja Servicios Financieros, S.A.	-	-	7.696	-	23.537	-	-
Ibercaja Servicios Inmobiliarios, S.A.	dez-14	59	240	319	279	-	-
Ibercaja Viajes, S.A.	dez-14	(116)	(97)	220	216	-	-
Ibercaja Vida, S.A.	dez-14	80.422	64.828	258.401	136.145	-	-
Iberprofin, S.L.	dez-14	36	28	25	(4)	-	-
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	dez-14	344	(1.750)	(27.855)	-	-	-
Inmobinsa Inversiones Inmobiliarias, S.A.	dez-14	210	2.643	24.828	22.449	-	-
Interchip, S.A.	nov-14	66	-	-	-	-	-
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L.	nov-14	(379)	-	-	-	-	-
Jamcal Alimentación, S.A.	-	-	38	-	-	-	-
Mantenimiento de Promociones Urbanas, S.A.	dez-14	61	82	222	220	-	-
Método 21 S.L.	nov-14	4.464	110	-	-	-	-
Nuevas Inversiones Aragonesas 2011, S.L.	nov-14	(12)	(148)	-	-	-	-
Plattea Canna, S.A.	-	-	(3.229)	-	-	-	-
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	nov-14	(1)	-	-	-	-	-
Promur Viviendas, S.A.	-	-	(7.158)	-	(1)	-	-
Radio Huesca, S.A.	dez-14	(352)	(446)	1.076	1.501	-	-
Residencial Murillo, S.A.	dez-14	(54.350)	(38.278)	15.318	(50)	-	-
Servicios a Distancia, IBD S.L.	dez-14	153	116	36	25	-	-
Telehuesca, S.L.	dez-14	(50)	(88)	(208)	(123)	-	-
Tintas Arzubialde, S.L.	dez-14	(176)	(1.988)	-	-	-	45
Tipo Línea, S.A.	dez-14	(341)	(154)	1.594	1.729	-	-
Viajes Caja Círculo, S.A.	dez-14	187	(175)	(794)	-	(20)	(185)
Viviendas Caja Círculo, S.A.	nov-14	335	(397)	-	-	-	-

Entidade	Data estados financ.	Informação financeira					
		2014			2013		
		Capital	Reservas e Ac. Aval.	Resulta.	Capital	Reservas e Ac. Aval.	Resultado
Agencia de Viajes de la Caja Badajoz, S.A.	dez-14	454	(348)	6	273	(58)	(219)
Anexa Capital S.C.R., S.A.	dez-14	18.293	20	3.342	31.700	(18.939)	(2.810)
Araprom, S.A.	nov-14	60	49	(7)	60	52	-
Arcai Inmuebles, S.A.	nov-14	2.060	(81.839)	(854)	60	(77.051)	(4.320)
Badajoz Siglo XXI	dez-14	40.950	3.641	(1.479)	40.950	(1.436)	(8.007)
Banco Grupo Cajates, S.A.U.	-	-	-	-	204.865	(1.000.543)	(149.548)
CAI División de Servicios Generales, S.A.	-	-	-	-	9.914	(107.029)	(9.833)
CAI Inmuebles, S.A.	dez-14	64	(205.164)	1.982	49.170	(289.494)	(12.526)
CAI Mediación de Seguros, S.A.	dez-14	60	3.514	1.089	60	2.355	1.158
CAI Viajes, S.A.	dez-14	60	300	29	60	268	32
CAI Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	-	-	-	-	22.500	41.119	16.923
Caja 3 Bolsa Sociedad de Valores, S.A.	dez-14	5.000	1.495	(121)	5.000	1.490	5
Caja Badajoz Vida y Pensiones, Seguros y Reaseguros, S.A.	dez-14	11.720	38.487	3.350	-	-	-
Caja Círculo Correduría de Seguros, S.A.	-	-	-	-	60	1.526	189
Caja Inmaculada Energía e Infraestructuras, S.A.	dez-14	1.154	9.600	31	1.154	62	(38)
Caja Inmaculada Gestión Inmobiliaria, S.L.	-	-	-	-	100	435	(79)
Cajaragón, S.L.	dez-14	4	(2)	-	4	(2)	-
Cartera de Inversiones Lusitania, S.L.	dez-14	16.814	(3.260)	(76)	16.814	(2.881)	(315)
Cerro Goya, S.L.	dez-14	13.503	(11)	(3.631)	660	(11)	(3.148)
Cerro Murillo, S.A.	dez-14	222.381	(131)	(66.595)	158.627	(562)	(85.752)
Dopar Servicios, S.L.	dez-14	20	224	10	20	238	(13)
Enclama, S.L.	dez-14	20	204	119	20	164	40
Espacio Industrial Cronos, S.A.	dez-14	28	(7.725)	(2.438)	28	(7.644)	(81)
Gedeco Zona Centro, S.L.	dez-14	7.185	(14.332)	(177)	7.185	(14.748)	(431)
Genética el Bardal, S.A.	-	-	-	-	60	76	(29)
Gestora Valle de Tena, S.A.	-	-	-	-	60	745	30
Golf del Puerto, S.A.	nov-14	9.006	(40.745)	(842)	9.006	(38.738)	(1.338)
Grupo Alimentario Naturiber, S.A.	dez-14	12.217	(7.357)	117	12.216	(809)	(1.992)
I.C. Inmuebles, S.A.	-	-	-	-	51.998	(3)	(37.297)
Ibercaja, S.A.	dez-14	73.715	(23.237)	686	73.715	(20.342)	697
Ibercaja Banco, S.A.	dez-14	2.611.730	(99.105)	71.216	2.611.730	(133.792)	(39.523)
Ibercaja Gestión, S.A.	dez-14	2.705	51.275	24.441	2.705	48.403	19.825
Ibercaja Gestión de Inmuebles, S.A.	dez-14	120	32	8	120	21	10
Ibercaja Leasing y Financiación, S.A.	dez-14	3.006	14.395	823	3.006	13.081	1.490
Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.	dez-14	60	34.846	24.121	60	31.792	15.846
Ibercaja Participaciones Empresariales, S.A.	dez-14	150	71	14	150	69	7
Ibercaja Patrimonios, S.A.	dez-14	4.417	2.423	847	4.417	1.949	277
Ibercaja Pensión, S.A.	dez-14	11.010	25.926	10.495	11.010	21.082	8.723
Ibercaja Servicios Financieros, S.A.	-	-	-	-	2.644	23.595	7.696
Ibercaja Servicios Inmobiliarios, S.A.	dez-14	60	319	59	60	279	240
Ibercaja Viajes, S.A.	dez-14	94	220	(116)	60	216	(97)
Ibercaja Vida, S.A.	dez-14	105.065	330.725	80.422	105.065	155.808	64.828
Iberprofin, S.L.	dez-14	50	25	36	50	(4)	28
Inmobiliaria Impulso XXI, S.A.	dez-14	18.000	(27.855)	344	18.000	(19.977)	(1.787)
Inmobinsa Inversiones Inmobiliarias, S.A.	dez-14	40.051	24.828	210	40.051	22.449	2.643
Interchip, S.A.	nov-14	90	11	66	80	10	8
Inversiones Turísticas y Deportivas, S.L.	nov-14	8.892	(9.393)	(379)	8.892	(8.991)	(364)
Mantenimiento de Promociones Urbanas, S.A.	dez-14	65	222	61	65	220	82
Método 21 S.L.	nov-14	1.598	(1.596)	4.464	1.598	(14.660)	(131)
Nuevas Inversiones Aragonesas 2011, S.L.	nov-14	3	13	(12)	3	(30.417)	(879)
Plattea Cana, S.A.	-	-	-	-	17.747	(19.321)	461
Promociones Inmobiliarias Berben el Puerto, S.L.	nov-14	121	(714)	(1)	121	(714)	-
Promur Viviendas, S.A.	-	-	-	-	13.139	(1)	(7.158)
Radio Huesca, S.A.	dez-14	1.291	1.076	(352)	1.291	1.506	(446)
Residencial Murillo, S.A.	dez-14	132.012	15.465	(54.350)	50.270	96	(38.278)
Servicios a Distancia, IBD S.L.	dez-14	480	36	153	480	25	116
Telehuesca, S.L.	dez-14	752	(208)	(50)	752	(123)	(88)
Tintas Arzubialde, S.L.	-	-	-	-	800	(396)	20
Tipo Línea, S.A.	dez-14	120	1.596	(341)	120	1.729	(154)
Viajes Caja Círculo, S.A.	dez-14	720	(794)	187	472	(173)	(431)
Viviendas Caja Círculo, S.A.	nov-14	60	62	335	21.918	(71.880)	(1.401)

Entidades multigrupo:

Entidade	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado		Contribuição às reservas consolidadas		Valor da participação	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Aramón Montañas de Aragón, S.A. (*)	set-14 (*)	(6.335)	(5.674)	(18.022)	(20.383)	33.772	39.086
Caja de Badajoz Vida y Pensiones, S.A.	dez-14	-	1.464	-	-	-	16.031
Resto de Sociedades		(1.758)	(881)	(20.886)	(23.968)	4.703	5.194

(\*) A informação financeira desta sociedade refere-se às datas indicadas, exceto para a contribuição ao resultado consolidado, estimado em 31 de dezembro de 2014.

Milhares de euros						
Informação financeira						
2014						
Entidade	Ativo corrente	Ativo não corrente	Pasivo corrente	Pasivo não corrente	Rendimentos ordinários	Dividendos pagos
Aramon, Montañas de Aragón S.A. y sociedades dependientes	3.877	159.931	71.847	5.038	34.305	-

Milhares de euros						
Informação financeira						
2014						
Entidade	Resultado exercício atividades ordinárias	Resultado após impostos das atividades interrompidas	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas	Efetivo e equivalentes	Passivos financeiros correntes
Aramon, Montañas de Aragón S.A. y sociedades dependientes	(11.750)	-	384	(11.187)	641	66.381
Resto	(658)	-	-	(658)	-	-

Milhares de euros						
Informação financeira						
2014						
Entidade	Passivos financeiros não correntes	Depreciação	Amortização	Rendimentos por interesses	Despesa por interesses	Gasto/rendimento por imposto sobre ganhos
Aramon, Montañas de Aragón S.A. y sociedades dependientes	2.919	2.587	12.622	30	4.716	44

Milhares de euros						
Informação financeira						
2013						
Entidade	Ativo corrente	Ativo não corrente	Pasivo corrente	Pasivo não corrente	Rendimentos ordinários	Dividendos pagos
Aramon, Montañas de Aragón S.A. y sociedades dependientes	5.005	173.587	85.327	7.231	34.862	-

Milhares de euros						
Informação financeira						
2013						
Entidade	Resultado exercício atividades ordinárias	Resultado após impostos das atividades interrompidas	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas	Efetivo e equivalentes	Passivos financeiros correntes
Aramon, Montañas de Aragón S.A. e sociedades dependientes	(14.527)	-	576	(13.952)	1.166	78.994
Resto	(6.979)	(17.549)	-	(17.549)	-	-

Milhares de euros						
Informação financeira						
2013						
Entidade	Passivos financeiros não correntes	Depreciação	Amortização	Rendimentos por juros	Despesa por juros	Gasto/rendimento por imposto sobre ganhos
Aramon, Montañas de Aragón S.A. e sociedades dependientes	5.412	5.812	13.210	54	5.306	(197)

Entidades associadas:

Entidade	Data estados financ.	Contribuição ao resultado consolidado		Contribuição às reservas consolidadas		Valor da participação	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013

Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. (**)	nov-14 (*)	96	99	352	-	16.748	16.462
Heraldo de Aragón, S.A. (**)	dez-14	(1.048)	382	4.566	4.451	38.183	43.333
NH Hoteles, S.A.	-	-	(17.467)	-	-	-	-
Soc. Española de Banca de Negocios, S.A. (***)	sep-14 (*)	1.530	350	(10.417)	(2.762)	-	13.454
Resto de Sociedades		(482)	(4.426)	(38.580)	(16.560)	62.549	73.836

(\*) A informação financeira desta sociedade refere-se às datas indicadas, exceto para a contribuição ao resultado consolidado, estimado em 31 de dezembro de 2014.

(\*\*) Últimos dados disponíveis não auditados.

(\*\*\*) Entidade classificada em 31 de dezembro de 2014 como ativo não corrente em venda (Nota 13).

Milhares de euros					
Informação financeira					
2014					
Entidade	Ativo corrente	Ativo não corrente	Pasivo corrente	Pasivo não corrente	Rendimentos ordinários
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. y sociedades dependientes	17.606	75.850	1.842	20.589	3.905
Heraldo de Aragón, S.A.	12.043	83.567	28.200	12.434	3.062
Resto	-	-	-	-	-

Milhares de euros					
Informação financeira					
2014					
Entidade	Resultado exercício atividades ordinárias	Resultado após impostos das atividades interrompidas	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas	Dividendos
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. y sociedades dependientes	1.314	-	-	1.314	-
Heraldo de Aragón, S.A.	(4.689)	-	-	(4.689)	-
Resto	(3.572)	-	-	(3.572)	-

Milhares de euros					
Informação financeira					
2013					
Entidade	Ativo corrente	Ativo não corrente	Pasivo corrente	Pasivo não corrente	Rendimentos ordinários
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. y sociedades dependientes	19.785	72.406	3.075	19.970	4.534
Heraldo de Aragón, S.A.	12.584	87.968	39.064	2.789	3.171

Milhares de euros					
Informação financeira					
2013					
Entidade	Resultado exercício atividades ordinárias	Resultado após impostos das atividades interrompidas	Outros rendimentos e despesas reconhecidas	Total rendimentos e despesas reconhecidas	Dividendos
Concessia Cartera y Gestión de Infraestructuras, S.A. y sociedades dependientes	1.002	-	776	1.777	-
Heraldo de Aragón, S.A.	(1.055)	-	588	(467)	-
Resto	(43.394)	(68.075)	(2.847)	(70.882)	-

## ANEXO III

### RELATÓRIO BANCÁRIO ANUAL

Com data 27 de junho de 2014 publicou-se no Boletim Oficial do Estado a Lei 10/2014, de 26 de junho, de ordenamento, supervisão e solvência de entidades de crédito, que transpõe o artigo 89º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa ao acesso à atividade das entidades de crédito e à supervisão prudencial das entidades de crédito e as empresas de investimento, pela que se modifica a Diretiva 2002/87/CE (CRD IV) e são revogadas as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE.

Em cumprimento do disposto no artigo 87º e a Disposição transitória décima segunda da Lei 10/2014, as entidades de crédito têm a obrigação de publicar como um anexo aos estados financeiros auditados, especificando por países onde estejam estabelecidas, a seguinte informação em base consolidada correspondente ao último exercício encerrado:

- a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade.
- b) Volume de negócio.
- c) Número de empregados equivalentes a tempo completo.
- d) Resultado líquido antes de impostos.
- e) Impostos sobre o resultado.
- f) Subvenções ou ajudas públicas recebidas.

Em virtude do exposto, detalha-se a seguir a informação requerida, anteriormente mencionada:

#### a) Denominação, natureza e localização geográfica da atividade.

Ibercaja Banco é uma entidade de crédito que tem o seu domicílio social em Praça de Basílio Paraíso nº 2, e figura inscrito no Registo Mercantil de Saragoça, tomo 3865, livro 0, folio 1, folha Z-52186, inscrição 1ª, e no Registo Especial do Banco de Espanha com o número 2085. A sua página Site corporativa (sede eletrónica) é [www.ibercaja.es](http://www.ibercaja.es), onde podem consultar-se os estatutos sociais e outra informação pública.

Ibercaja Banco, S.A. tem por objeto social o desenvolvimento da atividade bancária e está sujeita ao regulamento e regulações das entidades bancárias que operam em Espanha.

Adicionalmente às operações que leva a cabo diretamente, o Banco é cabeceira de um grupo de entidades dependentes, que se dedicam a atividades diversas e que constituem, junto dele, o Grupo Ibercaja Banco. Como consequência disso a entidade está obrigada a elaborar, além das suas próprias contas anuais individuais, contas anuais consolidadas do Grupo.

O grupo consolidado desenvolve praticamente a totalidade da sua atividade em Espanha.

#### b) Volume de negócio.

Neste epígrafe mostra-se a informação correspondente ao volume de negócio, por países, em base consolidada. Considerou-se como volume de negócio a margem líquida, segundo aparece na demonstração de resultados consolidada do Grupo, ao encerramento do exercício 2014:

	Milhares de euros
	31/12/2014
Espanha	1.408.874
Portugal	1.297
	<b>1.410.171</b>

**c)Número de empregados equivalentes a tempo completo.**

A seguir mostram-se os dados de empregados equivalentes a tempo completo por países ao encerramento de 2014:

	Milhares de euros
	31/12/2014
Espanha	6.277
Portugal	12
	<b>6.289</b>

**d)Resultado ilíquido antes de impostos.**

	Milhares de euros
	31/12/2014
Espanha	214.877
Portugal	229
	<b>215.106</b>

**e)Impostos sobre o resultado.**

	Milhares de euros
	31/12/2014
Espanha	64.091
Portugal	291
	<b>64.382</b>

**f)Subvenções ou ajudas públicas recebidas.**

Durante o exercício 2014, não se receberam subvenções ou ajudas públicas por parte de Ibercaja Banco, S.A. nem por nenhuma sociedade do grupo.

**Outra informação.**

O rendimento dos ativos do grupo durante o exercício, calculado dividindo o benefício líquido pelo balanço total, é de 0,24%.

## ANEXO IV

### CONCILIAÇÃO DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS Ao 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO ANUAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Tal como se indicou na Nota 1.12.1 relativamente à reexpressão dos valores comparativos como consequência da aplicação retroativa da CINIIF 21, a seguir se detalha a conciliação entre os valores que foram formulados pelos administradores em exercícios anteriores e os valores comparativos que se incluíram nestas contas anuais, no que diz respeito aos balanços consolidados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e à demonstração de resultados consolidada correspondente ao exercício anual terminado o 31 de dezembro de 2013.

▪Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013

ATIVO	Milhares de euros		
	2013 reexpresso	Acerto	2013 antes da reexpressão
Caixa e depósitos em bancos centrais	499.331	-	499.331
Carteira de negociação	36.826	-	36.826
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	68.925	-	68.925
Ativos financeiros disponíveis para a venda	7.277.141	-	7.277.141
Investimentos creditícios	38.947.347	-	38.947.347
Carteira de investimento a vencimento	11.511.381	-	11.511.381
Acertos a ativos financeiros por macro-coberturas	40.135	-	40.135
Derivados de cobertura	519.043	-	519.043
Ativos não correntes em venda	642.542	-	642.542
Participações	207.396	-	207.396
Ativos por reassseguros	1.214	-	1.214
Ativo material	1.285.344	-	1.285.344
Ativo intangível	196.676	-	196.676
Ativos fiscais	1.591.495	31.805	1.559.690
Correntes	33.433	-	33.433
Diferidos	1.558.062	31.805	1.526.257
Resto de ativos	324.588	-	324.588
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>63.149.384</b>	<b>31.805</b>	<b>63.117.579</b>
Pró-memória			
Riscos contingentes	725.937	-	725.937
Compromissos contingentes	3.086.978	-	3.086.978

PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Milhares de euros		
	2013 reexpresso	Acerto	2013 antes da reexpressão
Carteira de negociação	27.546	-	27.546
Outros passivos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	48.800	-	48.800
Passivos financeiros a custo amortizado	53.081.749	106.015	52.975.734
Depósitos de bancos centrais	4.855.479	-	4.855.479
Depósitos de entidades de crédito	4.197.762	-	4.197.762
Depósitos da clientela	39.991.664	-	39.991.664
Débitos representados por valores negociáveis	2.995.125	-	2.995.125
Passivos subordinados	567.520	-	567.520
Outros passivos financeiros	474.199	106.015	368.184
Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas	6.474	-	6.474
Derivados de cobertura	297.464	-	297.464
Passivos por contratos de seguros	6.333.643	-	6.333.643
Provisões	261.821	-	261.821
Passivos fiscais	442.330	-	442.330
Resto de passivos	113.830	-	113.830
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>60.613.657</b>	<b>106.015</b>	<b>60.507.642</b>
Fundos próprios	2.403.540	(74.210)	2.477.750
Capital	2.611.730	-	2.611.730
Reservas	(140.506)	(35.909)	(104.597)
Resultado atribuído à entidade dominante	(67.684)	(38.301)	(29.383)
Acertos por avaliação	130.173	-	130.173
Interesses minoritários	2.014	-	2.014
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.535.727</b>	<b>(74.210)</b>	<b>2.609.937</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>63.149.384</b>	<b>31.805</b>	<b>63.117.579</b>

▪demonstração de resultados consolidada correspondente ao exercício anual terminado o 31 de dezembro de 2013

demonstração de resultados	Milhares de euros		
	2013 reexpresso	Acerto	2013 antes da reexpressão
Juros e rendimentos assimilados	1.223.104	-	1.223.104
Juros e ónus assimilados	630.894	-	630.894
<b>MARGEM DE JUROS</b>	<b>592.210</b>	<b>-</b>	<b>592.210</b>
Rendimento de instrumentos de capital	8.870	-	8.870
Resultado de entidades avaliadas pelo método da participação	(26.153)	-	(26.153)
Comissões recebidas	280.663	-	280.663
Comissões pagas	17.423	-	17.423
Resultado de operações financeiras (líquido)	136.217	-	136.217
Diferenças de mudança (líquido)	1.489	-	1.489
Outros produtos de exploração	1.092.855	-	1.092.855
Outros ónus de exploração	1.172.842	(54.716)	1.118.126
Despesas de contratos de seguros e reaseguros	1.046.420	-	1.046.420
Resto de ónus de exploração	126.422	(54.716)	71.706
<b>MARGEM ILÍQUIDA</b>	<b>895.886</b>	<b>(54.716)</b>	<b>950.602</b>
Despesas de administração	563.229	-	563.229
Amortização	48.606	-	48.606
Dotações a provisões (líquido)	(42.819)	-	(42.819)
Perdas por deterioro de ativos financeiros (líquido)	355.796	-	355.796
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>(28.926)</b>	<b>(54.716)</b>	<b>25.790</b>
Perdas por deterioro do resto de ativos (líquido)	38.160	-	38.160
Ganhos (perdas) na baixa de ativos não classificados como não correntes em venda	10.881	-	10.881
Diferença negativa em combinações de negócio	2.635	-	2.635
Ganhos (perdas) de ativos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas	(70.311)	-	(70.311)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(123.881)</b>	<b>(54.716)</b>	<b>(69.165)</b>
Imposto sobre lucros	(54.327)	(16.415)	(37.912)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>(69.554)</b>	<b>(38.301)</b>	<b>(31.253)</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(69.554)</b>	<b>(38.301)</b>	<b>(31.253)</b>
Resultado atribuído à sociedade dominante	(67.684)	(38.301)	(29.383)
Resultado atribuído a interesses minoritários	(1.870)	-	(1.870)

▪ Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012

ATIVO	Milhares de euros		
	2012 reexpresso	Acerto	2012 antes da reexpressão
Caixa e depósitos em bancos centrais	289.520	-	289.520
Carteira de negociação	33.655	-	33.655
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	113.274	-	113.274
Ativos financeiros disponíveis para a venda	6.644.655	-	6.644.655
Investimentos creditícios	30.720.703	-	30.720.703
Carteira de investimento a vencimento	3.820.919	-	3.820.919
Derivados de cobertura	701.018	-	701.018
Ativos não correntes em venda	566.803	-	566.803
Participações	178.279	-	178.279
Ativos por reaseguros	963	-	963
Ativo material	689.291	-	689.291
Ativo intangível	12.194	-	12.194
Ativos fiscais	619.841	15.390	604.451
Correntes	31.594	-	31.594
Diferidos	588.247	15.390	572.857
Resto de ativos	288.263	-	288.263
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>44.679.378</b>	<b>15.390</b>	<b>44.663.988</b>
Pró-memória			
Riscos contingentes	451.098	-	451.098
Compromissos contingentes	2.019.919	-	2.019.919

PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Milhares de euros		
	2012 reexpresso	Acerto	2012 antes da reexpressão
Carteira de negociação	16.880	-	16.880
<b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>	<b>37.145.867</b>	<b>51.299</b>	<b>37.094.568</b>
Depósitos de bancos centrais	2.519.847	-	2.519.847
Depósitos de entidades de crédito	4.371.510	-	4.371.510
Depósitos da clientela	24.772.015	-	24.772.015
Débitos representados por valores negociáveis	4.861.206	-	4.861.206
Passivos subordinados	289.395	-	289.395
Outros passivos financeiros	331.894	51.299	280.595
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>172.256</b>	-	<b>172.256</b>
<b>Passivos por contratos de seguros</b>	<b>4.855.039</b>	-	<b>4.855.039</b>
Provisões	159.434	-	159.434
Passivos fiscais	132.630	-	132.630
Resto de passivos	76.771	-	76.771
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>42.558.877</b>	<b>51.299</b>	<b>42.507.578</b>
<b>Fundos próprios</b>	<b>2.155.816</b>	<b>(35.909)</b>	<b>2.191.725</b>
Capital	2.278.500	-	2.278.500
Reservas	361.577	(35.909)	397.486
Resultado atribuído à entidade dominante	(484.261)	-	(484.261)
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>(40.611)</b>	-	<b>(40.611)</b>
Interesses minoritários	5.296	-	5.296
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.120.501</b>	<b>(35.909)</b>	<b>2.156.410</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.679.378</b>	<b>15.390</b>	<b>44.663.988</b>

# Ibercaja Banco, S.A. e sociedades dependentes

## Relatório de gestão consolidado correspondente ao exercício 2014

### SECÇÃO I: RELATÓRIO DE GESTÃO

#### **1. Descrição do Grupo Ibercaja**

O Grupo Ibercaja Banco tem como atividade principal a banca a retalho, desenvolvendo praticamente a totalidade do seu negócio no território nacional. O seu objeto social é a realização de toda a classe de atividades, operações, atos, contratos e serviços próprios do negócio de banca em general que lhe estejam permitidos pela legislação vigente na cada momento, incluída a prestação de serviços de investimento e serviços auxiliares.

Ibercaja Banco constituiu-se ao abrigo do disposto no Real Decreto 1245/1995, de 14 de julho, sobre criação de bancos, atividade transfronteiriça e outras questões relativas ao regime jurídico das entidades de crédito, exercendo a função financeira desenvolvida até 2011 pela Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja. Figura inscrita no Registo Comercial de Saragoça, Tomo 3865, Livro 0, Folio 1, Folha Z-52186, Inscrição 1, e no Registo Especial do Banco de Espanha com o número 2085. O seu domicílio social está em Saragoça, Plaza Basilio Paraíso, número 2.

O Banco é cabeceira de um grupo de entidades dependentes. As sociedades que compõem o grupo consolidável de Ibercaja Banco levam a cabo atividades de diferente natureza. Destacam pela sua importância, tanto desde o ponto de vista da diversificação da oferta de produtos bancários como da rentabilidade, as do Grupo Financeiro, formado por sociedades especializadas em fundos de investimento, planos de poupança e pensões, banca seguros, patrimónios e leasing-renting.

#### **2. Evolução e resultados do negócio**

##### **2.1. Meio económico**

O crescimento da economia mundial em 2014 está próximo de 3,4%. As políticas monetárias expansivas dos bancos centrais tiveram especial protagonismo na recuperação que, no entanto, apresenta acusados contrastes entre países. A economia norte-americana dá mostras de elevado dinamismo, com um avanço no ano por volta de 2,4%. No Japão, a primeira das subidas do IVA, realizada em abril, impactou negativamente na economia, acontecendo-lhe dois trimestres de retrocesso do PIB que fizeram saltar os alarmes. Entre os países emergentes, Índia está a adquirir protagonismo, o seu crescimento em 2014, ao redor de 5%, foi inferior ao esperado, mas as reformas empreendidas melhoram sensivelmente as perspetivas do país. China perde impulso, apesar de um aumento do PIB superior a 7%, Brasil entrou em recessão e Rússia sofre as consequências da brusca descida do preço do cru e das sanções internacionais.

A Zona Euro atravessa uma etapa de estancamento, com um crescimento débil, 0,8%. Das grandes economias do Continente, Alemanha acusa nas exportações a atonia do seu ambiente, França avança levemente graças ao setor público e Itália está em recessão, enquanto Espanha e alguns países periféricos marcam um melhor tom. A inflação retrocedeu até mínimos desatando o temor à deflação. O mercado laboral melhora embora mantém ainda uma taxa de desemprego acima do 11%. Dentro deste cenário, o BCE propõe-se adotar estímulos adicionais para incentivar o consumo e o investimento entre os que destaca o programa QE de compra de dívida.

A economia espanhola entrou num ciclo de ascensão conseguindo um avanço estimado do PIB de 1,4% que a situa, em termos de crescimento, à cabeça da Europa. O consumo dos agregados familiares, após recuperar taxas de câmbio positivas, acelerou-se com uma subida no ano que supera 2%. O investimento em bens de equipa mantém sete trimestres consecutivos de crescimento. Enquanto a construção tocou fundo, depois de encadear seis anos de incessantes retrocessos, as vendas e os preços da habitação deixam de cair. Os dados de emprego são positivos, segundo a EPA do quarto trimestre criaram-se mais de 430.000 postos de trabalho e a afiliação à Segurança Social regista ao concluir no ano 417.000 novos contribuintes. Não obstante, a taxa de desemprego, 23,7%, é ainda muito elevada.

Os preços contraem-se 1% em dezembro. A isso contribuem a descida na cotação do cru, o de alguns alimentos, a contenção salarial e a alta percentagem da capacidade produtiva excedente.

Quanto à política fiscal, o deficit das Administrações Públicas moderou-se, mais pelo crescimento da arrecadação impositiva do que pelo recorte da despesa. Ao mesmo tempo, o endividamento público aumenta até aproximar-se a 100% do PIB.

O BCE recortou em duas ocasiões a taxa de juro de referência fixando-o em 0,05% e mantém a sua política de estimular a economia proporcionando liquidez ao sistema através do financiamento condicionado à banca (TLTROs) e a compra de cédulas hipotecárias e ABS. Adicionalmente, anunciou um programa de compra de ativos seguindo o exemplo do realizado pela Fed em Norteamérica e o BoJ no Japão. Estas medidas, tendo em conta a diferença de ciclo da Zona Euro relativamente aos Estados Unidos, provocaram nos últimos meses do ano uma rápida depreciação do euro face ao dólar.

Nos mercados de dívida as condições de financiamento melhoram, pela descida das taxas de juro e da prima de risco espanhola, permitindo ao Estado e também ao setor privado uma importante poupança no financiamento da dívida.

O mercado de renda variável sofreu momentos de importante volatilidade, especialmente no segundo semestre do ano, em consequência de episódios como a queda do preço do cru, a depreciação do rublo ou a situação na Grécia. O Ibex 35 fecha o exercício com uma revalorização de 3,66%, maior à de outros índices europeus, mas por debaixo das expectativas de início de ano.

O setor bancário espanhol beneficiou-se do clima macroeconómico mais benigno e da melhora dos seus próprios fundamentos, depois da profunda reestruturação do sistema, o saneamento de balanços e o esforço para reforçar os níveis de capital levados a cabo em anos anteriores. Restam matérias pendentes, entre elas, recuperar a rentabilidade e normalizar o nível de ativos improdutivos em balanço.

No âmbito regulatório em julho aprovou-se o Mecanismo Único de Resolução com o fim de regular a resolução ordenada das entidades e minorar o custo para o contribuinte de crise bancárias como a vivida recentemente. Por outra parte, realizaram-se os exercícios de AQR e teste de stress para avaliar a qualidade dos ativos e o nível de solvência da banca europeia. As entidades espanholas, em general, superaram folgadoamente as provas. A Lei 10/2014, de 26 de junho, de ordenamento, supervisão e solvência de entidades de crédito tem transposto ao ordenamento jurídico espanhol o regulamento europeu em matéria de solvência e supervisão bancária. A partir de novembro, entrou em vigor o Mecanismo Único de Supervisão sob o controlo do BCE com importantes câmbios que implicam submeter às entidades a uma avaliação periódica do seu perfil de risco, adequação de capital e liquidez, modelo de negócio, rentabilidade e governo.

## 2.2. Aspetos mais relevantes do período

Num ano caracterizado pela recuperação dos resultados depois do esforço realizado em 2013 em cumprimento das modificações normativas e a aquisição de Banco Grupo Cajatres, as aspetos mais salientáveis do período sintetizam-se em:

- Em outubro completou-se a integração legal, tecnológica e operativa de Banco Grupo Cajatres. O património da sociedade incorporada passou integralmente a Ibercaja Banco quem exerce a totalidade da atividade bancária e se sub-roga nos direitos e obrigações de Banco Grupo Cajatres. Com a operação, o Grupo sai reforçado, converte-se na oitava entidade dentro do sistema bancário espanhol, consolida o seu local privilegiado nos mercados tradicionais e melhora o posicionamento no âmbito nacional. No plano comercial a adoção do modelo de negócio de Ibercaja pela nova rede está a dar lugar a sinergias de rendimentos que se materializarão na sua totalidade no médio prazo.

- Reestruturaram-se as filiais do Grupo Imobiliário para simplificar e facilitar a sua gestão. A estrutura societária principal compõe-se de duas sociedades detentoras e uma gestora dos ativos adquiridos por compra ou adjudicação. Relativamente ao Grupo Financeiro, com motivo da integração de Banco Grupo Cajatres, com participações nalgumas companhias dedicadas à atividade de seguros do ramo vida e de risco, implementou-se um plano de reestruturação com o objetivo de evitar duplicidades e melhorar a eficiência. Em 2014 executou-se parte deste projeto que está previsto completar ao longo de 2015. Neste sentido, CAI Vida y Pensiones tem-se cindido transferindo o negócio segurador do ramo de vida a Ibercaja Vida e a gestão de fundos e planos de pensões a Ibercaja Pensión, Caja Badajoz Vida y Pensiones passou a ser propriedade a 100% de Ibercaja Banco e integrar-se-á na Ibercaja Vida durante 2015.

- Ibercaja superou com sucesso a avaliação global (Comprehensive Assessment) que o BCE em coordenação com os supervisores nacionais e a Autoridade Bancária Europeia (EBA) realizou às principais entidades de crédito prévia à assunção das concorrências de supervisão. O rigoroso exame do balanço e dos procedimentos da Entidade evidência a qualidade da carteira creditícia, bem como a fortaleza da posição de capital nos dois hipotéticos cenários macroeconómicos analisados. Em ambos supostos a ratio de capital ultrapassa os requerimentos mínimos em mais de dois pontos percentuais e o excesso de recursos próprios é superior a 650 milhões de euros.

- A ação comercial durante o ano foi muito dinâmica com o fim de manter o volume de atividade e contornar a potencial perda de negócio derivada da reestruturação da rede de Banco Grupo Cajatres. Os recursos de clientes a retalho avançam apreciavelmente, especialmente no segmento de Banca Pessoal e naqueles produtos de poupança nos quais o Grupo tem uma capacidade contrastada, como fundos de investimento, planos de pensões e seguros de poupança. A carteira creditícia viu-se afetada pela tendência geral à desalavancagem de famílias e empresas. Não obstante, nos últimos meses observam-se signos de reativação nas novas operações, tendência que previsivelmente se consolidará ao longo de 2015.

- O Grupo obteve um benefício líquido de 151 milhões de euros, depois de realizar saneamentos e dotações por 432 milhões. Com a recuperação de resultados começam-se a recolher os frutos da integração em forma de sinergias de rendimentos, poupança de custos e economias de escala.

- Os ativos duvidosos reduzem-se em 118 milhões de euros, dado especialmente importante, já que rompe a tendência crescente que se arrastava desde o início da crise económica em 2008. A Entidade mantém uma taxa de atrasos de pagamento, 10,78%, com um gap positivo relativamente ao sistema de 1,83 pontos percentuais. Por outra parte, a venda de imóveis melhorou relativamente a 2013. O esforço conjunto da rede de escritórios e a Unidade de Gestão de Imóveis faz com que o número de unidades vendidas se incremente em mais de 20%.

■Ibercaja reforçou o seu capital e aumentado a liquidez disponível. A ratio CET1 BIS III phase in é de 11,13%, com uma melhora de 106 pontos básicos relativamente ao encerramento de 2013 pro forma. Os ativos líquidos registam um avanço de 2.124 milhões de euros até ultrapassar os 12.785 milhões de euros, o 20,51% do ativo. Não se renovaram os vencimentos de emissões por grosso no ano, dada a sólida estrutura de financiamento a retalho, com uma ratio LTD de 91,91%.

### 2.3. Análise dos principais valores do balanço

#### Principais epígrafes balanço consolidado

(milhões de euros)	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.
Tesouraria e entidades de crédito activa	1.596	1.866	(271)
Crédito ao cliente neto	33.830	36.820	(2.990)
Carteira de valores	22.320	19.826	2.494
Activo material	1.212	1.285	(74)
Activo intangível	207	197	11
Restantes activos	3.157	3.155	3
<b>Total activo</b>	<b>62.322</b>	<b>63.149</b>	<b>(827)</b>
Dep. de entidades de crédito e bancos centrais	8.090	9.053	(963)
Recursos de clientes em balanço	49.160	49.937	(777)
Depósitos de clientes	39.869	40.040	(172)
Depósitos representados por valores negociáveis	1.631	2.995	(1.364)
Passivos subordinados	557	568	(11)
Passivos por contratos de seguros	7.104	6.334	770
Provisões	352	262	90
Restantes Passivos	1.899	1.362	537
<b>Total Passivo</b>	<b>59.501</b>	<b>60.614</b>	<b>(1.113)</b>
Património líquido	2.822	2.536	286
<b>Total Passivo e Património líquido</b>	<b>62.322</b>	<b>63.149</b>	<b>(827)</b>

Os ativos totais do balanço consolidado, 62.322 milhões de euros, reduzem-se em 827 milhões de euros ou 1,31% em termos relativos.

O crédito à clientela ilíquido eleva-se a 36.061 milhões de euros, com uma variação no ano, sem considerar a aquisição temporária de ativos, de 5,64%. Esta descida faz parte do processo de desalavancagem do setor privado que afeta ao conjunto do sistema financeiro espanhol.

Por destino da operação, o financiamento para aquisição e reabilitação de habitações de particulares é a de maior peso na estrutura da carteira creditícia da Entidade com 66% do total. Apesar de certa melhoria nos indicadores de demanda de habitação, a tendência descendente do volume de crédito hipotecário prolongou-se durante 2014. O saldo deste segmento de negócio atinge ao finalizar no ano 23.685 milhões de euros, com uma contração de 5,32%. Em crédito ao consumo, em paralelo ao acontecido no setor, o acerto do saldo vivo é de 7,48%. No entanto, é de ressaltar o crescimento em mais de 24% das formalizações relativamente a 2013.

O crédito a atividades produtivas diferentes da promoção imobiliária atinge 6.715 milhões de euros e representa 19% da carteira. O Grupo tem como objetivo potenciar o seu relacionamento com o tecido empresarial mediante um novo modelo de atendimento abrangente à empresa. A iniciativa, que no médio prazo melhorará o posicionamento da Entidade neste apartado de negócio, faz com que quase 60% do montante das novas operações concedidas no ano esteja destinado a pmes.

Os empréstimos e créditos vinculados com promoção imobiliária supõem uma percentagem reduzida, 9%, com um decréscimo interanual de 12,94%, que é consequência tanto da evolução do setor como da gestão levada a cabo pela Entidade relativamente a este financiamento.

#### Distribuição do crédito à clientela por finalidades

(milhões de euros e %)	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.	Var. %
Crédito a particulares	24.979	26.415	(1.436)	(5,44)
Habitação	23.685	25.016	(1.332)	(5,32)
Consumo e outros	1.294	1.398	(105)	(8,76)
Crédito a empresas	10.016	10.977	(962)	(12,94)
Promoção imobiliária	3.301	3.791	(490)	(6,56)
Actividades produtivas não imobiliárias	6.715	7.186	(471)	(6,56)
Sector público e outros	1.066	1.703	(637)	(37,41)
<b>Crédito ao cliente bruto ex. adqu. Temporário activos</b>	<b>36.061</b>	<b>38.217</b>	<b>(2.156)</b>	<b>(5,64)</b>
<b>Crédito ao cliente bruto</b>	<b>36.061</b>	<b>39.095</b>	<b>(3.034)</b>	<b>(7,76)</b>

Em função das garantias, o investimento creditício com garantia real, basicamente para a aquisição de primeira habitação de particulares, cede 6,65%, e outros devedores a prazo, baixa 4,57%. Ao mesmo tempo, o crédito comercial ascende 2,35% e os ativos deteriorados diminuem 2,93%. Pela primeira vez desde o início da crise produziu-se uma descida nos saldos duvidosos, 118 milhões, tendência que se espera se consolide nos próximos trimestres, tanto pelo menor ritmo de entradas em mora como pela atividade de recuperação. A ratio de mora do crédito é de 10,78% e apresenta um diferencial favorável com respeito ao sistema financeiro de 1,83 pontos percentuais. Por segmentos, o financiamento a agregados familiares destinada a aquisição de habitação, a de maior peso no conjunto do investimento, apresenta atrasos no pagamento contidos de 3,95%. Sem ter em conta a atividade imobiliária, o índice de mora da carteira creditícia reduz-se até o 6,66%.

O total de provisões para insolvências, incluídas as associadas a riscos e compromissos contingentes, soma 2.283 milhões de euros, o que representa um grau de cobertura sobre os riscos duvidosos de 57,56%. Este sólido nível, um dos mais elevados do sistema, incrementou-se em 60 pontos básicos durante o ano e reflete o esforço realizado em dotações nos últimos exercícios.

### Distribuição do crédito à clientela por garantias

(milhões de euros e %)	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.	Var. %
Crédito comercial	347	339	8	2,35
Devedores com garantia real	26.287	28.161	(1.873)	(6,65)
Outros devedores a prazo	3.713	3.891	(178)	(4,57)
Locações financeiras	178	183	(5)	(2,62)
Devedores à vista e vários	1.319	1.483	(164)	(11,09)
Activos deteriorados	3.889	4.006	(118)	(2,93)
Ajustes por avaliação	(12)	(15)	3	17,41
Outros activos financeiros	340	168	172	102,16
<b>Crédito ao cliente bruto ex. adq. temporário activos</b>	<b>36.061</b>	<b>38.217</b>	<b>(2.156)</b>	<b>(5,64)</b>
Aquisição temporária de activos	-	878	(878)	100,00
<b>Crédito ao cliente bruto</b>	<b>36.061</b>	<b>39.095</b>	<b>(3.034)</b>	<b>(7,76)</b>
Perdas por deterioro	(2.230)	(2.275)	45	1,97
<b>Crédito ao cliente líquido</b>	<b>33.830</b>	<b>36.819</b>	<b>(2.990)</b>	<b>(8,12)</b>

O valor contabilístico líquido da carteira de imóveis do Grupo, adjudicados ou adquiridos em troca de dívidas, atinge 916 milhões de euros e representa unicamente 1,47% do ativo. A maior parte corresponde a habitação terminada, 95% primeiras residências, e promoções em curso. A cobertura associada a estes ativos imobiliários (inclui os saneamentos iniciais e as provisões registadas anteriormente à adjudicação dos imóveis) é de 50,16%. A política da Entidade está focada a favorecer o cumprimento das obrigações dos acreditados mediante a renegociação da dívida, sendo a adjudicação a última solução quando não se aprecia possibilidade de recuperação do montante financiado. Adicionalmente, Ibercaja apoia aos promotores uma vez terminadas as promoções, colaborando na gestão e agilização das vendas. O fim último é a posta em valor dos imóveis em carteira através da sua alienação, de maneira que ao mesmo tempo se impulse a angariação e vinculação de clientes aos que se outorga financiamento para estas operações. O esforço conjunto da rede de escritórios e a Unidade de Gestão de Imóveis faz com que o número de unidades vendidas se incremente mais de 20% relativamente a 2013.

O risco promotor, crédito e ativos imobiliários procedentes de financiamento a construção e promoção imobiliária, reduziu-se 9,52% no exercício. A cobertura dos ativos problemáticos (duvidosos, subestandar e adjudicados) vinculados ao setor imobiliário atinge 52,20%.

**Detalhe ativos adjudicados ou adquiridos em troca de dívidas – Dezembro 2014**

(milhões de euros e %)	<b>Valor contabilístico bruto</b>	<b>Cobertura</b>	<b>% Cob.</b>
Procedentes de financiamento construção e prom. imobiliária	1,352	722	53
Edifícios terminados	442	181	41
Habitação	333	138	41
Restantes	108	43	40
Edifícios em construção	38	20	52
Habitação	38	20	52
Restantes	0	0	38
Solo	872	520	60
Terrenos urbanizados	520	311	60
Solo restante	351	209	59
Procedentes de financiamento de casas para habitação	401	160	40
Restantes activos adjudicados	84	40	47
<b>Total activos adjudicados</b>	<b>1.837</b>	<b>922</b>	<b>50</b>

Os saldos refinanciados, 4.860 milhões de euros, permanecem praticamente estáveis relativamente a 2013, enquanto as coberturas associadas aos riscos duvidosos e subestándar sobem a 38,47%.

A carteira de valores de renda fixa, ações e participações em empresas, 35,81% do balanço consolidado, soma 22.320 milhões de euros. O seu incremento no ano, 2.494 milhões de euros, corresponde praticamente na sua totalidade a dívida pública espanhola.

Os ativos financeiros disponíveis para a venda, 14.778 milhões de euros, têm um peso no total de 66,21% e experimentam o maior crescimento durante o ano, 7.501 milhões de euros. A carteira de investimento a vencimento, 6.682 milhões de euros, supõe 29,94% da estrutura. No enquadramento dos novos requerimentos de solvência, o Grupo alienou ativos desta carteira com um valor nominal de 2.985 milhões de euros, gerando um resultado de operações financeiras de 380 milhões de euros. Para gerir o risco de taxa de juro de balanço e manter um resultado recorrente na margem de juros, Ibercaja recomprou títulos de renda fixa, principalmente referências de dívida pública espanhola e de comunidades autónomas.

Por tipo de ativo, a renda fixa, 21.587 milhões de euros, representa 96,71%. Compõem-na basicamente dívida pública espanhola, de comunidades autónomas, emissões de renda fixa privadas, instrumentos de dívida da SAREB recebidos na desconsolidação de ativos de Banco Grupo Cajatres e títulos procedentes da emissão de instrumentos de dívida convertíveis contingentes. A renda variável, 734 milhões de euros, decresce 120 milhões de euros. Está integrada maioritariamente por ações cotadas de companhias domésticas e estrangeiras, além de participações em empresas não cotadas. O Grupo sai ordenadamente do capital daquelas companhias que não sejam estratégicas para o seu negócio ou não gerem uma rentabilidade adequada ao capital que consomem. Banco Grupo Cajatres, no enquadramento da sua reestruturação, comprometeu-se a desprender-se escalonadamente até 2015 de diversas participações. A encerramento de 2014 formalizou-se o desinvestimento no 88% das sociedades não imobiliárias e, mediante a alienação ou liquidação das companhias, da totalidade das participações em sociedades imobiliárias objeto do acordo assinado com as autoridades comunitárias.

### Detalhe da carteira de valores

(milhões de euros e %)

	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.	Var. %
Carteira de negociação	1	1	-	7,75
Valores representativos da dívida	1	1	-	7,75
Outros ativos financeiros a valor razoável com variações na demonstração de resultados	61	69	(8)	(11,24)
Valores representativos da dívida	8	13	(5)	(40,70)
Outros instrumentos de capital	53	56	(2)	(4,31)
Activos financeiros disponíveis para venda	14.778	7.277	7.501	103,08
Valores representativos da dívida	14.254	6.687	7.567	113,16
Outros instrumentos de capital	524	590	(66)	(11,17)
Investimentos creditícios	642	760	(118)	(15,53)
Valores representativos da dívida	642	760	(118)	(15,53)
Carteira de investimento a vencimento	6.682	11.511	(4.830)	(41,96)
Participações	156	207	(51)	(24,80)
<b>Total carteira de clientes</b>	<b>22.320</b>	<b>19.826</b>	<b>2.494</b>	<b>12,58</b>
Renda fixa	21.587	18.973	2.614	13,78
Renda variável	734	853	(120)	(14,03)
Participações	156	207	(51)	(24,80)
Outros instrumentos de capital	578	646	(68)	(10,57)

O saldo ativo em entidades de crédito e efetivo é de 1.596 milhões de euros, com uma redução de 270 milhões de euros devida principalmente à descida da aquisição temporária de ativos. As posições passivas em entidades de crédito e bancos centrais, 8.090 milhões, diminuem 963 milhões essencialmente pela menor cessão temporária de ativos. O financiamento procedente do BCE é de 4.790 milhões de euros. A Entidade foi às recentes operações de financiamento do Eurosistema (TLTROs) obtendo 917 milhões de euros no leilão de dezembro.

O ativo material líquido de amortizações atinge 1.212 milhões de euros, correspondendo 60% a imobilizado de uso próprio. O ativo intangível, 207 milhões de euros, compreende principalmente o fundo de maneio e outros conceitos gerados na aquisição de Banco Grupo Cajates, bem como aplicações informáticas.

O montante dos ativos fiscais diferidos é de 1.427 milhões de euros, dos quais 667 milhões de euros são monetizáveis, isto é a sua recuperação não depende de ganhos fiscais futuros.

Os recursos geridos de clientes totalizam 62.555 milhões de euros. Entre eles, os de balanço, que compreendem os depósitos da clientela, débitos representados por valores negociáveis, passivos subordinados e passivos por contratos de seguros, somam 49.160 milhões de euros, ao mesmo tempo em que os de intermediação atingem 13.391 milhões de euros. Na sua evolução cabe indicar o vencimento de emissões por grosso não renovadas e a boa trajetória dos recursos da rede a retalho. Estes últimos, 48.547 milhões de euros, cresce 4,12% relativamente a dezembro de 2013. A política comercial de Ibercaja focou-se para a oferta de produtos atraentes para o cliente que melhorem a

rentabilidade da sua poupança e incentivem a vinculação com a Entidade. Como resultado, os recursos em balanço aumentam 1,28% até 31.880 milhões de euros, e os de intermediação, impulsionados pela migração da poupança desde depósitos a prazo, elevam-se a 10,03%. O património administrado em fundos de investimento evolui muito favoravelmente com um aumento, 18,82%, que obedece tanto às contribuições de clientes como às revalorizações do exercício. Em planos de pensões o património administrado sobe mais de 8,21%, ao mesmo tempo em que em seguros de vida o crescimento é mais moderado. A participação do Grupo na indústria de fundos de investimento chega a 3,95%, enquanto a quota de mercado em planos de pensões e seguros de vida é de 5,85% e 4,07%, respetivamente, consolidando-se Ibercaja na quinta posição do ranking setorial de ambos negócios.

#### Detalhe dos recursos de clientes da rede a retalho

(milhões de euros e %)	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.	Var. %
Poupança à vista	14.651	13.684	967	7,07
Recursos a prazo	17.218	17.757	(539)	(3,03)
Cessão temporária de activos	11	36	(25)	(69,77)
<b>Recursos de clientes da rede a retalho em balanço</b>	<b>31.880</b>	<b>31.476</b>	<b>404</b>	<b>1,28</b>
Cessão de activos a vencimento	232	299	(67)	(22,38)
Fundos de investimento	7.809	6.572	1.237	18,82
Planos de pensões	3.267	3.019	248	8,21
Seguros	5.358	5.258	101	1,91
<b>Recursos de clientes da rede a retalho fora do balanço</b>	<b>16.667</b>	<b>15.148</b>	<b>1.519</b>	<b>10,03</b>
<b>Total Recursos de clientes da rede a retalho</b>	<b>48.547</b>	<b>46.625</b>	<b>1.922</b>	<b>4,12</b>

Em 2014 Ibercaja não realizou nenhuma emissão institucional. A disponibilidade de ativos líquidos permitiu defrontar com conforto os vencimentos do período, 1.423 milhões de euros, distribuídos em cédulas hipotecárias (894 milhões de euros), dívida avalizada (494 milhões de euros) e dívida senior (35 milhões de euros). Por outra parte, o terceiro programa de pagarés que venceu neste exercício não se renovou por não existir procura desta classe de instrumento.

Durante o ano realizaram-se recompras de emissões próprias por um nominal de 84 milhões de euros, dos quais 11 milhões de euros correspondem a dívida subordinada e participações preferentes e o resto a titularizações.

As provisões do passivo do balanço, 352 milhões de euros, incrementam-se 90 milhões de euros em grande parte como consequência do registo das quantidades pendentes de desembolsar pelos processos de despedimentos coletivos em curso.

O património líquido é de 2.822 milhões de euros, com uma variação no ano de 286 milhões de euros, que se deriva da contribuição dos resultados do exercício e do bom comportamento dos acertos por avaliação.

## 2.4. Conta de resultados

### Principais epígrafes da conta de resultados

(milhões de euros e %)	Dezembro 2014	Dezembro 2013	Var.	Var. %
<b>Margem de juros</b>	<b>699</b>	<b>715</b>	<b>(16)</b>	<b>(2,20)</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	10	2	20,45
Comissões líquidas	316	302	14	4,52
Resultados de operações financeiras	425	228	197	86,71
Outros resultados de exploração	(42)	(101)	59	58,77
<b>Margem bruta</b>	<b>1.410</b>	<b>1.154</b>	<b>256</b>	<b>22,23</b>
Despesas de exploração	789	730	59	8,04
Otras	26	23	3	11,70
<b>Resultado antes de saneamentos</b>	<b>647</b>	<b>447</b>	<b>200</b>	<b>44,87</b>
Provisões, deterioros e outros saneamentos	432	572	(140)	(24,48)
<b>Resultados antes dos impostos</b>	<b>215</b>	<b>(125)</b>	<b>341</b>	<b>---</b>
Impostos	64	(60)	125	---
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>151</b>	<b>(65)</b>	<b>216</b>	<b>---</b>
<b>Resultado atribuído à entidade dominante</b>	<b>151</b>	<b>(63)</b>	<b>214</b>	<b>---</b>

NOTA: para realizar a comparação com o exercício anterior, a conta de resultados de 2013 foi reexpressa. Inclui os resultados de Banco Grupo Cajates de 12 meses, o impacto da aplicação da norma internacional contabilística CINIF21 sobre encargos relativamente à contribuição ao FGD e a homogenização de critérios contabilísticos depois da integração de CAI Vida y Pensiones na Ibercaja Vida, de maneira que parte dos custos daquela companhia que se registavam em outros ónus de exploração passaram em 2013 a margem de juros.

A margem de juros totaliza 699 milhões. A perímetro homogéneo, a variação interanual é de 2,20% -. Os rendimentos procedentes do investimento creditício viram-se condicionados pela descida em volumes e a diminuição da rentabilidade média afetada pela queda de taxas de juro, especialmente da carteira hipotecária referida ao Euribor. Outro fator que contribuiu ao estreitamento da margem é a menor contribuição da carteira de renda fixa sendo substituídas referências vendidas ou vencidas por outras de menor rentabilidade. A boa evolução dos custos de financiamento a retalho permitiu compensar em parte a redução do rendimento do crédito e da carteira de valores. Neste sentido, há que mencionar que o diferencial da clientela veio melhorando ao longo do ano até se situar no último trimestre em 1,18%, o que supõe 20 p.b. mais que em igual período de 2013 e 7 p.b. acima do terceiro trimestre.

As comissões líquidas e diferenças de câmbio, 316 milhões de euros, crescem 4,52% a perímetro constante. Atendendo à sua tipologia, as derivadas de prestação de serviços baixam 1,89%, principalmente pelas geradas no uso de meios de pagamento, devido ao menor volume de negócio e à rebaixa das taxas de intercâmbio a partir de 1 de setembro de 2014 (Real Decreto Lei 8/2014). A descida desta classe de comissões compensa-se largamente com a contribuição das originadas na gestão de ativos, cuja variação interanual, 12,66%, é devida ao aumento do património gerido em fundos de investimento, planos de pensões e seguros, consequência da canalização da poupança para esses produtos.

Os rendimentos de instrumentos de capital contribuem 12 milhões de euros à margem ilíquida. O incremento relativamente a 2013 obedece principalmente aos maiores dividendos proporcionados por Telefónica.

Os resultados de operações financeiras elevam-se a 425 milhões de euros. A gestão ativa da carteira permitiu aproveitar as oportunidades do mercado, materializando durante o primeiro semestre de 2014 mais-valias latentes principalmente em ativos de renda fixa. Igualmente, têm-se recomprado emissões próprias de dívida subordinada, participações preferentes e instrumentos de dívida de titularização.

Os resultados de entidades avaliadas pelo método da participação totalizam -8 milhões de euros, minorando-se as perdas de há um ano devido aos desinvestimentos realizados em 2013, entre eles participadas imobiliárias no enquadramento do processo de reestruturação de Banco Grupo Cajates.

O epígrafe outros produtos e ónus de exploração, -34 milhões de euros, recolhe basicamente a despesa gerada pela contribuição ao FGD, compensado parcialmente pelos rendimentos procedentes das filiais, operações corporativas e investimentos imobiliários.

A aplicação da norma internacional contabilística sobre encargos CINIIF 21 relativamente à contribuição ao FGD supôs neste exercício uma despesa de 61 milhões de euros, correspondente à contribuição ordinária de 2014, e o registo nas contas de 2013 de 55 milhões de euros adicionais principalmente por contribuição extraordinária de 2013.

A evolução da margem de juros e os bons resultados por comissões e operações financeiras fazem com que a margem ilíquida, 1.410 milhões de euros, seja 22,23% maior que o do exercício anterior.

As despesas de exploração somam 789 milhões de euros, com uma variação no ano, excluindo conceitos não recorrentes e incluindo Banco Grupo Cajates em 2013, de 3,47%. Os de pessoal atingem 514 milhões de euros e suportam o impacto extraordinário da adequação do modelo através dos processos de despedimento coletivo em curso. Isolando este efeito, a contração das despesas de pessoal seria de 4,03%. À sua vez, as despesas gerais e amortizações baixam 2,16% e 4,23%, respetivamente.

O epígrafe outros ganhos e perdas, 26 milhões de euros, recolhe os resultados obtidos na venda de ativo fixo tangível e participações empresariais.

O resultado antes de saneamentos é de 647 milhões de euros. O conjunto de dotações e saneamentos com débito a resultados atinge 432 milhões de euros. Este valor, conquanto, com critérios homogêneos, resulta inferior ao de 2013, é também elevado. Tendo em conta os resultados positivos não recorrentes que se obtiveram no exercício, foram realizadas dotações destinadas a reforçar as coberturas de crédito, imóveis e instrumentos de capital.

A boa evolução dos rendimentos e despesas recorrentes junto à geração de extraordinários fazem com que o Grupo obtenha um benefício antes de impostos de 215 milhões de euros. Depois de deduzir o imposto de sociedades e a parte correspondente a minoritários, o resultado líquido atribuído à entidade dominante é de 151 milhões de euros.

### **3. Liquidez e recursos de capital**

Ibercaja gere a liquidez diversificando as fontes de financiamento de forma prudente e equilibrada, antecipando às suas necessidades para cumprir pontualmente as suas obrigações e que não condicione a atividade investidora.

O Grupo mantém uma folgada posição de liquidez. O volume de ativos líquidos, na sua prática totalidade elegíveis, atinge na data de encerramento de exercício a 12.785 milhões de euros (20,51% do ativo), com um apreciável incremento durante o ano. A capacidade de emissão de cédulas hipotecárias e territoriais é de 6.567 milhões de euros. O grau de sobrecolateralização, medido como carteira elegível sobre cédulas

hipotecárias vivas, atinge o 209,4%, superando largamente o mínimo legal, 125%, e a média do conjunto de entidades financeiras.

Os vencimentos de emissões em mercados por grosso repartem-se em prazos que chegam até 2027. Em 2015 e 2016 totalizam 1.273 e 807 milhões de euros respetivamente, podendo cobrir-se comodamente com a liquidez disponível.

O escasso dinamismo do crédito e o crescimento dos depósitos de clientes contribuíram a melhorar o gap comercial. A ratio crédito sobre financiamento a retalho (loan to deposits) situa-se em 91,91%, reduzindo-se em 8,04 pontos percentuais relativamente a dezembro do ano anterior.

O total de recursos próprios computáveis do Grupo Ibercaja atinge 2.905 milhões de euros e representa um coeficiente de solvência de 11,78%. O capital ordinário de nível 1 (CET1) é de 2.746 milhões, com uma ratio de 11,13%, que supõe um excesso de 1.636 milhões sobre o mínimo regulatório exigido. Desde dezembro de 2013 dita ratio incrementou-se em 106 pontos básicos. O fortalecimento do capital é devido à boa evolução dos resultados do exercício e a diminuição dos ativos ponderados por risco em 6,68% até 24.664 milhões de euros, gerada pela descida do crédito, a ponderação do crédito a empresas, a redução da atribuição de capital por risco operacional e o desinvestimento em participadas realizada tanto voluntariamente como no enquadramento das obrigações assumidas por Banco Grupo Cajates para a sua reestruturação.

#### **4. Gestão dos riscos**

A gestão global de riscos é essencial para preservar a solvência da Entidade. Entre as prioridades estratégicas encontra-se o desenvolvimento de sistemas, ferramentas e estruturas que permitam em todo momento a medição, seguimento e controlo dos níveis de exposição ao risco assegurando uma adequada relação com os recursos próprios e dando resposta às exigências dos organismos regulatórios e dos mercados.

O risco de crédito é o de maior relevância dentro da atividade bancária, conquanto a gestão do risco contempla igualmente o de contraparte, concentração, mercado, liquidez, taxa de juro, operacional, negócio, reputacional, de seguros e outros.

As ações que impulsiona a Entidade nesta área têm como objetivos: quantificar os riscos com maior precisão, avançar na integração da medição do risco na gestão, incrementar a eficiência do processo de tomada de decisões e otimizar a relação rentabilidade / risco.

Na Nota 3 da Memória do Grupo Ibercaja Banco correspondente ao exercício 2014 apresenta-se de forma mais ampla e detalhada a informação relevante sobre a gestão das diferentes tipologias de risco.

#### **5. Recursos humanos e rede de escritórios**

O Grupo Ibercaja conta com um quadro de pessoal de 6.420 pessoas, das quais 6.001 desenvolvem o seu trabalho na matriz. Durante o ano a redução do número de empregados foi de 507 profissionais. Esta evolução faz parte do processo de reconversão que afeta o sistema financeiro espanhol e supõe adequar a estrutura de pessoal às necessidades atuais do negócio. Neste sentido, Ibercaja Banco assinou em maio passado um acordo laboral para a aplicação de um processo de despedimento coletivo. As pessoas adscritas voluntariamente a este processo, iniciado depois da aquisição de Banco Grupo Cajates, foram 292, das quais 236 abandonaram a Entidade em 2014 e o resto o farão nos primeiros meses de 2015.

Ao finalizar 2014, o número de agências é de 1.356, com uma diminuição no ano de 51. O Grupo mantém uma posição de liderança na sua Zona Tradicional de atuação (Aragón, A Rioja e Guadalajara, Burgos e Badajoz), onde se concentra mais de 65% da rede. Igualmente, é Entidade de referência em Madrid e em outras províncias, como Barcelona, Valência e Lérida, a sua presença é muito destacada.

Apoiando à rede de escritórios, existem mais de uma centena de gestores especializados em banca de empresas, duzentos em banca pessoal e centros específicos de banca privada.

## **6. Investigação e desenvolvimento**

Ibercaja implementa projetos tecnológicos ou melhora os recursos já existentes com o fim de incrementar a qualidade do serviço ao cliente, agilizar a gestão operativa dos escritórios e dar resposta aos requerimentos regulatórios.

Entre as ações mais relevantes do ano relacionadas com a eficiência interna e organizativa encontra-se a integração tecnológica de Banco Grupo Cajates em Ibercaja, culminada em outubro de 2014. Puseram-se em comum dados de mais de 3 milhões de clientes e transferindo a uma única plataforma quase 6 milhões de contratos, todo isso sem interferir na operativa ordinária de ambas entidades. Para abordar este projeto foram necessários investimentos em infra-estrutura como a instalação de um novo computador central e a mudança de terminais em Banco Grupo Cajates.

Para dar resposta ao regulamento europeu que promove a reforma da contratação de valores é necessário adaptar o sistema espanhol ao do resto dos países europeus. Ibercaja começou o desenvolvimento da primeira fase que afeta às operações de renda variável e que será operativa em outubro de 2015. A segunda fase referida à renda fixa iniciou-se anteriormente.

A nova CIRBE (Central de Informação de Riscos de Banco de Espanha) introduziu variações profundas no modelo anterior, relativos ao conteúdo e formatos de intercâmbio de informação. Para aproveitar as sinergias com outras entidades, Ibercaja aderiu-se ao projeto PYRAMID-CIRBE da CECA.

No exercício trabalhou-se em diversas modificações e adaptações relativas a: SAIBA (normativa europeia de transferências e débitos), novos requerimentos por aprovação do regulamento CRDIV- Basileia III, suporte para a informação destinada ao BCE, FATCA (tratamento fiscal de pessoas USA), etc.

Com o fim de atender a a cada vez maior demanda de canais alternativos ao presencial executaram-se projetos de melhora do site [www.ibercajadirecto.com](http://www.ibercajadirecto.com), tanto no seu desenho como na sua programação, aspetos ambos de grande importância para a otimização das visitas de clientes.

## **7. Ambiente**

O Grupo é consciente da necessidade de conciliar o desenvolvimento empresarial com a preservação e cuidado do médio ambiente. Para isso, definiu uma política que constitui o enquadramento de referência de todas as atuações relacionadas com dito âmbito. Está baseada no cumprimento do regulamento de carácter geral, a prevenção da contaminação nos seus próprios processos, a gestão adequada dos resíduos, a conscienciação do seu modelo no uso responsável dos recursos naturais e a difusão das atuações realizadas entre clientes e fornecedores.

A Entidade tem o Certificado do Sistema de Gestão Ambiental, outorgado por AENOR, que acredita a adequação do edifício de Serviços Centrais aos requisitos da Norma UNE-EM ISO 14001:2004.

O Grupo considera que cumpre substancialmente com as leis médio ambientais e que mantém procedimentos para fomentar e garantir o seu cumprimento. Durante o exercício 2014 não se realizaram investimentos dignos de indicar, nem se considera que existam contingências significativas relacionadas com a proteção e melhora do médio ambiente.

## **8. Outra informação**

### **8.1. Qualificações das agências de rating**

A evolução dos valores macro-económicos e as perspetivas favoráveis da economia espanhola levaram às principais agências de qualificação a elevar o rating do Reino de Espanha e, em consequência, a melhorar a visão do meio no qual operam as entidades financeiras.

As agências Standard & Poor's e Fitch ratificaram as qualificações creditícias de Ibercaja Banco e melhorado a perspetiva a positiva. Este outlook indica a possível subida do rating no curto ou médio prazo tendo em conta a evolução da solvência e qualidade creditícia.

#### **Qualificações creditícias agências de rating**

	<b>Longo Prazo</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Perspetiva</b>
Standard & Poor's	BB	B	Positiva
Moody's	Ba3	NP	Negativa
Fitch Ratings	BB+	B	Positiva

Em abril o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva sobre o Mecanismo Único de Resolução Bancária que implica a diminuição do apoio que podem prestar os Estados da União Europeia às entidades em dificuldades. A implementação desta Diretiva poderia ocasionar a revisão do rating de algumas entidades, designadamente daquelas que contam com maior grau de apoio soberano.

#### **8.2. Ações próprias**

Durante 2014 não se realizaram operações com ações próprias.

#### **9. Perspetivas**

A economia espanhola arranca 2015 com umas perspetivas muito favoráveis que prognosticam a aceleração do crescimento até taxas acima de 2%. A boa trajetória do consumo dos agregados familiares, o investimento e as exportações ver-se-ão reforçadas por fatores como a redução de alguns impostos, diminuição do preço do petróleo, recuperação do emprego, depreciação do euro e as novas medidas de expansão monetária adotadas pelo BCE. Não obstante, alguns aspetos poderiam obscurecer as boas previsões como a debilidade dos nossos principais sócios comerciais e a incerteza política que gera um ano marcadamente eleitoral.

A situação macro-económica relançará a atividade do sistema financeiro apoiada pelas medidas do BCE, que reduzem os custos de financiamento e favorecem a concessão de crédito. As taxas de juro extremamente baixas e o aumento da concorrência na angariação de novas operações pressionarão a rentabilidade da carteira de crédito, compensando-se em parte pela redução do custo dos depósitos que tem ainda verdadeiro percurso. A racionalização de custos, junto às menores perdas por deterioro, serão chaves para impulsionar a rentabilidade.

Neste enquadramento, e dentro do Plano Estratégico 2015-2017, Ibercaja propõe-se o repto de acelerar o processo já empreendido de medidas e reformas que sentem as bases para conseguir um negócio mais rentável e capitalizado, capaz de competir com sucesso num mercado muito exigente.

#### **10. Factos posteriores ao encerramento**

Não se produziram factos posteriores ao encerramento de exercício dignos de menção.

**SECÇÃO II: RELATÓRIO DE GOVERNO CORPORATIVO**

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO CORPORATIVO DE OUTRAS ENTIDADES -DIFERENTES ÀS CAIXAS DE AFORROS- QUE EMITAM VALORES QUE SE NEGOCIEM EM MERCADOS OFICIAIS**

DADOS IDENTIFICATIVOS DO EMISSOR

DATA DE FIM DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

**31/12/2014**

**NIPC A-99319030**

Denominação Social:

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

Sede Social:

**Plaza de Basilio Paraíso nº 2  
50008 Saragoça (Espanha)**

**RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO CORPORATIVO DE OUTRAS ENTIDADES -DIFERENTES ÀS CAIXAS DE POUPANÇAS- QUE EMITAM VALORES QUE SE NEGOCIEM EM MERCADOS OFICIAIS**

**A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE**

**A.1 Detalhe os acionistas ou partícipes mais significativos da sua entidade à data de encerramento do exercício:**

Nome ou denominação social	% sobre capital social
Fundación Bancaria Ibercaja	87,80%
Fundación Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón	4,85%
Fundación Ordinaria Caja Badajoz	3,90%
Caja Círculo Fundación Bancaria	3,45%

**A.2 Indique, se for o caso, as relações de índole familiar, comercial, contratual ou societária que existam entre os acionistas ou partícipes significativos, na medida em que sejam conhecidas pela entidade, salvo que sejam escassamente relevantes ou derivem do giro ou tráfico comercial ordinário:**

Nome ou denominações sociais relacionados	Tipo de relação	Breve descrição

**A.3 Indique, se for o caso, as relações de índole comercial, contratual ou societária que existam entre os acionistas ou partícipes significativos, e a entidade, salvo que sejam escassamente relevantes ou derivem do giro ou tráfico comercial ordinário:**

Nome ou denominações sociais relacionados	Tipo de relacionamento	Breve descrição
Fundación Bancaria Ibercaja	Societária	Protocolo de gestão da participação financeira da Fundación Bancaria Ibercaja na Ibercaja Banco, S.A. conforme o estabelecido na Lei 26/2013, de 27 de dezembro.

**A.4 Indique, se for o caso, as restrições ao exercício dos direitos de voto, bem como as restrições à aquisição ou transmissão de participações no capital:**

Sim  Não

Descrição das restrições

## **B ASSEMBLEIA GERAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE**

### **B.1 Enumere os quórum de constituição da geral ou órgão equivalente estabelecidos nos estatutos. Descreva em que se diferencia do regime de mínimos previsto na Lei de Sociedades de Capital (LSC), ou o regulamento que lhe fosse de aplicação.**

A assembleia geral, seja ordinária ou extraordinária, ficará validamente constituída em primeira ou em segunda convocação quando os acionistas presentes ou representados possuam a percentagem de capital com direito de voto estabelecido pela lei. Sem prejuízo do anterior, a assembleia ficará validamente constituída como assembleia universal sempre que esteja presente ou representado todo o capital e os assistentes aceitem por unanimidade a celebração da assembleia e a ordem do dia. A validade da constituição determinar-se-á relativamente à cada um dos acordos que tenham de se adotar, e as ausências que se produzam uma vez validamente constituída a assembleia geral não afetarão à sua celebração. Para a válida constituição da assembleia, inclusive se esta se celebra com carácter de universal, não será necessária a assistência dos administradores da Sociedade.

### **B.2 Explique o regime de adoção de acordos sociais. Descreva em que se diferencia do regime previsto na LSC, ou no regulamento que lhe fosse de aplicação.**

O regime de adoção de acordos sociais se adequa ao regime previsto na LSC. A exceção daqueles supostos para os que a lei ou os estatutos estabelecessem (se for o caso) uma maioria qualificada, a maioria necessária para aprovar um acordo requererá o voto favorável da metade mais uma das ações com direito a voto presentes ou representadas na reunião.

Os assistentes à assembleia geral terão um voto pela cada ação que possuam ou representem.

Uma vez submetido um acordo a votação e realizado o escrutínio dos votos, o presidente proclamará o resultado, declarando, se for o caso, validamente adotado o acordo.

### **B.3 Indique brevemente os acordos adotados nas assembleias gerais ou órgãos equivalentes celebrados no exercício ao qual se refere o presente relatório e a percentagem de votos com os que se adotaram os acordos.**

A Assembleia Geral de Acionistas extraordinária, celebrada com o carácter de universal o 27 de janeiro de 2014, e a proposta da Comissão de Nomeações e Retribuições, acordou por unanimidade nomear o Sr. Vicente Córdor López vogal do Conselho de Administração (administrador independente).

Com data 28 de maio de 2014 a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas acordou, com a assistência de todos os acionistas e por unanimidade, aprovar as contas anuais individuais e consolidadas de Ibercaja Banco, S.A. (constituídas pelos Balanços, Demonstração de Resultados, Estados de Mudanças no Património Neto e Fluxo de Efetivo e Memórias, os Relatórios de Gestão correspondentes ao exercício 2013, que foram formuladas pelo Conselho de Administração na sua sessão celebrada o 26 de março de 2014) bem como a aplicação do resultado do exercício.

A Assembleia Geral de Acionistas extraordinária, celebrada com o carácter de universal o 23 de julho de 2014, acordou por unanimidade aprovar a fusão de Ibercaja Banco, S.A. e Banco Grupo Cajatres, S.A.U. mediante absorção da segunda pela primeira, com extinção, via dissolução sem liquidação, da sociedade incorporada e transmissão em bloco de todo os seus patrimónios à incorporante, que adquirirá por sucessão universal, a totalidade dos direitos e obrigações. Igualmente acordou acolher a fusão ao regime fiscal especial estabelecido no Capítulo VIII do Título VII e disposição adicional segunda do texto refundido da Lei do Imposto sobre Pessoas Coletivas, aprovado pelo Real Decreto Legislativo 4/2004, de 5 de março.

Em sessão celebrada o 11 de novembro de 2014 a Assembleia Geral de Acionistas extraordinária, celebrada com o carácter de universal, acordou por unanimidade a nomeação do Sr. Jesús Barreiro Sanz como vogal do Conselho de Administração bem como a reeleição de PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. como assinatura de auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas de Ibercaja Banco, S.A. para os exercícios 2014 e 2015.

**B.4 Indique o endereço e modo de acesso à página site da entidade à informação sobre governo corporativo.**

A informação sobre governo corporativo de Ibercaja Banco está acessível através da página site <http://www.ibercaja.es> nos apartados "Informação Corporativa" e "Informação para investidores".

**B.5. Assinale se foram celebradas reuniões dos diferentes sindicatos, que se for o caso existam, dos detentores de valores emitidos pela entidade, o objeto das reuniões celebradas no exercício ao que se refere o presente relatório e principais acordos adotados.**

No exercício 2014 não se celebrou nenhuma reunião dos diferentes sindicatos dos detentores de valores emitidos por Ibercaja Banco nem pelos emitidos, no seu dia, por Banco Grupo Cajates.

**C ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE**

**C.1 Conselho ou órgão de administração**

**C.1.1 Detalhe o número máximo e mínimo de administradores ou membros do órgão de administração, previstos nos estatutos:**

Número máximo de administradores/membros do órgão	15
Número mínimo de administradores/membros do órgão	5

**C.1.2 Complete o seguinte quadro sobre os membros do administradores ou órgão de administração, e a sua diferente condição:**

ADMINISTRADORES/ MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome ou denominação social do administrador/membro do órgão de administração	Representante	Última data de nomeação
Amado Franco Lahoz	n/a	22-09-2011
José Luis Aguirre Loaso	n/a	22-09-2011
Francisco Manuel García Peña	n/a	24-07-2013
Jesús Máximo Bueno Arrese	n/a	22-09-2011
Manuel Pizarro Moreno	n/a	22-09-2011
Gabriela González-Bueno Lillo	n/a	24-07-2013
Jesús Solchaga Loitegui	n/a	24-07-2013
Juan María Pemán Gavín	n/a	24-07-2013
Vicente Eduardo Ruiz de Mencía	n/a	24-07-2013
Vicente Cándor López	n/a	27-01-2014
Jesús Barreiro Sanz	n/a	11-11-2014

**C.1.3 Identifique, se for o caso, os membros do conselho ou órgão de administração que assumam cargos de administradores ou diretores em outras entidades que façam parte do grupo da entidade:**

Nome ou denominação social do administrador/membro do órgão de administração	Denominação social da entidade do Grupo	Cargo
Amado Franco Lahoz	Fundación Bancaria Ibercaja	Presidente
Jesús Máximo Bueno Arrese	Fundación Bancaria Ibercaja	Patrono
Jesús Máximo Bueno Arrese	Ibercaja Vida Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.U.	Presidente
Jesús Solchaga Loitegui	Cerro Murillo, S.A.	Administrador
Jesús Solchaga Loitegui	Ibercaja Mediación de Seguros, S.A.U.	Administrador
Jesús Barreiro Sanz	Ibercaja Vida Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.U.	Administrador

**C.1.4 Complete o seguinte quadro com a informação relativa ao número de administradoras que integram o conselho de administração e as suas comissões, bem como a sua evolução nos últimos quatro exercícios:**

	Número de administradoras							
	2014		2013		2012		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conselho de Administração	1	11%	1	10%	-	-	-	-
Comissão Executiva	1	14%	-	-	-	-	-	-
Comissão de Auditoria	1	33%	1	33%	-	-	-	-
Comissão de Nomeações e Retribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão de Grandes Riscos e Solvência	-	-	-	-	-	-	-	-

**C.1.5 Complete o seguinte quadro sobre a remuneração agregada dos administradores ou membros do órgão de administração, adquirida durante o exercício.**

Conceito retributivo	Milhares de euros	
	Individual	Grupo
Retribuição fixa	977	-
Retribuição variável	78	-
Ajudas de custo	210	58
Outras remunerações	80	-
<b>TOTAL:</b>	<b>1.345</b>	<b>58</b>

**C.1.6 Identifique os membros da alta direção que não sejam por sua vez administradores ou membros do órgão de administração executivos, e indique a remuneração total vencida ao seu favor durante o exercício:**

Nome	Cargo
Luis Enrique Arrufat Guerra	Diretor Geral Adjunto
Víctor Manuel Iglesias Ruiz	Diretor Geral Adjunto
Luis Miguel Carrasco Miguel	Diretor Geral Adjunto
Francisco José Serrano Gill de Albornoz	Diretor Geral Adjunto
María Pilar Segura Bas	Diretora Geral Adjunta
José Luis Rodrigo Molla	Subdiretor Geral
José Palma Serrano	Subdiretor Geral
José Luis Lázaro Crespo	Subdiretor Geral
Francisco Javier Palomar Gómez	Subdiretor Geral
José Manuel Merino Aspiazu	Subdiretor Geral
Joaquín Rodríguez de Almeida Pérez Surio	Subdiretor Geral
José Morais Paules	Subdiretor
José Javier Pomar Martín	Subdiretor
Luis Fernando Allué Escobar	Subdiretor
Javier Arto Fillola	Subdiretor
Remuneração total alta direção (milhares de euros)	2.793

**C.1.7 Indique se os estatutos ou o regulamento do conselho estabelecem um mandato limitado para os administradores ou membros do órgão de administração.**

Sim  Não

Número máximo de exercícios de mandato	5
--	---

**C.1.8 Indique se as contas anuais individuais e consolidadas que se apresentam para a sua aprovação ao conselho ou órgão de administração estão previamente certificadas.**

Sim  Não

**Identifique, se for o caso, a o/s pessoa/s que tem ou certificaram as contas anuais individuais e consolidadas da entidade, para a sua formulação pelo conselho ou órgão de administração.**

Nome	Cargo

**C.1.9 Explique, se os tivesse, os mecanismos estabelecidos pelo conselho ou órgão de administração para evitar que as contas individuais e consolidadas por ele formuladas se apresentem na assembleia geral ou órgão equivalente com condições no relatório de auditoria.**

Entre as competências da Comissão de Auditoria e Cumprimento, os Estatutos preveem que dita comissão sirva de canal de comunicação entre o Conselho de Administração e os auditores, avaliar os resultados da cada auditoria e as respostas da equipa de gestão às suas recomendações e mediar nos casos de discrepâncias entre aqueles e este relativamente aos princípios e critérios aplicáveis na preparação dos estados financeiros. Igualmente, compete à Comissão de Auditoria e Cumprimento receber regularmente do auditor externo informação sobre o plano de auditoria e os resultados da sua execução e verificar que a alta direção tem em conta as suas recomendações, bem como supervisionar o cumprimento do contrato de auditoria, tentando que a opinião sobre as contas anuais e os conteúdos principais do relatório de auditoria sejam redigidos de forma clara e precisa.

**C.1.10 O secretário do conselho ou do órgão de administração tem a condição de administrador?**

Sim  Não

**C.1.11 Indique, se os tivesse, os mecanismos estabelecidos para preservar a independência do auditor externo, dos analistas financeiros, dos bancos de investimento e das agências de qualificação.**

O artigo 35º do Regulamento do Conselho contempla, entre as competências da Comissão de Auditoria e Cumprimento, a função de zelar pela independência do auditor externo, estabelecendo a tal efeito as oportunas relações com o auditor de contas para receber informação sobre aquelas questões que possam pôr em risco a independência deste.

Em todo o caso, a Comissão de Auditoria e Cumprimento deverá receber anualmente do auditor de contas a confirmação escrita da sua independência perante a Sociedade ou entidades vinculadas a esta direta ou indiretamente, bem como a informação dos serviços adicionais de qualquer classe prestados a estas entidades pelo referido auditor, ou pelas pessoas ou entidades vinculadas a este de acordo com o disposto na Lei de Auditoria de Contas.

Igualmente, a Comissão emitirá anualmente, com carácter prévio à emissão do relatório de auditoria de contas, um relatório no qual se expressará uma opinião sobre a independência do auditor de contas, e deverá zelar por que a Sociedade comunique à Comissão Nacional do Mercado de Valores, como facto relevante, a mudança de auditor, acompanhando se for o caso uma declaração sobre a eventual existência de desacordos com o auditor saliente e, se existisse, do seu conteúdo.

Deverá assegurar-se, ademais, de que a Sociedade e o auditor respeitam as normas vigentes sobre prestação de serviços diferentes aos de auditoria, os limites à concentração do negócio do auditor e, em general, as demais normas estabelecidas para assegurar a independência dos auditores, e examinar, em caso de renúncia do auditor externo, as circunstâncias que a tivessem motivado.

## C.2 Comissões do conselho ou órgão de administração.

### C.2.1 Enumere os órgãos de administração.

Nome do órgão	Nº de membros	Funções
Comissão Executiva	7	A Comissão Executiva despachará todos os assuntos da competência do conselho de administração que, na opinião da própria comissão, devam ser resolvidos sem mais dilação, com as únicas exceções das matérias que têm carácter de indelegáveis. Dos acordos adotados dar-se-á conta ao Conselho de Administração na primeira reunião deste posterior às reuniões da Comissão.
Comissão de Auditoria e Cumprimento	3	<ul style="list-style-type: none"><li>-Informar na assembleia geral sobre as questões que proponham os acionistas em matérias da sua competência.</li><li>-Supervisionar a eficácia do controlo interno, a auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos, e o processo de elaboração e apresentação da informação financeira regulada.</li><li>-Propor ao conselho, para a sua submissão à assembleia, a designação do auditor de contas.</li><li>-Estabelecer as oportunas relações com o auditor externo para receber informação sobre questões relativas à sua independência, ou outras relacionadas com o processo de auditoria de contas.</li><li>-Receber anualmente do auditor externo a confirmação escrita da sua independência perante a Sociedade ou entidades vinculadas a esta, e informação dos serviços adicionais de qualquer classe prestados a estas entidades pelo auditor, ou por pessoas ou entidades vinculadas a este, emitindo o correspondente relatório.</li></ul>
Comissão de Nomeações e Retribuições	3	<ul style="list-style-type: none"><li>-Formular e revisar os critérios a seguir para a composição do Conselho e seleção de candidatos; avaliar as concorrências, conhecimentos e experiência necessários</li><li>-Informar as propostas de nomeação de administradores pelo Conselho para a sua submissão à assembleia geral, bem como as propostas de reeleição ou cessação de ditos administradores;</li><li>-Informar sobre os membros que devam fazer parte das comissões;</li><li>-Propor e informar ao conselho: a política de retribuição de administradores; a retribuição individual de administradores executivos e condições dos seus contratos; e as condições básicas dos contratos especiais.</li><li>-Revisão periódica dos programas de retribuição;- Zelar pela transparência da política retributiva;</li><li>-Informar das transações que possam implicar conflitos de interesses;</li><li>-Informar das nomeações e cessações de altos diretores que o primeiro executivo proponha ao conselho.</li></ul>
Comissão de Grandes Riscos e Solvência	3	Assessorar o Conselho sobre a propensão global ao risco, atual e futura, da Entidade e o seu Grupo, e a sua estratégia neste âmbito, e assistir o Conselho na vigilância da aplicação dessa estratégia pela alta direção e efetuar o seguimento dos níveis de solvência do Banco e propor as ações que considere convenientes para a sua melhora.

**C.2.2. Detalhe todas as comissões do conselho ou órgão de administração e os seus membros:**

**COMISSÃO EXECUTIVA OU DELEGADA**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Sr. Amado Franco Lahoz	Presidente
Sr. José Luis Aguirre Loaso	Vogal
Sr. Jesús Bueno Arrese	Vogal
Sr. Manuel Pizarro Moreno	Vogal
Sra. Gabriela González-Bueno Lillo	Vogal
Sr. Juan María Pemán Gavín	Vogal
Sr. Jesús Barreiro Sanz	Secretário

**COMISSÃO DE AUDITORÍA E CUMPRIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Sra. Gabriela González-Bueno Lillo	Presidente
Sr. Jesús Bueno Arrese	Vogal
Sr. Vicente Córdor López	Vogal
Sr. Jesús Barreiro Sanz	Secretário

**COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Sr. Manuel Pizarro Moreno	Presidente
Sr. Jesús Solchaga Loitegui	Vogal
Sr. Jesús Barreiro Sanz	Secretário

**COMISSÃO DE GRANDES RISCOS E SOLVÊNCIA**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Sr. Jesús Bueno Arrese	Presidente
Sr. Vicente Córdor López	Vogal
Sr. Juan María Pemán Gavín	Vogal
Sr. Jesús Barreiro Sanz	Secretário

**C.2.3. Realize uma descrição das regras de organização e funcionamento, bem como as responsabilidades que têm atribuídas a cada uma das comissões do conselho ou membros do órgão de administração. Se for o caso, deverão descrever-se as faculdades do administrador delegado.**

**ADMINISTRADOR DELEGADO**

A função de primeiro executivo recai no Administrador Delegado, a quem lhe corresponderá a efetiva direção dos negócios da Sociedade, de acordo sempre com as decisões e critérios afixados pela assembleia geral de acionistas, pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva nos âmbitos das suas respetivas competências.

**COMISSÃO EXECUTIVA**

Estará composta por um mínimo de 5 e um máximo de 7 administradores, fazendo parte da mesma, necessariamente, o administrador delegado. Atuará como presidente da Comissão o presidente do Conselho de Administração, e como Secretário o do Conselho.

A delegação permanente de faculdades por parte do Conselho de Administração a favor da Comissão Executiva compreenderá todas as faculdades do Conselho, salvo as legal ou estatutariamente indelegáveis. Os seus acordos serão válidos e vinculantes sem necessidade de ratificação posterior pelo pleno do conselho. Não obstante, naqueles casos em que, na opinião do presidente ou de três membros da Comissão Executiva, a importância do assunto assim o aconselhasse, os acordos adotados pela comissão submeter-se-ão a ratificação do pleno do conselho.

A Comissão ficará validamente constituída com a assistência, presentes ou representados, de, pelo menos, a metade mais um dos seus membros, e adotará os seus acordos por maioria de votos dos administradores que façam parte da comissão, presentes ou representados na reunião, sendo de qualidade o voto do seu presidente.

#### COMISSÃO DE AUDITORIA E CUMPRIMENTO

Estará formada por um mínimo de 3 e um máximo de 5 administradores, que serão designados tendo presentes os seus conhecimentos, aptidões e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou gestão de riscos.

A comissão estará presidida por um administrador independente, que deverá ser substituído cada quatro anos, podendo ser reeleito uma vez decorrido o prazo de um ano desde a sua cessação. Será secretário da comissão o secretário do conselho de administração.

Ficará validamente constituída com a assistência, presentes ou representados, de, pelo menos, a metade mais um dos seus membros; e adotará os seus acordos por maioria de votos dos administradores que façam parte da comissão, presentes ou representados na reunião, sendo de qualidade o voto do seu presidente. Os membros da comissão poderão delegar a sua representação em outro deles. Os acordos da Comissão de Auditoria e Cumprimento serão redigidos num livro de atas, que será assinado, para cada uma delas, pelo presidente e o secretário.

A comissão reunir-se-á quantas vezes seja convocada por acordo da própria comissão ou do seu presidente e, pelo menos, uma vez por trimestre. Também poderá a comissão requerer a assistência do revisor de contas da Sociedade. Uma das suas reuniões estará destinada necessariamente a avaliar a eficiência e o cumprimento das regras e procedimentos de governo da Sociedade e a preparar a informação que o conselho tem de aprovar e incluir dentro da documentação pública anual.

#### COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E RETRIBUIÇÕES

Estará formada por um mínimo de 3 e um máximo de 5 administradores, que serão designados tendo presentes os conhecimentos, aptidões e experiência dos administradores e os cometidos da comissão. O Conselho de Administração designará ao seu presidente, sendo o seu secretário o do Conselho.

A comissão reunir-se-á quantas vezes seja convocada por acordo da própria comissão ou do seu presidente e, pelo menos, trimestralmente. Igualmente, reunir-se-á a cada vez que o conselho ou o seu presidente solicitem a emissão de um relatório ou a adoção de propostas.

A comissão adotará os seus acordos por maioria de votos dos administradores que façam parte da mesma, presentes ou representados na reunião. Em caso de empate, o presidente terá voto de qualidade.

#### COMISSÃO DE GRANDES RISCOS E SOLVENCIA

A Comissão estará constituída por um mínimo de três vogais, designados pelo Conselho de Administração, um dos quais será Presidente. O Administrador Delegado assistirá às sessões, com voz mas sem voto.

Corresponde à Comissão: Analisar e avaliar propostas sobre estratégia e políticas de risco do Grupo, para submeter à aprovação do Conselho de Administração do Banco; Efetuar o seguimento do grau de adequação dos riscos assumidos ao perfil estabelecido e à expectativa de rentabilidade em relacionamento aos riscos incorridos; Submeter ao Conselho de Administração do Banco as propostas que considere necessárias ou convenientes aos efeitos de adequar a gestão do risco no Grupo às melhores práticas; Efetuar o seguimento dos níveis de solvência do Banco e propor as ações que considere convenientes para a sua melhora.

#### **C.2.4. Indique o número de reuniões que manteve o comité de auditoria durante o exercício.**

Número de reuniões	7
--------------------	---

#### **C.2.5 No caso de que exista a comissão de nomeações, indique se todos os seus membros são administradores ou membros do órgão de administração externos.**

Sim  Não

#### **D OPERAÇÕES VINCULADAS E OPERAÇÕES INTRAGRUPO**

##### **D.1 Detalhe as operações realizadas entre a entidade ou entidades do seu grupo, e os acionistas, partícipes cooperativistas, titulares de direitos de domínio ou qualquer outro de natureza equivalente da entidade.**

Contrato de prestação de serviços formalizado com a Fundación Bancaria Ibercaja, por montante de 611.330 euros.

##### **D.2 Detalhe as operações realizadas entre a entidade ou entidades do seu grupo, e os administradores ou membros do órgão de administração, ou diretores da entidade.**

Durante o exercício formalizaram-se duas operações de sale & lease back por montante global de 4.632 milhares de euros, que tiveram por objeto a compra e posterior arrendamento a favor de Ibercaja Banco de dois locais da sua propriedade, que foram formalizadas com a sociedade Finca de Novella, S.L., da qual o Vogal do Conselho de Administração da Entidade, Sr. Manuel Pizarro Moreno, é acionista.

Igualmente, o Conselho de Administração, prévio relatório favorável da Comissão de Nomeações e Retribuições, acordou autorizar a renovação do contrato de arrendamento do local propriedade da Comunidade de Bens Barreiro Sanz, C.B., da qual, por título de herança, faz parte o Secretário do Conselho, Sr. Jesús Barreiro Sanz.

Para cada uma das referidas operações verificou-se, com carácter prévio à sua formalização, que se cumprissem, simultaneamente, as seguintes condições: i) que se realizassem em virtude de um contrato cujas condições são iguais que no resto de operações realizadas com outras contrapartes; ii) que se realizassem aos mesmos preços que o resto de operações com outros investidores; iii) que a sua quantia não superasse 1% dos rendimentos anuais da Entidade.

### **D.3 Detalhe as operações intra-grupo**

Durante o exercício não se realizaram operações intra-grupo relevantes.

### **D.4 Detalhe os mecanismos estabelecidos para detetar, determinar e resolver os possíveis conflitos de interesses entre a entidade ou o seu grupo, e os seus administradores ou membros do conselho de administração, ou diretores.**

Os administradores têm o dever de abster-se de assistir e intervir nas deliberações que afetem a assuntos nos quais o administrador, ou uma pessoa vinculada a este, se encontrem interessados pessoalmente. Para estes efeitos, terão a consideração de pessoas vinculadas aos administradores as que se indicam no artigo 231º da Lei de Sociedades de Capital.

Igualmente, os administradores não poderão realizar direta ou indiretamente transações profissionais ou comerciais com a sociedade a não ser que informe antecipadamente da situação de conflito de interesses, e o conselho, prévio relatório da comissão de nomeações e retribuições, aprove a transação.

Os administradores devem comunicar ao conselho de administração qualquer situação de conflito, direto ou indireto, que pudessem ter com o interesse da sociedade. O administrador também deverá informar a sociedade de todos os postos que desempenhe e das atividades que realize em outras sociedades ou entidades, e, em general, de qualquer facto ou situação que possa resultar relevante para a sua atuação como administrador da sociedade.

Também não podem aproveitar em benefício próprio ou de uma pessoa vinculada uma oportunidade de negócio da sociedade, a não ser que previamente lha ofereça a esta, que esta desista da explorar e que o aproveitamento seja autorizado pelo conselho, prévio relatório da comissão de nomeações e retribuições. Para estes efeitos entende-se por oportunidade de negócio qualquer possibilidade de realizar um investimento ou operação comercial que surja ou se tenha descoberto em conexão com o exercício do cargo por parte do administrador, ou mediante a utilização de meios e informação da sociedade, ou sob circunstâncias tais que seja razoável pensar que o oferecimento do terceiro em realidade estava dirigido à sociedade.

O administrador infringe os seus deveres de fidelidade para com a sociedade se, sabendo-o de antemão, permite ou não revela a existência de operações realizadas por familiares seus ou por sociedades nas quais desempenha um posto diretivo ou tenha uma participação significativa, que não se submeteram às condições e controlos previstos no Regulamento do conselho, anteriormente indicados.

## **E SISTEMAS DE CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS**

### **E.1 Explique o alcance do Sistema de Gestão de Riscos da entidade.**

A solvência, a liquidez e a qualidade creditícia dos ativos constituem os pilares familiares fundamentais sobre os quais assenta a gestão de riscos da Entidade.

Pelo seu nível de exposição, o Risco de Crédito é o de mais relevância no perfil de riscos de Ibercaja, conquanto a gestão de riscos contempla igualmente os riscos de contraparte, de concentração, de mercado, de liquidez, de taxa de juro, operacional, reputacional, etc.

A Entidade conta com uma estrutura organizativa adequada para a gestão do risco, na qual as funções de identificação, medição, seguimento, gestão e controlo se encontram claramente distribuídas em diferentes órgãos e unidades, que desempenham as suas funções de maneira independente mas coordenada, nos âmbitos de:

- **Governo Corporativo:** Os Órgãos de Governo estabelecem as diretrizes relativamente às políticas de investimento e risco que serão desenvolvidas e aplicadas pelo resto da organização no desempenho das suas funções, tanto no caso da matriz como no das restantes sociedades que se integram no Grupo.
- **Estratégia e perfil de riscos:** Para estabelecer as mencionadas diretrizes, os Órgãos de Governo recebem suporte informativo e técnico de Comitês e Direções especializados. Designadamente, o Comité Global de Riscos define e efetua o seguimento da estratégia e as políticas de risco do Grupo.
- **Gestão do Risco:** As decisões de gestão do risco são adotadas por diferentes órgãos e unidades do Grupo no exercício das suas funções específicas.
- **Controlo do Risco:** A função de controlo do risco corresponde à Direção de Auditoria, que a exerce com independência da gestão.

A estrutura organizativa de governo e gestão do risco na Entidade é proporcional à complexidade do negócio e garante a aplicação homogénea de políticas e procedimentos.

Entre os princípios que ordenam a gestão de riscos da Entidade figuram os seguintes: gestão integral, qualidade, diversificação, independência, continuidade, delegação e colegialidade, vinculação em modelos de decisão, homogeneidade, controlo, melhora contínua de processos e transparência.

A gestão de riscos da Entidade persegue os seguintes objetivos:

- **Avaliar os riscos chave para o negócio em função da sua relevância e probabilidade de ocorrência, quantificando-os com a maior precisão e o maior nível de detalhe.**
- **Integrar a medição de risco nos processos e circuitos operativos e de decisão (estabelecimento de limites e políticas, admissão de operações, seguimento, recuperação...) e analíticos (cálculo e análise de rentabilidade ajustada a risco de clientes, segmentos, produtos, centros de responsabilidade e linhas de negócio).**
- **Incrementar a eficiência nos processos de admissão, seguimento e recuperação do risco, através da utilização de ferramentas estatísticas e de sistemas de informação adequados, que facilitam a tomada de decisões.**
- **Assegurar a integridade e a qualidade da informação do risco, o que se traduz em melhoras nos sistemas de informação interna e externa e na comunicação a todos os níveis implicados na gestão do risco.**
- **Estabelecer um meio de seguimento sistémico dos modelos e ferramentas que permita manter o seu poder preditivo**

A proposta de objetivos no âmbito da gestão global de riscos da Entidade centra-se em preservar e melhorar a qualidade creditícia da carteira e do novo negócio de empréstimos através dos processos de admissão, seguimento e recuperação, na gestão ativa da liquidez desde todos os âmbitos do negócio e, em definitiva, na manutenção da solvência em níveis elevados.

## **E.2 Identifique os órgãos da entidade responsáveis da elaboração e execução do Sistema de Gestão de Riscos.**

O organograma da Entidade reflete de forma clara a sua estrutura organizativa em matéria de riscos e os órgãos responsáveis da sua gestão, seguimento e controlo. O máximo órgão do controlo do risco é o Conselho de Administração, a quem corresponde estabelecer e promover as políticas de risco. Essas funções pode exercê-las diretamente ou através do Administrador Delegado.

Com o fim de reforçar a consideração das questões relacionadas com os riscos nos termos previstos na Diretiva 2013/36/UE, o Conselho de Administração de Ibercaja Banco acordou constituir a Comissão de Grandes Riscos e Solvência, integrada por membros do Conselho que não desempenham funções executivas na Entidade e que, sem prejuízo de outros cometidos que lhe possa encomendar o Conselho, tem a competência de assessorar o órgão de administração sobre a propensão global ao risco, atual e futura, da Entidade e o seu Grupo, e a sua estratégia neste âmbito, além de assistir na vigilância da aplicação dessa estratégia pela alta direção.

De forma complementar, os Estatutos atribuem de forma expressa à Comissão de Auditoria e Cumprimento um papel relevante na supervisão dos sistemas de gestão de riscos. Adicionalmente, constituíram-se comités executivos internos com responsabilidades na matéria: o Comité de Auditoria e o Comité Global de Riscos. Ao Comité de Auditoria corresponde-lhe:

- realizar o seguimento do controlo e auditoria da Entidade entre as Direções da Entidade, bem como propor o Plano Anual de Auditoria Interna e Controlo do Grupo, para a sua aprovação.
- Analisa e debate os resultados dos relatórios de Auditoria Interna e Controlo com o fim de obter conclusões e tomar acordos que trasladados às Direções competentes, mitiguem riscos sobre aspetos que se manifestem nos mesmos.
- Segue permanentemente a implantação das medidas corretoras e analisa os desvios que se pudessem produzir, acordando planos alternativos se fosse o caso. No que diz respeito às Sociedades do Grupo Financeiro, os seus respetivos Órgãos de Governo definem para cada uma delas as políticas de investimento e o risco, sempre dentro dos limites globais e das estratégias e políticas de risco estabelecidos para todo o Grupo.

Para poder estabelecer estas diretrizes, os Órgãos de Governo recebem informação e suporte técnico dos Comités e Direções especializados, que concretizarão posteriormente as estratégias e políticas da gestão do risco a partir das diretrizes recebidas.

O Comité Global de Riscos desenvolve um papel essencial neste âmbito, dado que concreta as estratégias e políticas do Grupo e efetua o seu seguimento. Dito Comité está formado por diretores do mais alto nível, de quem dependem as Unidades diretamente relacionadas com a gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à atividade da Entidade e o seu Grupo. As funções do Comité Global de Riscos são as seguintes:

- Definir e efetuar o seguimento das estratégias e das políticas de risco do Grupo:
- Estabelecer objetivos e estratégias de evolução da estrutura e composição das massas patrimoniais do balanço.
- Analisar a exposição do Grupo e os seus resultados em diferentes cenários: níveis de tolerância. Primas de risco.
- Realizar o planeamento do capital em médio prazo do Grupo. Realizar a fixação de objetivos de capital em função do perfil de risco, global e dos diferentes tipos de exposição.

O esquema organizativo dota à Entidade de uma estrutura global de governo e gestão do risco, alinhada com as tendências do mercado e com as necessidades e complexidade atuais do negócio do Grupo

Ibercaja. Igualmente, dita estrutura permite garantir a homogeneidade de políticas e o controlo do risco em Ibercaja e em todas as sociedades integradas no seu Grupo.

### **E.3 Assinale os principais riscos que podem afetar a consecução dos objetivos de negócio.**

**Risco de Crédito:** Possibilidade de incorrer em perdas derivadas do não cumprimento das obrigações de pagamento por parte dos acreditados, bem como perdas de valor pelo deterioro da qualidade creditícia dos mesmos.

**Risco de Contraparte:** Possibilidade de que se produzam por falta de pagamentos por parte das contrarubricas em operações financeiras (renda fixa, interbancário, derivados,...).

**Risco de Concentração:** Possibilidade de sofrer perdas originadas por uma posição ou grupo de posições determinadas, suficientemente importantes relativamente ao capital, os ativos totais ou o nível de risco geral, que possam pôr em perigo a solidez da Instituição.

**Risco Operacional:** Risco de perda decorrente de uma falta de adequação ou de uma falha dos processos, o pessoal e os sistemas internos, ou bem derivado de acontecimentos externos.

**Risco de Mercado:** Possibilidade de incorrer em perdas pela manutenção de posições nos mercados como consequência de um movimento adverso das variáveis financeiras ou fatores de risco (taxas de juro, taxas de câmbio, preço das ações,...), que determinam o valor de ditas posições.

**Risco de Liquidez:** Possibilidade de incorrer em perdas por não dispor ou não poder aceder a fundos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamento.

**Risco de Taxa de juro:** Possibilidade de que a margem financeira ou o valor patrimonial da Entidade se vejam afetados por variações adversas nas taxas de juro de mercado às quais estão referidas as suas posições de ativo, passivo ou as operações fora de balanço.

**Risco de Taxa de Câmbio:** Possibilidade de incorrer em perdas derivadas das flutuações adversas nas taxas de câmbio das moedas nas quais estão denominados os ativos, passivos e operações fora de balanço do Grupo.

**Risco de Negócio:** Possibilidade de sofrer perdas como consequência de não gerar um volume de negócio suficientemente rentável como para cobrir os custos incorridos. Uma variante do risco de negócio é o risco estratégico, que se define como a probabilidade de sofrer perdas como consequência da eleição de uma estratégia que finalmente se demonstre inadequada para permanecer e competir no mercado.

**Risco Reputacional:** Risco de sanções legais ou normativas, perda financeira significativa, ou de reputação que uma Entidade pode sofrer como resultado de incumprir as leis, regulações, normas, standards de auto-regulação da organização e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades financeiras; este risco é consubstancial a ditas atividades, pelo facto de estar altamente reguladas e sujeitas a supervisão contínua pelas autoridades.

### **E.4 Identifique se a entidade conta com um nível de tolerância ao risco.**

A Entidade realiza de forma recorrente o processo de auto-avaliação de capital de Pilar II. O objetivo de dito processo é assegurar o adequado relacionamento entre o perfil de riscos de Entidade e os recursos próprios que efetivamente mantém. Para isso, se realiza um processo que permite:

- Identificar, medir e agregar os riscos (não só os de Pilar I).
- Definir o perfil de riscos.
- Determinar o capital necessário para cobrir os riscos relevantes.

- Realizar o planeamento do capital em médio prazo bem como cenários de stress.
- Estabelecer um objetivo de recursos próprios que permita manter uma folga adequada sobre os requerimentos mínimos de Pilar I.

A análise dos riscos aos quais está exposta e a avaliação dos riscos identificados como relevantes, configuram um perfil de riscos caracterizado pelo bom governo interno e corporativo, sistemas de gestão e controlo internos adequados às atividades que se desenvolvem e reduzido risco.

A evolução do nível dos recursos próprios da Entidade e a sua qualidade, e a sua comparação com os recursos próprios necessários para cobrir todos os riscos relevantes, tanto para os quais se exige capital regulatório como para os riscos de Pilar II, bem como o planeamento de capital realizado configuram uma boa situação de solvência na qual o volume dos recursos próprios é superior ao mínimo necessário e a qualidade dos recursos próprios é adequada.

A combinação do anterior evidencia que a estratégia de capital da entidade, os recursos próprios mantidos, os benefícios recorrentes, o seu governo corporativo e interno e os sistemas de gestão e controlo dos riscos são adequados às atividades que a Entidade desenvolve e os riscos assumidos.

#### **E.5 Indique que riscos se materializaram durante o exercício.**

Os riscos que afetam ao Grupo, descritos no apartado E.3, são inerentes à atividade financeira desenvolvida pela Entidade. Os sistemas de controlo estabelecidos funcionaram adequadamente ao longo do exercício.

#### **E.6 Explique os planos de resposta e supervisão para os principais riscos da entidade.**

O controlo dos riscos é um elemento fundamental do sistema de controlo interno numa entidade de crédito já que os riscos, basicamente financeiros e operativos, são inerentes aos produtos e serviços financeiros que constituem a sua atividade. O Grupo conta com sistemas de controlo de riscos baseados em:

- Procedimentos de identificação e medição de riscos que permitem o seu seguimento e controlo.
- Uma estrutura de limites para as principais contrapartes, instrumentos, mercados e prazos, que anualmente se submete à aprovação do Conselho de Administração, com o fim de definir políticas prudentes e evitar concentrações de risco. Um Comité Global de Riscos encarregado de definir e efetuar o seguimento das estratégias e das políticas de risco do Grupo.
- Uma estrutura hierárquica de autorizações para a concessão ou assunção de risco em função da quantia e natureza do mesmo.
- Controlos diretos distribuídos entre os diferentes níveis de decisão que assegurem que as operações se realizem de acordo com os termos autorizados.
- Uma Unidade de Controlo de Riscos, independente das Direções de Negócio, que verifica, entre outros aspetos o cumprimento dos limites de risco aprovados pelo Conselho de Administração ou outros estabelecidos pelo Comité Global de Riscos, e informa periodicamente do seu cumprimento à Alta Direção.

▪Uma Unidade de Cumprimento Normativo, incluída dentro da função de Controlo de Riscos, que supervisiona o cumprimento de determinadas normas legais que regulam algumas atividades do Grupo com a finalidade de minimizar as sanções e perdas de reputação que o seu não cumprimento pudesse ocasionar.

▪A função de Auditoria Interna revisa o adequado funcionamento dos sistemas de controlo de riscos, verificando ademais o cumprimento das políticas, procedimentos e normas internos estabelecidos. Adicionalmente informa-se, tanto do planeamento anual da Auditoria Interna como das conclusões mais relevantes obtidas, aos correspondentes Órgãos de Governo.

▪A Comissão de Auditoria e Cumprimento do Conselho de Administração supervisiona a eficácia do controlo interno, a auditoria interna e os sistemas de gestão de riscos, revisando periodicamente os mesmos, para que os principais riscos se identifiquem, giram e deem a conhecer adequadamente.

## **F SISTEMAS INTERNOS DE CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS COM O PROCESSO DE EMISSÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA (SCIIF)**

Descreva os mecanismos que compõem os sistemas de controlo e gestão de riscos relativamente ao processo de emissão de informação financeira (SCIIF) da sua entidade.

### **F.1 Meio de controlo da entidade**

Informe, assinalando as suas principais características de, pelo menos:

#### **F.1.1. Que órgãos e/ou funções são os responsáveis por: (i) a existência e manutenção de um adequado e efetivo SCIIF; (ii) a sua implantação; e (iii) a sua supervisão.**

O Conselho de Administração da Entidade e a Alta Direção são conscientes da importância que tem garantir aos investidores a fiabilidade da informação financeira publicada ao mercado, pelo que estão plenamente envolvidos no desenvolvimento do SCIIF.

O Conselho de Administração exerce a responsabilidade do estabelecimento e supervisão dos sistemas de informação e controlo de riscos, como fica formalmente recolhido no seu Regulamento, englobando esta responsabilidade ao próprio SCIIF.

O citado Regulamento do Conselho estabelece, como função indelegável deste, “a formulação das contas anuais individuais e consolidadas e a aprovação da informação financeira” junto ao “estabelecimento e supervisão dos sistemas de informação e controlo de riscos”.

O Regulamento também indica que o Conselho “adotará as medidas precisas para assegurar que a informação financeira semestral, trimestral e qualquer outra que se deva pôr ao dispor dos mercados se elabore de acordo com os mesmos princípios, critérios e práticas profissionais com que se elaboram as contas anuais e que goze da mesma fiabilidade que esta última”.

Por outro lado, a Alta Direção assumiu a responsabilidade do desenho e implementação do SCIIF através da Direção de Controlo de Gestão na medida em que esta centraliza a realização da grande maioria das atividades encaminhadas a conseguir um adequado funcionamento do SCIIF.

Por último, a Comissão de Auditoria e Cumprimento, de acordo ao Regulamento do Conselho de Administração, tem delegadas as seguintes responsabilidades básicas relativamente os sistemas de informação e controlo interno: “comprovar a adequação e integridade dos sistemas internos de controlo; conhecer e supervisionar o processo de elaboração e apresentação da informação financeira regulada relativa à Sociedade e, se for o caso, ao Grupo, bem como a sua integridade, revisando o cumprimento dos requisitos normativos, a adequada delimitação do perímetro de consolidação e a correta aplicação dos critérios contabilísticos; supervisionar a eficácia dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos, revisando periodicamente os mesmos, para que os principais riscos se identifiquem, giram e deem a conhecer adequadamente; revisar as contas da sociedade, vigiar o cumprimento dos requerimentos legais e a correta aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceites, bem como informar as propostas de modificação de princípios e critérios contabilísticos sugeridos pela Direção; revisar a informação financeira periódica que deva fornecer o Conselho aos mercados e os seus órgãos de supervisão”.

**F.1.2. Se existem, especialmente no relativo ao processo de elaboração da informação financeira, os seguintes elementos:**

▪ **Departamentos e/ou mecanismos encarregados: (i) do desenho e revisão da estrutura organizativa; (ii) de definir claramente as linhas de responsabilidade e autoridade, com uma adequada distribuição de tarefas e funções; e (iii) de que existam procedimentos suficientes para a sua correta difusão na entidade.**

A Direção de Desenvolvimento Organizativo de Ibercaja é a responsável por zelar por uma estrutura organizativa eficiente na entidade, definindo a mais produtiva distribuição de funções e meios, tal e como consta entre as funções atribuídas à mesma, e contribuir, mediante a definição de funções, meios e responsabilidades, a um adequado funcionamento do sistema de controlo interno relativamente à elaboração da informação financeira.

A atual estrutura diretiva e a definição das suas funções principais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Ibercaja, prévia proposta por parte do Administrador Delegado. Por sua vez, a cada Direção junto à Direção de Desenvolvimento Organizativo definiram a estrutura da sua própria área em Unidades ou Departamentos concretizando as suas funções associadas e ficando ratificadas pelo Administrador Delegado.

Esta estrutura está ao dispor de todos os empregados na Normativa recolhida na intranet da Entidade e encontra-se sujeita a revisões perante qualquer mudança organizativa que se proponha.

Relativamente ao processo de elaboração da informação financeira, este é realizado desde a Direção de Controlo de Gestão, que engloba as unidades de Contabilidade Geral, Assessoria Fiscal, Controlo de Gestão, Informação de Gestão e Estratégia Global de Riscos. A Direção de Controlo de Gestão e especialmente a sua Unidade de Contabilidade Geral, é a responsável pelo processo da contabilidade geral de Ibercaja e da consolidação contabilística do Grupo, enquanto a contabilidade está descentralizada nas filiais, sendo estas responsáveis pela gestão e elaboração da sua contabilidade individual sob as diretrizes emitidas desde a matriz.

São os responsáveis pela Direção de Controlo de Gestão os que realizam a definição das linhas de responsabilidade e autoridade e atribuem as tarefas e funções para a cada posto de trabalho, sempre sob critérios de eficiência e eficácia e velando por uma adequada segregação de tarefas neste processo, bem como garantindo a continuidade no exercício de ditas tarefas e funções.

**▪Código de conduta, órgão de aprovação, grau de difusão e instrução, princípios e valores incluídos (indicando se há menções específicas ao registo de operações e elaboração de informação financeira), órgão encarregado de analisar incumprimentos e de propor ações corretoras e sanções.**

A Entidade dispõe de um Memorandum de Normas de Conduta e Segurança Operativa que contém um resumo das normas, atuações e critérios que se devem ter em conta dirigido a todos os empregados. Designadamente, sublinha-se a importância da introdução correta da informação nos sistemas automatizados já que afeta a fiabilidade e garantia dos processos desenvolvidos posteriormente, particularmente na concessão de operações de risco.

Este documento está disponível na intranet da Entidade e a Comissão de Auditoria e Cumprimento é a responsável por aprovar as suas atualizações e melhoras.

**▪Canal de denúncias, que permita a comunicação ao Comité de Auditoria de irregularidades de natureza financeira e contabilística, além de eventuais incumprimentos do código de conduta e atividades irregulares familiares na organização, informando se for o caso se este é de natureza confidencial.**

Relativamente à existência de um canal de denúncias é a Direção de Auditoria a que atualmente recebe informação sobre qualquer comportamento contrário às normas, princípios e valores da sociedade que fosse denunciado e, designadamente, qualquer comportamento irregular de natureza financeira e contabilística.

**▪Programas de formação e atualização periódica para o pessoal envolvido na preparação e revisão da informação financeira, bem como na avaliação do SCIIF, que cubram pelo menos, normas contabilísticas, auditoria, controlo interno e gestão de riscos.**

Ibercaja dispõe de mecanismos que lhe permitem assegurar que o pessoal envolvido de maneira direta na elaboração e preparação da informação financeira bem como na sua supervisão, conta com a capacitação e concorrência profissional necessárias para o exercício das suas funções. Neste sentido, os empregados estão permanentemente informados dos requisitos normativos vigentes e contam com a capacitação suficiente para o desempenho eficiente das suas tarefas e funções.

São os responsáveis por cada Unidade e Direção os encarregados de identificar as necessidades de formação e de gerir a realização das ações formativas necessárias, em colaboração com a Direção de Área de Recursos Humanos e Meios, realizando o correspondente registo da formação dada.

A formação que, em matéria contabilística, auditoria, controlo interno e gestão de riscos, foi dada ao longo de 2014 tem estado centrada especialmente na celebração de sessões formativas internas a nível departamental, que versaram sobre controlo interno, gestão de riscos, bem como as novidades legislativas em matéria contabilística e de auditoria que tiveram local e dos impactos que supuseram no exercício habitual das funções.

Relativamente à formação externa, esta fundamentalmente é dirigida a novas incorporações de empregados mediante a assistência a cursos contabilísticos proporcionados pela Confederación Española de Cajas de Ahorro (CECA), bem como a cobrir necessidades específicas em matéria de formação que sejam identificadas.

## F.2 Avaliação de riscos da informação financeira

Informe, pelo menos, de:

### F.2.1. Quais são as principais características do processo de identificação de riscos, incluindo os de erro ou fraude, quanto a:

#### ▪Se o processo existe e está documentado.

Ibercaja desenvolveu e aplicou um procedimento para a identificação das áreas ou epígrafes dos estados financeiros materiais e processos críticos de gestão relevantes que contempla os potenciais impactos dos riscos de erro e fraude que afetam de forma significativa à informação financeira do Grupo.

O citado procedimento foi recolhido na Política de identificação de processos e áreas relevantes e riscos associados, cuja responsabilidade de execução recai na Direção de Controlo de Gestão enquanto a sua supervisão corresponde à Comissão de Auditoria e Cumprimento.

#### ▪Se o processo cobre a totalidade de objetivos da informação financeira, (existência e ocorrência; integridade; avaliação; apresentação, detalhe e comparabilidade; e direitos e obrigações), se é atualizado e com que frequência.

O procedimento foi desenhado tendo em conta a totalidade dos objetivos da informação financeira contemplados no Documento de Controlo Interno sobre a informação financeira nas entidades cotadas emitido pela CNMV (existência, integridade, avaliação, apresentação e detalhe e direitos e obrigações).

A periodicidade de aplicação deste procedimento prevê-se, no mínimo anual, utilizando a informação financeira mais recente. Ademais, esta avaliação de riscos também será realizada desde que surjam circunstâncias não identificadas previamente que evidenciem possíveis erros na informação financeira ou quando se produzam variações substanciais nas operações que possam dar lugar à identificação de novos riscos.

#### ▪A existência de um processo de identificação do perímetro de consolidação, tendo em conta, entre outros aspetos, a possível existência de estruturas societárias complexas, entidades instrumentais ou de propósito especial.

Neste sentido e relativamente às fontes de informação utilizadas para aplicar o procedimento, têm-se em conta eventuais variações na estrutura do Grupo tais como modificações no perímetro de consolidação ou nas linhas de negócio, ou outros factos relevantes ocorridos, entre outros aspetos. Deste modo, a Ibercaja conta com um procedimento específico para a revisão do perímetro de consolidação realizado desde a Unidade de Contabilidade Geral.

#### ▪Se o processo tem em conta os efeitos de outras tipologias de riscos (operativos, tecnológicos, financeiros, legais, reputacionais, ambientais, etc.) na medida que afetem aos estados financeiros.

Os critérios a seguir para toda a tipologia de riscos a identificar e que estão incluídos no desenho do procedimento são quer quantitativos (saldo e granularidade) quer qualitativos (grau de automação dos processos, estandardização das operações, nível de complexidade contabilística, variações relativamente ao exercício precedente, debilidades de controlo identificadas, etc.). Além de considerar a identificação os riscos de erro e fraude sobre a informação financeira publicada, também tem em conta o efeito de outras tipologias de riscos, como são os de carácter operativo, tecnológico, financeiro, legal, reputacional ou ambiental.

Este processo de avaliação cobre a totalidade de objetivos da informação financeira: (i) existência e ocorrência; (ii) integridade; (iii) avaliação; (iv) apresentação; (v) e direitos e obrigações; e tem em

consideração efetivamente outras tipologias de riscos (operativos, tecnológicos, financeiros, legais, reputacionais, ambientais, etc.)

▪**Que órgão de governo da entidade supervisiona o processo.**

A Comissão de Auditoria e Cumprimento deve revisar a adequada delimitação do perímetro de consolidação e tem a responsabilidade de informar o Conselho de Administração, como se recolhe no Regulamento deste órgão de governo, sobre a criação ou aquisição de participações em entidades de propósito especial ou domiciliadas em países ou territórios que tenham a consideração de paraísos fiscais, bem como quaisquer outras transações ou operações de natureza análoga que, pela sua complexidade, pudessem menoscabar a transparência do Grupo Ibercaja Banco.

Através do procedimento indicado, durante o exercício 2014 a Ibercaja atualizou o processo de identificação das transações, áreas e processos que são relevantes na geração da informação financeira no Grupo com o fim de identificar os riscos de erro que lhes afetam. Em especial tiveram-se em conta todas as modificações consequência da culminação do processo de fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres, S.A. realizada em outubro de 2014.

### **F.3 Atividades de controlo**

Informe, assinalando as suas principais características, se dispõe pelo menos de:

**F.3.1. Procedimentos de revisão e autorização da informação financeira e a descrição do SCIIF, a publicar nos mercados de valores, indicando os seus responsáveis, bem como de documentação descritiva dos fluxos de atividades e controlos (incluindo os relativos a risco de fraude) dos diferentes tipos de transações que possam afetar de modo material os estados financeiros, incluindo o procedimento de encerramento contabilístico e a revisão específica das opiniões, estimativas, avaliações e projeções relevantes.**

A Ibercaja conta com diferentes atividades de controlo encaminhadas a mitigar os riscos de incorrer em erros, omissões ou fraudes que possam afetar à fiabilidade da informação financeira e que foram identificados de acordo com o processo anteriormente explicado.

Em concreto e relativamente às áreas e os processos com risco material detetados, incluindo os de erro e fraude, a Ibercaja desenvolveu uma documentação homogênea dos mesmos, estando formada por:

▪A descrição das atividades relacionadas com o processo desde o seu início, indicando as particularidades que pode conter um determinado produto ou operativa.

▪A matriz de riscos e controlos, que recolhe os riscos relevantes com impacto material nos estados financeiros da Entidade e a sua associação com os controlos que os mitigam, bem como o conjunto de evidências em que se materializa a sua aplicação. Entre os controlos podem identificar-se aqueles que são considerados chave no processo e que, em todo o caso, asseguram o adequado registo, avaliação, apresentação e detalhe das transações na informação financeira.

Os documentos permitem visualizar de forma rápida e clara em que parte dos processos se localizaram os riscos e controlos chave. Por sua vez, as matrizes de risco ajudam a detetar os riscos que afetam a cada um dos objetivos da informação financeira, os controlos mitigantes dos mesmos, bem como as características destes, os responsáveis pelo controlo, a frequência e a evidência associada.

A seguir detalhamos os processos significativos (distinguindo entre áreas de negócio e processos de negócio de transversais) associados às áreas financeiras da Entidade para as quais se dispõe da documentação mencionada anteriormente.

### Processos Transversais

- Os procedimentos de encerramento contabilístico e de Preparação dos estados financeiros consolidados. O Grupo conta com procedimentos específicos de encerramento contabilístico, recaindo esta responsabilidade em cada uma das filiais do mesmo, dado que é a Unidade de Contabilidade Geral a que realiza, a partir dessa informação, a informação consolidada.
- O processo de emissão de opiniões, estimativas, avaliações e projeções relevantes, versando, entre outros, sobre a avaliação do fundo de maneio, a vida útil do ativo material e o ativo intangível, a avaliação de determinados ativos financeiros (ativos ilíquidos), as perdas por deterioro de ativos tangíveis e intangíveis, as avaliações de ativos adjudicados ou o cálculo dos passivos e compromissos por retribuições pós-emprego
- Os controlos gerais informáticos estabelecidos no Grupo a nível de organização do departamento de Tecnologia e Sistemas, segurança física, segurança lógica, manutenção e desenvolvimento.

### Áreas de Negócio

- Investimento Creditício:  
Reconhecimento e rendimentos.  
Dúvidas e provisões.
- Credores: reconhecimento e custos (contas à vista e a prazo incluindo contabilidade de coberturas).
- Emissões corporativas (incluindo contabilidade de coberturas).
- Instrumentos financeiros:  
Valores representativos de dívida.  
Instrumentos de capital (cotados e não cotados).
- Ativos imobiliários recebidos em troca de dívida (ANCEV, Investimentos Imobiliários e Existências).
- Impostos sobre Sociedades.
- Compromissos por Pensões.
- Atividade asseguradora.

Em termos gerais, a Direção de Controlo de Gestão encarrega-se de estabelecer as políticas contabilísticas aplicáveis a novas transações conforme aos critérios estabelecidos no regulamento vigente. No que diz respeito às opiniões críticas relativamente a aplicação de políticas contabilísticas e estimativas relevantes, esta Direção estabelece os critérios a aplicar dentro do enquadramento normativo. A aplicação de ditos critérios pode realizar-se diretamente pelas Unidades (com supervisão) ou por Órgãos Colegiados nos quais está presente a Alta Direção (Comités).

#### **F.3.2. Políticas e procedimentos de controlo interno sobre os sistemas de informação (entre outras, sobre segurança de acesso, controlo de variações, operação dos mesmos, continuidade operativa e segregação de funções) que suportem os processos relevantes da entidade em relacionamento à elaboração e publicação da informação financeira.**

A Direção de Tecnologia e Sistemas e, em concreto, a Unidade de Informática tem como competência o suporte e manutenção do sistema operativo, comunicações e administração de dados, estando entre as suas funções o estudo dos sistemas e normas que permitam um correto grau de proteção e recuperação dos dados e programas, em colaboração com Exploração assegurando o cumprimento do regulamento e medidas de segurança legalmente exigíveis. Por sua vez, a Unidade de Segurança de Tecnologia e Sistemas é a responsável por propor as medidas de segurança da informação e a sua política de aplicação.

Ibercaja dispõe, na Normativa recolhida na intranet, de uma série de normas e códigos de boas práticas face ao utente final. Ademais, empreendeu ações dirigidas a definir políticas e procedimentos globais que sejam homogêneos relativos à segurança requerida nos sistemas de informação implicados na elaboração da informação financeira, entre ela, segurança física e lógica, segurança no processamento de dados e segurança de utente final.

Os servidores de informação estão alojados nos centros de processo central e de respaldo, tendo acesso unicamente o pessoal autorizado da Entidade (geralmente exploração) e das companhias subcontratadas.

O Grupo dispõe de um Plano de Continuidade de Negócio para as áreas envolvidas no processo de elaboração e envio de informação financeira. O mesmo cobre os sistemas de informação existentes na matriz, onde fundamentalmente se leva a cabo o processo de elaboração da informação financeira.

Por último, o Grupo conta com mecanismos que asseguram a realização diária de uma cópia de segurança dos meios críticos; com o fim de melhorar os mesmos, está a incorporar procedimentos de prova formal de recuperação da informação.

Finalmente, a Direção de Auditoria, através da Unidade de Auditoria de Processos Informáticos, tem entre as suas funções revisar os processos informáticos e os sistemas de informação do Grupo, analisar e revisar sistematicamente os controlos tecnológicos implantados, bem como realizar propostas de ampliação e/ou melhora.

**F.3.3. Políticas e procedimentos de controlo interno destinados a supervisionar a gestão das atividades subcontratadas a terceiros, bem como daqueles aspetos de avaliação, cálculo ou estimativa encomendados a peritos independentes, que possam afetar de modo material os estados financeiros.**

O Grupo exteriorizou em terceiros certas funções, não muito significativas, que afetam o processo de elaboração da informação financeira através da obtenção de determinadas avaliações, cálculos e estimativas utilizadas na geração dos estados financeiros individuais e consolidados que se publicam nos mercados de valores.

Atualmente conta com procedimentos de supervisão e revisão tanto das atividades subcontratadas a terceiros como dos cálculos ou avaliações realizadas por peritos independentes que são relevantes no processo de geração da informação financeira, os quais se encontram em processo de revisão e formalização dentro do enquadramento de definição do SCIF com o objeto de cumprir com as especificações deste e com as melhores práticas do mercado.

Deste modo, os procedimentos desenvolvidos concretizam as seguintes aspetos:

- Designação formal dos responsáveis por realizar as diferentes ações.
- Análise prévia à contratação, existindo um processo formalizado desde o momento em que surge a necessidade de exteriorizar um serviço ou contar com um perito independente, no qual se analisam diferentes propostas e onde estão definidos os responsáveis que devem aprovar a formalização do relacionamento contratual.
- Superintendência e revisão da informação gerada ou do serviço proporcionado:

Para atividades subcontratadas: pedido de reportes periódicos; obrigatoriedade de ser auditados por terceiros; revisão periódica da qualificação e acreditação do perito externo. Naqueles casos nos quais a relevância do serviço exteriorizado relativamente à informação financeira seja elevada, pedido de relatórios a terceiros independentes sobre as atividades de controlo desenvolvidas pela sociedade que presta o serviço.

Para valorações realizadas por peritos externos: controlos de revisão sobre a validade da informação proporcionada; revisão periódica da qualificação e acreditação do perito.

#### **F.4 Informação e comunicação**

Informe, assinalando as suas principais características, se dispõe pelo menos de:

##### **F.4.1. Uma função específica encarregada de definir, manter atualizadas as políticas contabilísticas (área ou departamento de políticas contabilísticas) e resolver dúvidas ou conflitos derivados da sua interpretação, mantendo uma comunicação fluída com os responsáveis pelas operações na organização, bem como um manual de políticas contabilísticas atualizado e comunicado às unidades através das quais opera a entidade.**

A Direção de Controlo de Gestão, através da Unidade de Contabilidade Geral é a responsável por definir, revisar e atualizar o conjunto de políticas contabilísticas do Grupo. Esta função de analisar o regulamento contabilístico valorizando e propondo as ações de implantação ou adequação que sejam necessárias, fica garantida com os recursos atribuídos atualmente a esta Unidade, tendo em conta a dimensão da entidade e do Grupo.

Em todo o caso, as políticas contabilísticas são objeto de atualização perante qualquer mudança normativa que o requeira e perante qualquer nova decisão que as modifique naqueles casos nos quais exista certa discricionariedade. Através da intranet faz-se pública diariamente qualquer atualização que tenha lugar.

Adicionalmente, desde a Direção de Controlo de Gestão resolvem-se as dúvidas ou conflitos de interpretação que pudessem surgir na aplicação das políticas contabilísticas, mantendo uma comunicação fluída com os diferentes responsáveis pelas áreas da sociedade matriz e do resto de filiais do Grupo envolvidos no processo de elaboração da informação financeira.

Por outro lado, a Ibercaja não conta com um único Manual de Políticas Contabilísticas, senão que o conjunto das suas políticas contabilísticas se compõe das Normas internacionais de informação financeira (NIIF), das circulares familiares do Banco de Espanha (Circular 4/2004 e as suas modificações posteriores), das políticas cujo desenvolvimento exige o próprio regulamento vigente, bem como das específicas que elaborou a Entidade. Todas as políticas contabilísticas aprovadas pela Entidade estão disponíveis na sua intranet, onde também se adverte de qualquer atualização. Em função da relevância do conteúdo das normas contabilísticas, estabelece-se o nível de aprovação necessário, passando desde o Conselho de Administração até o Responsável por Contabilidade Geral.

Relativamente às filiais do Grupo, embora estas elaboram a sua própria contabilidade de maneira descentralizada conforme aos seus próprios procedimentos, as políticas contabilísticas têm de cumprir obrigatoriamente com as normas e diretrizes emitidas desde Contabilidade Geral, quem também tem o labor de exercer um labor de supervisão sobre as mesmas.

É necessário assinalar que as filiais elaboram a sua própria informação financeira em base a formatos previamente consensuados com a matriz para efeitos de obter os estados financeiros num formato o mais homogêneo possível que facilite a obtenção da informação consolidada do Grupo. Por isso, devem cumprir com os critérios ou normas contabilísticas emitidas desde Contabilidade Geral.

#### **F.4.2. Mecanismos de captura e preparação da informação financeira com formatos homogêneos, de aplicação e utilização por todas as unidades da entidade ou do grupo, que suportem os estados financeiros principais**

Ibercaja conta com aplicações e sistemas informáticos que permitem agregar e homogeneizar a contabilidade individual realizada desde as diferentes áreas e filiais que compõem o Grupo, com o nível de detalhe necessário, bem como finalmente gerar os estados financeiros individuais e consolidados que são reportados e outra informação financeira publicada nos mercados. A Direção de Controlo de Gestão é a responsável por agregar, homogeneizar e reportar a informação, utilizando uns sistemas e aplicações comuns para isso.

Por outra parte, cada filial é responsável por realizar a sua própria contabilidade nos sistemas estabelecidos para isso e em todo o caso registam a informação contabilística em formato PGC (Plano Geral de Contabilidade). Portanto, elaboram os seus próprios estados financeiros, sempre sob diretrizes da Direção de Controlo de Gestão.

#### **F.5 Superintendência do funcionamento do sistema**

Informe, assinalando as suas principais características, pelo menos de:

##### **F.5.1. As atividades de supervisão do SCIIF realizadas pelo Comité de Auditoria bem como se a entidade conta com uma função de auditoria interna que tenha entre as suas competências a de apoio ao comité no seu labor de supervisão do sistema de controlo interno, incluindo o SCIIF. Igualmente informar-se-á do alcance da avaliação do SCIIF realizada no exercício e do procedimento pelo qual o encarregado de executar a avaliação comunica os seus resultados, se a entidade conta com um plano de ação que detalhe as eventuais medidas corretoras, e se se considerou o seu impacto na informação financeira.**

A função de auditoria interna recai na Direção de Auditoria de Ibercaja, a qual depende hierarquicamente do Administrador Delegado e funcionalmente da Comissão de Auditoria e Cumprimento.

Dita Direção configura-se, para o exercício das suas funções, nas seguintes Unidades: Auditoria de Rede de Distribuição, Auditoria de Risco de Crédito, Auditoria de Processos Informáticos, Auditoria Financeira; e Controlo de Riscos, dividido nas áreas de Cumprimento Normativo, Controlo Interno e Validação de Modelos.

A função de auditoria interna exerce revisões programadas dos sistemas implementados para o controlo de todos os riscos, dos procedimentos operativos internos e do cumprimento do regulamento interno e externo aplicável. Entre as atuais funções atribuídas à Direção de Auditoria e recolhidas no regulamento interno da entidade, encontra-se a realização das auditorias requeridas pelo Supervisor, englobando portanto a avaliação do SCIIF.

O labor realizado pela função de auditoria interna e realizado através da execução do Plano Operativo Anual de Auditoria é fundamental no labor de supervisão do SCIIF.

A Direção de Auditoria é a encarregada de elaborar o programa anual de atividades, informar do mesmo ao Comité de Auditoria Executivo e apresentar a proposta à Comissão de Auditoria e Cumprimento, correspondendo-lhe a esta a aprovação do mesmo prévia revisão de que o alcance e desenho do programa se corresponde com os objetivos de supervisão marcados.

O Plano Operativo de Auditoria do exercício 2014 recolheu especificamente diversas atividades de avaliação do SCIIF e igualmente, revisaram-se outros aspetos que incidem no processo de elaboração da informação financeira. Designadamente, entre as atuações realizadas deve-se destacar: o seguimento das recomendações derivadas das atividades de avaliação do SCIIF no exercício 2013; a auditoria do procedimento de valores representativos de dívida e instrumentos de capital; a auditoria do procedimento de adjudicados e dações; o controlo continuado de produtos e carteiras do Grupo; a auditoria do cálculo de exigência de recursos próprios por risco operacional. Das revisões realizadas pode derivar-se a formulação de recomendações de auditoria, que são priorizadas de acordo com a sua importância relativa, e das quais se realiza um seguimento contínuo até à sua completa implementação.

**F.5.2. Se conta com um procedimento de discussão mediante o qual, o revisor de contas (de acordo com o estabelecido nas Normas Técnicas de Auditoria), a função de auditoria interna e outros experientes possam comunicar à alta direção e ao Comité de Auditoria ou administradores da entidade as debilidades significativas de controlo interno identificadas durante os processos de revisão das contas anuais ou aqueles outros que lhes tenham sido encomendados. Igualmente, informará de se dispõe de um plano de ação que trate de corrigir ou mitigar as debilidades observadas.**

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e Cumprimento tem como competências receber regularmente do auditor externo informação sobre o plano de auditoria e os resultados da sua execução e verificar que a alta direção tem em conta as suas recomendações, bem como discutir com o revisor de contas as debilidades significativas de controlo interno detetadas no desenvolvimento da auditoria.

Atualmente, a Comissão de Auditoria e Cumprimento reúne-se com os auditores externos, pelo menos, em duas ocasiões ao longo do exercício, onde pode ser comunicada qualquer debilidade significativa que seja detetada. A dita reunião também assistem a Direção de Auditoria, a Direção de Controlo de Gestão e o Chefe da Unidade de Contabilidade Geral. Em ditas reuniões, são concretizados os planos de ação ou as medidas necessárias para implementá-los, determinando os responsáveis pelos mesmos. Posteriormente, existem mecanismos que garantem que os planos são realizados comprovando que as debilidades são mitigadas.

Relativamente à comunicação com a função de auditoria interna, a Comissão de Auditoria e Cumprimento tem como competência a supervisão das principais conclusões relativas aos trabalhos realizados e, para isso, às suas reuniões vai o Diretor de Auditoria, nas quais expõe um resumo dos principais trabalhos realizados no último período.

Para a definição dos planos de ação que permitam contrarrestar qualquer debilidade no sistema de controlo interno, desde a Direção de Auditoria Interna se comunicam os relatórios decorrentes dos seus trabalhos de revisão às Direções responsáveis. Estes relatórios são elevados ao Comité de Auditoria Interna Executivo, onde se expõem as debilidades detetadas e, para aquelas que sejam significativas ou de carácter transversal na Entidade, se concretizam os planos de ação entre as diferentes áreas envolvidas, definindo os responsáveis e o prazo de resolução previsto.

Os acordos atingidos no Comité de Auditoria Executivo relativamente aos planos de ação refletem-se nas atas que são elevadas ao Administrador Delegado. O seguimento das mesmas é realizado pela Alta Direção e, em concreto, pelas Direções envolvidas através das reuniões do citado Comité. Por último, os temas mais relevantes são postos em conhecimento da Comissão de Auditoria e Cumprimento nas suas reuniões bimestrais.

## **F.6 Outra informação relevante**

Nada a destacar.

## **F.7 Relatório do auditor externo**

Informe de:

### **F.7.1. Se a informação do SCIIF remetida aos mercados foi submetida a revisão pelo auditor externo, em cujo caso a entidade deveria incluir o relatório correspondente como Anexo. Em caso contrário, deveria informar dos seus motivos.**

Como consequência dos trabalhos de revisão realizados ao longo do exercício 2014, em especial os derivados do processo de fusão por absorção de Banco Grupo Cajatres, S.A., está a culminar-se a formalização de um plano de implementação, com determinados planos de ação para as diferentes áreas analisadas, estando prevista a sua finalização ao longo do exercício 2015. Por esta razão, o SCIIF não foi submetido a revisão por parte do auditor externo.

## **G OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE**

Se existe algum aspeto relevante em matéria de governo corporativo na entidade ou nas sociedades do grupo que não se tenha recolhido no resto de apartados do presente Relatório, mas que seja necessário incluir para recolher uma informação mais completa e fundamentada sobre a estrutura e práticas de governo na entidade ou o seu grupo, os detalhe brevemente.

Dentro deste apartado também poderá incluir-se qualquer outra informação, esclarecimento ou matiz, relacionados com os anteriores apartados do relatório na medida em que sejam relevantes e não reiterativos.

Em concreto, indicar-se-á se a entidade está sujeita a legislação diferente à espanhola em matéria de governo corporativo e, se for o caso, inclui aquela informação que esteja obrigada a fornecer e seja diferente da exigida no presente relatório.

A entidade também poderá indicar se se aderiu voluntariamente a outros códigos de princípios éticos ou de boas práticas, internacionais, setoriais ou de outro âmbito. Se for o caso, a entidade identificará o código em questão e a data de adesão.

**C.1.2** Sr. Eugenio Nadal Reimat foi Vogal do Conselho de Administração de Ibercaja Banco, S.A. até o 1 de outubro de 2014, data em que apresentou a sua renúncia depois da sua nomeação como Patrão da Fundación Bancaria Ibercaja.

Sr. Jesús Barreiro Sanz foi nomeado Vogal do Conselho do Conselho de Administração o 11 de novembro de 2014, pelo que desde essa data ostenta a condição de Secretário Conselheiro.

**C.1.3** Sr. Amado Franco Lahoz, Sr. José Luis Aguirre Loaso, Sr. Eugenio Nadal Reimat, Sr. Jesús Bueno Arrese, Sr. Francisco Manuel García Peña e Sra. Gabriela González Bueno Lillo ocuparam o cargo de administradores de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. até à sua absorção por Ibercaja Banco, S.A.

Igualmente, Sr. José Luis Aguirre Loaso ocupou o cargo de Diretor Geral da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja até à sua transformação em Fundación Bancaria Ibercaja.

**C.1.4** A Comissão de Grandes Riscos e Solvência de Ibercaja Banco, S.A. constituiu-se em fevereiro de 2014.

**C.1.5** Em “retribuição fixa” inclui-se a retribuição recebida pelos administradores, incluindo primas de seguro. Em “outros conceitos” indica-se a remuneração recebida por administradores pela sua pertença a comissões delegadas do conselho de administração. No apartado de Grupo indica-se a remuneração vencida pelos membros do conselho da entidade pela sua pertença aos conselhos de administração e/ou a alta direção das entidades do grupo, excluindo a entidade matriz (Ibercaja Banco).

Em “Outras remunerações” inclui-se as retribuições pela pertença de comissões internas do Conselho. Em “Ajudas de Custo” do Grupo, são computadas as recebidas pela assistência a sessões de órgãos de governo da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja até à sua transformação em Fundación Bancaria Ibercaja, bem como a assistência a órgãos de governo de Banco Grupo Cajatres, S.A.U., até à sua absorção por Ibercaja Banco.

Exercícios incompletos: Embora um administrador não desenvolva a sua atividade durante o período completo sujeito a informação, a remuneração que receba se inclui no epígrafe C.1.5 do relatório.

**C.1.6** Entende-se por alta direção os diretores gerais e assimilados que desenvolvam as suas funções de direção sob dependência direta dos órgãos de administração, de comissões executivas ou de administradores delegados. Para calcular a “remuneração da alta direção” ter-se-á em conta os mesmos conceitos retributivos do apartado C.1.5 que lhes seja de aplicação. Incluem-se primas de seguro bem como contribuições a fundos de pensões.

Exercícios incompletos: Embora um alto diretor não desenvolva a sua atividade durante o período completo sujeito a informação, a remuneração que perceba se inclui neste epígrafe do relatório.

O Sr. Jesús Barreiro Sanz desempenhou o cargo de Diretor Geral Anexo-Secretário Geral até 1 de novembro de 2014. Com data 29 de outubro de 2014 o Sr. Francisco Serrano Gill de Albornoz foi designado Diretor Geral Anexo-Secretário Geral, a Sra. María Pilar Segura Bas foi nomeada Diretora Geral Adjunta, o Sr. Joaquín Rodríguez de Almeida Pérez Surio foi nomeado Subdiretor Geral e o Sr. Javier Arto Fillola foi promovido à categoria de Subdiretor

**C.1.8** Entende-se que as contas anuais, individuais e consolidadas, estão “certificadas” quando se apresentem ao órgão de administração com uma declaração subscrita sob a sua responsabilidade pelas pessoas certificantes declarando que ditas contas mostram em todas os aspetos significativos a imagem fiel da sua situação financeiro-patrimonial ao encerramento do exercício, bem como dos resultados das suas operações e das variações tidas na sua situação financeira durante o exercício e contém a informação necessária e suficiente para o seu entendimento adequado, de conformidade com o regulamento aplicável.

**C.2.1 e C.2.2.** Em órgãos de administração faz-se alusão a todas as comissões criadas pelo órgão de administração e ao administrador delegado, a 31 de dezembro de 2014. O Sr. Jesús Barreiro é secretário não membro das Comissões de Auditoria e Cumprimento, Nomeações e Retribuições e de Grandes Riscos e Solvência

**D.2.** A partir do exercício 2015, as operações vinculadas submeter-se-ão ao prévio relatório da Comissão de Auditoria e Cumprimento (em local do da Comissão de Nomeações e Retribuições).

**Epígrafe D.** De conformidade com as instruções da CNMV para o cumprimento do relatório, quanto a definições, critérios e tipo de agregação será aplicável o disposto na Ordem EHA/3050/2004, de 15 de setembro, sobre a informação das operações vinculadas que devem fornecer as sociedades emissoras de valores admitidos a negociação em mercados secundários oficiais. Em consequência, não se informam as operações entre sociedades ou entidades do grupo que foram objeto de eliminação no processo de elaboração dos estados financeiros consolidados e façam parte do tráfico habitual das sociedades ou entidades quanto ao seu objeto e condições, nem aquelas que pertencendo ao giro ou tráfico ordinário da companhia, se efetuem em condições normais de mercado e sejam de escassa relevância, entendendo por tais aquelas cuja informação não seja necessária para expressar a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Toda a informação que tenha de incluir no relatório e não esteja sob o controlo da entidade, se facilita em função do conhecimento que tenha a sociedade, das comunicações que se lhe tenham realizado em cumprimento das disposições vigentes e da informação que conste nos registos públicos

---

Este relatório anual de governo corporativo foi aprovado pelo conselho ou órgão de administração da entidade, na sua sessão de data 10 de março de 2015.

Indique os administradores ou membros do órgão de administração que tenham votado em contra ou se tenham absterido relativamente à aprovação do presente Relatório.

---

## RELATÓRIO ANUAL SOBRE REMUNERAÇÕES DOS ADMINISTRADORES

DADOS IDENTIFICATIVOS DO EMISSOR

DATA DE FIM DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

31/12/2014

NIPC A-99319030

Denominação Social:

**IBERCAJA BANCO, S.A.**

Domicílio Social:

**Plaza Basilio Paraíso nº 2  
50008 Saragoça**

## A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DA SOCIEDADE PARA O EXERCÍCIO EM CURSO

A.1. Explique a política de remunerações da sociedade. Dentro deste epígrafe incluir-se-á informação sobre:

- Princípios e fundamentos gerais da política de remunerações.
- Câmbios mais significativos realizados na política de remunerações relativamente à aplicada durante o exercício anterior, bem como os câmbios que se tenham realizado durante o exercício das condições de exercício de opções já concedidas.
- Critérios utilizados para estabelecer a política de remuneração da sociedade.
- Importância relativa dos conceitos retributivos variáveis relativamente aos fixos e critérios seguidos para determinar os diferentes componentes do pacote retributivo dos administradores (*mix retributivo*).

### Explique a política de retribuições

Os princípios que inspiram a política de remunerações seguida na Entidade tiveram como objetivo que os conceitos retributivos fossem razoáveis e adequados às práticas seguidas pelo setor, especialmente tendo em conta as atuais circunstâncias económicas do meio económico no qual desenvolve a sua atividade.

Igualmente, tendo em conta em todo momento a sua condição de entidade de crédito, a política de retribuições aplicada procura conseguir um adequado equilíbrio entre os interesses e os objetivos do negócio e o esforço e motivação das pessoas que lhe prestam os seus serviços, favorecendo uma gestão de riscos sólida e efetiva, que não entranhe uma assunção de riscos excessivos.

Para a elaboração da Política de retribuições dos membros do conselho de administração tiveram-se em conta os princípios estabelecidos por diversos organismos internacionais e comunitários (designadamente o Guia sobre políticas e práticas de remuneração), bem como as normas espanholas de transposição que, paulatinamente, foram implementadas no nosso ordenamento jurídico (especialmente, a Lei 10/2014, o R.D. 216/2008 modificado pelo R.D. 771/2011, e a Circular 3/2008).

Quanto à sua aplicação aos membros dos órgãos de governo, o sistema retributivo previsto nos Estatutos distingue entre administradores executivos e não executivos, com o detalhe que se indica no apartado A.3 seguinte. Com esta distinção, e com a faculdade que corresponde ao Conselho de Administração para determinar a remuneração do Presidente e do Administrador Delegado, pretende-se retribuir de forma adequada os serviços de “alta administração” que prestam os administradores executivos, tendo em conta, em todo o caso, não só os princípios anteriormente indicados senão também os conceitos retributivos utilizados por outras entidades do setor.

Em 2014 acordou-se modificar a Política de retribuições para efeitos de introduzir cláusulas *malus* que se ativarão se a Entidade piorar a sua situação relativa nos parâmetros financeiros fundamentais (solvência, qualidade creditícia e liquidez), para efeitos de modular o pagamento da remuneração variável; que uma parte substancial do componente variável da retribuição, seja ou não diferido, e em todo o caso 50%, seja pago em instrumentos financeiros vinculados ao valor das ações da Entidade (sempre que o elemento variável da retribuição supere o limiar mínimo estabelecido).

**A.2 Informação sobre os trabalhos preparatórios e o processo de tomada de decisões que se tenha seguido para determinar a política de remuneração e o papel desempenhado, se for o caso, pela comissão de retribuições e outros órgãos de controlo na configuração da política de remunerações. Esta informação incluirá, se for o caso, o mandato dado à comissão de retribuições, a sua composição e a identidade dos assessores externos cujos serviços se tenham utilizado para definir a política retributiva. Igualmente expressar-se-á o carácter dos administradores que, se for o caso, intervenham na definição da política retributiva.**

**Explique o processo para determinar a política de retribuições**

As funções do Conselho de Administração e da Comissão de Nomeações e Retribuições nesta matéria vêm estabelecidas nos Estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração.

O artigo 14º do Regulamento do Conselho atribui à Comissão de Nomeações e Retribuições funções consultivas e de supervisão. Por um lado, compete-lhe propor e informar ao Conselho:

- a) a política de retribuição dos administradores;
- b) a retribuição individual dos administradores executivos e as demais condições dos seus contratos; e
- c) as condições básicas dos contratos especiais.

Por outro lado, a Comissão -presidida por um administrador independente- deve

- a. revisar periodicamente os programas de retribuição, ponderando a sua adequação e os seus rendimentos;
- b. zelar pela transparência das retribuições e pela observância da política retributiva estabelecida pela Sociedade;

Corresponde ao Conselho, prévio relatório da Comissão de Nomeações e Retribuições:

- Aprovar o sistema de retribuição variável das pessoas incluídas no Coletivo Identificado da Política de retribuições.
- Verificar, como parte integrante da função geral de supervisão a que se refere o artigo 4º do Regulamento do Conselho, a correta e efetiva aplicação da retribuição variável.
- Adotar, se for o caso, as medidas corretoras que fossem necessárias ou convenientes para a adequada e efetiva aplicação do estabelecido na Política.

Para o estabelecimento da Política, a Comissão de Nomeações e Retribuições conheceu do relatório elaborado pela consultora especializada Hay Group com o objetivo de concretizar uma proposta de quantias e modelos de retribuição associada às figuras dos administradores e, especialmente, dos administradores independentes, que tivesse presente as práticas mais estendidas, um equilíbrio adequado com as quais historicamente se tinham seguido na matriz, e tivesse em conta, igualmente, a dedicação dos presidentes das comissões estatutárias do conselho.

As propostas da Comissão de Nomeações e Retribuições, que contou ademais com o assessoramento dos serviços internos da Entidade, foram trasladadas ao Conselho de Administração, e com base nas mesmas e nos acordos adotados pela Assembleia Geral da sociedade, aprovou o sistema de remunerações dos administradores.

Anualmente a Comissão de Nomeações e Retribuições conhece a avaliação interna independente para verificar se são cumpridas as pautas e os procedimentos de remuneração adotados. Das conclusões da avaliação dá-se conta ao Conselho de Administração, propondo-lhe, se for o caso, as medidas a adotar.

A composição da Comissão de Nomeações e Retribuições, a 31 de dezembro de 2014, era a seguinte: Sr. Manuel Pizarro Moreno (Presidente, independente) e Sr. Jesús Solchaga Loitegui (externo independente).

**A.3 Indique o montante e a natureza dos componentes fixos, com detalhe, se for o caso, das retribuições pelo desempenho de funções da alta direção dos administradores executivos, da remuneração adicional como presidente ou membro de alguma comissão do conselho, das ajudas de custo por participação no conselho e as suas comissões e outras retribuições fixas como administrador, bem como uma estimativa da retribuição fixa anual à que deem origem. Identifique outros benefícios que não sejam satisfeitos em numerário e os parâmetros fundamentais pelos quais se outorgam.**

**Explique os componentes fixos da remuneração**

O sistema retributivo previsto nos Estatutos da Entidade distingue entre administradores executivos e não executivos.

Sem prejuízo do presidente, se tivesse dedicação exclusiva e o conselho tivesse-lhe atribuído salário pelo exercício das suas atividades, a retribuição dos administradores não executivos consistirá em:

- (a) ajudas de custo pela assistência às reuniões do conselho de administração e das suas comissões, sem prejuízo do reembolso das despesas correspondentes, e
- (b) uma atribuição anual que se determinará pelo conselho para aqueles administradores que tenham uma especial dedicação e funções.

O administrador delegado ou executivo terá direito a receber uma remuneração composta por:

- (a) uma parte fixa, adequada aos serviços e responsabilidades assumidos;
- (b) uma parte variável, correlacionada com algum indicador dos rendimentos do administrador ou da empresa;
- (c) uma parte assistencial, que contemplará os sistemas de previsão e seguro oportunos; e
- (d) uma indemnização em caso de separação ou qualquer outra forma de extinção da relação jurídica com a Sociedade não devida a não cumprimento imputável ao administrador.

O componente variável da remuneração não poderá ultrapassar, em nenhum caso, 40% da retribuição bruta fixa.

A Assembleia Geral de Acionistas, tendo em conta que o Presidente e o Administrador Delegado manifestava no Conselho de Administração da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja celebrado o 15 de setembro de 2011 a sua decisão de deixar de receber as suas correspondentes retribuições em dita entidade pelos seus cargos de Presidente e Diretor Geral quando forem compaginados com os de Presidente e Administrador Delegado do banco, autorizou o Conselho de Administração a fixar a sua retribuição por um montante igual ao que o Conselho de Administração da matriz estabeleceu para o Presidente e o Diretor Geral com as atualizações que se tiverem produzido desde a data do acordo, bem como os montantes que pudesse vencer o Administrador Delegado por retribuição variável por objetivos, e qualquer outro conceito nos termos previstos no artigo 51º dos Estatutos da sociedade.

Atendendo aos conceitos retributivos previstos no referido artigo 51º dos Estatutos, e pela sua especial dedicação e funções, a remuneração do Presidente da Comissão de Auditoria e Cumprimento fixou-se na quantidade de 45.600 euros brutos anuais, a do Presidente da Comissão de Nomeações e Retribuições em 30.400 euros brutos anuais e a do Presidente da Comissão de Grandes Riscos e Solvência em 45.600 euros brutos anuais.

#### Ajudas de custo por assistência

Para a determinação do montante das ajudas de custo por assistência às sessões dos órgãos de governo da Entidade, tiveram-se em conta os critérios seguidos pela entidade matriz, a Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja, cuja Assembleia Geral, em sessão celebrada o 19 de abril de 2007, fixou em 700 euros ilíquidos a ajuda de custo por assistência a sessões de órgãos de governo. (Dito montante estabeleceu-se a proposta do Conselho de Administração, prévio relatório da Comissão Delegada de Retribuições, que elaborou um relatório sobre a base da memória de responsabilidade social corporativa da Confederação Espanhola de Caixas de Poupanças -CECA- publicada em 2006, na qual se indicava o montante médio da ajuda de custo que pagavam as Caixas de Poupanças confederadas aos membros de órgãos de governo).

Com base nestes antecedentes, a ajuda de custo de assistência às reuniões dos membros dos órgãos de governo da Entidade fixou-se na quantidade de 700 euros brutos por sessão.

#### **A.4 Explique o montante, a natureza e as principais características dos componentes variáveis dos sistemas retributivos.**

##### **Designadamente:**

-Identifique a cada um dos planos retributivos dos quais os administradores sejam beneficiários, o seu alcance, a sua data de aprovação, data de implementação, período de vigência bem como as suas principais características. No caso de planos de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros, as características gerais do plano incluirão informação sobre as condições de exercício de ditas opções ou instrumentos financeiros para cada plano.

-Indique qualquer remuneração em conceito de participação em benefícios ou primas, e a razão pela qual se outorgaram.

-Explique os parâmetros fundamentais e fundamento de qualquer sistema de primas anuais (bonus).

-As classes de administradores (administradores executivos, administradores externos de domínio, administradores externos independentes ou outros administradores externos) que são beneficiários de sistemas retributivos ou planos que incorporam uma retribuição variável.

-O fundamento de ditos sistemas de retribuição variável ou planos, os critérios de avaliação do desempenho eleitos, bem como os componentes e métodos de avaliação para determinar se foram cumpridos ou não ditos critérios de avaliação e uma estimativa do montante absoluto das retribuições variáveis às quais daria origem o plano retributivo vigente, em função do grau de cumprimento das hipóteses ou objetivos que tome como referência.

-Se for o caso, informar-se-á sobre os períodos de diferimento ou adiamento de pagamento que se tenham estabelecido e/ou os períodos de retenção de ações ou outros instrumentos financeiros se existissem.

#### **Explique os componentes variáveis dos sistemas retributivos**

Unicamente o Administrador Delegado tem um componente retributivo variável, determinado em função do cumprimento de objetivos, tal e como se indica no apartado A.3 anterior.

O componente variável fixa-se anualmente pelo Conselho de Administração, prévio relatório favorável da Comissão de Nomeações e Retribuições da Entidade. Corresponde a esta última verificar o cumprimento de objetivos globais e específicos afixados para o Administrador Delegado. Para o exercício 2014, o componente variável fixou-se num máximo de até 40% da retribuição ilíquida fixa, estabelecendo em 70% / 30% a ponderação entre objetivos globais (gestão do investimento irregular, clientes e atividade; conta de resultados; recursos próprios) e específicos, avaliados em função do cumprimento do previsto nos orçamentos.

Uma parte substancial e, em todo o caso, pelo menos 40% do elemento de remuneração variável,

difere-se ao longo da duração do Plano Estratégico para poder ter em conta o ciclo económico, a natureza do negócio, os seus riscos e as atividades do empregado de que se trate, sem que em nenhum caso o período de diferimento possa ser inferior a três (3) anos.

**A.5 Explique as principais características dos sistemas de poupança em longo prazo, incluindo aposentação e qualquer outra prestação de sobrevivência, financiados parcial ou totalmente pela sociedade, já sejam dotados interna ou externamente, com uma estimativa do seu montante ou custo anual equivalente, indicando o tipo do plano, se é de contribuição ou prestação definida, as condições de consolidação dos direitos económicos a favor dos administradores e a sua compatibilidade com qualquer tipo de indemnização por resolução antecipada ou terminação da relação contratual entre a sociedade e o administrador.**

**Indique também as contribuições a favor do administrador a planos de pensões de contribuição definida; ou o aumento de direitos consolidados do administrador, quando se trate de contribuições a planos de prestação definida.**

**Explique os sistemas de poupança em longo prazo**

Não existem sistemas de poupança em longo prazo a favor dos Administradores.

**A.6 Indique quaisquer indemnizações pactuadas ou pagas em caso de terminação das funções como administrador.**

**Explique as indemnizações**

Não existem indemnizações pactuadas nem pagas para o caso de terminação das funções como administrador.

**A.7 Indique as condições que deverão respeitar os contratos de quem exerçam funções de alta direção como administradores executivos. Nomeadamente, informar-se-á sobre a duração, os limites às quantias de indemnização, as cláusulas de permanência, os prazos de pré-aviso, bem como o pagamento como substituição do citado prazo de pré-aviso, e quaisquer outras cláusulas relativas a primas de contratação, bem como indemnizações ou blindagens por resolução antecipada ou terminação da relação contratual entre a sociedade e o administrador executivo. Incluir, entre outros, os pactos ou acordos de não participação, exclusividade, permanência ou fidelização e não concorrência pós-contratual.**

**Explique as condições dos contratos dos administradores executivos**

As obrigações e direitos na sua condição do primeiro executivo da sociedade regulam-se num contrato de natureza comercial, cuja duração está vinculada à duração do cargo como administrador delegado. Não se pactuaram indemnizações ou blindagens por resolução antecipada ou terminação da relação contratual, nem pactos de não participação, exclusividade, permanência ou fidelização e não concorrência pós-contratual, sem prejuízo do expressamente contemplado no Regulamento do Conselho para todos os administradores - tenham ou não carácter executivo - em matéria de não concorrência.

**A.8 Explique qualquer remuneração suplementar vencida pelos administradores como contraprestação pelos serviços prestados diferentes dos inerentes ao seu cargo.**

**Explique as remunerações suplementares**

Não existem remunerações suplementares vencidas por administradores como contraprestação por serviços prestados diferentes dos inerentes ao seu cargo, com exceção do Sr. Francisco Manuel García Peña, que recebe salário como empregado procedente do Banco Grupo Cajatres.

**A.9 Indique qualquer retribuição em forma de adiantamentos, créditos e garantias concedidos, com indicação da taxa de juro, as suas características essenciais e os montantes eventualmente devolvidos, bem como as obrigações assumidas por conta deles a título de garantia.**

**Explique os adiantamentos, créditos e garantias concedidos.**

Não se concederam adiantamentos, créditos ou garantias a favor de membros do Conselho de Administração da Entidade.

**A.10 Explique as principais características das remunerações em espécie.**

**Explique as remunerações em espécie**

Os administradores da Entidade não recebem remunerações em espécie.

**A.11 Indique as remunerações vencidas pelo administrador em virtude dos pagamentos que realize a sociedade cotada a uma terceira entidade na qual presta serviços o administrador, quando ditos pagamentos tenham como fim remunerar os serviços deste na sociedade.**

**Explique as remunerações adquiridas pelo administrador em virtude dos pagamentos que realize a sociedade cotada a uma terceira entidade na qual presta serviços o administrador**

Não se venceram remunerações por estes conceitos.

**A.12 Qualquer outro conceito retributivo diferente dos anteriores, quaisquer que seja a sua natureza ou a entidade do grupo que o satisfaça, especialmente quando tenha a consideração de operação vinculada ou a sua emissão distorcer a imagem fiel das remunerações totais vencidas pelo administrador.**

**Explique os outros conceitos retributivos**

Não existem outros conceitos retributivos que possam ter a consideração de operação vinculada ou que pudessem distorcer a imagem fiel das remunerações totais adquiridas pelos administradores.

**A.13 Explique as ações adotadas pela sociedade relativamente ao sistema de remuneração para reduzir a exposição a riscos excessivos e ajustar aos objetivos, valores e interesses em longo prazo da sociedade, o que incluirá, se for o caso, uma referência a: medidas previstas para garantir que na política de remuneração são atendidos os resultados em longo prazo da sociedade, medidas que estabeleçam um equilíbrio adequado entre os componentes fixos e variáveis da remuneração, medidas adotadas relativamente àquelas categorias de pessoal cujas atividades profissionais tenham uma repercussão material no perfil de riscos da entidade, fórmulas ou cláusulas de recobro para poder reclamar a devolução dos componentes variáveis da remuneração baseados nos resultados quando tais componentes se tenham pago atendendo a uns dados cuja inexatidão fique depois demonstrada de forma manifesta e medidas previstas para evitar conflitos de interesses, se for o caso.**

**Explique as ações adotadas para reduzir os riscos**

A Política de retribuições associada à gestão do risco aprovada pelo Conselho de Administração procura conseguir um adequado equilíbrio entre os interesses e os objetivos de negócio da Entidade e o esforço e motivação das pessoas que lhe prestam os seus serviços, favorecendo uma gestão de riscos sólida e efetiva, que não entranhe uma assunção de riscos excessivos.

Dita Política resulta de aplicação às pessoas que realizam atividades profissionais que incidem de maneira importante no perfil de risco da Entidade ou exercem funções de controlo (o denominado “Coletivo Identificado”, entre as quais se encontram os membros do Conselho de Administração (tenham ou não carácter executivo).

Para a elaboração da Política de retribuições aplicada pela Entidade tiveram-se em conta os princípios estabelecidos por diversos organismos internacionais e comunitários, bem como as normas espanholas de transposição que, paulatinamente, vieram a implementar no nosso ordenamento jurídico (especialmente, a Lei 10/2014, o R.D. 216/2008 modificado pelo R.D. 771/2011, e a Circular 3/2008).

O princípio básico que inspira a Política de retribuições a que se refere este apartado é a coerência com a estratégia de negócio, os objetivos, valores e interesses da Entidade em longo prazo.

O componente variável da retribuição que possam receber as pessoas incluídas no Coletivo Identificado estará referido, em todo o caso, ao desempenho dos recetores em função dos objetivos globais e específicos aprovados com carácter anual pelo Conselho de Administração, prévio relatório da Comissão de Nomeações e Retribuições. Ademais, terá flexibilidade suficiente para permitir a sua modulação, até ao ponto de que seja possível suprimi-lo totalmente, se fosse preciso.

A remuneração variável, incluída a parte diferida, pagar-se-á unicamente se resultar sustentável de acordo com a situação da Entidade no seu conjunto, e se se justificar em função dos resultados da Entidade, da unidade de negócio e do empregado de que se tratar.

Corresponde ao Conselho de Administração, a proposta da Comissão de Nomeações e Retribuições, determinar e revisar, anualmente, a proporção que o componente de remuneração variável deve supor relativamente à retribuição fixa, bem como a percentagem de ponderação entre os Objetivos Globais e Objetivos Específicos aplicáveis. O componente variável da remuneração não pode ultrapassar, em nenhum caso, 40% da retribuição ilíquida fixa.

Ademais, uma parte substancial e, em todo o caso, pelo menos 40% do elemento de remuneração variável, diferir-se-á ao longo da duração do Plano Estratégico para poder ter em conta o ciclo económico, a natureza do negócio, os seus riscos e as atividades do empregado de que se tratar, sem que em nenhum caso o período de diferimento possa ser inferior a três (3) anos.

## **B POLÍTICO DE REMUNERAÇÕES PREVISTA PARA EXERCÍCIOS FUTUROS**

**B.1 Realize uma previsão geral da política de remunerações para exercícios futuros que descreva dita política relativamente a: componentes fixos e ajudas de custo e retribuições de carácter variável, relacionamento entre a remuneração e os resultados, sistemas de previsão, condições dos contratos com administradores executivos, e previsão de câmbios mais significativos da política retributiva relativamente a exercícios precedentes.**

### **Previsão geral da política de remunerações**

Não se preveem futuras modificações significativas no esquema retributivo que se aplicou no exercício, sem prejuízo das que sejam necessárias introduzir, se for o caso, relativamente ao tratamento de primas de seguro como consequência das modificações legislativas que possam resultar de aplicação.

Conforme as disposições do Real Decreto 1003/2014, de 5 de dezembro, pelo que se modifica o Regulamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Real Decreto 439/2007, de 30 de março, em matéria de pagamentos por conta e deduções por família numerosa ou pessoas com atividade limitada a cargo, a retenção a aplicar no exercício 2015 sobre ajudas de custo de administradores será de 37%, em lugar de 42% que se vinha aplicando desde 2011. Previsivelmente, dita percentagem de retenção será de 35% em 2016.

**B.2 Explique o processo de tomada de decisões para a configuração da política de remunerações prevista para os exercícios futuros, e o papel desempenhado, se for o caso, pela comissão de retribuições.**

### **Explique o processo de tomada de decisões para a configuração da política de remunerações**

O processo de tomada de decisões para a configuração da política de remunerações prevista para os exercícios futuros ajustar-se-á ao atualmente estabelecido nos Estatutos e no Regulamento do Conselho de Administração, ao qual se fez referência no apartado A.2 anterior.

Não obstante, depois da entrada em vigor da Lei 31/2014, de 3 de dezembro, pela que se modifica a Lei de Sociedades de Capital para a melhora do governo corporativo, e em aplicação do artigo 33º.3 da Lei 10/2014, de 26 de junho, de ordenamento, supervisão e solvência das entidades de crédito, que estabelece que a política de remunerações dos membros do conselho de administração das entidades de crédito submeter-se-á à aprovação da assembleia de acionistas, nos mesmos termos que se estabeleçam para as sociedades cotadas na legislação comercial, a política de remunerações dos administradores será submetida, prévio relatório da comissão de nomeações e retribuições, à aprovação da assembleia geral de acionistas, nos termos previstos no artigo 529º novodecies da Lei de Sociedades de capital.

A política assim aprovada manterá a sua vigência durante os três exercícios seguintes àquele em que seja aprovada pela assembleia geral. Qualquer modificação ou substituição da mesma durante dito prazo requererá a prévia aprovação da assembleia geral de acionistas conforme ao procedimento estabelecido para a sua aprovação.

**B.3 Explique os incentivos criados pela sociedade no sistema de remuneração para reduzir a exposição a riscos excessivos e ajustar aos objetivos, valores e interesses em longo prazo da sociedade.**

### **Explique os incentivos criados para reduzir riscos**

O desenho do sistema de retribuição não incentiva a adoção de riscos excessivos.

**C RESUMO GLOBAL DE COMO FOI APLICADA A POLÍTICA DE RETRIBUIÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO ENCERRADO.**

**C.1 Explique de forma resumida as principais características da estrutura e conceitos retributivos da política de remunerações aplicada durante o exercício encerrado, que dá lugar ao detalhe das retribuições individuais adquiridas por cada um dos administradores que se refletem na secção D do presente relatório, bem como um resumo das decisões tomadas pelo Conselho para a aplicação de ditos conceitos.**

**Explique a estrutura e conceitos retributivos da política de retribuições aplicada durante o exercício**

A estrutura e conceitos retributivos da política de retribuições aplicados no exercício foi a descrita no apartado A.3 anterior. Os órgãos de governo da Entidade não adotaram decisões que motivem a modificação na aplicação de ditos conceitos.

Em sessão celebrada o 29 de abril 2014, e prévio relatório favorável da Comissão de Nomeações e Retribuições, o Conselho de Administração tomou razão do grau de cumprimento dos objetivos afixados para o exercício 2013 por parte das pessoas do Coletivo Identificado com um componente variável na sua retribuição.

Nessa mesma sessão o Conselho de Administração, prévio relatório favorável da Comissão de Nomeações e Retribuições, aprovou os objetivos globais fixados pelo Administrador Delegado para a retribuição variável por objetivos em Serviços Centrais, para o exercício 2014.

**D DETALHE DAS RETRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS ADQUIRIDAS POR CADA UM DOS ADMINISTRADORES**

D.1 Complete os seguintes quadros relativamente à remuneração individualizada da cada um dos administradores (incluindo a retribuição pelo exercício de funções executivas) adquirida durante o exercício.

a)Retribuições adquiridas na sociedade objeto do presente relatório:

i) Retribuição em metálico (milhares de euros)

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2014	Salário	Remuneração fixa	ajudas de custo	Retribuição variável em curto prazo	Retribuição variável em longo prazo	Remuneração por pertença a comissões do conselho	Indemnização	Outros Conceitos (*)	Total exercício 2014	Total exercício 2013
AMADO FRANCO LAHOZ	-	379,6	24,5	-	-	-	-	7,1	411,2	404,8
JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO	-	373,3	24,5	68,3	-	-	-	6	472,1	454,1
FRANCISCO MANUEL GARCIA PEÑA	-	90	11,2	10	-	-	-	6	117,2	7
JESUS BUENO ARRESE	-	-	32,9	-	-	34,2	-	3,8	70,9	29
EUGENIO NADAL REIMAT	-	-	21	-	-	-	-	3,4	24,4	27,9
MANUEL PIZARRO MORENO	-	-	-	-	-	-	-	4,9	4,9	4,8
JESUS SOLCHAGA LOITEGUI	-	-	15,4	-	-	-	-	6	21,4	8,2
GABRIELA GONZÁLEZ BUENO LILLO	-	-	28	-	-	45,6	-	1,7	75,3	5,9
JUAN MARÍA PEMÁN GAVÍN	-	-	27,3	-	-	-	-	7,1	34,4	11,7
VICENTE EDUARDO RUIZ DE MENCIA	-	-	-	-	-	-	-	3,9	3,9	3,3
VICENTE CONDOR LOPEZ	-	-	19,6	-	-	-	-	2,6	22,2	-
JESUS BARREIRO SANZ	-	-	5,6	-	-	-	-	6	11,6	-

(\*) Corresponde a primas de seguros.

ii) Sistemas de retribuição baseados em ações

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2014	Denominação do plano e data de implantação	Titularidade de opções ao princípio do exercício 2014				Opções atribuídas durante o exercício					Ações entregues durante exercício 2014
		Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Condições para o seu exercício	Nº Preço montante
	Plano 1										
	Plano 2										

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2014	Denominação do plano e data de implantação	Opções exercidas no exercício 2014				Opções vencidas e não exercidas	Opções ao final do exercício 2014					Outros requisitos de exercício
		Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Nº opções	Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício		
	Plano 1											
	Plano 2											

iii) Sistemas de poupança em longo prazo

Nome/Tipologia Período de vencimento total em exercícios	Contribuição do exercício por parte da sociedade (milhares de euros)		Montante dos fundos acumulados (milhares de euros)	
	Exercício 2014	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2013

iv) Outros benefícios (milhares de euros)

Nome/Tipologia	Retribuição em forma de adiantamentos, créditos concedidos		
	Taxa de juro da operação	Características essenciais da operação	Montantes eventualmente devolvidos

Nome/Tipologia	Primas seguros de vida		Garantias constituídas pela sociedade a favor dos administradores	
	Exercício 2014	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2013
AMADO FRANCO LAHOZ	6,6	5,9	-	-
JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO	8,3	7,4	-	-
FRANCISCO MANUEL GARCÍA PEÑA	2,7	2,5	-	-
JESUS BUENO ARRESE	18,3	16,7	-	-
EUGENIO NADAL REIMAT	4,4	4	-	-
MANUEL PIZARRO MORENO	3,8	3,5	-	-
JESÚS SOLCHAGA LOITEGUI	11,1	10	-	-
GABRIELA GONZÁLEZ BUENO LILLO	3,6	3,1	-	-
JUAN MARÍA PEMÁN GAVÍN	2,3	2,1	-	-
VICENTE EDUARDO RUIZ DE MENCIA	9	8,2	-	-
VICENTE CONDOR LOPEZ	3	-	-	-
JESÚS BARREIRO SANZ	3,3	-	-	-

b)Retribuições vencidas pelos administradores da sociedade pela sua pertença a conselhos em outras sociedades do grupo:

i) Retribuição em metálico (milhares de euros)

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2014	Salário	Remuneração fixa	ajudas de custo	Retribuição variável em curto prazo	Retribuição variável em longo prazo	Remuneração por pertença a comissões do conselho	Indemnização	Outros conceitos	Total exercício 2014	Total exercício 2013
AMADO FRANCO LAHOZ	-	-	11,8	-	-	-	-	-	11,8	12,1
JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO	-	-	8	-	-	-	-	-	8	5
FRANCISCO MANUEL GARCÍA PEÑA	-	-	7,5	-	-	-	-	8,5	7,5	162,9
JESUS BUENO ARRESE	-	-	12,3	-	-	-	-	-	12,3	13,6
EUGENIO NADAL REIMAT	-	-	11,8	-	-	-	-	-	11,8	12,1
MANUEL PIZARRO MORENO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JESUS SOLCHAGA LOITEGUI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6
GABRIELA GONZÁLEZ BUENO LILLO	-	-	7	-	-	-	-	-	7	-
JUAN MARÍA PEMAN GAVIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VICENTE EDUARDO RUIZ DE MENCÍA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VICENTE CONDOR LOPEZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JESUS BARREIRO SANZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ii) Sistemas de retribuição baseados em ações

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2013	Denominação do plano e data de implantação	Titularidade de opções ao princípio do exercício 2014				Opções atribuídas durante o exercício					Ações entregues durante o exercício 2014		
		Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Condições para o seu exercício	Nº	Preço montante	
	Plano 1												
	Plano 2												

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício t	Denominação do plano e data de implantação	Opções exercidas no exercício 2014				Opções vencidas e não exercidas		Opções ao final do exercício 2013				
		Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Nº opções	Nº opções	Nº Ações afetadas	Preço de exercício (euros)	Prazo de exercício	Outros requisitos de exercício	
	Plano 1											
	Plano 2											

iii) Sistemas de poupança em longo prazo

Nome/Tipologia Período de vencimento total em exercícios	Contribuição do exercício por parte da sociedade (milhares de euros)		Custo dos fundos acumulados (milhares de euros)	
	Exercício 2014	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2013

iv) Outros benefícios (milhares de euros)

Retribuição em forma de adiantamentos, créditos concedidos			
Nome/Tipologia	Taxa de juro da operação	Características essenciais da operação	Custos eventualmente devolvidos

Nome/Tipologia	Primas seguros de vida		Garantias constituídas pela sociedade a favor dos administradores	
	Exercício 2014	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2013

c)Resumem das retribuições (em milhares de euros):

Dever-se-ão incluir no resumo os montantes correspondentes a todos os conceitos retributivos incluídos no presente relatório que seja vencidos pelo administrador, em milhares de euros.

No caso dos Sistemas de Poupança em longo prazo, incluir-se-ão as contribuições ou dotações realizadas a este tipo de sistemas:

Nome/Tipologia Período de vencimento exercício 2014	Retribuição vencida na Sociedade				Retribuição vencida em sociedades do Grupo				Totais		
	Total retribuição metálico	Valor das ações entregues	Benefício ilíquido das opções exercidas	Total exercício 2013 sociedade	Total retribuição metálico	Valor das ações entregues	Benefício ilíquido das opções exercidas	Total exercício 2013 grupo	Total exercício 2014	Total exercício 2013	Contribuição a sistemas de poupança durante o exercício
AMADO FRANCO LAHOZ	417,9	-	-	417,9	11,8	-	-	11,8	429,7	422,8	-
JOSÉ LUIS AGUIRRE LOASO	480,4	-	-	480,4	8	-	-	8	488,4	466,5	-
FRANCISCO MANUEL GARCÍA PEÑA	119,9	-	-	119,9	7,5	-	-	7,5	117,4	172,4	-
JESUS BUENO ARRESE	89,2	-	-	89,2	12,3	-	-	12,3	101,5	59,3	-
EUGENIO NADAL REIMAT	28,8	-	-	28,8	11,8	-	-	11,8	40,6	44	-
MANUEL PIZARRO MORENO	8,7	-	-	8,7	-	-	-	-	8,7	8,3	-
JESÚS SOLCHAGA LOITEGUI	32,5	-	-	32,5	-	-	-	-	32,5	23,8	-
GABRIELA GONZÁLEZ BUENO LILLO	78,9	-	-	78,9	7	-	-	7	85,9	9	-
JUAN MARÍA PEMÁN GAVÍN	36,7	-	-	36,7	-	-	-	-	36,7	13,8	-
VICENTE EDUARDO RUIZ DE MENCÍA	13	-	-	13	-	-	-	-	13	11,5	-
VICENTE CONDOR LOPEZ	25,2	-	-	25,2	-	-	-	-	25,2	-	-
JESUS BARREIRO SANZ	14,9	-	-	14,9	-	-	-	-	14,9	-	-
<b>Total:</b>	<b>1.346,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.346,1</b>	<b>58,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58,4</b>	<b>1.404,5</b>	<b>1.231,4</b>	<b>-</b>

## D.2 Relatório sobre a relação entre a retribuição obtida pelos administradores e os resultados ou outras medidas de rendimento da entidade, explicando, se for o caso, como as variações no rendimento da sociedade puderam influir na variação das remunerações dos administradores.

Unicamente o sistema retributivo do Administrador Delegado tem vinculação ao rendimento da sociedade, tal e como se indicou nos apartados anteriores deste relatório, em função dos objetivos globais e específicos que são fixados pelo Conselho de Administração, prévio relatório da Comissão de Nomeações e Retribuições.

## D.3 Relatório do resultado da votação consultiva da assembleia geral ao relatório anual sobre remunerações do exercício anterior, indicando o número de votos negativos que se for o caso se tenham emitido.

	Número	% sobre o total
Votos emitidos		
	Número	% sobre emitidos
Votos negativos		
Votos a favor		
Abstenções		

## **E OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE**

Se existe algum aspeto relevante em matéria de remuneração de administradores que não se tenha podido recolher no resto de apartados do presente relatório, mas que seja necessário incluir para recolher uma informação mais completa e fundamentada sobre a estrutura e práticas retributivas da sociedade relativamente aos seus administradores, detalhe brevemente.

### **Apartado D.1.a)**

Sr. Vicente Córdor López foi designado administrador de Ibercaja Banco, S.A. o 27 de janeiro de 2014.

Sr. Jesús Barreiro Sanz foi designado administrador de Ibercaja Banco, S.A. o 11 de novembro de 2014, pelo que a retribuição indicada no presente relatório se refere à recebida como membro do conselho de administração, a partir de dita data.

Sr. Eugenio Nadal Reimat desempenhou o cargo de administrador até o 1 de outubro de 2014, data em que renunciou ao cargo por motivo da sua nomeação como patrão da Fundación Bancaria Ibercaja.

A partir do mês de abril de 2014 as ajudas de custo por assistência a perceber pelo Sr. Juan María Pemán Gavín foram pagas diretamente à Fundación Caja de Ahorros de la Inmaculada.

### **Apartado D.1.a) i)**

O epígrafe “Outros conceitos” refere-se a primas de seguro pagas pela Entidade, excluindo primas de seguro de vida, cujo montante se indica num apartado específico do presente relatório.

### **Apartado D.1.b)**

São computadas as retribuições recebidas pelos administradores da Entidade pela sua pertença ao conselho de Banco Grupo Cajatres, S.A.U. (até à sua absorção por Ibercaja Banco, o 1 de outubro de 2014) e ao da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Zaragoza, Aragón y Rioja (até à sua transformação em Fundación Bancaria Ibercaja).

Este relatório anual de remunerações foi aprovado pelo conselho de administração da sociedade, na sua sessão de data 10 de março de 2015.

Indique se teve administradores que tenham votado em contra ou se tenham absterido relativamente a aprovação do presente relatório.

Sim o Não J

<b>Nome ou denominação social do membro do conselho de administração que não votou a favor da aprovação do presente relatório</b>	<b>Motivos (em contra, abstenção, não assistência)</b>	<b>Explique os motivos</b>